



UNIVERSIDADE  
**CATÓLICA**  
PORTUGUESA

**SER FAMÍLIA DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS  
EM PORTUGAL - *MOTIVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS***

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para  
obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Elisete Simões Diogo

Faculdade de Ciências Humanas

Janeiro de 2017



UNIVERSIDADE  
**CATÓLICA**  
PORTUGUESA

**SER FAMÍLIA DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM  
PORTUGAL - *MOTIVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS***

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para  
obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Elisete Simões Diogo

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação de Professor Doutor Francisco Branco

Janeiro de 2017



### **Declaração de não-plágio**

Declaro sob compromisso de honra que o trabalho apresentado é da minha exclusiva autoria, é original e que referenciei todas as fontes utilizadas. Tenho consciência que a prática de plágio, autoplágio ou cópia constituem um ilícito académico.

*Elisete Simões Diogo*



*Uma criança nasce...  
Para ser amada e viver  
Ser flor e ser pássaro  
Desabrochar  
E ser livre para crescer.  
Esta semente plantada  
Necessita ser regada  
Com carinho e amparada  
Em regações de amor.*

*E quando a criança não tem  
No ninho donde provém  
Quem a cuide e a proteja,  
Anjos há:  
Com olhar que acaricia e  
Um colo que acolhe,  
Longos braços que envolvem  
Em abraços que confortam...  
Almofadas que protegem os  
Pulos ou as quedas  
Os pinos e as cambalhotas  
Do crescimento.*

António Castel-Branco, 2017

(Poeta e Professor. Sempre educador e provedor da criança)



## Resumo

O acolhimento familiar (AF) de crianças está fracamente representado no sistema de proteção português. Não obstante ser considerada a resposta preferencial para a colocação de crianças, dados mostram que, em 2015, das 8.600 crianças em situação de acolhimento apenas 3.5% estavam em AF (CASA, 2016). A invisibilidade do AF é uma realidade inclusivamente nos trabalhos da comunidade científica portuguesa (cf. Delgado, 2007). Esta investigação contribui para uma maior visibilidade ao AF, dando voz às famílias de acolhimento, intentando compreender nomeadamente motivações, expectativas, necessidades e impactos pessoais e familiares. Algumas questões de investigação consistem em: i.) Como e porquê se tornam famílias de acolhimento? ii) Qual a experiência das famílias de acolhimento na aplicação da medida? iii) Que contributos podem as famílias de acolhimento dar para a melhoria da medida do acolhimento familiar?

Assente na abordagem qualitativa, o desenho empírico consistiu na realização de entrevistas narrativas a famílias de acolhimento, entrevistas semiestruturadas a técnicos das equipas de acompanhamento e análise de processos sociais. A amostragem teórica atende ao critério de variação máxima, num total de 10 famílias enquadradas ao nível do acompanhamento por, essencialmente, duas entidades (Centro Distrital de Segurança Social e uma Fundação). A análise qualitativa dos dados adotou a orientação da Grounded Theory, com vista à elaboração de uma teoria enraizada, conforme preconizado por Charmaz (2006 e 2014).

A motivação destas famílias está enraizada nos valores do altruísmo, suportada pelo afeto por crianças e pela sensibilidade à desproteção. Estes fatores, associados à biografia pessoal e profissional, e ao contacto direto ou indireto com o acolhimento residencial ou outros contextos de desproteção, produzem a predisposição para se tornarem família de acolhimento. A resiliência familiar para acolher crianças com vivências traumáticas e comportamentos desafiantes, a qualidade do acompanhamento técnico, e a manutenção do contacto com a criança após a cessação, contribuem para

renovar a disposição para ser família de acolhimento. A experiência é vivenciada com desafios e recompensas. Para os participantes ser família de acolhimento constitui uma experiência compensadora considerando o reconhecimento da criança, da família, da comunidade e dos técnicos.

A experiência positiva das famílias de acolhimento deste estudo evidencia a importância do alargamento e reforço do AF no sistema português, como resposta privilegiada na colocação de crianças. A qualidade dos serviços e o desempenho dos profissionais formam um elemento-chave para o sucesso do acolhimento. Esta pesquisa é um contributo para as políticas de proteção, e para a prática profissional.

**Palavras-chave:** Famílias de Acolhimento; Acolhimento Familiar de Crianças; Motivações; Experiências.

## **Abstract**

Foster care is an almost absent component of the child care system in Portugal. Despite to be a legal response to child maltreatment, foster care only corresponds to 3,5 % of children in out-of-home care (CASA Report, 2015), representing the residential care 85,1%. The invisibility of foster care is a characteristic also observed in the Portuguese scientific community (Delgado, 2007). The present research contributes to a deeper visibility of foster care in Portugal, aiming to give voice to these families and understand their experiences as foster families, that is, their motivations and expectations and the needs and impacts on personal and family dynamics. The research questions are: i.) Why and how they become foster families? ii) What is their experience as foster families? iii) what can we learn from the foster families' experiences to improve the child care and protection system in Portugal and the social workers' performance?

The research adopted a qualitative approach and the research design included narrative interviews with foster families, focused interviews with professional teams responsible by the recruiting, training and accompanying of the families, and case files analyses. The sample was intentional, attending the criterion of maximum variation, covering 10 foster families (FF), with two different supervision organizations. The qualitative data analysis adopted a Ground Theory orientation in its constructivist stand and was inspired by Charmaz (2006 and 2014) works.

Foster families' motivation is rooted in altruistic values and supported by affection for children and sensitivity to child maltreatment. These factors, but also the family and professional biography and the personal or indirect contact with out-of-home responses produce a predisposition to become foster family. The family resilience to host children with traumatic experiences and disruptive behaviours, the quality of social services support, supervision, as well as the link with the fostered children after they leave the FF, contribute to the renewal of the disposition to continue to be foster family. The FF experience is traversed by challenges and rewards. For the interviewed families to be foster family is a rewarding experience considering the recognition of the children, of the community, family, kinship and social services.

The positive experience of foster families covered by this piece of research constitutes evidence to support the positive benefits for the Portuguese child welfare system to enlarge foster care as a response to child protection. The quality of social services and the performance of social workers is a key element for a successful experience. This study is a contribute for the child welfare public policy and for professional intervention.

**Key words**

Child welfare, foster families, social work, policy making, Portugal

## **Agradecimentos**

Na certeza que todos foram uma mais-valia, estou grata:

Ao orientador da tese, Professor Doutor Francisco Branco, por ser um grande companheiro deste longo caminho, com profunda reflexão e disponibilidade.

Ao Professor Doutor Paulo Delgado, pelos valiosos contributos.

À Professora Doutora Maria Inês Amaro, pela partilha de conhecimentos e sugestões.

À Fundação Mundos de Vida, com um especial agradecimento à Dra. Celina Cláudio.

Ao ISS, I.P., e mais especificamente à equipa técnica do Núcleo de Infância e Juventude CDSS.

Às colegas de doutoramento, pelo companheirismo.

Às famílias de acolhimento entrevistadas, por partilharem uma parte da história da sua vida, bem-haja!

À minha família.

## **Siglas**

AF – Acolhimento Familiar de Crianças

CDC – Convenção dos Direitos da Criança

CDSS – Centro Distrital de Segurança Social

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CRP – Constituição da República Portuguesa

FA – Família de Acolhimento de Crianças

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS, IP – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 - MODELOS DE BEM-ESTAR SOCIAL, FAMÍLIA E SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA .....</b>	<b>9</b>
<i>MODELOS DE BEM-ESTAR SOCIAL .....</i>	<i>10</i>
<i>POLÍTICAS PÚBLICAS E FAMÍLIA .....</i>	<i>14</i>
<i>SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA.....</i>	<i>21</i>
<b>CAPÍTULO 2 - FAMÍLIAS E FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO.....</b>	<b>37</b>
<b>II – ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS .....</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO 3 - ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS.....</b>	<b>65</b>
3.1- CONCEITO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR .....	66
3.2- EVOLUÇÃO SOCIAL E JURÍDICA .....	67
3.3- CARACTERÍSTICAS DO ACOLHIMENTO FAMILIAR EM PORTUGAL .....	70
3.4 – DIMENSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO ACOLHIMENTO FAMILIAR .....	72
3.5 – INSTITUIÇÕES DE ENQUADRAMENTO .....	76
<b>CAPÍTULO 4 - FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS .....</b>	<b>81</b>
4.1 - FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO EM PORTUGAL .....	82
4.2 - MOTIVAÇÕES DAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO .....	86
4.3 - EXPERIÊNCIAS DAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO.....	89
<b>III – ESTUDO EMPÍRICO .....</b>	<b>98</b>
<b>CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA.....</b>	<b>99</b>
5.1 - MÉTODOS E TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS .....	100
5.2 – AMOSTRAGEM .....	107
5.2.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA.....	111
5.3 - ANÁLISE QUALITATIVA DE DADOS.....	118
<b>CAPÍTULO 6 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>126</b>
6.1 - FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO: UMA GALERIA DE RETRATOS.....	127
6.2 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA MOTIVAÇÃO PARA SER FAMÍLIA DE ACOLHIMENTO .....	149
6.3. A EXPERIÊNCIA DE SER FAMÍLIA DE ACOLHIMENTO.....	165
.....	188
6.4 – FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO E SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO .....	189
6.4.1 – A MOTIVAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO: A VISÃO DOS SERVIÇOS.....	190
6.4.2 – A EXPERIÊNCIA DAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO: A VISÃO DOS SERVIÇOS.....	192
6.4.3 – A RENOVAÇÃO DA DISPOSIÇÃO PARA O ACOLHIMENTO: A VISÃO DOS SERVIÇOS.....	196
<b>CAPÍTULO 7 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>198</b>
<b>DESAFIOS, LIMITES E PISTAS DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>217</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>222</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>229</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>243</b>

## **FIGURAS, QUADROS E TABELAS**

**Figura 1** - Influências Cibernéticas entre o Sistema Familiar e Social

**Figura 2** - Processos-Chave da Resiliência Familiar

**Figura 3** - Pergunta generativa da entrevista narrativa

**Figura 4** - Pontos de interesse da entrevista narrativa

**Figura 5** - Critérios ponderados para a seleção dos casos

**Figura 6** - Exemplo de diagrama inicial: Reconhecimento / valorização da FA

**Figura 7** – Exemplo de diagrama intermédio: Motivações para o acolhimento familiar

**Figura 8** - Exemplo de diagrama intermédio: Experiências do acolhimento familiar

**Figura 9** - Fatores Produtores da Motivação para Ser Família de Acolhimento

**Figura 10** – Diagrama: Fatores Produtores da Renovação da Disposição para Ser Família de Acolhimento

**Quadro 1** - Crianças em Acolhimento Familiar em 2015, por distrito e escalão etário

**Quadro 2** - Crianças em Acolhimento Familiar em 2015, por distrito e escalão de duração do acolhimento.

**Quadro 3** - Distribuição geográfica das Famílias de Acolhimento portuguesas

**Quadro 4** - Mapa dos participantes

**Quadro 5** - Dados sociodemográficos das famílias da amostra

**Quadro 6** - Características dos participantes enquanto FA

**Quadro 7** – Categorias e Subcategorias

**Tabela 1** - O Papel do Estado perante o Mau-trato da Criança: A Orientação para o Serviço à Família e a Orientação para a Proteção da Criança.

**Tabela 2** - O Papel do Estado perante o Mau-trato da Criança: A Orientação para o Serviço à Família, a Orientação para a Proteção da Criança e a proposta “Foco na Criança”.

## **INTRODUÇÃO**

### A problemática do estudo: propósito

O acolhimento familiar, do ponto de vista da promoção e proteção de crianças é um tema na ordem do dia, acentuado pela segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, portanto, a Lei n.º 142/2015, de 08 de Setembro. Verificando-se algumas reservas oriundas de diversos patamares sociais sobre esta medida, importa densificar a investigação e o conhecimento da realidade. Contudo, o estudo do acolhimento familiar está ainda fracamente desenvolvido ao nível científico em Portugal (cf. Delgado, 2007; 2008; 2013), à semelhança do que é igualmente assinalado por autores brasileiros e espanhóis, pois como assinala Del Valle et al. (2008:24)

“Apesar de ser uma medida tão utilizada, os estudos espanhóis sobre o acolhimento familiar como recurso de proteção à infância começaram muito recentemente e são ainda escassos, assim como a implementação de programas específicos dirigidos a eles”.

O conhecimento da perspetiva e experiência das famílias de acolhimento contribuirá para aumentar a compreensão, melhorar a qualidade do acompanhamento técnico e eventualmente o seu desempenho, com vista ao alargamento do número de famílias a acolher e por via desse caminho também aumentar o número de crianças, acolhidas, a crescer em família, consideradas as vantagens que lhe são apontadas. Delgado (2013: 112) em linha com um vasto conjunto de literatura internacional, defende que “o Acolhimento Familiar é descrito como um contexto apropriado para promover o desenvolvimento adequado da significativa maioria das crianças, no ambiente escolar, ao nível do comportamento e no campo da saúde.”

A presente investigação visa apresentar a perspetiva das famílias de acolhimento, através do recurso empírico de narrativas. Através de entrevistas em profundidade, emergem processos que aqui estão em análise, como as predisposições, motivações, experiências, necessidades, impactos nas dinâmicas pessoais e familiares de famílias que acolhem ou acolherem crianças em situação de desproteção social. Estudos semelhantes foram desenvolvidos em outros países, considerando que “os cuidadores têm uma responsabilidade significativa no cuidado de crianças vulneráveis. De modo a apoiar e

facilitar os cuidadores é importante compreender como percebem e sentem esta responsabilidade” (Blythe et al., 2013: 87). No âmbito internacional é possível referir alguns estudos similares ao que se apresenta, como o que entra no mundo de dez famílias de acolhimento do País de Gales, analisando o que ajuda a promover o sucesso no acolhimento, objetivando “observar o quotidiano e as experiências da família de acolhimento e focar nestas práticas que definem este marcante funcionamento.” (Rees, 2013: 1). Doyle e Melville (2013: 71) examinaram os “motivos e atitudes das pessoas que se voluntariam a acolher crianças com elevadas necessidades de apoio”, também através de um estudo qualitativo, envolvendo 23 cuidadores. O livro *The Lives of Foster Carers*, de Nutt (2006), sendo focado nos cuidadores, explora as contradições, conflitos e ambiguidades enfrentadas pelas famílias de acolhimento. Em Espanha foi efetuado um estudo a 673 famílias, sendo 381 famílias de acolhimento (e as restantes acolhedores no âmbito da família alargada), visando

“Descrever detalhadamente o perfil dos protagonistas diretos do acolhimento familiar (...) Estudar os resultados do acolhimento familiar em termos de cessação e continuação para os meninos e meninas, assim como para a família acolhedora, tratando de analisar o tipo de evolução e estabelecer relações entre a evolução do acolhimento e algumas variáveis do caso. Descrever as necessidades das famílias de acolhimento (sem laços de sangue).” (Del Valle et al., 2008:47 a 48).

O interesse em dar voz às famílias de acolhimento portuguesas, através das entrevistas narrativas, é sustentado por Delgado (2013: 170) que menciona algumas pistas de investigação de modo a aprofundar os estudos portugueses já realizados, referindo que “seria interessante recolher narrativas dos acolhedores que permitissem aprofundar a compreensão acerca das suas motivações, (...) bem como determinar o seu nível de satisfação (...)”. No plano nacional, estudos coordenados por Delgado apresentam uma tipologia de cariz predominantemente quantitativo.

O presente estudo destina-se à obtenção do título de doutor em Serviço Social, pela Universidade Portuguesa, integrado no Centro de Investigação CEDH - Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano. O Serviço Social desde a sua emergência intervém no problema da criança e da família (cf. Ferreira, 2011). Percebemos que o assistente social é um profissional presente, quer nas equipas envolvidas na decisão da medida de proteção infantil a aplicar pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Equipas Multidisciplinares de Apoio ao Tribunal/Equipas de Crianças e Jovens da Segurança Social, quer nas equipas de acompanhamento de crianças e famílias envolvidas na medida.

Para o desempenho destes profissionais, e para o aprofundamento desta temática, considera-se que o estudo que se apresenta será uma mais-valia para o serviço social, considerando os seus princípios e o superior interesse da criança, de modo a promover a proteção e o bem-estar da criança, e paralelamente a mudança social.

Por último, e num plano mais pessoal, existe uma enorme motivação para o desenvolvimento deste tema, por um lado pelo percurso profissional e académico da doutoranda, sempre incidindo na proteção infantil e na intervenção familiar, e por outro lado, considerando o interesse em futuramente poder vir a integrar as equipas de acompanhamento destas famílias no terreno.

### Aspetos metodológicos

Sendo um estudo de cariz qualitativo, recorreu-se às entrevistas narrativas para a obtenção da perspetiva das famílias de acolhimento, recolhendo dados em profundidade. Paralelamente foi efetuada consulta aos processos familiares construídos pelas equipas técnicas.

A amostragem teórica é constituída por dez famílias, sendo que no momento, duas não estão a acolher crianças, por isso foram designadas de “ex” famílias de acolhimento. Previamente à seleção das famílias a participar no estudo, foi efetuada uma entrevista às diferentes equipas técnicas. Estrategicamente foram consideradas percentagens semelhantes de famílias acompanhadas por equipas da Fundação Mundos de Vida (atualmente a única Instituição Particular de Solidariedade Social protocolada com o Instituto da Segurança Social, IP.) e as restantes por entidades públicas. Metade das entrevistas foi realizada a ambos os cuidadores, e as restantes à cuidadora principal. O local selecionado para o efeito foi o domicílio (quase metade dos casos) ou a entidade de acolhimento, permitindo observar diversas dinâmicas e facilitar a participação dos sujeitos no estudo. Inicialmente foram consideradas as seguintes dimensões de variação máxima: famílias com filhos biológicos no agregado; com filhos biológicos autónomos; no primeiro acolhimento; no segundo (ou mais) acolhimento; com uma saída/cessação de acolhimento, contudo ao longo do processo empírico, foram adicionadas duas: famílias a acolherem

crianças com deficiência e famílias que não acolhem na atualidade devido ao insucesso na fase de cessação.

A análise dos dados obtidos foi efetuada exaustivamente no âmbito da *Grounded Theory*, valorizando a abordagem de Kathy Charmaz, 2006, com recurso ao programa informático MaxQDA12. Efetuada a codificação linha-a-linha, e a codificação focalizada, foram elaborados *memos* iniciais e avançados, de modo a relacionar códigos, categorias e subcategorias emergentes dos dados. A ocorrência de ideias analíticas, correlações e desenvolvimento da lógica analítica foi feita também com base em diagramas, alguns representados neste trabalho.

### Estrutura

Estruturalmente a tese que se apresenta encontra-se dividida em três partes. A primeira e a segunda estão alicerçadas na revisão de literatura e na fundamentação teórico-conceptual. Como fonte recorreu-se a cerca de 150 estudos, paralelamente à consulta do quadro legislativo português e internacional. Aborda-se os modelos de bem-estar social, os sistemas de proteção infantil, as famílias e as famílias de acolhimento, passando pela abordagem ecológica, teorias sistémica, da vinculação e a resiliência familiar. Segue-se o retrato do acolhimento familiar de crianças, com a caracterização e evolução nacional e internacional, concluindo com o capítulo referente especificamente às famílias de acolhimento. A terceira parte aborda a pesquisa empírica, no que se refere à metodologia privilegiada e à análise dos dados obtidos, com a posterior discussão dos resultados. No final, é apresentada uma reflexão sobre os desafios encontrados ao longo do percurso do estudo e ainda os limites que este apresenta, podendo dar o mote à sua continuidade bem como a futuras investigações. Deixa-se algumas sugestões que poderão ser aplicadas no âmbito do planeamento e da intervenção técnica na expectativa de contribuir para potenciar a medida do Acolhimento Familiar de Crianças em Portugal.



## **I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL**

Na construção conceptual do acolhimento familiar de crianças e jovens privilegiam-se dois eixos analíticos. Num primeiro movimento, a análise foca-se no enquadramento do acolhimento familiar como resposta social à necessidade de proteção e desenvolvimento das crianças e jovens e nesse sentido procuram situar-se os sistemas de proteção de crianças no quadro mais geral dos regimes de bem-estar que os enquadram e influenciam. Num segundo movimento analítico, explora-se a constituição da(s) família(s) de acolhimento como objeto por relação à teorização da família enquanto fenómeno social recorrendo às contribuições da sociologia e psicologia da família e à investigação no âmbito do acolhimento familiar.

Sendo certo que o foco da presente investigação se centra na dimensão da experiência de ser família de acolhimento, não privilegiando assim diretamente o estudo do acolhimento familiar enquanto programa de política pública, entende-se não ser possível operar uma descontextualização da família (e da família de acolhimento) do sistema social mais abrangente, que aqui é sobretudo convocado pela análise dos regimes de bem-estar, eles próprios estreitamente articulados com os modelos de família historicamente construídos, e dos sistemas mais específicos de proteção das crianças.

Neste sentido, dá-se de seguida conta do labor de construção conceptual do acolhimento familiar de crianças e jovens, desdobrado em dois capítulos, respetivamente, Modelos de *Welfare*, Família e Sistemas de Proteção da Criança (capítulo 1), e Família e Famílias de Acolhimento (capítulo 2).

**CAPÍTULO 1 - MODELOS DE BEM-ESTAR SOCIAL, FAMÍLIA E SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA**

## Cap. 1 – Modelos de Bem-Estar Social, Família e Sistemas de Proteção da Criança

O Estado tem um papel importante ao nível da regulação das sociedades, nomeadamente no desenvolvimento de respostas para os problemas com que se defrontam os seus diferentes sistemas. Em Portugal o Estado-Providência apenas inicia a sua estruturação, de forma mais efetiva, após a restauração da democracia em 1974, com uma densidade temporal muito diferente das outras sociedades europeias (Mozzicafreddo, 1997).

### *Modelos de Bem-Estar Social*

Entre os autores que se dedicaram ao propósito de compreender e teorizar o modo como as diferentes sociedades se estruturam em termos de resposta aos desafios da promoção do bem-estar social dos seus cidadãos, destaca-se o trabalho de Esping-Andersen. Esping-Andersen, no seu seminal trabalho *The three worlds of welfare capitalism* (1990), propõe o conceito de “modelo de *welfare*” ou *welfare regime*, como índice agregado que permite analisar e diferenciar os modos de estruturação das políticas de bem-estar social. No referido trabalho, o autor

“agrupa países em modelos através de três princípios teóricos que funcionam enquanto agregadores de indicadores: os efeitos da cidadania social na posição dos indivíduos perante o mercado de trabalho; o sistema de estratificação social que daí resulta; e a relação que se estabelece entre estado, mercado e família na provisão social.” (Silva, 2002:26).

Decorrente desta análise Esping-Andersen sustenta a consideração de três regimes ou modelos, respetivamente o modelo escandinavo ou “social-democrático” em que se integram a Dinamarca, Finlândia e Suécia; o modelo continental ou “corporativo” associado à Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Luxemburgo; e o regime anglo-saxónico ou “liberal” reunindo países como o Reino Unido e Irlanda.

O modelo anglo-saxónico é caracterizado pelos fundamentos liberais, onde o mercado é o mecanismo privilegiado para promover a autonomia individual e para criar riqueza, existindo uma rede de mínimos sociais, sendo o essencial do bem-estar dependente da contratualização individual no mercado. Este regime caracteriza-se pela existência de níveis comparativamente mais reduzidos de despesa social e uma preferência pelo esforço privado, quando comparado com o esforço público.

O modelo de bem-estar escandinavo assenta no acesso universal a prestações sociais igualitárias, à expansão dos serviços sociais (com criação de emprego público) e serviços de apoio às famílias *desmercadorizados* [o conceito de *desmercadorização* é entendido como “o grau segundo o qual aos indivíduos ou às famílias é possível manter um nível de vida socialmente aceitável, independentemente da participação no mercado” (Esping-Andersen, 1990:37 citado por Silva 2002:26)].

Já no modelo corporativo regista-se uma grande influência da doutrina social da Igreja católica, a importância da família e da tradição para o bem-estar, a procura de preservação de formas preexistentes de solidariedade, uma forte preocupação com a coesão social, sendo a intervenção pública vocacionada para a garantia da estabilidade e da segurança. Neste modelo, “Os esquemas de proteção social baseiam-se essencialmente em transferências monetárias, utilizando um mecanismo horizontal de distribuição, não promovendo, de forma generalizada, serviços de apoio à família.” (Silva, 2002:29).

As críticas feitas à conceptualização proposta de Esping-Anderson focaram-se quer no facto do seu modelo analítico privilegiar mecanismos macrossociais, pouco sensíveis às particularidades diferenciadoras de vários regimes, quer, no que mais diretamente respeita aos países da Europa do Sul, à não consideração do modelo específico de família e dos mecanismos de solidariedade da sociedade civil enquanto mecanismo de regulação social.

Respondendo às críticas ao seu trabalho, Esping-Andersen, na sua obra *Social Foundations of Postindustrial Economies* (1999) argumenta a necessidade de um novo conceito capaz de captar de forma mais abrangente as particularidades de alguns países. Propõe então o autor o conceito de *desfamiliarização*, complementarmente à categoria *desmercadorização*, com o qual se “pretende captar o nível de obrigações de bem-estar que dependem da ação da própria família (sendo um regime *welfare* familialista aquele que maior papel concede à família na provisão do bem-estar).” (Silva, 2002:32).

Quando procuramos apurar o enquadramento de Portugal, Esping-Andersen considera os países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália, Grécia) como versões menos desenvolvidas do modelo corporativo (Silva, 2002). Assinala-se, nomeadamente, o subdesenvolvimento das prestações familiares e dos serviços às famílias (Ferrera, 1996, 1997, citado por Silva, 2002:39), e os valores familiares fortes que se conciliam com uma fraca individualização e ausência de políticas de família explícitas (Wall et al., 2001).

Branco (2009) sublinha a ideia, defendida por autores como Martin (1997) e Guerrero e Naldini (1997), baseada na comparação de alguns indicadores demográficos e socioeconómicos entre os países do Sul e os outros países europeus, da existência de um modelo de família do Sul com um elevado nível de apoio e solidariedade nas redes familiares. Guerrero e Naldini (1996) analisam a família em duas dimensões principais. A primeira respeita ao estudo das relações entre diferentes instituições sociais, nomeadamente, as relações entre a família e o estado, a igreja e o mercado de trabalho. Observa-se que a divisão do trabalho entre as diferentes instituições sociais apresenta diferentes configurações conforme os países e ao longo do tempo, com a família a desempenhar um papel mais ou menos importante. A segunda dimensão privilegia um olhar sobre a família do ponto de vista do género e das gerações ou como uma unidade relacionada com outras unidades familiares na rede.

Ao caracterizarem a família do sul da Europa, Guerrero e Naldini (1996) sublinham que o aumento da empregabilidade da mulher parece ser responsável pela diminuição da taxa de natalidade e pelo aumento da instabilidade conjugal. Verifica-se também a persistência de alguns traços tradicionais, como a valorização do casamento, uma baixa taxa de nascimentos fora do casamento e com o divórcio (ainda) como um fenómeno social não tão difundido como na Europa Ocidental. As baixas taxas de união de facto e de poucos jovens a viverem sozinhos (fenómeno que continua a ser raro) relacionam-se com a importância atribuída ao casamento. Denota-se a relevância dos valores marcados pela Igreja ligados à intensa ligação com o parentesco e às obrigações entre gerações, que continuam a ser preservadas. Regista-se, então, a coabitação de diferentes gerações no mesmo agregado, com alta intensidade e ampla extensão das redes familiares e de parentesco. A longa dependência dos jovens em relação aos seus pais está enraizada no elevado valor que atribuem à criança e no baixo significado que atribuem à independência como valor da educação. As autoras consideram que o reverso destas características é a propensão para que na Europa do Sul as famílias se responsabilizem pelos cuidados aos

pais durante a velhice. Sintetizando, denotam-se atitudes orientadas para a família: as crianças são altamente valorizadas e as relações entre gerações são vistas em termos de obrigações morais de acordo com os valores veiculados pela Igreja Católica (e Ortodoxa).

A reprodução deste modelo da Europa do Sul é explicada pelos contributos de três domínios, isto é, a situação socioeconómica, as características das políticas sociais e a cultura familiar. Do ponto de vista socioeconómico verifica-se, nestes países, a existência de desemprego, trabalhos precários e informais, elevadas taxas de pessoas a trabalharem por conta própria, pequenas empresas e grande heterogeneidade territorial. No aspeto das políticas, frequentemente estão relacionadas com a unidade e o rendimento da família, contrastando com os direitos individuais e com baixos benefícios para as famílias. A cultura familiar é como descrito *supra*, de valorização do parentesco.

A partilha de responsabilidades entre as instâncias públicas e privadas torna-se mais problemática quando, sob a pressão da crise do Estado-Providência, se encara a hipótese de transferir para a esfera da família serviços e encargos que antes eram cobertos pelas políticas públicas (Portugal, 2000). Face à complexidade decorrente do aumento da população dependente, como os idosos, e uma crescente diminuição de recursos para a prestação de cuidados cada vez são maiores os limites impostos à ação das solidariedades familiares (idem). Wall (2010) adverte igualmente que os estabelecimentos de solidariedade social sem fins lucrativos aumentam de forma regular, no entanto, esse aumento não é suficiente para satisfazer as necessidades das famílias com filhos pequenos, especialmente as que dependem das instituições sem fins lucrativos, economicamente mais acessíveis. Nos centros urbanos maiores, as creches e a educação pré-escolar não são suficientes para satisfazer as necessidades das famílias.

Em Portugal, a estrutura do Estado-Providência, à semelhança da maioria das sociedades democráticas e industrializadas, caracteriza-se por 3 dimensões principais:

“Primeiro, desenvolvimento de políticas sociais gerais e políticas compensatórias de proteção de determinados segmentos da população; segundo, a implementação de políticas macroeconómicas e de regulação da esfera económica privada, intervindo nas disfuncionalidades das regras do mercado; terceiro, estabelecendo formas de conciliação, isto é, institucionalizando a concertação entre parceiros sociais e económicos em torno dos grandes objetivos, como o crescimento económico e a diminuição das desigualdades sociais.” (Mozzicafreddo, 1997: 32).

Percebe-se, contudo que há delegação de responsabilidade nas famílias, que tentam compensar as falhas do sistema público. A família continua a ser “o mais importante

provedor de apoio e cuidado social para os dependentes e idosos (...) A mesma situação é observada nos cuidados infantis apesar de um importante desenvolvimento dos serviços formais.” (Branco, 2009: 13). Saraceno (1992: 201-202), abordando as relações entre Estado e família, sustenta a tese da “invasão” da família por parte do Estado. Na sua argumentação dá, no entanto, conta de pontos de vista contrastantes, elencando quer autores que, entendem que o Estado é autoritário e que reduz quer as funções e a autonomia da família, quer os que interpretam a invasão do Estado como a atribuição de novos deveres à família, sobrecarregando-a. Apesar deste contraste de pontos de vista Saraceno sustenta que todos eles vêm “a família em posição de sujeito ameaçado, predominantemente na defensiva, quando não de adaptação completamente passiva.” (p.202).

Branco (2009: 19), no entanto, reforça a importância do papel estatal, ao argumentar que “o papel do Estado é essencial para garantir o direito aos cuidados sociais e proteção social para os sujeitos que não têm família ou não podem beneficiar de proteção familiar.” Saraceno (1992: 202) abordando uma segunda linha interpretativa da relação Estado-família, explica que o Estado pode ser visto não só como um vínculo, mas como um meio para a autonomia das famílias em relação à família alargada, à comunidade, às leis do mercado, mas também como vetor favorecedor da autonomia dos indivíduos em relação à autoridade familiar.

Verificando-se que a família não consegue assumir todas as funções, o Estado tende a passar grande parte da responsabilidade social à sociedade civil, através das associações e das instituições particulares de solidariedade social, na expectativa que sejam elas a promover respostas ajustadas às necessidades da população, apesar de muitas sobreviverem com tesourarias complicadas e com recurso ao voluntariado, sem a necessária formação adequada.

### ***Políticas Públicas e Família***

As respostas políticas são instrumentos de ação do Estado. As políticas públicas e a legislação são elementos importantes na definição de família e das suas relações pessoais quer em termos do que pressupõem ser a família normativa ou adequada, quer também quanto aos recursos que proporcionam para melhorar o bem-estar das pessoas (Williams, 2010).

Portanto, o papel desempenhado pela família na produção de bem-estar, a avaliação que o Estado faz desse papel, as relações que se estabelecem entre Estado, família, comunidade e mercado, são fundamentais para perceber o perfil político-ideológico do Estado e a sua ação no âmbito das políticas sociais (Portugal, 2000).

Ussel e Landwerlin (2001) afirmam que em geral se pode considerar que toda a política pública beneficia a família de forma direta ou indireta. Contudo recordam que quando se fala em políticas familiares se trata de colocar o enfoque familiar nas políticas sociais, orientando estas para responder às necessidades das famílias e a fortalecer a vida familiar. O termo “políticas de família” refere-se, essencialmente, às ações governamentais dirigidas às famílias, isto é, a tudo o que os governos fazem para regular e para apoiar a vida familiar. Trata-se da legislação, das resoluções, dos subsídios e dos programas delineados e concebidos para atingir determinados objetivos para os indivíduos nos seus papéis familiares ou para o núcleo familiar no seu conjunto (Wall, 2010). A forma de colocar em prática essas medidas, dá lugar a políticas familiares implícitas ou explícitas.

Wall (2010) explica o que as distingue. Podem considerar-se que são “implícitas” quando as ações governamentais são concebidas no interior de outras políticas públicas, nomeadamente, dentro de políticas de habitação ou de proteção social, e sobretudo, quando não se pretende atingir objetivos específicos para a família. No caso das “explícitas”, são consideradas sempre que, por um lado, propõem de forma deliberada certos objetivos específicos para a família (por exemplo: proteger a paternidade, aumentar a redistribuição vertical, promover a natalidade, proteger certo tipo de família mais vulnerável à pobreza) e, por outro lado, quando se procura institucionalizar a política de família, isto é, quando se procura criar, no âmbito político, organismos ou instituições responsáveis por esta problemática, como uma Direção-Geral ou uma Secretaria de Estado.

Portugal (2000) refere que no nosso país não podemos analisar a “política familiar”, mas apenas olhar as políticas sociais do ponto de vista da “questão familiar” ou falar em “políticas de família implícitas”.

Contudo, em Portugal, e apesar do desenvolvimento registado com a progressão no sentido da construção de um Estado-providência (Mozzicafreddo (1997: 10-11) <sup>1</sup> e a diversidade de áreas cobertas pelas políticas públicas, não se pode, em rigor, falar da existência de políticas de família (Portugal, 2000). Consequentemente, não se regista a existência de políticas familiares específicas para as famílias cuidadoras, e menos ainda para as famílias de acolhimento, nomeadamente benefícios fiscais, ou uma maior oferta de serviços de âmbito social e outros incentivos, ainda que, ao longo dos anos, se tenham produzido relatórios e recomendações nesse sentido (cf. Conselho Técnico-Científico da Casa Pia, 2005).

Não obstante a Constituição da República Portuguesa (CRP), no artigo 67.º, estabelecer que incumbe, designadamente, ao Estado para a proteção da família “Definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com carácter global e integrado”, Portugal (2000) constata que no nosso país, o perfil da intervenção do Estado moldou-se a partir de uma sociedade que com a ideologia ruralista e familista do Estado Novo, aprendeu a contar com os seus próprios recursos.

Ao longo dos últimos anos têm-se verificado mudanças significativas nos modelos familiares e na forma como as políticas reformularam as conceções de casamento e relações familiares (Williams, 2010).

Olhando para as características das famílias, no nosso país, constatamos que apesar da dimensão média do agregado familiar ter vindo a decrescer, este indicador demográfico apresenta os valores mais altos da Europa, com os filhos a permanecerem em casa dos pais até mais tardiamente,

“Característica peculiar das famílias portuguesas é a da permanência de filhos adultos, em idade avançada, em casa dos pais. Mais de 15% dos jovens com idades entre os 30 e os 34 anos ainda reside com a família de origem, introduzindo dinâmicas específicas nas interações familiares” (Guerreiro, 2011: 25).

---

<sup>1</sup> Mozzicafreddo (1997: 10-11) caracteriza as políticas de serviços sociais e bens públicos abrangendo as seguintes áreas: sistema de segurança social, universal e centralizado (ex. pensões, desemprego); sistema de provisão de serviços sociais, institucionais e diretos (ex. educação, equipamentos sociais básicos); sistemas de transferências sociais de benefícios monetários (ex. abonos de família, subsídios à maternidade); sistemas de assistência e ação social (ex. grupos de risco e desprotegidos) e sistemas específicos não estruturais de atribuição de benefícios sociais e monetários diretos (ex. deduções fiscais, formação académica e profissional).

O facto de, em Portugal, os jovens terem estadia prolongada em casa dos pais, poderá constituir um fator estrutural que poderá estar na base de um reduzido número de famílias de acolhimento, se tivermos em conta que há várias que se candidatam porque têm os seus filhos já autónomos e ainda sentem que têm capacidade para prestar cuidados e melhorar a vida de crianças, e que Schofield et al. (2000), no seu estudo sobre as famílias de acolhimento no Reino Unido denominam de “segundas famílias”.

O trabalho remunerado funciona como o modo de autossuficiência e responsabilidade para homens e mulheres mas, contudo, provoca tensões ao nível do equilíbrio entre a vida familiar e laboral (cf. Williams, 2010) pelo que seria desejável a promoção de “facilidades de trabalho a tempo parcial, horário flexível, proteção dos direitos laborais e regime de faltas laborais, similarmente ao que tem sido estabelecido para outros tipos de cuidado familiar.” (Branco, 2009:18).

A participação da mulher no mundo do trabalho, teve implicações na família, cuja “organização deixou de assentar na divisão segmentada de papéis, no designado modelo *homem ganha-pão (male bread winner)*, com o homem a assegurar o sustento da família e a mulher na função de doméstica e cuidadora.” (Guerreiro, 2011: 26-27). Contudo, as mulheres continuam a ser os principais prestadores de cuidados e zeladoras dos laços familiares (Saraceno, 1992; Williams, 2010).

Apesar da entrada da mulher no mercado de trabalho, tal não provocou uma maior participação dos companheiros nas atividades domésticas, levando a um aumento de trabalho e de cansaço da mulher que desempenha quase exclusivamente as tarefas da casa e os cuidados às crianças e idosos (Silva, 2002). A mulher tem uma *dupla jornada de trabalho* (Guerreiro, 2011). Estes valores familiares assentes no poder do homem como *chefe de família*, numa base patriarcal, comprometem a modernização dos sistemas de família (Therborn, 2004 citado por Torres, 2010).

Wall, Aboim e Marinho (2010), ao estudarem a vida familiar no masculino, nomeadamente as formas de paternidade nas famílias contemporâneas, sugerem que as consequências das tendências de negociação, quer para as identidades masculinas e quer para o *stress* família-trabalho, são fortemente moldadas pelas mudanças que têm vindo a ter lugar no funcionamento conjugal e na divisão familiar do trabalho pago e não pago. Ao analisarem as práticas parentais no contexto das dinâmicas familiares, perceberam a emergência de diferentes formas de as viver. Identificaram uma forma de paternidade

igualitária nos contextos em que “o duplo empenhamento na carreira é combinado com um modelo de duplo cuidar, embora apoiado numa forte delegação dos cuidados e das tarefas domésticas” (p. 230). Por outro lado, os casais com graus de investimento profissional e parental mais assimétricos parecem estar ligados a três formas possíveis de paternidade: apropriativa, eletiva e a tempo inteiro:

“apropriativa, quando os homens se tornam os principais cuidadores e educadores dos filhos; eletiva, caracterizada por casais em que os homens estão mais orientados para a carreira e as mulheres para a parentalidade, levando estes pais a procurar ter tempo de qualidade com os filhos; e a tempo inteiro, quando a orientação feminina para a carreira, combinada com a instabilidade profissional masculina, empurram, de certo modo, os homens para a primeira linha dos cuidados aos filhos e do trabalho doméstico.” (p. 230).

Explicam que a orientação fusional da família está associada à participação ativa do homem nas práticas quotidianas do cuidar e do trabalho doméstico pois

“a ênfase na fusão, na igualdade de género e na abertura ao exterior que caracteriza as famílias *companheiristas* encoraja uma paternidade conjunta, em que ambos os cônjuges colocam as crianças e a família em primeiro lugar e, apoiando-se mutuamente, partilham todas as tarefas: as do prover, as dos cuidados e as domésticas.” (p.230)

Contudo, quando o familialismo e as interações fusionais estão ligados à maior diferenciação de género e ao fechamento ao exterior, como acontece nas famílias *bastião*, a paternidade passa a assumir contornos de apoio: os homens são os “ajudantes” das suas mulheres nos cuidados aos filhos e nas tarefas domésticas; e contribuem para a coesão familiar procurando passar tempo em casa. Afastando-se grandemente desta forma de estar na família, os homens provedores, das famílias *paralelas*,

“sustentam a manutenção de mundos separados entre os cônjuges. São pais paralelos, que providenciam os recursos da família e monitorizam as suas crianças à distância, não se envolvendo activamente nas práticas quotidianas dos cuidados e do trabalho doméstico.” (p.230)

A paternidade parece adquirir outros significados e formas no cenário das famílias *associativas*, nas quais se enfatiza a igualdade de género, a autonomia individual e a abertura ao exterior.

Complementarmente às diferenças verificadas entre o nosso país e outros países europeus, nomeadamente na expressão do acolhimento familiar, verificamos que na Suécia, um dos países onde o acolhimento familiar é mais expressivo, existem desde muito antes dos anos 60 movimentos e medidas de promoção da igualdade de oportunidades

entre homens e mulheres, e a educação sexual na escola é obrigatória após 1955 (Torres, 2010).

Em Portugal, “as mulheres acumulam uma grande sobrecarga de trabalho remunerado e não remunerado, geradora de *stress* e de alguns conflitos familiares.” (Guerreiro, 2011: 29).

Poder-se-ia indagar se acolher uma criança aumentará ainda mais a sobrecarga da mulher e se pode constituir um fator de desmotivação para abraçar este encargo social. A mulher é tendencialmente a principal cuidadora das famílias de acolhimento. Vários autores (Corbillon, 2006; Sellick and Thoburn, 2002 citados por Colton et al., 2008:879) referem, “a vasta maioria dos cuidadores no Reino Unido e França são mulheres, muitas das quais únicas”, considerando o universo das famílias de acolhimento e as famílias que acolhem crianças com laços de parentesco.

Guerreiro, Torres e Lobo (2007: 32) sublinham a importância das políticas que apoiem as famílias, com vista ao equilíbrio de género e familiar e a assegurar a reprodução,

“os efeitos desta reorganização dos papéis de género, na família e no trabalho, são muito diferenciados, dependendo de fatores estruturais como rendimentos, taxas de desemprego juvenil, regimes de proteção social, mas sobretudo, da existência de políticas que permitam harmonizar as duas esferas. Sem esses apoios, ou há sobrecarga feminina, ou retração perante a atividade quando se é mãe, ou ainda diminuição não desejada da descendência média.”

A influência religiosa é uma dimensão relevante que se articula com as políticas públicas, pois tem um grande peso na diferenciação dos países. Alguns países como a Suécia, têm orientações advindas do protestantismo luterano, e outros, como Portugal, têm influências do catolicismo. “A influência da igreja católica, na produção e reprodução da cultura familiar, relativamente à solidariedade e deveres recíprocos entre os membros da família, continua a ser forte, apesar do processo de secularização observado nas últimas décadas.” (Branco, 2009: 6). O catolicismo contribui em Portugal para a importância da família, a manutenção de formas preexistentes de solidariedade e a preservação da coesão social, (Silva, 2002). Esta presença, resultante quer duma tradição secular, quer do processo de partilha de responsabilidades na esfera social entre o Estado e as estruturas da sociedade civil, é particularmente significativa no domínio dos serviços sociais, nos quais se inclui a ampla rede de instituições de acolhimento residencial de crianças.

Outro fator apontado na literatura é a situação económica do país. Leber e LeCroy (2012) referem que os *media* (americanos) sugerem uma correlação entre a recessão económica e o aumento de abuso e negligência infantil, salientando que minimamente tem impacto no acolhimento familiar devido aos cortes governamentais no domínio da proteção infantil.

Wall et al. (2001) referem-se ainda ao facto de a provisão de bem-estar social derivada das relações informais reforçar as desigualdades sociais existentes, em vez de compensá-las. Os autores verificaram uma forte relação entre a posição das famílias na estrutura social (baixos níveis educacionais e categorias ocupacionais menos favoráveis), e os níveis mais baixos de apoio ao longo da vida conjugal. Pois, apesar de nos países da Europa do Sul, face ao rudimentar Estado de *welfare*, se sublinhar a importância das redes informais, baseadas no parentesco, vizinhança ou amigos, nomeadamente para a prestação de cuidados às crianças, percebe-se que em Portugal, à semelhança do que acontece em outros países europeus, a ajuda é principalmente proveniente dos pais; da família da mulher; e das mulheres, em detrimento dos homens (*idem*).

Percebe-se que as políticas sociais têm conhecido uma evolução substancial nas últimas décadas, com novas perspetivas conceptuais, com novas filosofias de abordagem e de enquadramento, assistindo-se assim a uma mudança de paradigmas ao nível da formulação das políticas e das práticas de trabalho, cada vez mais orientadas para a promoção da qualidade de vida. Neste contexto, a garantia dos direitos dos cidadãos exige, em determinadas situações, a oferta de serviços de apoio que viabilizem a sua integração social, bem como a criação de soluções (temporárias ou permanentes) de complementaridade ou de alternativa ao contexto familiar, que contribuam efetivamente para o seu bem-estar, para a sua autonomia, valorização e desenvolvimento pessoal (cf. Manual de Processos-chave do Acolhimento Familiar).

As medidas de política social a favor das famílias abrangem desde benefícios fiscais, às prestações familiares, às leis que favorecem a conciliação entre o trabalho e família, à criação de infra-estruturas para apoiar os cuidados com dependentes, como crianças, à legislação sobre o casamento, o divórcio, as uniões de facto, a contraceção, o aborto entre outros (Portugal, 2000; Wall, 2010). Sugere-se, portanto, a implementação de políticas de apoio específicas para as famílias de acolhimento de crianças, considerando que assumem um importante papel na sociedade, da responsabilidade do Estado. Percebe-

se a necessidade de alargar o apoio social, fiscal, económico e emocional a estas famílias (Delgado et al., 2013). Frequentemente lhes é exigido nomeadamente que faltem ao trabalho sem direito a justificação ou que assumam financeiramente as despesas inerentes à criança acolhida.

### ***Sistemas de Proteção da Criança***

Os Estados-providência europeus têm um histórico e respostas diversas no que respeita ao bem-estar na infância. Williams (2010) faz uma incursão através dos modelos de diferentes países, nomeadamente no que se refere à prestação de cuidados às crianças. Em França e na Finlândia, onde os serviços públicos de assistência às crianças estão estabelecidos desde há muito, tem-se optado pelo pagamento pecuniário ou benefícios fiscais para que os cuidadores fiquem em casa, contratem alguém que tome conta do seu filho em casa ou paguem outros sistemas de assistência. Em Espanha e na Itália, tem-se recorrido aos trabalhadores imigrantes como empregados domésticos de baixo salário. Já na Holanda introduziu-se um modelo combinado, valorizando o trabalho a tempo parcial, mas mantendo os direitos sociais associados ao trabalho. Na Suécia, o sistema de assistência, focado na igualdade de género, apresenta uma elevada qualidade sendo suportado pelo Estado. No Reino Unido, as políticas focam-se no encorajamento da entrada no mercado de trabalho.

Gilbert et al. (2011: 4) analisando um conjunto de dez países, do ponto de vista do papel do Estado na proteção da criança perante o mastrato, constata uma agregação dos países em grupos de acordo com o sistema que os caracteriza: os países anglo-americanos têm serviços orientados para a proteção da criança (child protection orientation), enquanto os países europeus Continentais e Nórdicos têm uma orientação para o serviço à família (family service orientation), diferindo, contudo, na política de participação. Estes modelos são similares aos mundos do bem-estar-social identificados por Esping-Andersen, e referidos anteriormente, os regimes Liberal ou Anglo-saxónico, Corporativo ou Continental e Social-democrático ou Escandinavo.

Na mesma linha de investigação, encontramos Lamont, et al. (2010). Afirmam estes autores que os países escandinavos, mas também a Bélgica e outros países europeus, caracterizam-se por ter um serviço à família orientado para o bem-estar da criança, por oposição ao sistema orientado para a proteção da criança, que é comum nos países de língua inglesa como a Austrália, Reino Unido, os Estados Unidos de América, Canadá e Nova Zelândia.

No primeiro modelo, o serviço à família orientado para o bem-estar da criança, observa-se

“um grande foco nas *necessidades da família*; é menos avesso ao risco do que os sistemas orientados para a proteção da criança; identifica a importância de relações fortes entre o técnico social e a família; e permite aos técnicos da família e da criança usar a ponderação.” (idem, p. 681)

O segundo, o sistema orientado para a proteção da criança,

“é demasiado *centrado nas necessidades da criança*; orientado para a mãe, em detrimento da orientação para a família; atribui aos assistentes sociais um nível mais elevado de arbítrio, podendo deixar algumas famílias vulneráveis se elas não tiverem uma boa relação com o seu assistente social; menos diretrizes tornam mais difícil aceder à prática com qualidade.” (idem, p. 682).

As duas orientações foram caracterizadas em quatro dimensões. A primeira, e porventura a mais significativa, é a forma como o problema do abuso infantil é enfrentado. Gilbert et al. (2011: 3) explicam que no caso do sistema orientado para a proteção da criança, o abuso é concebido como um acto que requer a proteção da criança dos danos causados pelos “parentes degenerativos”, enquanto no outro sistema, o abuso é concebido como um problema de conflito ou disfunção da família que surge de dificuldades sociais ou psicológicas, contudo ao qual se responde com ajuda e apoio.

A segunda, e dependendo de como o abuso da criança é visto, a resposta funciona como um mecanismo para investigar o desvio de modo excessivamente jurídico ou como um serviço orientado frequentemente para uma resposta terapêutica às necessidades da família, na qual o foco inicial recai sobre a avaliação das necessidades.

Em terceiro, como resultado, na orientação para a proteção da criança, os profissionais funcionam de forma muito adversa, enquanto que na orientação para o serviço à família há um espírito de parceria – particularmente com os pais.

Por último, na orientação para o serviço à família, parecer existir uma alta taxa de acordos voluntários com os pais na colocação extrafamiliar, enquanto na orientação para a proteção da criança, a maioria das colocações extrafamiliares foram forçadas através do poder coercivo do Estado, frequentemente dos tribunais (*idem*).

O relatório da UNICEF (2007) mostra que se registam os níveis mais elevados de bem-estar da criança na Holanda e Suécia e que os níveis mais baixos se localizam nos Estados Unidos e no Reino Unido. Portugal aparece numa posição mediana, numa análise comparativa de 21 países da OCDE. No estudo em referência foram consideradas seis dimensões: bem-estar material, habitação e ambiente, educação, saúde, comportamentos de risco, e qualidade da vida escolar (OCDE, 2009).

As assimetrias entre países verificam-se inclusivamente do ponto de vista das entidades que providenciam os serviços de proteção à criança, refletindo mais uma vez características históricas, culturais e socioeconómicas distintas. Na Austrália “Os serviços de proteção à criança podem ser administrados pelo poder estatal ou federal, o poder local (autarquias), organizações não-governamentais, organizações de saúde, ou pequenos grupos comunitários” (Lamont, et al., 2010: 678). No Canadá por exemplo, a responsabilidade é assumida principalmente pelas autoridades locais e pelas organizações não-governamentais.

Percebe-se que durante os anos 80, numa era que enfatizava a importância do mercado na provisão de serviços de cuidados para os adultos na Grã-Bretanha muitas agências privadas e do setor do voluntário substituíram o setor público. Os mesmos imperativos não foram impostos respeitante aos serviços para crianças (Wilson, 2004: 97). Esta, no entanto, é uma tendência atual em vários países que veem nas agências privadas um recurso que assume um importante papel no setor social.

Ao nível técnico, nos países onde há um modelo/serviço orientado para a família, as equipas são multidisciplinares, podendo incluir médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos, entre outros, à semelhança das características das equipas técnicas no nosso país. Nos países orientados para a proteção da criança, os profissionais são os assistentes sociais (*social workers*).

Não obstante as disparidades registadas, Gilbert et al. (2011) concluem que parece não existir aparente ligação entre as taxas de colocação e as orientações dos sistemas de

proteção. Estas refletem essencialmente as significativas evoluções do ponto de vista social, político, e económico dos contextos dos diversos países. Os Estados Unidos diminuíram o número de crianças em cuidado extra-familiar de 8/1000 crianças em 1997 para 6/1000 em 2007. Pelo contrário, o Canadá e a Inglaterra aumentaram o número de crianças acolhidas. No caso do Canadá, regista-se um notável aumento, de 4/1000 em 1991 para 9.7/1000 em 2007, e na Inglaterra de 4.5/1000 em 1994 para 5.5/1000 em 2009 (idem).

A idade da criança aquando da colocação parece ser, contudo um aspeto em que se registam significativas diferenças. Os Estados Unidos, Inglaterra e o Canadá tipicamente têm crianças mais novas em acolhimento, ao passo que os países nórdicos tendem a ter crianças mais velhas. Estas evidências, encontradas por Gilbert et al. (2011: 248), estão de acordo com o sistema de proteção da criança. Na orientação para a proteção da criança, realiza-se a retirada da criança num dado nível de risco, baseando-se na premissa que crianças mais novas são mais vulneráveis do que as mais velhas. Nos países com orientação para o serviço à família, as intervenções tomam sobretudo o formato de serviço à família e à criança, sendo a criança retirada apenas se estes serviços não se revelam eficazes.

Na tabela 1 abaixo, adaptada de Gilbert et al. (2011: 255) podemos analisar, comparativamente, os modelos atrás referenciados. Na primeira coluna apresentam-se as características da Orientação para o Serviço à Família e na segunda as características da Orientação para a Proteção da Criança. Contudo Gilbert et al. (2011) admitem que, não obstante se poderem identificar estes dois tipos ideais, nos casos concretos observa-se a existência de um contínuo polarizado por estes dois modelos, já que muitos países apresentam características mistas aproximando-se ou afastando de cada um dos pólos.

Tabela 1 - O Papel do Estado perante o Mau-trato da Criança: A Orientação para o Serviço à Família e a Orientação para a Proteção da Criança.

	<b>Serviço à Família</b>	<b>Proteção da Criança</b>
<b>Indutor da Intervenção</b>	A unidade familiar	Pais sendo negligentes e

	precisa de assistência	abusivos em relação às crianças
<b>Papel do Estado</b>	Suporte aos pais; o Estado procura fortalecer as relações da família	Sancionador; funções do Estado como <i>cão de guarda</i> para garantir a segurança das crianças
<b>Enquadramento do Problema</b>	Social/psicológico (sistema, pobreza, racismo, etc.)	Individual/moralístico
<b>Modo de Intervenção</b>	Terapêutico/avaliação das necessidades	Legal/investigativo
<b>Objetivo da Intervenção</b>	Prevenção/coesão social	Proteção/redução do mastrato
<b>Relação Estado-Pais</b>	Parceria	Adversa
<b>Equilíbrio de Direitos</b>	Direitos dos pais à família mediados por profissionais, nomeadamente assistentes sociais	Direitos das crianças/pais aplicados através dos meios legais

Fonte: Adaptado de Gilbert et al. (2011: 255)

Gilbert et al. (2011), no estudo citado propõem um modelo alternativo, designado de “Foco na Criança” (child-focused orientation). Esta terceira orientação (ver Tabela 2) consiste numa abordagem intermédia, face às duas orientações típicas observadas.

Tabela 2 - O Papel do Estado perante o Mau-trato da Criança: A Orientação para o Serviço à Família, a Orientação para a Proteção da Criança e a proposta “Foco na Criança”.

	<b>Serviço à Família</b>	<b>Proteção da Criança</b>	<b>Foco na Criança (Proposta de Gilbert et al., 2011)</b>
<b>Indutor da Intervenção</b>	A unidade familiar precisa de assistência	Pais sendo negligentes e abusivos em relação às crianças	As necessidades individuais da criança numa perspetiva presente e futura; necessidade da sociedade de cidadãos saudáveis e contributivos
<b>Papel do Estado</b>	Suporte aos pais; o Estado procura fortalecer as relações da família	Sancionador; funções do Estado como <i>cão de guarda</i> para garantir a segurança das crianças	Paternalista/Estado desfamiliarista assume o papel parental; mas procura refamiliarizar a criança através do acolhimento familiar/cuidados junto de outros familiares/adoção
<b>Enquadramento do Problema</b>	Social/psicológico (sistema, pobreza, racismo, etc.)	Individual/moralístico	Desenvolvimento e resultados desiguais para as crianças
<b>Modo de Intervenção</b>	Terapêutico/avaliação das necessidades	Legal/investigativo	Intervenção precoce e reguladora/avaliação das necessidades
<b>Objetivo da Intervenção</b>	Prevenção/coesão social	Proteção/redução do mastrato	Promover o bem-estar através do investimento social e/ou igualdade de oportunidades
<b>Relação Estado-Pais</b>	Parceria	Adversa	Substitutiva/parceria
<b>Equilíbrio de Direitos</b>	Direitos dos pais à família mediados por profissionais, nomeadamente assistentes sociais	Direitos das crianças/pais aplicados através dos meios legais	Direitos das crianças/responsabilidade e dos pais

Fonte: Adaptado de Gilbert et al. (2011: 255)

Por fim, respeitante aos sistemas de proteção da criança, nos países afetados pela guerra ou por catástrofes naturais, encontramos grupos voluntários de áreas multidisciplinares, como idosos, professores, médicos, grupos de defesa das crianças (Price-Robertson, Bromfeld e Lamont, 2014). Em países africanos e asiáticos verifica-se maioritariamente a existência de “grupos baseados na comunidade focados na criança”, recorrendo-se, perante a incapacidade do Estado, à ajuda humanitária.

Não obstante as disparidades entre países, percebe-se que as recomendações e legislação nacionais e internacionais caminham no sentido do reconhecimento da importância da família. A Convenção dos Direitos da Criança (CDC), adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989, foi ratificada por Portugal, em 21 de Setembro de 1990. Destaca-se a posição dos Estados Unidos da América, como país que não ratificou a Convenção, provocando alguma reflexão do ponto de vista dos direitos sociais, legais e políticos das crianças. A CDC recomenda que os Estados Parte reconheçam que a criança “deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão” (p.3). Na mesma linha está a Constituição da República Portuguesa (CRP), que no artigo 67.º reconhece a família como elemento fundamental da sociedade.

A literatura assinala que existe um crescente reconhecimento do papel central da família, do desenvolvimento e bem-estar da criança, e do impacto que a perda do cuidado familiar tem nas crianças (Bradford, 2014). Percebe-se a valorização da família como prioridade absoluta na vida pessoal dos europeus (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007).

O artigo 68.º da CRP refere que os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, esclarecendo que a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes. As diversas instâncias e instituições jurídicas internacionais foram consolidando uma doutrina clara e coerente que advoga a especial proteção da família e da criança (Amorós e Palacios, 2004). A Convenção dos Direitos da Criança (1989) recomenda que os Estados se comprometam a ajudar as famílias, respeitando as suas responsabilidades e os seus direitos, criando serviços dirigidos à infância para que satisfaçam convenientemente as necessidades dos seus filhos.

A família, e o lugar da criança, que hoje conhecemos, “organizando-se em torno da criança e das suas necessidades (...) é uma obra da modernidade” (Cunha, 2007: 27). A conceptualização da parentalidade e das relações tem vindo a alterar-se. Antigamente educava-se para a obediência e para a submissão, enquanto hoje é objetivo educacional promover a autonomia e autossuficiência infantil (Conselho Técnico-Científico da Casa Pia, 2005: 61). As crianças passam a assumir um valor moral em detrimento do valor económico do passado fruto das sucessivas (re)construções sobre os conceitos de infância e juventude que correspondem a mudanças nas dinâmicas sociais. Tradicionalmente, a criança era vista como um objeto. Nas sociedades industrializadas, a criança passa a ser considerada titular de direitos próprios. Mais tarde num novo quadro de direitos sociais a preocupação social assenta no bem-estar infantil.

Almeida (2000 cit. in Conselho Técnico-Científico da Casa Pia, 2005: 412) aponta três grandes momentos que marcam uma viragem na forma de entender a criança: pré-modernidade (braço de trabalho, maltratada, adulto em versão pequena); modernidade (criança-aluna que se deseja bem-sucedida) e pós-modernidade (consumidora ativa das tecnologias, com a globalização e quebra de fronteiras). Considerando que Portugal teve uma modernidade tardia, comparativamente a outros países europeus, tal “condicionou também a evolução do conceito de infância no nosso país” (idem).

Percebendo alguma tensão relativamente à forma como a sociedade encara as crianças, como investimento para o futuro ou como cidadãos do presente, Williams (2010: 48) questiona o interesse das políticas governamentais, “será que estão mais voltadas para transformar as crianças em futuros cidadãos trabalhadores do que para reconhecer os seus direitos a serem ouvidos como cidadãos do presente?”. Gilbert et al. (2011) no quadro da terceira orientação que sugerem, entendem que as crianças devam ser vistas não como futuros trabalhadores mas como cidadãos atuais.

Williams (2010) admite que a questão dos interesses das crianças tornou-se central na agenda das políticas da família. O dever de promover o interesse da criança e estar atento aos seus desejos e sentimentos é do adulto (idem).

As necessidades das crianças agrupam-se em quatro grandes matérias: necessidades relacionadas com a segurança, o crescimento e a sobrevivência (alimentação, higiene e proteção); necessidades relacionadas com o desenvolvimento emocional (emoções,

vinculação e autoestima); necessidades relacionadas com o desenvolvimento social (formas de interação) e necessidades relacionadas com o desenvolvimento cognitivo e linguístico (comunicação), (cf. Amorós e Palacios, 2004).

Na mesma linha encontram-se os direitos consagrados na Convenção dos Direitos da Criança (1989), entre eles destacam-se desde logo o direito à vida (sendo obrigação do Estado assegurar a sobrevivência e desenvolvimento), a um nome e nacionalidade, direito a viver com os pais ou sendo incompatível com o seu interesse superior manter o contacto, direito a ser protegida contra intromissões na sua vida privada e na sua família. Tem direito a opinar, bem como ser informada, sobre aspetos a seu respeito. A valorização do crescimento no seio familiar está vincada na generalidade, bem como, em situações adversas, a reunificação e manutenção das relações pais-filhos. “Os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial.” (artigo 6.º da CRP). Note-se que o suporte social aos pais é visto como mediador e uma fonte de resiliência, com efeito tranquilizador (Armstrong, Birnie-Lefcovitch, e Ungar, 2005).

No entanto, em algumas situações, a família deixa de ser uma instituição segura para a criança, emergindo como um lugar revestido de riscos e de eventual perigo. Nestas circunstâncias prevê-se que o Estado atue, acionando o sistema público de proteção.

Uma família que não proporcione à criança um ambiente que a ajude a controlar comportamentos, gerir emoções e explorar cognitivamente o meio, é considerada *de risco*<sup>2</sup> por Carneiro et al. (2005 cit. por Alarcão, 2002). Saraceno (1992:13) traça as características da família em risco e em perigo: “Analogamente, ao lado das imagens também contemporâneas da família-refúgio, da família lugar de intimidade e de afetividade, espaço de autenticidade, arquétipo de solidariedade, da privacidade, juntam-se as imagens da família como lugar de inautenticidade, de opressão, de obrigação, de egoísmo exclusivo, a família como geradora de monstros, de violência, a família que mata”. O mastrato infantil está presente em várias famílias, consistindo em “toda a ação ou omissão não acidental que impede ou põe em perigo a segurança dos menores de 18 anos e a satisfação das suas necessidades físicas e psicológicas básicas.” (Amorós e Palacios, 2004: 31). O mastrato pode ser ativo ou passivo e num âmbito físico ou emocional. Pode

---

<sup>2</sup> Assiste-se à passagem do conceito de “crianças e jovens em risco” para o de “crianças e jovens em perigo”, com natureza e carácter mais restritos, pois “nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do Estado e da sociedade na sua vida, na autonomia e na da sua família.” (LPCJP).

resumir-se a formas de abuso físico, sexual ou psicológico e de abandono físico ou emocional. As consequências do mau-trato infantil são de várias ordens.

As crianças podem estar expostas a riscos de múltiplas dimensões. Existe consenso relativamente ao facto de os fatores de risco poderem ser encontrados ao nível da criança, da família, do bairro e da estrutura social (Armstrong, Birnie-Lefcovitch e Ungar, 2005).

Por outro lado, importa identificar e potenciar os fatores protetores nomeadamente das famílias. No nível familiar, os fatores de proteção incluem a idade do outro cuidador, estimulação consistente durante o primeiro ano de vida, cuidadores alternativos que agem quando os pais não estão presentes, uma rede de parentes de diferentes idades, a presença de cuidadores irmãos, e estrutura e regras durante a adolescência (Armstrong, Birnie-Lefcovitch, e Ungar, 2005).

A perceção da existência de risco e de perigo leva a que a sociedade reaja defensivamente. Paralelamente à consagração dos direitos da criança, a Convenção dos Direitos da Criança (1989) sublinha de forma clara as obrigações dos Estados de modo a assegurar o cumprimento desses direitos, entre elas, a obrigação de proteção contra os maus-tratos e de dirigir recursos, nomeadamente aos pais de modo a cumprirem adequadamente o seu papel,

“tomam as medidas adequadas para ajudar os pais e outras pessoas que tenham a criança a seu cargo a realizar este direito e asseguram, em caso de necessidade, auxílio material e programas de apoio, nomeadamente no que respeita à alimentação, vestuário e alojamento” (CDC, 1989).

O Estado desempenha um importante papel na definição de parâmetros para a responsabilidade parental e na forma como determina os moldes em relação aos quais a variação na parentalidade afeta o desenvolvimento da criança. O seu papel pode assentar na prevenção passiva ou ativa (Garbarino, Vorrasi, Kostelny, 2002). A esse nível, Amorós e Palacios (2004) referem que baseado no bem-estar da criança, a intervenção deve ser em primeiro lugar de evitar que o maus-trato chegue a produzir-se e em segundo lugar, se o maus-trato ocorre, atue para proteger as vítimas da forma que se considere mais adequada.

Já no artigo 69.º da CRP foi consagrado o direito das crianças à proteção pública,

“o direito das crianças à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.”

A intervenção do Estado prevê por um lado afastar o perigo e por outro lado, promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, garantindo, nomeadamente, a recuperação psicológica das crianças vítimas.

Perante uma situação de risco a atuação deve ser no sentido da preservação da unidade familiar no sentido de modificar a situação de risco, e apenas aquando da situação de mastrato há lugar à separação da criança da sua família, com vista ou não à reunificação (cf. Amorós e Palacios, 2004).

Na década de 1980, assiste-se a um debate entre o chamado modelo *de justiça*, que privilegia a defesa da sociedade, e o modelo *de proteção*, que defende a intervenção do Estado no interesse do menor<sup>3</sup> (Conselho Técnico-Científico da Casa Pia, 2005) decisivo para a promulgação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo<sup>4</sup>.

A proteção infantil consiste em

“um domínio em contínua evolução, especialmente a partir da segunda metade do séc. XX. Na sua qualidade de sistema de respostas sociais, constitui um marcador dos movimentos da sociedade, das representações dominantes de família, do lugar social da infância, dos modos de relação instituídos entre adultos e crianças, dos seus problemas e soluções.” (Martins, 2004:167).

Com vista a uma resposta rápida e eficaz, foram criados sistemas de acolhimentos de emergência, com os centros de acolhimento temporários e os lares residenciais. Os constrangimentos do sistema de proteção são de vária ordem, nomeadamente a escassez de famílias de acolhimento,

“ao contrário de outros países europeus, Portugal não dispõe ainda de uma significativa rede famílias alternativas, sobretudo sob a forma de família de acolhimento. O desenvolvimento desta possibilidade (...) combater as questões de falta de inclusividade da escola regular e as dificuldades de funcionamento de muitas instituições de acolhimento” (idem).

A Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº147/99, de 1 de setembro, visa a promoção dos direitos da criança e a sua proteção,

“a intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo (...) ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo” (Lei 147/99, art.º 3º).

<sup>3</sup> Conceito que evoluiu mais tarde para “crianças e jovens” para designar as pessoas até aos 18 anos de idade.

<sup>4</sup> Lei 147/99, de 1 de setembro.

Esta é considerada uma lei bem elaborada e adequada,

“uma lei inovadora na busca da definição de princípios orientadores da intervenção, que se fundam na promoção dos direitos da Criança, procurando também enunciar, de uma forma aberta, um conjunto de situações reveladoras de perigo, as quais, por consubstanciarem sempre violação ou perigo de violação de direitos da Criança, legitimam a intervenção do Estado na família.” (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 6/2014/M).

Ao nível da intervenção nas situações de crianças e jovens desprovidos de meio familiar adequado assume-se a existência de três paradigmas – Institucionalização, Desinstitucionalização e Intervenção Familiar (Conselho Técnico-Científico da Casa Pia, 2005). O primeiro paradigma reflete ainda a colocação de crianças no nosso país, isto é, o acolhimento residencial. Foram construídos grandes edifícios, muitos deles longe da comunidade social, para albergar centenas de crianças, visando a sua proteção. Emergem várias críticas, quer do ponto de vista do bem-estar das crianças com a existência de lacunas ao nível do suporte emocional e da vinculação, quer do ponto de vista da intervenção familiar para possibilitar o retorno da criança. Pela Europa verificam-se discrepâncias, na países nórdicos as instituições são de reduzida dimensão, enquanto na Europa de Leste são grandes, num cariz massificante. As ordens religiosas têm forte implementação, nomeadamente a igreja católica, em Portugal e na Irlanda. Diversa literatura comprova os riscos das crianças institucionalizadas, nomeadamente social, emocional, intelectual e de abuso sexual. Procuram-se respostas diversificadas e ajustadas a cada criança. Até à década de 70 do século XX, o acolhimento em colégios, asilos e reformatórios consolida-se como a principal medida de proteção da infância, tal como em outros países europeus. (Delgado et al., 2013). O papel das entidades religiosas como as Misericórdias e a Casa Pia de Lisboa destaca-se.

O segundo paradigma, da desinstitucionalização, assenta no propósito de encaminhar as crianças em perigo para a adoção e para famílias de acolhimento. O entendimento é que a criança deve estar vinculada à família e à comunidade. A criança deve ser educada, sempre que possível, na família e no meio natural. Na família de acolhimento, preferindo crianças mais novas, há o risco de desistência e portanto da criança passar de FA para FA significando uma nova vitimização. Há que investir na adoção, sendo que em Portugal se verifica um elevado número de candidatas.

O terceiro paradigma, da intervenção familiar, revela a necessidade de investir no apoio à parentalidade, tendo em conta as alterações que têm vindo a acontecer nas famílias.

Crianças privadas de um ambiente familiar, nomeadamente as que crescem em acolhimento residencial, em situações adversas para um desenvolvimento psicossocial adequado, acabam por desenvolver padrões comportamentais pautados por uma fraca intelectualização, por uma baixa representação simbólica e cognitiva da ação e das suas consequências, e por um deficiente discurso interno de autorregulação do comportamento. (Conselho Técnico-Científico da Casa Pia, 2005: 32).

Os princípios orientadores da intervenção, previstos na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo portuguesa, focam-se no superior interesse da criança ou jovem; privacidade; intervenção precoce; intervenção mínima; proporcionalidade e atualidade; responsabilidade parental; prevalência da família; obrigatoriedade da informação; audiência obrigatória e participação; e por último, subsidiariedade, baseando-se assim, na Convenção sobre os Direitos das Crianças.

No nosso país, o sistema de proteção à criança inclui as entidades com competência na matéria (ex. hospitais, escolas, associações), as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ (de âmbito essencialmente municipal) e em última instância os Tribunais.

A intervenção efetua-se com recurso à aplicação de medidas de promoção dos direitos e proteção (art.º 35º), consistindo em medidas de apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida, acolhimento familiar ou acolhimento em instituição. No sistema, “é decretada por uma entidade administrativa ou judicial, na sequência de um processo próprio, devidamente planificado, e a sua execução deve ser acompanhada e revista periodicamente pela mesma entidade ou por outra que aquela nomeia.” (Delgado et al., 2013: 27)

Na intervenção “surge um conflito de direitos entre o exercício das responsabilidades parentais e o interesse da criança que deve ser arbitrado cuidadosamente, atendendo às consequências que uma intervenção menos ponderada pode provocar no bem-estar da criança.” (Delgado et al., 2013: 25)

Através da tutela, recorre-se às medidas de promoção de proteção para assegurar o seu adequado desenvolvimento, contudo por vezes fora de um contexto familiar.

O acolhimento da criança, isto é, a retirada da criança à família apenas acontece como último recurso, considerando que há perda de vínculos e afetos,

“As medidas de colocação ficam reservadas às ocorrências graves, que comprometem a permanência da criança no seu seio de vida (...) uma vez que a intervenção só pode interferir na vida da criança e na da sua família na medida do que for estritamente necessário” (Delgado et al., 2013: 29).

A separação das crianças de tudo o que lhes é familiar causa traumas psicológicos. (Minuchin, Colapinto e Minuchin, 1999). Sendo a criança integrada em novos espaços, a colocação constitui “um momento traumático, pelos maus tratos sofridos e que conduziram à colocação e pela retirada, pelo *desenraizamento* que provoca e que revela, amiúde, atrasos no desenvolvimento cognitivo, intelectual, emocional e social.” (Delgado, 2011: 37).

Face às necessidades das crianças e às consequências que o acolhimento residencial provoca nas crianças, fundamentadas em muitas investigações científicas, considera-se que a família é o contexto que favorece o desenvolvimento da criança, portanto se a família biológica não assegura o adequado desenvolvimento, há que procurar famílias alternativas (Amorós e Palacios, 2004). A recente investigação tem mostrado que a qualidade do ambiente familiar e da relação tipo pais-filhos pode permitir a recuperação do desenvolvimento das crianças, que estavam em atraso fruto da adversidade precoce, e aproximá-las das crianças não adotadas. No que toca às famílias de acolhimento o cuidador pode providenciar rotinas e rituais que conferem segurança e previsibilidade à criança, reforçando a resiliência na criança (cf. Nutt, 2006).

O ISS, IP reconhece que o encaminhamento é muitas vezes efetuado para a vaga disponível que pode não ser a mais adequada à criança (Delgado et al., 2013), recordando que há escassez de vagas em acolhimento familiar.

Em 2005, a Mundos de Vida tornar-se-ia a primeira IPSS a constituir-se como instituição de enquadramento com a assinatura de um acordo de cooperação, com o Centro Distrital de Segurança Social de Braga, para a implementação do serviço especializado de acolhimento familiar. Mais tarde passou a abranger parte do território do distrito do Porto. Volvidos 11 anos, em 2016, mantém-se como a única instituição particular a enquadrar esta resposta.

Considerando que a criança carece de um contexto familiar estável e com uma boa dinâmica familiar, onde se verifique alta densidade de afeto e de comunicação na relação pais-filhos, o acolhimento familiar pode ser a resposta adequada para as crianças cujos pais não asseguram as suas necessidades. Aspeto validado por diferentes autores

(nomeadamente Rhodes et al., 2006; Riggs, 2015), que referem que as FA prestam um importante papel no sistema de proteção infantil, como um recurso para as crianças que temporariamente estão fora do cuidado da família e como uma resposta para as crianças adotáveis.

A preocupação frequentemente apontada à vinculação numa família temporária, não é um problema, considera-se que a vinculação é uma forma de atenuar as vivências negativas anteriores. O importante é fazer uma adequada transição que dê continuidade ao trabalho da FA, evitando ruturas para a criança. (Amorós e Palacios, 2004).

Ao longo deste capítulo procurou-se situar os sistemas de proteção de crianças no quadro mais geral dos regimes de bem-estar social, que os enquadram e influenciam, com vista à análise focada no enquadramento do acolhimento familiar como resposta social à necessidade de colocação extrafamiliar e ao adequado desenvolvimento das crianças e jovens. “A instituição familiar é, juntamente com o estado, o mercado e o terceiro setor, um dos quatro pilares básicos da configuração atual dos sistemas de bem-estar nas sociedades desenvolvidas” (Ussel e Landwerlin, 2001: 150). É o contexto privilegiado para o crescimento das crianças, considerando o quadro legal português (CRP, 1976; Lei nº147/99, de 1 de setembro), estudos e recomendações nacionais e internacionais. Cabe ao Estado assegurar o suporte familiar e a proteção à criança (cf. CRP, 1976; CDC, 1989). Em Portugal o desenvolvimento do Estado-Providência, comparativamente com outras sociedades, é tardio e parco.

No nosso país o apoio estatal à família é escasso, do ponto de vista da promoção do seu bem-estar, nomeadamente em termos de prestações familiares e da disponibilização de serviços às famílias. O fraco investimento públicos em serviços de apoio à família é, como os estudos comparativos dos regimes de bem-estar evidenciam, a outra face do modelo familialista típico dos regimes da Europa do Sul, que sem prejuízos das mudanças que vêm ocorrendo se mantém assente nos valores religiosos de obrigação moral e de solidariedade familiar em detrimento da individualização e da autonomia. Neste quadro, a família assume um papel relevante na proteção dos cidadãos, substituindo não raras vezes o Estado-Providência. A crise do Estado Social e a situação socioeconómica portuguesa limitam a alteração do perfil de atuação do Estado, largamente caracterizado por políticas de família implícitas e a adoção de um modelo de subsidiariedade ativo (Garcia e Kazepov, 2002). Deste modo, a tendência observada é a de sobrecarga da família.

No sentido lato e restrito, é importante aliviar a carga feminina, uma vez que a mulher continua a ser a principal cuidadora familiar, tarefa que assume paralelamente à participação no mercado laboral. Tal como promover o desenvolvimento do mercado laboral de modo a integrar cidadãos desempregados, autonomizando-os mais precocemente do ninho familiar. Situação que permitirá disponibilizá-los para outros projetos como o acolhimento de crianças. Percebe-se a escassez de investimento no acolhimento familiar de crianças, quando olhamos para o fraco apoio às famílias no sentido da motivação quer para se disponibilizarem a receber uma criança nas suas casas, quer para a manutenção das famílias de acolhimento experientes. Os incentivos estatais necessitariam incidir urgentemente nos benefícios fiscais, na conciliação entre a vida familiar e laboral, e ainda em termos económicos no apoio às famílias na compensação das despesas próprias e com a criança que acolhem, e por fim, em termos de oferta de serviços (de apoio à primeira infância como cresces, de retaguarda na ocupação de tempos livres, de saúde gratuita e imediata, entre outros), à semelhança do que se verifica em outras sociedades onde o número de famílias de acolhimento e de crianças colocadas é muito superior ao registado no nosso país. Com o adequado suporte estatal, as famílias de acolhimento não estariam tão dependentes do recurso às redes informais de apoio, como a família alargada / amigos para conseguirem assegurar os cuidados (bens materiais, apoio emocional e acompanhamento às crianças) às crianças que acolhem.

Espera-se que presente investigação possa carrear evidência que suporte um desenho e intervenção mais adequada das políticas públicas neste domínio.

## **CAPÍTULO 2 - FAMÍLIAS E FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO**

## Cap. 2 – Famílias e Famílias de Acolhimento

Apesar de, como Segalen (1999) assinalava, a família e a essência dos laços de parentesco nas sociedades contemporâneas continuarem ainda muito ligadas à ideia de laços de sangue e de *natural*, e desse modo “As relações de parentesco traça[rem] (...) uma fronteira entre aqueles relativamente aos quais tais obrigações morais existem e os outros” (Segalen, 1999: 124-125), no presente tende a verificar-se que “o conceito de família é cada vez menos circunscrito a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção, tendendo a englobar aquele grupo cujas relações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e num destino comum.” (Delgado, et al., 2013: 23).

Observa-se então que, tendencialmente, a noção de *Família* tende a superar a rigidez de um núcleo restrito de indivíduos ligados por laços biológicos ou legais (Relvas, 1998). Trata-se, de acordo com Guerreiro, Torres e Lobo (2007: 31), dos efeitos da chamada sentimentalização, privatização, secularização e individualização das famílias modernas e da modernidade tardia, que, ao contrário de produzirem estilhaçamentos, produzem recomposições, tornando as modalidades de viver em família mais plurais e diversas”

Deste modo, as mudanças verificadas na vida familiar permitem-nos entender que o conceito de família se desconstruiu e a família apresenta hoje uma multiplicidade de formas e tipos conferindo pertinência à noção de *famílias* como alternativa à singularidade de *família*, para descrever estes novos agrupamentos e o seu funcionamento (cf. Williams, 2010). Observa-se, assim, um maior reconhecimento da diversidade de estruturas e modelos familiares. Nesta linha Patterson (2002) afirma que do ponto de vista da estrutura existe uma grande diversidade de famílias tal como de culturas e etnias, podendo nomear-se “casais heterossexuais, homossexuais, casados, casados pela segunda vez, em união de facto, com ou sem crianças, separados, divorciados, ou solteiros com filhos, etc.” (p.234).

É, nesta linha de análise que as famílias de acolhimento podem ser consideradas entre as formas não tradicionais de família (cf. Alarcão, 2002), sendo importante enfatizar que o que os cuidadores e as crianças em acolhimento de longa duração estão a criar são famílias (Riggs, 2015). No caso português, verifica-se que, tendencialmente, famílias de

acolhimento são constituídas por um casal, em detrimento das famílias monoparentais e outras formas, conforme evidencia o estudo de Delgado et al. (2013), que a partir de uma amostra de famílias de acolhimento no distrito do Porto, observou que a maioria das famílias de acolhimento são compostas por um casal com dois filhos próprios.

Num outro plano, a noção de família pode designar um conjunto mais alargado de elementos, pois para além da família nuclear, há a *família extensa* ou alargada e os *elementos significativos* como amigos, professores, vizinhos entre outros, englobando o

“conjunto de elementos emocionalmente ligados, compreendendo pelo menos três gerações, mas não só: de certo modo consideramos que fazem parte da família elementos não ligados por traços biológicos, mas que são significativos no contexto relacional do indivíduo, ou indivíduos.” (Sampaio e Gameiro, 1998: 9).

Assim, “as nossas redes familiares de apoio podem muito bem incluir pais e mães, padrastos e madrastas, filhos, amigos próximos, casais do mesmo sexo, ex-parceiros ou ex-genros e ex-noras.” (Williams, 2010: 13), assumindo um valor social cada vez mais reconhecido pelas ciências humanas e sociais e políticas públicas.

Olhando para a evolução histórica da família, constata-se que a emergência e o desenvolvimento da família democrática ou *negociadora* ocorrem com as mudanças sociais produzidas a partir da década de 60 nos países ocidentais com o desenvolvimento da *individualidade*, da *segunda transição demográfica* e “*pós-modernização*” da família. (cf. Landwerlin, 2006).

Esta nova família caracteriza-se pelo valor da igualdade de géneros, minando os fundamentos do patriarcado dando lugar à incorporação crescente da mulher casada no mercado de trabalho, à transformação da definição social de sexualidade legítima, desvinculando-se da procriação e do matrimónio, ao desenvolvimento dos métodos contraceptivos que permitem controlar a fecundidade e o planeamento familiar, à necessidade de integração dos projetos de vida comum com negociação da autonomia individual (ibidem).

Estas mutações dão então lugar a uma família que se torna o “lugar chave de realização pessoal e de construção identitária, a esfera privada que resguarda os indivíduos do espaço público, formal e impessoal, e lhes dá liberdade de escolha por contraposição aos constrangimentos da comunidade e do coletivo familiar mais amplo, do período pré-industrial.” (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007: 8).

É deste ponto de vista que se vem sustentando que a família desempenha diversas funções do ponto de vista da reprodução, da socialização, da educação e do afeto, proteção e segurança dos seus membros (Delgado, et. al, 2013) com impacto quer nos seus próprios membros, quer para a sociedade onde se insere. Ou, de forma mais específica:

- i) providenciando sentimento de pertença, identidade pessoal e social aos seus membros e ainda sentido e direção para a vida, assumindo a função reprodutiva e assegura a continuação das espécies;
- ii) providenciando resposta às necessidades básicas, como a alimentação, alojamento, vestuário e outros recursos para o desenvolvimento humano, contribuindo socialmente para o desenvolvimento saudável dos membros que contribuem para a sociedade e que necessitam de menos recursos públicos;
- iii) proporcionando o desenvolvimento físico, psicológico, social e espiritual de crianças e adultos, e promove valores e normas sociais, preparando e socializando as crianças para o papel de adulto produtivo e controlando o comportamento anti-social protegendo a sociedade de danos;
- iv) fornecendo cuidados de proteção e apoio para jovens, doentes, portadores de deficiência ou outros membros vulneráveis, minimizando a responsabilidade pública no cuidado a vulneráveis e dependentes (Patterson, 2002).

Se excetuarmos a função de reprodução biológica, o essencial destas funções são igualmente desempenhadas não só pelas famílias naturais, mas igualmente pelas famílias de acolhimento, as quais configuram, ainda que provisoriamente, “a imagem e o conteúdo que a família em si deve conter, como espaço de afeto, de segurança e de abrigo” (Delgado et al., 2013: 28). No entanto, a noção de quem é, ou deveria ser a família pode ser particularmente complexo neste contexto. As crianças em acolhimento familiar estão conscientes que têm mais do que uma família, mesmo que não tenham memória dos seus pais biológicos, pelo que integrar a sua pertença pode revelar-se um processo que não se afigura simples. Criar o sentido de parentesco nas famílias de acolhimento de longa duração pode assim ser particularmente complexo para algumas crianças (Biehal, 2014).

Como Armstrong, Birnie-Lefcovitch e Ungar (2005) sustentam o sentido de pertença e a integração social contribuem para o sentido de bem-estar familiar. O suporte emocional e estima, a ajuda concreta e a resolução conjunta de problemas têm um efeito

regulador no bem-estar familiar, na qualidade parental e na resiliência da criança e parece ter um efeito regulador do *stress* (Duis, Summers e Summers, 1997).

Procurando conhecer de forma mais profunda estes processos psicossociais de construção da pertença, Biehal (2014), analisando o discurso de crianças em acolhimento familiar em situações de longa duração, identificou 4 tipos de percepção da pertença: “*como se*” (quase adoção), “*tal como*” (fossem outros pais), *qualificado* (predominando o sentimento de mágoa, raiva e ambivalência contra os pais biológicos, tal como conflitos de lealdade) e *provisional* (no caso de uma colocação em fase de cessação).

Na procura de construção das famílias de acolhimento como objeto de estudo, explorando designadamente a transferibilidade da produção científica sobre a família para esta forma sociológica particular é importante considerar a perspetiva analítica que aborda o percurso de vida ou *life course* pois, como Guerreiro (2011) assinala, uma família apresenta variadas configurações, formas de relacionamento e de organização de acordo com a fase de vida em que se encontram os elementos que a compõem.

Relvas (1996) elenca as etapas do ciclo vital da família: formação do casal; família com filhos pequenos; família com filhos na escola; família com filhos adolescentes e família com filhos adultos. Outros autores poderão considerar etapas diferentes, em número e designação.

Estas etapas, características essencialmente da família nuclear, não são rígidas, permitindo, contudo, ter uma ideia do que é nomeadamente ser pai, mãe, de uma criança de determinada idade, considerando as diferenças por exemplo de uma criança de 6 anos ou de um adolescente de 15 anos. Duvall delimita os estádios através de três critérios: a composição do agregado familiar, a idade dos seus membros e o estatuto ocupacional do chefe de família (cit. por Nunes, 2011) sendo a idade do filho mais velho considerado o marcador relevante das fases assinaladas pela presença das crianças.

Nas famílias de acolhimento as etapas características são idênticas às restantes famílias. A chegada da criança pode surgir em qualquer etapa da vida familiar e pode ocorrer na primeira ou segunda infâncias ou ainda na adolescência. A família de acolhimento, em si, apenas se constitui com a chegada da criança acolhida a casa. Aspeto verificado na primeira etapa das famílias adotivas, caracterizada pelo processo de

vinculação (cf. Mateus e Relvas, 2007) em que a chegada de um filho implica aceitar novos membros no sistema (Nunes, 2011). As mesmas implicações acontecerão nas famílias de acolhimento face à receção da criança sendo que para os casais que não têm filhos, a criança que acolhem traz a experiência da parentalidade, e o que tal comporta. E para estes casais podem existir dilemas familiares diferentes. Há o risco de se verificar uma quase-adoção, e aquando da cessação os cuidadores poderão ficar muito perturbados (Nutt, 2006).

Neste sentido o processo de seleção das famílias de acolhimento é um aspeto particularmente relevante e sensível, sendo necessário que “uma família e uma criança sejam entendidas como um perfil, e não como apenas uma vaga” (cf. entrevista à coordenadora da equipa de acompanhamento da Fundação Mundos de Vida), o que nos remete para o ciclo familiar, e para recomendação de que os cuidadores não recebam uma criança cuja idade seja superior à dos filhos biológicos, quando existam, no sentido em que a família ainda não vivenciou a experiência dessa etapa.

Outra vertente a considerar reporta-se à dimensão da parentalidade e suas implicações para a construção do objeto famílias de acolhimento.

A parentalidade é uma fase de redefinição de papéis e identidades, de alterações na relação conjugal, dada a prioridade da relação parental, com prestação de cuidados e educação das crianças (eventualmente até à vida adulta), criação de redes de apoio na prestação de cuidados (familiares e outras) e a necessidade de conciliação de papéis conjugais, parentais, familiares e profissionais (Guerreiro, 2011).

Vários autores assinalam a centralidade da parentalidade na qualidade e satisfação familiar. Segundo Cruz (2013: 153) “É interessante a ideia de que as emoções parentais funcionam como uma espécie de barómetro, refletindo a qualidade do ambiente familiar.”, e que a satisfação dos indivíduos e dos casais verifica-se muitas vezes com a efetivação da parentalidade, sendo “as expectativas que se põem nos filhos que contribuem para a felicidade individual e do casal.” (Landwerlin, 2006: 138). Os pais querem os filhos para satisfazer parte das suas necessidades afetivas de dar e receber afeto, para poder amar e para que sejam amados, para se sentirem queridos (ibidem).

Nesta linha de argumentação, sustenta-se que não obstante as mudanças verificadas nas sociedades e nas famílias, tendencialmente, os pais centram-se no bem-estar dos filhos, fazem o que é mais correto para os filhos, ainda que tal envolva constrangimentos nas suas carreiras e a nível económico. Assim, “Esta forma de raciocínio moral contraria a assunção de que o dinheiro, por si só, determina se os pais optarão por um trabalho remunerado.” (Williams, 2010: 15) pois muitos pais consideram que o dever dos pais é procurar o melhor para os seus filhos, ainda que à custa do seu próprio bem-estar (Landwerlin, 2006).

A parentalidade pode ser, porventura, a tarefa mais desafiante da vida adulta, assente num “conjunto de ações encetadas pelas figuras parentais junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento de forma o mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõem dentro da família e, fora dela, na comunidade” (Cruz, 2013: 13).

No entanto, como é largamente documentado na literatura o exercício da parentalidade não é isento de dificuldades. Landwerlin (2006) considera que a insatisfação com o papel parental está relacionada, com mais frequência, com a conflitualidade intergeracional, com o rendimento escolar ou académico, assim como com as situações em que os pais se sentem ultrapassados.

Do mesmo modo, as formas menos habituais de parentalidade como a monoparentalidade, a adoção, a parentalidade adolescente, requerem uma compreensão diferenciada (Cruz, 2013).

“A família de acolhimento, ao inverso dos pais biológicos, é vista como tendo competência educativa e estando socialmente adaptada às normas sociais, sendo os próprios serviços a reconhecer-lhe idoneidade para a prestação desta tarefa, aliás tal como consignado na legislação.” Tribuna e Relvas (2007: 63).

O papel parental desempenhado pelos cuidadores tem particularidades comparativamente às restantes famílias, nomeadamente, porque não são pais das crianças que acolhem.

Os *pais de acolhimento* (em inglês *foster parentes*) são designados atualmente de *cuidadores (carers)*, uma mudança que confirma e encoraja o (re)posicionamento das atitudes *vis-à-vis* perante a criança pelos cuidadores. Muitas famílias de acolhimento cuidam das crianças por períodos significativos durante os anos importantes da infância e

assim cumprem o papel parental. No entanto os cuidadores têm que ter presente que as crianças, a quem se entregam de coração, são apenas transitórias. (Nutt, 2006).

A qualidade da parentalidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criança, interagindo com as características e comportamento da criança e com o contexto sociocultural da família (cf. Armstrong, Birnie-Lefcovitch, e Ungar, 2005). As características da criança (idade, sexo, temperamento, domínios do desenvolvimento ou problemas psicopatológicos específicos), dos pais (género, classe social, qualidade da relação conjugal) e os fatores contextuais extrafamiliares são aspetos a ter em conta na parentalidade (Cruz, 2013).

Considerando que as crianças em acolhimento tiveram, em geral, histórias de vida complexas, às famílias de acolhimento cabe promover uma parentalidade *terapêutica*, visando reparar os danos prévios.

Schofield e Beek (2005b: 9) estudaram quais os pontos de vista e comportamentos dos cuidadores necessários para “satisfazer as necessidades das crianças mais velhas, em particular para compensar as adversidades do passado e para ter sucesso a enfrentar a cautela e a desconfiança defensivas da criança.” concluindo que a sensibilidade, a aceitação e a capacidade de reflexão são atributos fundamentais. Os cuidadores que conseguem refletir frequentemente e ajudar a criança a refletir sobre o seu comportamento, apresentam mais capacidades para gerir os seus próprios sentimentos de tristeza e raiva. Aceitar os atributos positivos e negativos da criança é outro aspeto que facilita a tarefa da parentalidade (ibidem).

Para as famílias que não têm filhos biológicos ou que têm necessidade em estar com crianças, o acolhimento familiar pode ser uma via de realização pessoal, pois “Há também mulheres que precisam de ter filhos, que são maternais por natureza. Tem necessidade de se ocupar de crianças de tenra idade, de tal modo que optam por se tornarem famílias de acolhimento.” (Dolto, 1999: 152)

Do ponto de vista da criança acolhida, a parentalidade no acolhimento familiar pode gerar tensões. Tribuna e Relvas (2007: 64-65) abordam o conceito de *dupla parentalidade paradoxal* reportando que a criança, entre a família biológica e a família de acolhimento, está sujeita a dois níveis lógicos que consideram inconciliáveis:

“(1) uma *parentalidade de lealdade* do subsistema pais biológicos que se exprime, essencialmente, em termos de comportamentos não verbais e sob a forma de passagens ao ato, atitudes de passividade e inadaptação social de nível emocional elevado; (2) uma *parentalidade funcional* do subsistema família de acolhimento que se exprime, essencialmente, em termos verbais, valorizando a adaptação aos valores sociais normativos.”

No movimento de exploração e construção do nosso objeto teórico importa ainda ter em consideração as contribuições que diferentes abordagens teóricas trouxeram ao estudo da família e, indiretamente, ao estudo das famílias de acolhimento.

A abordagem sistémica, introduzida por Bertalanffy com base na matriz biológica (Campanini e Luppi, 1996), é sem dúvida uma das perspetivas que mais tem influenciado os estudos da família. Nesse quadro, a visão sistémica procura entender as interações que ocorrem dentro do sistema familiar conceptualizando que “uma família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a sociedade e a mudança (...) cujos membros têm contacto direto, laços emocionais e uma história compartilhada.” (Minuchin, Colapinto e Minuchin, 1999: 22).

Verificam-se três atributos essenciais neste sistema, baseados na interpedendência, nos regulamentos e na consciência destes. A interdependência (referida por Campanini e Luppi, 1996 como *totalidade*) entre os seus membros, pois a mudança num dos membros, provoca mudanças em cadeia; o mínimo de regulamentos a comandar às relações entre os seus membros, pois os seus vínculos obedecem a normas; e o mínimo de consciência dos regulamentos da parte dos membros, pois na sua conduta, cada membro tem em conta essas normas (Relvas, 1996).

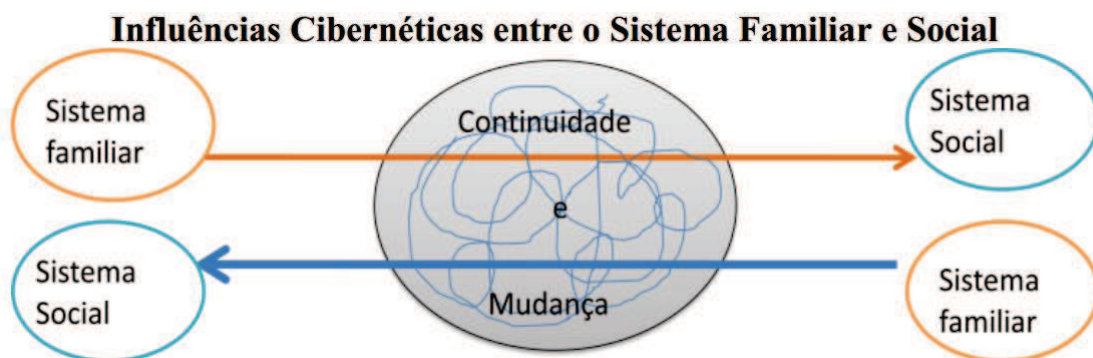
Os sistemas podem ser abertos ou fechados, do ponto de vista das relações, intercâmbios com o exterior, com o ambiente em que está inserido (cf. Campanini e Luppi, 1996). O intercâmbio de energia e informação provoca mudanças nos sistemas abertos, mexendo com a sua estabilidade e equilíbrio. A autoregulação é fundamental, sob pena do sistema se dissolver. A realimentação é a base dos sistemas interativos. Campanini e Luppi (1996) aplicam o conceito de *realimentação positiva*, que pode permitir o crescimento, aprendizagem e evolução do sistema.

A Figura 1, elaborado por Dias (2011) mostra o intercâmbio que a família estabelece com o exterior, sendo dinâmica, flexível e aberta, não obstante os seus limites.

A interação permite o desenvolvimento dos membros e do sistema. Nestes termos a família é então um sistema com

“ordem dinâmica de partes e processos entre os quais se exercem interações recíprocas sendo que, a família se torna um sistema aberto, constituído por muitas unidades presentes no sistema familiar, mas também no sistema social onde as relações entre estes dois sistemas permitem ora continuidade, ora mudança nos dois sistemas, atuando através de energias cibernéticas” (Dias, 2011: 150).

Figura 1: Influências Cibernéticas entre o Sistema Familiar e Social



Fonte: Dias, 2011

O sistema familiar apresenta uma estrutura hierárquica, com regras e comporta quatro subsistemas: o subsistema conjugal, o subsistema parental, o subsistema filial e o subsistema fraternal,

“Na perspetiva sistémica a família tem de ser vista como um sistema que apoia uma estrutura hierárquica dos seus membros, constituída em subsistemas, ou seja, um sistema dentro de outros sistemas e ela própria contendo outros sistemas com regras que regulam o relacionamento entre os membros da família” (Dias, 2011: 148)

No primeiro subsistema identificado, o conjugal, é constituído pelo casal, os cônjuges, marido e mulher, iniciado por dois adultos quando se unem numa relação, haverá perda ao nível da individualidade compensada com o sentido de pertença, complementaridade, cooperação, simbiose. O segundo subsistema, o filial, surge com o nascimento do primeiro filho, trazendo alterações ao sistema, seguido, eventualmente, de outros filhos. O subsistema parental visa a educação, a socialização, bem como a proteção

multidimensional. Finalmente, o subsistema fraternal comporta as relações entre irmãos, tendencialmente relações fortes, com exploração da cooperação (Relvas, 1996).

Na aplicação ao acolhimento familiar Martins (2005) aponta três subsistemas básicos: os pais biológicos, a crianças e a família de acolhimento. Admite, contudo, que há autores que têm visões mais amplas referindo nomeadamente os técnicos da equipa de acompanhamento (Delgado, 2011), os serviços (Tribuna e Relvas, 2007), os tribunais, escolas, hospitais, pois “O indivíduo é (...) parte da família e da comunidade a que pertence” (Alarcão, 2002). Tribuna e Relvas (2007) reconhecem que a interação entre os quatro subsistemas que se identificam no acolhimento familiar, pode revelar dificuldades considerando as características de cada um.

O conceito de fronteira é particularmente importante do ponto de vista dos subsistemas, sendo invisível, sabe-se que existe “devido à maneira como as coisas caminham” (Minuchin, Colapinto e Minuchin, 1999: 25). Os limites não devem ser ultrapassados, apesar de serem permeáveis, variando em função do estilo de cada família. As fronteiras entre os adultos e as crianças vão-se modificando ao longo do ciclo da família, por exemplo, na adolescência permite-se uma maior privacidade. Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999) falam de existência de muitos subsistemas e subgrupos dentro do sistema familiar, nomeadamente, o dos adultos, dos adolescentes, o dos homens e o das mulheres. As regras governam os relacionamentos.

A comunicação familiar é um aspeto que não se pode descurar considerando o seu papel no desenvolvimento das relações interpessoais, pois permite a negociação e o crescimento. “A comunicação é um ato muito mais complexo, é um processo de interação que dá origem a uma relação significativa entre as pessoas nela compreendida” (Campanini e Luppi, 1996: 73). Tribuna e Relvas (2007) afirmam que a comunicação envolve conceitos como a capacidade de ouvir, a capacidade de falar, *self-disclosure*, clareza, conteúdo-sequência, respeito e atenção. No caso das famílias de acolhimento, o estudo destas autoras mostra que “a comunicação com as *mães* (acolhedoras) assume aspetos mais positivos do que habitualmente acontece” (p. 109) comparativamente às famílias comuns e inclusivamente com elas próprias, podendo refletir a importância do acolhimento para os jovens.

As famílias de acolhimento de crianças precisarão criar e reforçar as relações entre os membros de uma forma mais efetiva, uma vez que não são constituídas de raiz. Nestas famílias existe a adição, no mínimo, de um elemento, avançado nas etapas do seu ciclo de vida. Os elementos da família que o recebe têm de se adaptar entre si. Frequentemente a informação sobre as etapas anteriores será escassa. Este sistema relaciona-se com pessoas e entidades externas, que entrarão na sua intimidade e tentarão entender a sua dinâmica, carecendo de um equilíbrio e resiliência permanentes, de modo a evitar estigmas e a que o impacto do acolhimento familiar seja minimizado, quer para os acolhedores, quer para o acolhido, quer ainda para os filhos biológicos, caso existam.

“A colocação depende também da capacidade comunicativa e do relacionamento cooperante entre acolhedores e a família biológica, de que resultam inúmeras vantagens para o bem-estar da criança” de modo a que possa falar abertamente sobre as duas famílias em que está inserida (Delgado, 2011: 38).

Em articulação com a abordagem sistémica, a perspetiva ecológico-social contribui para a compreensão dos sistemas na sua relação com o meio. Como referido o sistema familiar estabelece intercâmbio com o exterior, isto é, com o sistema social tendo os fatores contextuais influência nas famílias. Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999: 193) consideram que “em certo sentido, qualquer programa domiciliar que conecte a família com os recursos da comunidade tem uma orientação ecológica”.

A Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, mais tarde designada por Teoria Ecológica dos Sistemas, foi desenvolvida por Bronfenbrenner ao conceber a ecologia do desenvolvimento humano como

“o estudo científico da progressiva acomodação mútua, ao longo da vida, entre um organismo humano em crescimento e os ambiente com mudança imediata, em que ele vive, no sentido em que o este processo é afetado pelas relações obtidas dentro e entre esses ajustes imediatos, bem como os contextos sociais mais amplos, tanto formais como informais, nos quais as configurações são incorporadas.” (Bronfenbrenner 1977: 514).

O ambiente ecológico é entendido como complexidade de organizações em quatro níveis distintos de sistemas:

- i) **Microsistema** – relações entre a pessoa e o ambiente, num cenário imediato onde o indivíduo tem um papel específico e participa em atividades, nomeadamente em casa, no local de trabalho ou na escola.
- ii) **Mesosistema** – inter-relações entre os principais cenários da vida do indivíduo, exemplificando, para um jovem englobará interações entre a família, a escola e o grupo de pares (é um sistema de microsistemas).
- iii) **Exossistema** - extensão do mesossistema envolvendo outras estruturas sociais formais e informais, que não incluem o indivíduo, mas que a influenciam, ex. rede sociais informais, bairro, meios de transporte, entidades públicas.
- iv) **Macrossistema** - padrões institucionais globais (ex. sistema educacional). São estruturais pois comportam informações e ideologias que significado às organizações, papéis, atividades e suas inter-relações.

Delgado (2013: 53), baseando-se no modelo de Bronfenbrenner, defende que o acolhimento residencial se distingue de *lar* ao nível do micro, meso e exossistema, exemplificando que “a instituição fica muito mais isolada dos outros ambientes do que o lar, sendo menos provável que a criança tenha experiências em outros meios ambientes (...) [o que] no âmbito das representações culturais (...) pode acarretar um estigma.”

Na perspetiva do acolhimento familiar, também as famílias de acolhimento, desde o início do processo, assumirão uma nova fase nas suas vidas, com um novo papel, novas atividades, com necessidade de serem aprovadas, competentes e bem aceites pela sociedade, sendo fundamental o desempenho e a relação que estabelecem com os técnicos de acompanhamento,

“Uma boa adaptação ao novo papel, e o bem-estar que dela decorre, dependem em grande parte da cooperação e da confiança que os acolhedores mantenham com a equipa de acolhimento, do tipo de comunicação que estabelecem entre si e das informações, dos conselhos e das experiências que os acolhedores dispõem (...)”. (Delgado, 2011:81).

A perspetiva contextual explica, portanto, que o desenvolvimento dos seres humanos só pode ser compreendido dentro de um contexto social. A pessoa é parte inseparável do ambiente, atua sobre ele modificando-o e em contrapartida o ambiente em constante mutação também atua e muda a pessoa. A família de acolhimento terá características relacionadas com a localidade e sociedade onde reside, possíveis de

verificar no estudo que se propõe, pois, “O desenvolvimento humano depende da interação que cada indivíduo estabelece com o ambiente em que está inserido, da qualidade das relações que nele constrói (e destrói).” Delgado (2010b: 465).

De modo a apoiar as famílias, é importante considerar a rede de sistemas de modo a articulá-los em favor das FA e da família biológica (Minuchin, Colapinto e Minuchin, 1999). A esse nível, os serviços de saúde, educação, as instituições sociais, culturais e desportivas poderão ser recursos essenciais. “O acolhimento familiar é, para este efeito, uma unidade familiar dependente de outras pessoas e organizações sociais.” (Delgado, 2011: 31). E neste sentido a criação de uma associação de famílias de acolhimento poderia revelar-se essencial para representação dos interesses dos acolhedores, nos diferentes níveis de tomada de decisão (Delgado, 2008). Do mesmo modo a família alargada, amigos e vizinhos formam uma importante rede social informal para apoiar as FA, nomeadamente no domínio material, emocional e no apoio no cuidado das crianças.

As famílias de acolhimento, como referido anteriormente, ao nível micro extrapolam as relações para incluírem as famílias de origem das crianças que acolhem e os serviços. Mas também apresentam particularidades distintas das restantes famílias, quando é esperado que se interajam nomeadamente com o sistema jurídico. Note-se que vários autores, nomeadamente (Duis, Summers e Summers, 1997) constataam que as variáveis ecológicas contribuem para o *stress* familiar.

O conceito de resiliência está diretamente relacionado com o de risco. A resiliência é desenvolvida como resposta às situações de *stress*. Os fatores de risco, podem afetar negativamente o curso do funcionamento da família. Entre eles encontramos, de acordo com Kalil (2003) o baixo nível socioeconómico, a monoparentalidade e a maternidade precoce.

A montante, a constituição de uma família e o seu desenvolvimento fazem parte do grupo de acontecimentos referenciados com indutores de *stress* (Mateus e Relvas, 2007). Percebendo-se que entre perturbações sociais e económicas, das recentes décadas, as famílias lidam com muitas perdas, disrupções e incertezas (Walsh, 2002).

Sendo as famílias de acolhimento, uma família, ocorrerão naturalmente situações de *stress*, semelhantes às famílias biológicas e eventualmente outras mais específicas. Mateus

e Relvas, 2007: 144, ao estudarem as famílias adotivas percebem fatores indutores de *stress* parental. Antes de receber a criança, gera-se ansiedade, fundada em expectativas e receios, que pode, inclusivamente, manter-se após a chegada e durante a estadia da criança, aspetos que poderão ser análogos às famílias de acolhimento. Como referem as autoras,

“Depois da excitação inicial, a parentalidade traz, como vimos, novos desafios, papéis e responsabilidades, alternando-se toda a dinâmica familiar, em especial a relação do casal, o que naturalmente propiciará o aparecimento de alguma tensão.”

Um outro estudo, de Duis, Summers e Summers (1997) sugerem que o tipo (pai versus criança) e os preditores de *stress* diferem entre famílias com e sem filhos com deficiência, bem como as características específicas dos diferentes tipos de deficiência. Em alguns casos, os níveis de *stress* experimentados, estão ao nível das famílias monoparentais (cuja predisposição é também considerada mais elevada). As famílias com crianças com deficiência auditiva são as menos afetadas. Outro aspeto focado é que as “relações negativas entre os irmãos podem ter um papel maior, na criação de *stress*, do que alguma vez tinha sido pensado.” (p. 69).

As emoções causadoras de *stress* afetarão, portanto, cada elemento, mas também a relação conjugal e familiar. Quando o *stress* se mantém e o desequilíbrio persiste, as famílias experimentam períodos de desequilíbrio, desorganização e perturbação significativos na família.

A resiliência, por seu turno, compreende as condições para os indivíduos gerirem o *stress* e suportar situações traumáticas; o potencial de crescimento; e a transformação que pode ser desenvolvida nas relações familiares. Howe (1995: 179) refere que devem ser considerados três mecanismos de proteção, e estratégias, que promovem a resiliência nos indivíduos:

- “1. Inteligência e habilidade para refletir sobre si próprio.
2. Suporte psicológico alternativo.
3. Remoção do ambiente de risco.”

O autor admite que bons níveis de inteligência e habilidade cognitiva podem proporcionar aos sujeitos o poder de dar sentido às relações sociais. As competências sociais e a habilidade cognitiva estão frequentemente associadas. A inteligência pode

proteger algumas pessoas do sofrimento psicológico severo quando experimentam relações perturbadoras.

O suporte alternativo que protege do *stress* do contexto familiar pode verificar-se por exemplo na relação com outro adulto. No caso das famílias de acolhimento, o suporte psicológico advirá nomeadamente dos técnicos da equipa de acompanhamento que incentivarão e reconhecerão forças nos cuidadores.

No terceiro mecanismo de proteção, a remoção do ambiente adverso, percebe-se que o contexto onde o sujeito está inserido exerce grande influência sobre ele.

A abordagem baseada na resiliência pretende identificar e fortificar os processos-chave de interação que permitem às famílias suportar e conduzir os desafios disruptivos que enfrentam (Walsh, 1996). Diferentes estudos mostram que a mesma adversidade pode despoletar diferentes resultados nos indivíduos, pelo que se procura “compreender porque alguns indivíduos e famílias, enfrentando desafios que afetam o seu bem-estar, conseguem lidar bem, enquanto outros, em circunstâncias similares, não conseguem fazer isso (Kalil, 2003: 8).

Guiada por uma orientação de sistemas biopsicossociais, esta abordagem visualiza os problemas e as suas soluções à luz de múltiplos recursos que envolvem indivíduos, famílias e sistemas sociais alargados (Walsh, 2002). As capacidades da família incluem recursos tangíveis e psicossociais (o que a família “tem”) e comportamentos de *coping* (o que a família “faz”). As capacidades são semelhantes aos fatores protetores (Patterson, 2002).

Benzies e Mychasiuk (2009) afirmam que a resiliência familiar é construída sob interações complexas entre o risco e os fatores protetores que operam no nível individual, familiar e comunitário. A promoção dos fatores protetores revela-se fundamental na promoção da resiliência familiar, pelo que a “resiliência familiar não se desenvolve através da evasão do risco, mas através da aplicação bem-sucedida dos fatores de proteção para serem envolvidos nas situações adversas e para emergirem delas mais fortes.” (Benzies e Mychasiuk, 2009).

Numa revisão de 30 artigos, estes autores identificaram 24 fatores protetores, em três domínios interativos: individual, familiar e comunitário, de acordo com o modelo ecológico, fatores que foram igualmente identificados por Walsh (2002).

Ao nível individual: i) Locus de controlo interno, ii) Regulação emocional, iii) Crença nos sistemas, iv) Auto-eficácia, v) Efetivas competências de *coping*, vi) Elevada escolaridade, competências e formação, vii) Saúde, viii) Temperamento, ix) Género.

Ao nível familiar centram-se em x) Estrutura familiar, xi) Estabilidade das relações íntimas, xii) Coesão familiar, xiii) Interação pais-filho de apoio, xiv) Ambiente estimulante, xv) Suporte social, xvi) Influências da família de origem, xvii) Rendimento estável e adequado, xviii) Habitação adequada.

Por fim, ao nível comunitário, identificaram: xix) Envolvimento na comunidade, xx) Aceitação dos pares, xxi) Mentores apoiantes, xxii) Vizinhos de confiança, xxiii) Acesso a escolas de qualidade e cuidados infantis, e ainda xxiv) Acesso a cuidados de saúde de qualidade.

Walsh (2002), na sua análise, sistematiza um quadro com os processos-chave da resiliência familiar (cf. Figura 2) assentes no *sistema de crenças*, nos *padrões de organização* e nos *processos de comunicação*:

Figura 2: Processos-Chave da Resiliência Familiar (Walsh, 2002: 132).

<b>PROCESSOS-CHAVE DA RESILIÊNCIA FAMILIAR</b>
<b>Sistema de Crenças</b>
<b>1. Atribuir sentido à adversidade</b> Valorização das relações interpessoais (senso de pertença) Contextualização dos fatores de stress como parte do ciclo de vida familiar Sentido de coerência das crises: como desafios administráveis Perceção da situação de crise: crenças facilitadoras ou constrangedoras
<b>2. Olhar positivo</b> Iniciativa (ação) e perseverança

Coragem e encorajamento (foco no potencial) Esperança e otimismo: confiança na superação das adversidades Confrontar o que é possível: aceitar o que não pode ser mudado
<b>3. Transcendência e espiritualidade</b> Valores, propostas e objetivos de vida Espiritualidade: fé, comunhão e rituais Inspiração: criatividade e visualização de novas possibilidades Transformação: aprender e crescer através das adversidades
<b>Padrões de Organização</b>
<b>4. Flexibilidade</b> Capacidade para mudanças: reformulação, reorganização e adaptação Estabilidade: sentido de continuidade e rotinas <b>5. Coesão</b> Apoio mútuo, colaboração e compromisso Respeito às diferenças, necessidades e limites individuais Forte liderança: prover, proteger e guiar crianças e membros vulneráveis Busca de reconciliação e reunião em casos de relacionamentos problemáticos <b>6. Recursos sociais e económicos</b> Mobilização da família extensa e da rede de apoio social Construção de uma rede de trabalho comunitário: família a trabalhar em conjunto Construção de segurança financeira: equilíbrio entre trabalho e exigências profissionais
<b>Processos de Comunicação</b>
<b>7. Clareza</b> Mensagens claras e consistentes (palavras e ações) Esclarecimento de informações ambíguas <b>8. Expressões emocionais “abertas”</b> Partilha de sentimentos variados (alegria e tristeza; esperança e medo) Empatia nas relações: tolerância das diferenças Responsabilidade pelos próprios sentimentos e comportamentos, sem busca do “culpado” Interações prazerosas e bem-humoradas <b>9. Resolução colaborativa de problemas</b> Identificação de problemas, fatores de stress, opções “Explosão de ideias” com criatividade

Tomada de decisões compartilhada: negociação, reciprocidade e justiça

Foco nos objetivos: dar passos concretos; aprender com os erros

Postura pró-ativa: prevenção de problemas, resolução de crises, preparação para futuros desafios.

Kalil (2003) baseando-se em Walsh (2002) e outros autores identifica três processos que ajudam as famílias a lidar com a adversidade e o *stress*, que considera poderem ser aspetos da resiliência familiar:

- A coesão familiar - considerada a ligação emocional entre os membros da família, a coesão é fundamental para o funcionamento familiar no quotidiano. A coesão pode apresentar diferentes níveis, desde muito baixa a muito elevada, sendo que os níveis extremos se verificam em famílias mais disfuncionais, os níveis intermédios são considerados adequados para o equilíbrio familiar.

- A crença nos sistemas - principalmente a religião, pois pode cultivar valores centrados no amor, cuidado e altruísmo. Ter um olhar positivo é crucial para ter resiliência, tal como o humor. Focagem nas forças e aceitar o que não pode ser mudado. A perseverança, o sentimento de capacidade para “lutar” e a persistência na adversidade são elementos chave.

- E por fim, as estratégias de *coping* – a capacidade de adaptação. Podem ser consideradas duas estratégias de *coping*, nos adultos, a focada no problema e a focada no emocional, muitas vezes combinadas entre si. No caso dos adolescentes pode-se ser considerada também a evitação e a aceitação. O autocontrolo, a capacidade de gestão de conflitos e a comunicação são fundamentais, sendo que a comunicação pode ser afetiva ou instrumental.

As famílias que durante o seu desenvolvimento, com momentos de maior e menor *stress*, reagirem com rigidez, poder-se-ão tornar disfuncionais. Inversamente, se forem flexíveis e evoluírem através da crise, serão felizes e terão sucesso (Relvas, 1996).

Os serviços sociais têm um importante papel no sentido de oferecer à família melhores recursos para transformar o risco em oportunidade e expandir as suas forças, pois

uma crise pode permitir às famílias reemergirem mais fortes e com mais recursos através dos seus esforços conjuntos. Uma crise pode despertar para o que realmente interessa (Walsh, 2002). As famílias que funcionam bem estão constantemente a crescer e a mudar com o passar do tempo, como membros em progresso ao longo do ciclo da vida (Kalil, 2003).

As famílias de acolhimento poderão lidar com o cansaço e exaustão fruto das situações de *stress* vivenciadas com a receção de uma criança, carecendo naturalmente do acompanhamento técnico adequado, como legalmente previsto (Delgado et al., 2013). Sendo que os profissionais devem considerar os aspetos focados pela abordagem baseada na resiliência familiar. Um aspeto a ter em conta é a sobrecarga intensa sentida pelos acolhedores. O estudo de Delgado et al. (2013), através da aplicação da Escala de Sobrecarga do Cuidador de Zarit, dá conta da existência de um elevado número de acolhedores (30,8%) a senti-la, quando comparado com o número de acolhedoras (3,8%).

Uma obra relevante perspetiva na construção do objeto deste estudo é que respeita à teoria da vinculação. Esta teoria sublinha o papel central das relações afetivas no desenvolvimento humano, desde o nascimento até à morte. Fallowfield (2009) mostra como a teoria da vinculação pode ser significativa para o Serviço Social abordando a natureza diversa das famílias modernas que a criança experiencia. Esta teoria aborda a importância do estabelecimento de vínculos afetivos entre a criança e principalmente as figuras parentais, destacando-se neste plano a contribuição de Bowlby. Costa e Rossetti-Ferreira (2009, citando Rossetti-Ferreira, 2006) mostram que Bowlby defende que

“o ser humano é portador de uma história filogenética que lhe garante um aparato biológico, que o auxilia no estabelecimento e manutenção de vínculos afetivos com o outro, principalmente com a mãe (biológica ou substituta), sendo a constância dessa primeira vinculação afetiva crucial ao seu desenvolvimento psicossocial saudável. Os autores desta teoria tratam da primazia da relação de apego mãe-criança, apontando para consequências disfuncionais sobre o desenvolvimento social, psicológico e emocional da criança, caso a relação não se estabeleça, seja interrompida ou se mantenha de modo inadequado”.

A vinculação feita pela criança funciona como instinto de proteção e sobrevivência, reduzindo o risco nomeadamente de frio e de fome, tal como se verifica em outras espécies (cf. Bowlby, 1998). O comportamento de vinculação ativa-se quando se experimenta uma situação de *stress*. O *stress* é sentido quando há necessidades fisiológicas (cansaço, doença, dor, fome); se está num ambiente adverso; ou se experimenta uma relação problemática,

explica Howe (1995). O autor constata três características associadas ao comportamento de vinculação:

“A *procura de proximidade* – A criança tenta permanecer dentro do alcance protetor dos pais. O alcance protetor é reduzido em situações adversas.

*O efeito base-segura* – A presença de uma figura de vinculação representa para a criança uma segurança externa.

*O protesto de separação* – A ameaça à acessibilidade à figura de vinculação aumenta o protesto e ativa a tentativa de afastar a separação” (Howe, 1995: 52 cit. Weiss, 1991).

Bowlby (1998) refere, contudo, a designação de *cuidador*, “caregiver(s)”, quando se refere à vinculação que a criança faz. O cuidado pode verificar-se nos pais, mas também em outros adultos, dirigido a uma criança ou a um adolescente, e ainda entre adultos:

“Um comportamento complementar ao comportamento de vinculação e que serve uma função complementar de proteção do indivíduo vinculado, é o cuidado. Este é frequentemente mostrado por um pai, ou outro adulto, através de uma criança ou um adolescente, mas é também mostrado por um adulto sobre outro, especialmente em momentos de doença, *stress* ou velhice” (Bowlby, 1998: 40-41).

Este autor refere ainda que o comportamento de vinculação está presente e ativo ao longo do ciclo da vida, contrariando outras teorias que defendem que está confinado à infância.

A teoria da vinculação esteve durante muito tempo associada à formação da vinculação na infância, pelo que pode ser difícil compreender a formação da relação de vinculação em crianças mais velhas (Schofield et al., 2000).

O contributo da teoria da vinculação no estudo das famílias de acolhimento é de extrema pertinência uma vez que permite perceber a qualidade do vínculo (entre cuidadores e crianças) e o seu desenvolvimento nas famílias nas quais não há partilha da mesma informação genética nem da mesma história familiar. É neste sentido que se pode enquadrar as disposições regulamentares do AF que, através do DL 11/2008 de 17 de janeiro, estabelece que no processo de seleção das famílias de acolhimento sejam consideradas as características pessoais dos membros da família candidata, como a capacidade para as estabelecer vínculos afetivos:

“A seleção das famílias de acolhimento exige, para além dos requisitos previstos nos artigos anteriores, a avaliação dos seguintes elementos:

a) Personalidade, maturidade, capacidade afetiva e equilíbrio emocional dos membros da família candidata a família de acolhimento;” (artigo 16.º do DL 11/2008).

Os atributos para que os adultos se tornarem a figuras de vinculação da criança assentam em mostrar *interesse* pela criança, ser capaz de ler cuidadosamente os sinais e com *sensibilidade*, estar alerta e atento ao que se passa na relação, e oferecer *conforto* e *respostas seguras* nos momentos de aflição. A relação deve ser de interação e diálogo recíproco (cf. Howe, 1995).

Calheiros (2015) constata que os jovens em acolhimento familiar podem formar relações seguras com novos cuidadores, independentemente da qualidade da relação de vinculação que tenham desenvolvido com os pais biológicos. Sem receio de se “apegarem às pessoas” (Palacios, 2015), nomeadamente aos cuidadores e vice-versa.

Com base na investigação científica neste campo é hoje possível usar ferramentas teóricas para na prática proporcionar adequado apoio técnico aos cuidadores, como sustentam Schofield e Beek (2005a), desenvolvendo

“[...] modelos que façam a ponte entre a teoria da vinculação e a investigação por um lado e a prática do acolhimento na família por outro é essencial, desde que a teoria da vinculação continue a oferecer rigor científico e ainda, potencialmente, ferramentas práticas para dar sentido aos problemas infantis e comportamentos desafiantes e para apoiar os cuidadores no provimento de uma base segurança.” (p. 21).

Os vínculos afetivos no acolhimento familiar são fundamentais para o sucesso da colocação, nomeadamente para o desenvolvimento saudável da criança, mas também para minimizar as consequências do processo de residencialização,

“A própria inclusão do direito à convivência familiar e comunitária nas normativas internacionais e nacionais foi subsidiada por teorias que ressaltavam a importância dos vínculos afetivos com as figuras parentais para o desenvolvimento saudável da criança, como também os efeitos nocivos ao desenvolvimento causado pelo processo de institucionalização” (Costa e Rossetti-Ferreira, 2009).

Delgado (2013) refere que há estudos reveladores do facto das instituições de acolhimento serem incapazes de proporcionar à criança a vinculação emocional necessária ao seu desenvolvimento afetivo. Acrescentando que o acolhimento familiar prolongado é

entendido como a melhor solução para o desenvolvimento de relações seguras e estáveis, para crianças que não podem fazê-lo com a família biológica.

A ênfase recai na importância da vinculação segura, “secure attachment”. As crianças acolhidas tendencialmente tiveram histórias de vida complexas, com pais com fracas competências enquanto cuidadores e com vinculação insegura, do tipo *ambivalente/coerciva* ou *evitante* ou *desorganizada* (Schofield et al., 2000) que ao serem integradas numa família de acolhimento poderão revelar as fragilidades do modelo interno “Tendencialmente traçado pela ansiedade e negatividade do próprio valor, bem como da avaliação dos outros e da confiança nas relações seguras e protetoras.” (Schofield et al., 2000: 9-10).

Nesse sentido, ações mistas de esperança e suspeição, bem como desconfiança e ansiedade, como um prelúdio de rejeição, ou medo, que os cuidadores poderão experimentar, podem ser difíceis de gerir. Os cuidadores sentir-se-ão magoados e até enraivecidos ao serem olhados pela criança com suspeição quando tentam confortá-la ou se a criança é agressiva com outras crianças (ibidem). O trabalho dos cuidadores deve ser no sentido de transmitir e dar segurança à criança, alterando a sua autoimagem negativa bem como a imagem dos outros e das relações.

A qualidade da interação entre o cuidador e a criança é fundamental, baseada essencialmente na confiança, responsividade e estabilidade,

“O que é de extrema importância é a *qualidade da interação*. Se uma relação de vinculação é para formar, o cuidador deve estar regularmente disponível numa base de confiança. Estas relações de cuidado exibem zelo, responsividade e estabilidade.” (Howe, 1995: 64).

A vinculação permite ao cuidador por um lado compreender e ajudar a criança a refletir, conseguindo lidar com os problemas comportamentais, e por outro lado, lidar com os seus próprios sentimentos como a tristeza e a raiva (Schofield e Beek, 2005a).

A família de acolhimento precisa de se sentir satisfeita e realizada com o acolhimento quer no âmbito pessoal, quer familiar, e tal apenas se encontra através da relação emocional que se constrói com a criança e através da comunicação,

“A criação ativa e a sustentação das relações emocionais são centrais para a vida no domínio pessoal e familiar; a procura pela satisfação e auto-satisfação advêm através da conexão emocional e comunicação.” (Nutt, 2006: 92).

Os modelos relacionais dos cuidadores com as crianças assentam largamente no próprio modelo, construído pela história de vida e pelas experiências de infância, nas relações que estabeleceram com as mães, pais e outras pessoas significantes. O suporte social, que dispõem, também está relacionado com a qualidade do cuidado prestado, “Tal como a própria história do desenvolvimento do cuidador, a qualidade do cuidado prestado às crianças depende do nível de suporte social disfrutado pelo cuidador.” (Howe, 1995: 161).

Contudo, no acolhimento familiar, sendo uma medida transitória com previsibilidade de regresso à família biológica, haverá uma “despedida”, que terá de ser preparada. Palacios (2015) refere que há duas transições para os jovens em acolhimento familiar, a chegada e a partida, carecendo ambas de uma adequada preparação. Costa e Sassetti-Ferreira (2009) questionam “Como os programas estão concebendo a possibilidade da criança ou adolescente vincular-se a uma ou mais famílias de acolhimento e depois retornar para a família de origem? E, ainda, como manter o vínculo com a família de origem?”. Delgado (2007) parece esboçar uma resposta baseando-se em Cyrulnick (2002) considerando que a criança tem, felizmente, capacidade para se vincular a diversas pessoas, ao longo do seu percurso, pessoas que podem um dia ser lembrados de uma forma traumática, pela separação, mas também como acontecimentos que permitiram chegar a outra etapa na sua vida.

Tribuna e Relvas (2007) preocupadas com a vinculação entre cuidadores e crianças acolhidas na adolescência, concluíram no seu estudo que os adolescentes quando não têm contactos com os familiares, tendem a apresentar padrões de vinculação segura. Desse modo, as autoras recomendam a promoção da manutenção dos contactos entre criança e família biológica é importante para manter os laços, e para garantir as condições de retorno à família biológica, quando aplicável. Curiosamente, o estudo conclui que a perceção que os adolescentes fazem das figuras maternas substitutas como uma base segura é independente do facto de estarem em colocação (junto de outro familiar) ou acolhimento familiar.

Do ponto de vista da família de acolhimento, a vinculação que vão construindo ao longo do acolhimento tem riscos, considerando que com a cessação poderão sofrer pela ausência da criança.

“Há riscos para os cuidadores se eles se comportarem como, e permitirem a eles próprios se sentirem como uma mãe para com a criança que não é deles. A vinculação traz possibilidade de conflitos (...) os cuidadores demonstraram que cuidar de crianças em acolhimento envolve vínculos emocionais com um risco de sentir um intenso sofrimento.” (Nutt, 2006: 45).

Os acolhedores carecem de preparação para a separação, tal como a criança, sendo que o processo de gestão da despedida pode ser facilitado pelo sistema e pelos profissionais se for gradual, permitindo-se a manutenção de algum contacto com a criança, tranquilizando-se com a possibilidade de perceberem como vai evoluindo e como está na sua (nova) família,

“Os acolhedores devem de igual modo ser preparados para estas transições. (...) para os acolhedores essa separação será muito mais fácil, se tiverem oportunidade de conhecer a nova família (...) é considerado conveniente que mantenham algum contacto com ela.” (Palacios, 2015: 38).

No decorrer deste segundo capítulo, recorrendo às contribuições da sociologia e psicologia da família e à investigação no âmbito do acolhimento familiar, explorou-se a construção da(s) família(s) de acolhimento como objeto por relação à teorização da família enquanto fenómeno social.

Considerando a evolução do conceito, estrutura e organização da família, a família de acolhimento de crianças assume-se como uma família, como qualquer outra. Progressivamente menos demarcado pelos laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção, o termo *família* tendencialmente comporta o grupo no qual os relacionamentos se fundamentam em confiança, apoio recíproco e destino comum. As famílias de acolhimento assentam numa base de relações de afeto e segurança, nomeadamente para a criança acolhida. A qualidade da vinculação estabelecida entre a criança e a família de acolhimento é fundamental para o bem-estar recíproco. A criança tem capacidade para se vincular a vários adultos, importando promover uma adequada transição (do ponto de vista quer da criança, quer da família de acolhimento), considerando a transitoriedade da medida.

Para a família que recebe a criança em situação de perigo, dá-se a satisfação individual, conjugal e familiar pelo exercício da parentalidade e fraternidade com o novo

membro. Os adultos assumem a prioridade no bem-estar das crianças por vezes em detrimento do próprio bem-estar. Contudo, tal como em qualquer família, o exercício da parentalidade reveste-se de desafios. Note-se que as crianças acolhidas comportam uma história de vida complexa, pelo que as características da criança, da sua família de origem e os fatores contextuais não podem ser descurados. Muitas vezes a família desempenha um papel reparador, quase terapêutico. As situações de *stress*, emergentes em todas as famílias, podendo ocorrer em diversas fases do acolhimento, dependerão da resiliência familiar. Nas famílias de acolhimento os níveis de *stress* poderão ser, contudo, mais elevados, mas importa igualmente considerar o acompanhamento e suporte técnico que lhes pode, e deve ser facultado.

Não obstante as famílias de acolhimento serem reconhecidas como competentes, pelos serviços, sentem-se muitas vezes impotentes por não terem plenos poderes como as famílias biológicas. O sistema familiar, no acolhimento familiar, tem de se articular com os subsistemas associados, nomeadamente, a criança, a família biológica, a equipa de acompanhamento e outros serviços, integrado que está no ecossistema. Adotam novos papéis e atividades.

Cabe aos serviços conhecer com suficiente profundidade as particularidades das famílias de acolhimento e oferecer o adequado suporte familiar com vista ao sucesso do acolhimento para os diversos intervenientes. Nesse sentido, esta investigação visa obter uma compreensão profunda da experiência das famílias de acolhimento, nomeadamente as suas motivações, dinâmicas, fatores de satisfação, desafios e necessidades sentidas entre outros aspetos.



## **II – ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS**

### **CAPÍTULO 3 - ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS**

## Cap. 3 – Acolhimento Familiar de crianças

### 3.1- Conceito de Acolhimento Familiar

O acolhimento familiar, como é entendido atualmente, consiste numa forma de proteger as crianças, em relação às quais o desenvolvimento estará em perigo na família de origem, integrando-as numa nova família, no âmbito do sistema de proteção infantil. De acordo com o disposto na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, concretamente no número um do art.º 46.º, da Lei n.º 142/2015, de 08 de Setembro, segunda alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, o AF consiste na

“atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral.”

Não obstante, Martins (2004) constata que a designação acolhimento familiar carece de definição. A autora analisa a diversidade das práticas registadas e sublinha que se denotam diferenças na definição do conceito, de acordo com o país e as suas tendências no que toca à ação social, considerando que poderão incluir ou não as seguintes particularidades: familiares das crianças (os parentes mais próximos); colocações que não são mediadas por uma autoridade reconhecida (nomeadamente as colocações informais); colocações temporárias (sendo que a distinção entre os termos “temporário” e “permanente” não é clara); prestação de cuidados apenas durante partes do dia; envolvimento de uma instituição ou uma casa privada ou familiar.

O mesmo é referido por autores espanhóis, que constatam que a lei espanhola apresenta lacunas face à definição do AF, assentando apenas na descrição dos seus efeitos. Nesse sentido, propõem uma definição integradora:

“é um instrumento legal de proteção do menor desamparado ou – em geral - de aquele cujos pais não podem dispensar-lhe os cuidados necessários para o seu adequado desenvolvimento como pessoa, mediante o qual é inserido plenamente – de forma

transitória, permanente, ou com vistas a uma possível adoção - dentro de um ambiente familiar substitutivo ou complementar do próprio, que lhe assegure a assistência moral e material adequada às suas necessidades, tendo presente em todo o momento que - sempre que seja possível e assim o aconselhe o interesse superior do menor - deverá orientar-se toda a atuação à reinserção dentro da própria família.” (Caparrós y Jiménez, 2001: 73-74 citados por Del Valle, et al., 2008: 21).

Esta medida de proteção infantil visa consistir num espaço de partilha e de reciprocidade entre a criança e a família de acolhimento (Delgado et al., 2013), apresentando necessariamente benefícios e alguns constrangimentos. Delgado (2011: 19 citando Gimeno, 2001) refere que o acolhimento familiar

“ é um contexto familiar alternativo que representa um enorme desafio para o principal ator, a criança, e para os seus protagonistas, uma prova difícil, porque estabelece ruturas, distâncias, isolamentos, a mudança e o confronto com o desconhecido. Por outro lado, permite o contacto com outros estilos de vida familiar, enriquece a perspectiva sobre as expectativas e o valor que se lhe atribui, bem como sobre os seus padrões de funcionamento.“

### **3.2- Evolução social e jurídica**

Informalmente sempre existiram famílias cuidadoras de crianças ainda que, nem sempre, necessariamente lhes proporcionassem um adequado desenvolvimento, “Era uma prática acordada entre famílias ou como destino para grupos de crianças órfãs ou abandonadas.” (Delgado 2013: 28). O mesmo se assinala em países como o Brasil pois “somente agora [o acolhimento familiar] é proposto como um programa oficial, que compõe uma política pública de atendimento à criança e ao adolescente privado dos cuidados parentais, com suporte legal e acompanhamento técnico.” (Costa e Rossetti-Ferreira, 2009: 3).

Em Portugal, são consideradas quatro fases evolutivas do acolhimento familiar: a fase das origens; a fase da institucionalização; a fase da expansão e a fase do retrocesso. A primeira fase estende-se até à década de 70 do século XX, mostrando, como referido anteriormente, que sempre houve acolhimento familiar, como conduta acordada entre famílias, ou como solução para as crianças órfãs. (Delgado et al., 2013).

Legalmente o acolhimento familiar tem vindo a ser regulado pelo DL 190/92, de 3 de Setembro, pela Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, (Lei 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto e mais recentemente pela Lei 142/15 de 8 de setembro) e ainda pelo DL 11/08, de 17 de janeiro.

O acolhimento familiar é regulado pela primeira vez pelo DL 288/79, de 13 de Agosto, e definido como “colocação familiar”. Anos mais tarde, aquele regime foi revogado pelo DL 190/92, de 3 de setembro, que visava reformulá-lo, numa perspetiva de aperfeiçoamento. No DL 190/92, de 3 de setembro, o conceito de acolhimento familiar mostra o desencontro entre a génese e a atualidade tendo começado por ser concebido como uma prestação social em lugar da actual medida de promoção e proteção infantil:

“O acolhimento familiar é uma prestação de ação social que consiste em fazer acolher transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação deste serviço, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função socioeducativa.” (nº 1, artigo 1, DL 190/92).

Não obstante, desde 1979 eram já consideradas “as vantagens do acolhimento familiar, sobretudo quando confrontadas com outras respostas de carácter institucional mais tradicionais, como é o caso do internamento em lares.” Também Delgado, et. al. (2013: 112) vêm validar a tese, identificando o acolhimento familiar como um contexto apropriado para “promover o desenvolvimento adequado da significativa maioria das crianças, no ambiente escolar, ao nível do comportamento e no campo da saúde.”

Assim, apenas no ano de 1999 é aprovada uma lei que visa a proteção de crianças e jovens em perigo (anteriormente designadas por “menores”), contemplando as medidas cuja finalidade é a promoção dos direitos e de proteção, entre estas, o acolhimento familiar.

O DL 11/08, de 17 de janeiro, introduz uma alteração significativa que visa a exclusão das famílias com laços de sangue com a criança, passando a poder constituir-se como FA apenas os sujeitos sem laços de parentesco, “evitando uma duplicação ou sobreposição de medidas e a delegação do acolhimento e da responsabilidade nele implícita à família alargada, sobre quem impende, na verdade, uma obrigação legal (e moral) de agir” (Delgado, 2010a).

No novo enquadramento legal, de setembro de 2015, o acolhimento familiar passa a ser a medida preferencial para a colocação de crianças até aos 6 anos de idade,

acompanhando as tendências das recomendações internacionais e os estudos científicos do ponto de vista da prevalência da família,

“o acolhimento familiar é, finalmente, evidenciado como a medida preferencial para crianças até aos 6 anos de idade, salvo quando a consideração da excecional e específica situação da criança ou jovem carecidos de proteção imponha a aplicação da medida de acolhimento residencial, ou quando se constate impossibilidade de facto, incorporando-se no nosso ordenamento jurídico as Recomendações Internacionais existentes e o consenso técnico-científico existente sobre esta matéria.” (CASA, 2016).

Em Espanha, o acolhimento familiar surgiu após os anos 80 quando as instituições começaram a desaparecer, valorizando-se a recreação do ambiente familiar,

“durante a maior parte do século XX, até bem entrados os anos oitenta, a proteção dos menores de idade em situação “de carência” (um termo muito próprio do enfoque da beneficência) baseou-se na institucionalização de meninos e meninas.” (Del Valle, et al., 2008: 19-20).

No Brasil, apesar da mobilização social registada em 1988 a 1990 no sentido de ser adotado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que estabelece (artigo 19.º) que “toda a criança e adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excecionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”, tal direito não está a ser cumprido (Zimmer e Corona, s.d.).

Não obstante, nos EUA e Canadá, o acolhimento familiar foi implementado, ainda no século XIX.

No Reino Unido “o conceito e o desenvolvimento do acolhimento familiar teve início na Escócia, em meados do século XIX, existindo contudo com diferentes abordagens, se recuarmos até ao século XVII e anteriormente” (Triseliotis et al. 1995 citados por Rees, 2013: 11). O Children Act de 1975 produziu uma mudança no sistema britânico: a esperança na parentalidade psicológica assente no conceito de “profissional” ou “especialista” e expectativas de “tratamento” para as crianças. O objetivo do projeto “especialistas” era garantir que as crianças não seriam apenas “cuidadas” mas que o ingrediente adicional seria de alguma forma melhorar as suas características e as suas atitudes. (Nutt, 2006). O acolhimento familiar na Inglaterra e no País de Gales assenta na base legal do *Children Act* de 1989, com posteriores desenvolvimentos legais e de políticas (cf. Wilson et. al, 2004). A crença de resgatar as crianças de famílias “contaminadas” e

lhes proporcionar um recomeço numa nova família em vez de as condenar à institucionalização constituiu a base do acolhimento familiar (Schofield, et al., 2000: 3).

Observando-se que as crianças iam mudando de local, sem a existência de projetos estruturados para o seu futuro, surgiram preocupações em relação à resposta do acolhimento familiar, e criou-se o acolhimento permanente. Este tornou-se, genericamente, semelhante à adoção, dando uma imagem negativa do sistema de proteção. Contudo, enfatizando-se o trabalho de preparar a criança para regressar à família de origem ou para a adoção, reconsiderou-se a opção do acolhimento de longa-duração. Durante a década de oitenta houve lugar ao recrutamento e formação de cuidadores de curta-duração, afastando a ideia das crianças pertencerem à família, perspetiva que foi reforçada com a mudança da terminologia, de “foster parents” (pais de acolhimento) para “foster carers” (cuidadores). (Schofield, et al., 2000).

### **3.3- Características do Acolhimento Familiar em Portugal**

Em Portugal, segundo Delgado, (2007) o acolhimento familiar, desde a sua génese até à atualidade pode ser caracterizado por:

- Previsibilidade do regresso à família biológica;
- Transitoriedade da colocação;
- Indefinição do conceito de “família de acolhimento em lar profissional”;
- Classificação restrita da família biológica nuclear, permitindo o acolhimento familiar na família (alargada) com laços de parentesco;
- Celebração de contrato de prestação de serviço e retribuição pelo serviço de acolhimento prestado;
- Falta de campanhas de promoção e divulgação da medida;
- Carências ao nível da seleção das FA e do acompanhamento técnico;

- Inexistência de formação inicial para as famílias candidatas e de formação contínua para as famílias em atividade;

- Baixo nível social e económico das famílias de acolhimento, associado aos baixos níveis de escolaridade;

- Falta de associações que representem e apoiem as famílias de acolhimento.

Delgado (2007) concetualiza o acolhimento familiar em Portugal em torno de 4 características essenciais: *invisibilidade*, *generalidade*, *humanitarismo* e *transitoriedade*. A primeira remete para a escassez de campanhas de divulgação, nomeadamente nos meios de comunicação social, tal como de dados, estudos científicos, e congressos. Fraca expressão na sua aplicação pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e pelos Tribunais de Família e Menores e no conhecimento da população em geral, que confunde a medida com as amas, as famílias de afeto ou com a adoção.

A *generalidade* implica que o perfil e competências das famílias sejam considerados análogos, não levando em linha de conta as características das crianças acolhidas. O mesmo acontece com a remuneração, uma vez que a retribuição do serviço e o subsídio de manutenção atribuídos são iguais para todas as famílias, sem progressão nem valorização da experiência e das competências, muitas com necessidade de formação inicial preparatória e contínua. Não há qualquer benefício fiscal, implicando por exemplo que o escalão atribuído pela segurança social seja o da família, enquanto quando a criança se encontra colocada em instituição tem o escalão um, conseguindo apoios nomeadamente em materiais, manuais e refeições escolares, consultas e terapias.

A característica relacionada com o *humanitarismo*, acentua “os bons sentimentos em detrimento da profissionalização, a vontade de ajudar sobrepõe-se à aprendizagem das técnicas e dos saberes adequados para ajudar (Delgado, 2007: 231).” Vários estudos (Rhodes et. al., 2006; Delgado, 2007; De Maeyer, 2014) mostram que as famílias estão sobretudo centradas nas crianças, *Child-centered reasons*, e na possibilidade de contribuir para o seu bem-estar, deixando para segundo plano a motivação pela retribuição monetária que beneficiam.

Por fim, a *transitoriedade* está associada à previsibilidade do regresso à família biológica, parecendo contudo preferível em alguns casos a permanência na família de acolhimento. A cessação do acolhimento deverá ser preparada adequadamente de modo a minimizar o impacto em todos os envolvidos.

### **3.4 – Dimensão da implementação do acolhimento familiar**

No contexto português, verificava-se em 2015 que 8.600 crianças e jovens se encontravam em situação de acolhimento significando mais 130 crianças do que no ano anterior, o que representa um crescimento de 1,5% (CASA, 2016).

Numa análise longitudinal, a variância das crianças no sistema de acolhimento tem-se observado constante, nomeadamente nos últimos 5 anos. No período entre 2006 e 2015, percebe-se que 2006 foi o ano com maior número de acolhimentos, com 12.245 crianças e o ano com menor número e acolhimentos foi 2013, com 8.445 crianças (idem).

O Acolhimento Familiar, aparece em terceiro lugar, depois do Lar de Infância e Juventude e do Centro de Acolhimento Temporário, representando 3,5% das colocações, ou seja, 303 crianças e jovens acolhidos, menos 38 crianças comparativamente ao ano anterior em que esta medida representava 4,5%.

Note-se que, a partir de 2006, se verifica um gradual decréscimo do número de famílias de acolhimento em Portugal, acentuado em 2008, devido a alterações na legislação que eliminou as famílias com laços de parentesco com a criança/jovem. O relatório do ISS, I.P. refere que “crianças e jovens em famílias de acolhimento tem vindo a sofrer uma diminuição progressiva desde 2009, do que resulta um acentuado desequilíbrio entre os elevados números de medidas de acolhimento em Casas de Acolhimento - CAT (Centro de Acolhimento Temporário) ou LIJ (Lar de Infância e Juventude) e os baixos números das medidas de acolhimento familiar.” (idem: 34-35).

Percebe-se que a sua concentração é irregular, com uma grande incidência em distritos do norte do país:

“35,6% destas crianças e jovens encontram-se acolhidas em famílias de acolhimento residentes no distrito do Porto, 15% em famílias do distrito de Braga, 13% em famílias do distrito de Vila Real e 11% em famílias do distrito de Viana do Castelo, e, ainda, 11% de crianças e jovens em famílias na Região Autónoma da Madeira. Por contraponto, nos distritos do centro e sul do país, o peso das crianças e jovens em acolhimento familiar apresenta-se residual ou até mesmo inexistente.” CASA (2013:30).

Os dados detalhados do acolhimento familiar mais recentes são de 2013, posteriormente não são publicados no relatório CASA.

O ISS, I.P. disponibilizou para o presente estudo a distribuição geográfica das crianças em acolhimento familiar de modo a permitir mapeamento territorial.

O Quadro 1 mostra que o número de crianças em acolhimento familiar em 2015 é de 331, e que a maior expressão continua a incidir na zona norte do país, nomeadamente no contexto de intervenção da Fundação Mundos de Vida (não obstante o facto de constarem escalões sem informação). Percebe-se que o escalão etário com maior expressão é dos 15 aos 18 anos. Curiosamente os escalões etários com menor número de crianças são dos 0 aos seis anos de idade, contrariamente às recomendações tecidas pela alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei 142/2015, de 8 de setembro.

Quadro 1: Crianças em Acolhimento Familiar em 2015, por distrito e escalão etário

Distrito	Idades das crianças e Jovens						Total
	0-3 anos	4-6 anos	7-10 anos	11-14 anos	15-18	Mais de 18 anos	
Aveiro					*	*	16
Beja							
Braga	*		*	15	13	6	40
Bragança					*		*
Castelo Branco							
Coimbra			*	*	6	8	17
Évora			*		*		*
Guarda							
Leiria			*	*			*
Lisboa							
Portalegre				*	*	*	5
Porto	*	7	15	37	47	40	153
Santarém					*	*	5
Setúbal							
Viana do Castelo			3	5	24	10	42
Vila Real		5	7	12	9	9	42
Viseu				*		*	5
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>33</b>	<b>73</b>	<b>109</b>	<b>95</b>	<b>331</b>

Fonte: ISS. IP

No Quadro 2 percebe-se que do ponto de vista da durabilidade da estadia, os acolhimentos são na sua maioria de longa duração. O escalão superior a cinco anos tem 216 crianças, representando mais de metade dos acolhimentos, isto é 65,26 %.

Quadro 2: Crianças em Acolhimento Familiar em 2015, por distrito e escalão de duração do acolhimento.

Distrito	Duração do acolhimento					Total
	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2	2 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Aveiro					16	<b>16</b>
Beja						
Braga	*	*	*	13	20	<b>40</b>
Bragança					*	*
Castelo Branco						
Coimbra			*	*	11	<b>17</b>
Évora					*	*
Guarda						
Leiria				*		*
Lisboa						
Portalegre					5	<b>5</b>
Porto	5	5	20	25	98	<b>153</b>
Santarém					5	<b>5</b>
Setúbal						
Viana do Castelo	*		8	11	23	<b>43</b>
Vila Real		*	*	7	30	<b>42</b>
Viseu					5	<b>5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>34</b>	<b>60</b>	<b>216</b>	<b>331</b>

Fonte: ISS. IP

Portugal apresenta um padrão ímpar no âmbito do acolhimento de crianças quando se procede a uma análise comparativa com diferentes países pelo mundo. O acolhimento familiar representa o mais importante recurso alternativo aos cuidados familiares para as crianças, no sistema público irlandês já descrito por Gilligan há 20 anos, em 1996.

Em países como Inglaterra e o País de Gales, a proporção de crianças acolhidas passou de um terço para dois terços nos últimos 20 anos. O acolhimento residencial passou por sua vez de três quartos das colocações, em 1975 para menos de 20%, em 1998. Na Irlanda do Norte 80% das crianças retiradas da família encontram-se em acolhimento familiar (Delgado, 2007). Sendo que em 2003 mais de metade das crianças em acolhimento no Reino Unido (mais de 75000) estão em acolhimento familiar (Wilson et al, 2004).

Delgado (2011) mostra que a nível internacional se têm dado passos no progresso da medida de acolhimento familiar, nomeadamente em França (onde em 2006, a medida representava 54% das colocações), avançando-se no sentido da profissionalização dos acolhedores passando, estes a serem membros da equipa de acolhimento, e na perspetiva da proximidade com a família biológica, colocando quando possível a criança na sua família extensa. Na Alemanha, dados de 2007, apontam para 42% de crianças colocadas em famílias, com intervenção dos municípios, apesar da tendência para contratar organizações não-governamentais. O mesmo acontece recentemente na Suécia. Na Austrália, como referem Octoman e McLean (2014: 149) “o acolhimento familiar é uma das principais intervenções de apoio disponíveis para crianças”.

No Canadá em 2007, o número de crianças em acolhimento familiar totalizava quase 70000. Número crescente desde 1992, em que o acolhimento familiar incluía pouco mais de 40000 crianças.

Um projeto da UNICEF em funcionamento em algumas regiões da Bulgária, dá conta dos resultados alcançados na promoção da medida, referenciando que esteve ativo desde junho de 2009 até fevereiro de 2012 e nesse período foi observado um significativo aumento do número de colocações em acolhimento familiar (Sherbanov et al., 2012),

assinalando que de 198 crianças em acolhimento familiar em 2008, se passou para 1024 crianças em 2012.

Na Polónia, nos anos recentes, tem havido um crescimento gradual do número de crianças em acolhimento familiar. No final de 2009, existiam 37663 famílias de acolhimento na Polónia, a prestar cuidado a 54344 children (um rácio de 7.5 por 1000 crianças). Comparando com 2005, há um aumento de 1153 famílias de acolhimento. Apesar das reformas de apoio à desinstitucionalização e ao aumento dos números de colocações em acolhimento familiar, quase 20000 crianças permanecem em acolhimento residencial (Knuiman, 2015).

A Eurochild<sup>5</sup> divulga relatórios do processo de desinstitucionalização e de reforma do cuidado de crianças, a decorrer em 15 países da Europa (nomeadamente Austria, Espanha, Bélgica ou Hungria), sendo possível perceber que a tendência internacional vai no sentido do cuidado baseado na família, “family based care”, através dos dados recolhidos em 2016. Na Austria, em 2012, das 10.000 crianças em acolhimento 40% estavam em AF. Na Bélgica, em 2014, 9.697 crianças estavam em *family based care*, em Espanha, no mesmo ano, estavam 13.453 crianças e na Hungria estavam 14.486 crianças. A campanha "Portas Abertas para as Crianças na Europa" a decorrer neste 15 países tem como objetivo apoiar os esforços nacionais para desenvolver sistemas de proteção da criança que reforcem as famílias e assegurem cuidados alternativos familiares e comunitários de alta qualidade para crianças, aproveitando o financiamento e a política da União Europeia e construindo capacidades na sociedade civil.

### 3.5 – Instituições de Enquadramento

Em Portugal o ISS, I.P. é o responsável pela regulamentação das medidas de colocação. O acompanhamento da implementação do acolhimento familiar é feito pelas equipas dos Centros Distritais ou pelas equipas da Fundação Mundos de Vida, a única instituição privada com acordo de cooperação com o ISS, I.P.

---

<sup>5</sup> [www.eurochild.org](http://www.eurochild.org)

As competências das instituições de enquadramento são, de acordo com o artº 11 do DL 11/2008, as seguintes:

- a) Promover a informação sobre o acolhimento familiar e a sensibilização da comunidade e das famílias para cooperarem na sua viabilização;
- b) Proceder ao recrutamento e à selecção das famílias de acolhimento;
- c) Estabelecer as condições da prestação de serviço de acolhimento familiar, através da formalização do respectivo contrato;
- d) Garantir a elaboração e execução do plano de intervenção, a que se refere o artigo 5.º, bem como a sua supervisão e avaliação;
- e) Assegurar a execução de programas de formação inicial e de formação contínua, para a aquisição e o reforço de competências das famílias de acolhimento;
- f) Efectuar o pagamento dos valores devidos pela prestação do serviço de acolhimento familiar e pelo subsídio de manutenção da criança ou do jovem;
- g) Disponibilizar às famílias de acolhimento, sempre que necessário, o equipamento indispensável ao acolhimento da criança ou do jovem.

Às equipas de acompanhamento, multidisciplinares, estão atribuídos cinco domínios de trabalho (cf. Manual dos Processos-Chave do AF):

1. Sensibilização e Captação de candidatos a família de acolhimento
2. Constituição e Gestão da bolsa de FA
3. Preparação e Integração na FA
4. Plano individual
5. Acompanhamento do processo de acolhimento familiar

Um dos grandes desafios que se apresenta às equipas de acompanhamento é a existência de um número suficiente de famílias de acolhimento para colocação das crianças. A literatura nacional e internacional é unanime na referência à escassez de famílias de acolhimento,

“O número de famílias disponíveis será sempre inferior ao das famílias necessárias (...) contrastando com o que ocorre no campo da adoção, são muitas as famílias que espontaneamente acorrem aos serviços de protecção solicitando a sua inscrição para poder adotar, não sendo necessário fazer campanhas de captação de famílias (...)” (Amorós e Palacios, 2004).

No Reino Unido, as campanhas de recrutamento de FA inicialmente seguem por variadas vias (Cox, Buehler e Orme, 2002):

- (a) Meios de comunicação social (jornais, televisão, rádio, cartazes, folhetos)
- (b) Contactos pessoais com os cuidadores
- (c) Igrejas e
- (d) Organizações comunitárias ou cívicas

Os autores referem-se, no caso do Reino Unido, que o contacto pessoal direto (“*boca-a-boca*”) tem elevado impacto nos futuros candidatos a família de acolhimento: Tal sucesso também é verificado em Portugal (Delgado, 2007) e em outros países, como o

Reino Unido (Wilson et al., 2004) e Canadá (Leschied, et al., 2014: 5). O *contacto direto*, o envolvimento das famílias de acolhimento nas campanhas de recrutamento, os incentivos monetários e a focalização em grupos específicos (por exemplo nas mulheres de etnia minoritária e negra) funcionam melhor no recrutamento de cuidadores, no caso do Reino Unido (Wilson et al., 2004). Num estudo recente no Canadá, a maioria dos participantes (54%) admitem que preferiam ouvir depoimentos de cuidadores reais sobre as suas experiências e como se envolver no AF, do que através de qualquer outro método de recrutamento. (Leschied, et al., 2014: 5).

No decorrer do acolhimento, o acompanhamento dos técnicos “deve ser proactivo e periódico, revestindo-se de um carácter mais intenso e intencional na fase inicial do AF” conforme recomenda o Manual dos Processos-Chave do AF, nomeadamente quando se refere a uma nova família de acolhimento, sem experiência (Delgado, 2007). A parceria entre todos os intervenientes no processo de acolhimento deve ser caracterizada por uma partilha activa de informação, responsabilização e implicação de todos os intervenientes em actividades/ações conjuntas, com a finalidade de proporcionar um maior benefício ao cliente acolhido, assim como a melhoria contínua dos serviços prestados (cf. Manual dos Processos-Chave do AF). A equipa transmite à FA, quando dispõe de informações sobre a criança com vista a facilitar o processo de integração na nova família (Delgado, 2007).

A equipa tem a especial responsabilidade de investir na manutenção do acolhimento, “Uma das tarefas essenciais da instituição de enquadramento é apoiar as famílias de acolhimento no exercício do seu papel e procurar evitar experiências negativas que levem ao seu afastamento.” (Delgado, 2016: 20). De modo a evitar a disruptura. Leschied, et al. (2014) apontam algumas recomendações a este nível:

1. Recolher o máximo de informação da família de origem sobre a personalidade, gostos, hábitos, etc. das crianças e provisionar uma breve descrição da própria.
2. Providenciar informação oficial para os cuidadores, incluindo dados médicos e académicos, requisitos dos serviços sociais, vales de vestuário.
3. Providenciar cuidadores com recursos para os ajudar bem como às crianças com ajustamentos, nomeadamente materiais psicopedagógicos, revistas para documentar sentimentos;
4. Agendar uma visita domiciliária no decorrer da primeira semana para verificar as necessidades, apoiando a transição;

5. Planear uma visita com a família biológica ou a família alargada, apropriadamente, e o mais cedo possível documentar especificamente o horário e local;
6. Perguntar aos cuidadores qual é a melhor e mais razoável forma de comunicar com eles;
7. Apetrechá-los com os contactos da entidade;
8. Disponibilizar informação atualizada sobre a criança aos cuidadores assim que esteja acessível; criar políticas institucionais sobre a duração máxima de tempo para devolver chamadas;
9. Criar reuniões regulares com o cuidador – mentor ou grupo de apoio, pois os novos cuidadores poder-se-ão sentir ligados e apoiados com outros cuidadores;
10. Manter os cuidadores atualizados sobre novas oportunidades de formação.

As equipas técnicas têm o importante papel no processo de acompanhamento. Capacitar, desenvolver e apoiar a família de acolhimento a cuidar das crianças de forma a providenciar segurança, estabilidade, amor e um forte sentido de identidade e pertença, envolve que os cuidadores sejam profissionalmente apoiados, a nível emocional e prático (Brown et al., 2014).

O grau de preparação antes do acolhimento e de apoio durante o acolhimento estão entre os fatores mais fortemente associados com o melhor e o pior desenvolvimento dos acolhimentos (Amorós e Palacios, 2004).

Do ponto de vista das instituições de enquadramento, Portugal apresenta um padrão muito diferenciado dos demais países no que respeita ao lugar de organizações não-governamentais, pois como referido existe unicamente uma fundação com protocolo de cooperação com o ISS, I.P. A recente emergência e expansão do sector independente não-governamental de acolhimento familiar no Reino Unido (apesar de manter-se largamente restringido a Inglaterra) ocorreu muito mais tarde do que em outras partes do mundo (anglosaxónico) (Wilson, 2004: 97). No entanto esta é uma realidade para países desenvolvidos como a Austrália, Canadá e os Estados Unidos, com sistemas de acolhimento familiar sofisticados, e ocorre igualmente em países em desenvolvimento na África-subariana e na Europa de Leste onde não há um sector público efetivo de bem-estar infantil. (idem).

Em outros países europeus, como França, Alemanha, Suécia, verifica-se que também existem serviços prestados por entidades públicas e privadas, sendo que a tendência é para aumentar o número de organizações não-governamentais (Delgado, 2011)

## **CAPÍTULO 4 - FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS**

## **Cap. 4 – Famílias de Acolhimento de Crianças**

A premência de estudar as famílias de acolhimento de crianças resulta do facto de “grande parte do melhor e do pior do processo de adaptação e posterior desenvolvimento de um acolhimento se deva às características da família que acolhe” (Amorós e Palacios, 2004).

De seguida apresenta-se os dados geográficos e o perfil das famílias de acolhimento portuguesas e o seu enquadramento legal. Posteriormente, compreendemos o que tem motivado os candidatos e como têm decorrido as experiências num âmbito nacional e internacional.

### **4.1 - Famílias de Acolhimento em Portugal**

A designação de família de acolhimento, em Portugal, é atribuída a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, e visa a integração da criança ou do jovem em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral (artº 2º DL 11/2008).

Como referido supra, atualmente no nosso país, a designada família de acolhimento é uma resposta social que exige um enquadramento técnico da pessoa ou família selecionada, e requer que esta não tenha qualquer relação de parentesco com a criança. Nem sempre foi assim.

Através do Quadro 3, podemos observar a distribuição geográfica das famílias de acolhimento portuguesas registando que ainda restam 10 famílias com laços de sangue que estão enquadradas legalmente como FA (residentes nos distritos de Coimbra e Viana do Castelo). Porto e Braga são os distritos com maior volume de vagas familiares, coincidindo mais uma vez com a zona de abrangência da intervenção da Mundos de Vida. Em 2015 existiam 243 famílias de acolhimento, número que tem vindo a decrescer de acordo com o relatório CASA, 2016,

“O universo das crianças e jovens em famílias de acolhimento tem vindo a sofrer uma diminuição progressiva desde 2009, do que resulta um acentuado desequilíbrio os elevados números de medidas de acolhimento em Casas de Acolhimento - CAT (Centro de Acolhimento Temporário) ou LIJ (Lar de Infância e Juventude) e os baixos números das medidas de acolhimento familiar.” (CASA, 2016: 34-35).

Quadro 3: Distribuição geográfica das Famílias de Acolhimento portuguesas			
Distrito	Não Familiares	Familiares	Total
Aveiro	15		15
Beja			
Braga	29		29
Bragança	*		*
Castelo Branco			
Coimbra	*	*	17
Évora	*		*
Guarda			
Leiria	*		*
Lisboa			
Portalegre	4		4
Porto	101		101
Santarém	4		4
Setúbal			
Viana do Castelo	*	*	24
Vila Real	41		41
Viseu	4		4
<b>TOTAL</b>	<b>233</b>	<b>10</b>	<b>243</b>

Fonte: ISS. IP

Traçando o perfil das famílias de acolhimento do distrito do Porto, Delgado et al. (2013:80) constatam que são envelhecidas, com baixa escolaridade, ao nível do 1º ciclo do ensino básico, a grande maioria as acolhedoras são domésticas enquanto os cuidadores estão empregados. Em cerca de um terço das famílias ambos os conjugues estão desempregados, sendo que têm muita disponibilidade para cuidar da criança, mas podendo

revelar também alguma escassez económica e interesse pela atividade num âmbito mais profissionalizante.

Desde 1992, foram estabelecidos os direitos das famílias de acolhimento portuguesas, com a aprovação do DL 190/92, que estabelece:

“As FA têm direito a receber da instituição de enquadramento:

- Apoio técnico e formação continuada;
- Os montantes correspondentes à retribuição do serviço de acolhimento prestado;
- Os valores dos subsídios para a manutenção dos acolhidos;
- Os montantes necessários à cobertura de despesas extraordinárias relativas à saúde e educação dos acolhidos.” (n.º 2 do artigo 14º do DL 190/92).

Financeiramente, as famílias que acolhem crianças recebem, de acordo com o Despacho n.º 30988/2008, por cada criança o subsídio mensal de manutenção 149,51€ e o subsídio de retribuição 172,41€. No caso de a criança ser portadora de deficiência ou de doença crónica, a família de acolhimento vê dobrado o valor, ou seja, receberá mensalmente 311,82€.

“1 — O valor do subsídio mensal de retribuição à família de acolhimento pelos serviços prestados é de € 172,41 por cada criança ou jovem.

2 — O acolhimento de crianças e jovens com problemáticas e necessidades especiais relacionadas com situações de deficiência, doença crónica e problemas do foro emocional e comportamental com deficiência confere às famílias de acolhimento uma retribuição mensal de montante correspondente a duas vezes a retribuição estabelecida no número anterior, ou seja, € 344,82 por cada criança ou jovem.

3 — O valor do subsídio mensal para a manutenção é de € 149,51 por cada criança ou jovem.” (Despacho n.º 30988/2008)

Ao nível dos deveres das famílias de acolhimento, as orientações parecem revestir-se de maior detalhe e exigência. As FA devem estar focadas essencialmente no interesse e integral desenvolvimento da criança. Contudo, são claras as obrigações que assentam na interação com a família de origem, devendo respeitá-la e promover a relação entre esta e a criança que acolhem. Deve ainda, naturalmente, colaborar e seguir as recomendações da Instituição de Enquadramento.

- Garantir a qualidade do acolhimento, exercendo-o com integridade e contínua consideração dos direitos do cliente acolhido e responsabilidades da família de

origem, em sintonia com as recomendações e orientações da Instituição de Enquadramento.

- Atender prioritariamente aos interesses e direitos do cliente acolhido.
- No caso de crianças e jovens, orientar e educar promovendo o seu desenvolvimento saudável e integral.
- Apoiar as condições para o fortalecimento das relações do cliente acolhido com a família de origem.
- Respeitar o direito da família de origem à sua intimidade e reserva da vida privada.
- Assegurar a participação do cliente acolhido nas actividades de desenvolvimento que fazem parte dos objectivos do acolhimento.
- Manter a Instituição de Enquadramento permanentemente informada sobre factos supervenientes que alterem as condições de acolhimento acordadas.
- Disponibilidade para articulação com a Instituição de Enquadramento para a monitorização e avaliação do processo de acolhimento. (Manual de Processos-Chave do AF).

As características familiares são importantes para o sucesso do acolhimento, devendo merecer especial atenção no decurso da avaliação feita pelas equipas, como expressamente estabelece o artº 16º do DL 11/2008:

- a) “Personalidade, maturidade, capacidade afectiva e equilíbrio emocional dos membros da família candidata a família de acolhimento;
- b) Motivação da família para o acolhimento, seu perfil psicológico e grau de estabilidade relacional;
- c) Disponibilidade da família para colaborar no processo de recuperação do papel parental da família natural;
- d) Estabilidade sócio-familiar e aceitação do acolhimento familiar por todos os membros da família, por forma a garantir a integração num ambiente familiar, harmonioso, afectivo e securizante.”

À família de acolhimento é exigido que providencie segurança e afeto à criança que acolhem, mas também que tenham disponibilidade para participar na recuperação da família de origem (Delgado et al., 2016).

Martins (2004) sublinha que as famílias de acolhimento e biológica estão interligadas numa meada caracterizada pela existência de rivalidade e antagonismo, não obstante as diferentes matizes, formas e intensidades, e a evolução que a relação possa ter. Sem prejuízo do que cada uma deve ocupar o devido lugar.

No estudo de Delgado (2007) no distrito do Porto, as famílias afirmam que são levadas a acolher por motivos afetivos e humanitários, gostar de crianças e vontade de ajudar. Muitas destas FA já acolhiam quando entraram no sistema, sendo portanto voluntárias e sem formação específica. Não fazem referência a recompensas, nem à realização pessoal. Da experiência valorizam essencialmente o afeto, dar e receber amor, sendo que um participante refere o sentimento de utilidade. Os aspetos mais negativos centram-se no apoio financeiro e no receio do afastamento da criança. Apenas um participante refere o comportamento e a discriminação. Ao nível das sugestões que podem ser percecionadas como necessidades focam-se fundamentalmente no sistema (baixo valor dos subsídios, regime fiscal e acompanhamento técnico), na relação com a criança, na cessação e na família biológica.

O número de famílias disponíveis para acolhimento é um dos factores primordiais para assegurar uma prestação da resposta social Acolhimento Familiar adequada às necessidades, com eficácia e eficiência (cf. Manual de Processos-Chave do AF). Em Portugal e tendencialmente nos outros países, o número de FA é insuficiente para as necessidades do sistema de modo a colocar em acolhimento familiar todas as crianças que têm indicação para essa resposta.

Não obstante a escassa literatura sobre as famílias de acolhimento portuguesas, conclui-se que o conhecimento da perspetiva e experiência das famílias de acolhimento permitirá aumentar o seu envolvimento, sucesso do acolhimento e melhorar a qualidade do acompanhamento técnico, “quanto maior for a satisfação com a experiência, maiores serão as probabilidades de se encontrarem novas famílias interessadas no acolhimento.” (Delgado, 2007: 55).

#### **4.2 - Motivações das Famílias de Acolhimento**

Defende-se que uma melhor perceção dos motivos que levam as famílias a aderirem ao acolhimento de crianças poderá contribuir para o sucesso da implementação da medida no sentido nomeadamente de angariar mais famílias e garantir a sua satisfação.

A decisão de se tornar família de acolhimento não é fácil, o potencial cuidador tem de determinar se a família possui o compromisso, dedicação, tempo, estabilidade económica e competências parentais necessárias para cuidar de crianças vulneráveis (Younes e Harp, 2007).

A motivação das famílias para aderirem à medida do acolhimento familiar pode ser estudada em três escalas: razões centradas na criança (*child-centered reasons*), razões centradas no próprio (*self-oriented reasons*) e razões centradas na sociedade (*society-oriented reasons*), sendo que a maioria das famílias se envolve no acolhimento familiar por razões centradas na criança (cf. Maeyer et al., 2014; Rhodes et al., 2006).

O que motiva uma pessoa ou uma família a acolher não é então necessariamente surpreendente e tem-se mantido contante ao longo dos anos. As motivações mais comuns incluem o altruísmo, o desejo de cuidar e proteger crianças, retribuição à comunidade, promover o cuidado familiar, obrigação moral e religiosa para cuidar dos outros, o desejo de “preencher o ninho vazio” quando os filhos biológicos são mais velhos, a falta de esperança de adotar uma criança ou o desejo de providenciar companhia para o filho. (Leschied et al., 2014). Cirillo (1993: 43) constata que “as famílias que se oferecem para o acolhimento, habitualmente pertencem a grupos ou movimentos fortemente caracterizados no sentido ideológico, com motivações solidárias de tipo religioso e/ou político.” No entanto o autor não detalha a perspectiva política. Foca-se no sistema de jogos familiares que importa aos profissionais perceber para que o acolhimento tenha sucesso.

Em linha com outras formas de parentalidade, acolher pode ser uma forma de ganhar auto-estima, obter uma recompensa emocional ou curar as feridas do passado (Schofield, Beek, Sargent e Thoburn, 2000).

No estudo desenvolvido por Rhodes et al. (2006) nos Estados Unidos da América, os sujeitos que acolhiam para ajudar crianças com problemas especiais, tendencialmente tinham já uma criança acolhida, tinham filhos, e tinham acolhido outras crianças com necessidades especiais. Os que acolhiam motivados pelo crescimento dos filhos, propensamente também tinham já uma criança acolhida e tinham filhos e entendiam continuar a ser família de acolhimento. Contrariamente, cuidadores que queriam ser amados ou que queriam companhia acolheram menos crianças.

No passado as famílias queriam acolher uma criança conduzidas pela vontade de adotar uma criança e por obrigação moral e religiosa. (idem). Curiosamente, os resultados do estudo empírico de Howell-Moroney (2014) comparando cuidadores motivados pela religião e cuidadores sem credo religioso, demonstram que os primeiros apresentam mais motivações altruístas para acolher do que os segundos.

Schofield, Beek, Sargent e Thoburn (2000: 98-99) identificam três perfis de FA do ponto de vista da motivação para acolherem crianças:

“Construtores de famílias, que estavam à procura de estabilizar ou aumentar as jovens famílias através do acolhimento de longa duração;

As segundas famílias, que tinham filhos biológicos, crianças acolhidas, adotadas que deixaram a casa ou já se estabeleceram de forma independente;

As profissionais, que viam o acolhimento familiar como uma forma de emprego competente, eram remuneradas ou aumentavam os apoios e cuidavam de crianças com elevados níveis de necessidades, mas que continuavam a ver as crianças como membros das suas famílias”.

Nesta linha de pensamento, Delgado, et. al. (2013:80) identificam que a maioria das famílias de acolhimento, do distrito do Porto, tem filhos próprios jovens ou adultos, concluindo que estas famílias têm mais disponibilidade para acolher, «podendo significar uma espécie de alternativa que possibilita a continuidade do desempenho das funções parentais». Note-se, contudo, como referido na primeira parte deste estudo, que Portugal apresenta os números mais altos da Europa no que se refere a filhos a permanecerem em casa dos pais até mais tardiamente (Silva, 2002), podendo ser este um fator desmotivador da candidatura das famílias ao acolhimento de crianças.

Estes grupos apresentam diferentes expectativas em relação ao seu papel, e ao acolhimento familiar no seu todo, apesar de nem todas as expectativas terem sido reconhecidas pelas equipas técnicas. Conhecer famílias de acolhimento, ter experiência no relacionamento com crianças, e o desejo de ajudar, são identificadas como causas para despertar o interesse pelo acolhimento (cf. Del Valle et. al., 2008:163 e Delgado, 2007:55). O intuito económico fica na sombra, os “participantes escolhem excluir os motivos económicos das suas listas de modo a evitar o risco de ser percecionado como *estando a fazê-lo pelo dinheiro*” (Doyle e Melville, 2013: 71).

Alguns cuidadores trabalharam com crianças ou famílias carenciadas no passado, nomeadamente as designadas famílias profissionais, com competências e experiências para

beneficiar uma criança (cf. Schofield, Beek, Sargent e Thoburn, 2000). No estudo de Nutt (2006) dez dos participantes tinham pais que acolheram ou tinham estado eles próprios no sistema de proteção. Para alguns ser família de acolhimento é um evento natural da vida, considerando que os avós e os pais também o foram.

As pessoas que têm elevado potencial de se tornarem famílias de acolhimento, têm elevado suporte de amigos e elevada empatia (mais no sentido cognitivo do que afetivo), são marcadas pela esperança (ex. em atingir os objetivos de vida) e pela orientação positiva na resolução de problemas. Estas características identificadas por Ciarrochi, et al. (2012) numa grande amostra de 1098 participantes australianos refletem um conjunto de medidores do ponto de vista da demografia, recursos pessoais (como o suporte social), características pessoais (ex. esperança) e interesse, intenção e procura de informação sobre o acolhimento familiar. No estudo destaca-se um resultado interessante, os autores descobriram que o apoio de amigos está mais confiavelmente ligado às intenções de acolher do que o suporte da família ou de outras pessoas significantes.

### 4.3 - Experiências das Famílias de Acolhimento

A literatura assinala a importância de estudos sobre a experiência dos cuidadores, como o impacto na vida pessoal e familiar. As mudanças e interferências verificam-se desde o primeiro momento,

“Na fase inicial, os membros da família serão abordados pelos técnicos dos serviços (conhecidos internacionalmente por um leque de designações). Neste processo, os potenciais cuidadores terão de responder a questões relacionadas com pontos como relação conjugal, relações com crianças e parentalidade (...) Todos os membros da família – cuidadores e crianças – serão afetados pelo acolhimento” (Höjer et. al., 2013:7, citando Höjer (2001).

Nutt (2006) estudou em participantes britânicos “a vida como cuidadores” (*lives-as-foster-carers*) e “a vida como não cuidadores” (*non-foster-carer-lives*) para perceber o impacto do acolhimento nas famílias que recebem crianças. A autora defende que tornar-se família de acolhimento, significa para muitas um momento epifanal, pois alguns cuidadores expressam que o acolhimento mudou as suas vidas “completamente”, nomeadamente no que se refere à intromissão na esfera da vida privada. Na expectativa

que terão rotinas de cuidador na sua casa, ao seu ritmo, percebem que o sistema espera deles muito mais do que isso. O contacto com a família de origem, principalmente na sua própria casa pode ser “um choque”.

A família de acolhimento constrói uma relação tripartida: com a criança, os serviços e a família biológica, cujo foco principal é o bem-estar da criança.

A relação com a criança acolhida, pauta-se pela afetividade envolvendo os cuidadores e os filhos biológicos (Oliveira, 2012).

As famílias de acolhimento querem contribuir para a melhoria da vida da criança, fazer a diferença no seu desenvolvimento, proporcionar-lhe uma verdadeira família e uma *casa*.

Os cuidadores gostam de crianças e revestem os momentos de afeto. A criança é tratada como um filho do ponto de vista do amor, da dedicação, e da educação: “As crianças estão inseridas e beneficiam de um estatuto e desempenham um papel idêntico aos dos filhos do casal.” (Oliveira, 2012). Durante o acolhimento familiar criam-se laços que apesar de não serem biológicos, são afetivos, com cuidadoras a referirem que são reais mães, “Eu Não sou uma Cuidadora, eu sou uma Mãe” (Blythe, 2013a), não obstante a discussão sobre o conceito em inglês ao nível da alteração de *foster parents* (pais de acolhimento) para *foster carers* (cuidadores), de modo a evitar a confusão de relações e de sentimentos.

A gratificação pelo acolhimento, para estas famílias, advem da mudança e melhorias que vêm provocar na criança (cf. Nutt, 2006), tal como sentir que se está a ajudar uma criança (Amorós e Palacios, 2004). O afeto recíproco é compensador, e frequentemente o acolhimento “vale a pena”.

Verificam-se contudo desafios, nomeadamente no lidar com a problemática da criança que acolhem,

“têm que fazer face à problemática que a criança apresenta, que com frequência é muito complexa como sequela da dificuldade das circunstâncias precedentes e das situações pelas quais ela passou” (Amorós e Palacios, 2004: 101).

Tal pode trazer dificuldades na gestão comportamental da criança,

“A mobilização de processos psíquicos (da criança acolhida) traduz-se frequentemente numa exacerbação sintomática e comportamental, problemática para

as famílias de acolhimento, por vezes, além das suas possibilidades de gestão, criando situações de crise e ruptura” (Martins, 2004: 215).

Alguns participantes disciplinam, mas acima de tudo tentam compreender o comportamento da criança, procuram explicações (Nutt, 2006). O que poderá representar uma tarefa árdua, pois mais de metade (46.9%) dos participantes do estudo de Gilligan, (1996) consideraram difícil encontrar sentido no “que estava realmente a passar-se na mente da criança”.

As dificuldades em compreender a criança podem levar os cuidadores a questionar o seu desempenho: “o que fiz de errado?”. Nesses momentos a FA pode sentir-se cansada e culpabiliza-se pelo insucesso. Havendo situações em que destabiliza o casamento dos cuidadores. Não obstante a criança também proporciona à FA um crescimento pessoal (cf. Nutt, 2006).

Nutt (2006) foca a complexidade dos imperativos morais para a família de acolhimento no que se refere à relação com a criança acolhida, muitas vezes ausentes dos manuais. Os cuidadores têm o dever de cuidar das crianças que acolhem, contudo assumem o cuidado de diferentes formas, dependendo se é dirigido aos seus próprios filhos ou às crianças que cuidam formalmente. O cuidado tem duas implicações, a prática (atividades) e a psicológica (sentimentos). Para as crianças acolhidas, como para as próprias, assumem a responsabilidade de matérias práticas (ex. saúde) e também do bem-estar psicológico das crianças (o mais possível).

Com frequência a família de acolhimento colabora estreitamente no regime de visitas, podendo implicar o contacto com os pais biológicos. Espera-se que apoie a criança acolhida antes e depois das visitas (Amorós e Palacios, 2004).

As famílias de origem são parte do quotidiano de muitos cuidadores, ainda que não estejam fisicamente presentes (Riggs, 2015). Mesmo que terminem todos os contactos com a família de origem, a família de acolhimento terá permanentemente de gerir e respeitar as recordações, o passado e a identidade da criança. Esta certeza coloca um desafio, complexo e difícil a quem acolhe, uma vez que se é confrontado com atitudes, juízos e ideias que se encontram, com frequência, socialmente distantes dos seus (Delgado et al., 2016).

As opiniões entre a FA e a família de origem, relativas às competências da parentalidade podem divergir reciprocamente, ainda assim, têm ambas que respeitar o direito ao convívio com a criança e *partilhar a parentalidade* (Riggs, 2015).

A família de acolhimento não deve tentar ocupar o lugar da família de origem. A tarefa principal da FA não é intervir na família de origem, com o objetivo de mudá-la, mas sim estabelecer uma relação de afeto e proximidade com a criança e contribuir para o sucesso do seu projeto de vida (Delgado et al., 2016).

Em algumas situações, a família de origem passa a fazer parte da família dos cuidadores, “a família biológica das crianças torna-se parte real da família de acolhimento” (aspeto confirmado por Cleaver, 2000 e Nutt, 2006). Não obstante, na pesquisa conduzida por Riggs (2015) é maior a percentagem de cuidadores que preferissem distanciar-se. A promoção do contacto passará pela formação e pelo suporte técnico adequado, pois compreendem que a intimidade com a família de origem é importante para a criança.

Os cuidadores tendem a valorizar técnicos cujas características e desempenho assentam essencialmente na confiança, facilidade de relacionamento, eficiência em perseguir com os pagamentos e as reclamações, responsivos às necessidades e circunstâncias das famílias, e que respondem às necessidades e interesses individuais das crianças. A escassez de informação relativamente às crianças acolhidas e à duração do acolhimento, e a falta de formação são os aspetos negativos mais ressaltados no que se refere ao desempenho da equipa técnica (Wilson et al., 2003). Ambiciona-se uma relação de maior parceria entre a família de acolhimento e a equipa técnica que os acompanha, de modo a que os cuidadores passem a ser parte integrante da equipa, seja partilhada toda a informação sobre a criança e que estes possam participar nas tomadas de decisão.

Frequentemente os cuidadores indicam que eles são a parte mais vulnerável na interação com as entidades de enquadramento (Riggs, 2015). As famílias biológicas têm poder legal e os serviços têm autoridade, enquanto as FA têm falhas quer no poder, quer na autoridade. O seu papel reveste-se de ambiguidade e pouca clareza (Nutt, 2006).

O impacto também ocorre nos filhos biológicos (ou adotivos). A relação entre os filhos e a criança acolhida reveste-se de aspetos negativos e positivos, pelo que os cuidadores têm que fazer face à provável conflituosidade que possa surgir (Amorós e Palacios, 2004). Podem verificar-se alterações comportamentais nas crianças da própria família de acolhimento, advindas da diminuição da atenção e do tempo dos pais, consumidos pela criança acolhida. Em vários estudos internacionais, os filhos referem que os seus pais se tornaram extensamente envolvidos na tarefa do acolhimento. Note-se que as

crianças acolhidas são definitivamente um desafio, frequentemente requerem mais compreensão, paciência, ajuda e amor incondicional, do que outras crianças. Nutt (2006: 94) confirma, com o seu estudo, que “em algumas famílias, os filhos dos cuidadores são adicionalmente marginalizados pelos seus pais”.

Paralelamente, os autores relatam que os pais esperam que os seus filhos sejam um bom exemplo, perfeitos, mais compreensivos e pacientes, simpáticos para a criança acolhida, e que mostrem o que é ser uma *família normal*. Os cuidadores indicam que é mais fácil para os próprios filhos colaborarem quando as crianças acolhidas têm a mesma idade ou inferior (Younes e Harp, 2007).

A literatura internacional aponta algumas pistas para suavizar o impacto do acolhimento nos filhos dos cuidadores:

- “Serem envolvidos na decisão de acolher, melhora a subsequente adaptação;
- Serem informados sobre o acolhimento familiar e sobre cada criança em particular, reduz os conflitos;
- Os cuidadores identificarem momentos *protegidos* para os seus filhos;
- Limitarem a informação, nomeadamente a mais sensível;
- Terem permissão para discutir os problemas;
- Os filhos dos cuidadores serem preparados para a cessação do acolhimento.” (Höjer et. al., 2013: 5).

A família alargada e os amigos são uma importante rede de apoio informal para os cuidadores. No estudo de Oliveira (2012: 98) todos os participantes portugueses a identificaram como “uma importante fonte de suporte e ajuda, assim amigos e família alargada contribuem sempre que estas famílias precisam: ir levar/buscar as crianças à escola, ficar com elas em casa, dar roupa ou calçado, entre outros.”, dimensão que é igualmente apontada por estudos internacionais:

“O apoio dos parentes e vizinhos pode ser importante no acolhimento (...) As possibilidades de apoio informal foram superiores para os cuidadores a longo-prazo, com nove em cada dez (91.7%) a considerarem os parentes compreensivos e apoiantes, presumivelmente porque o tempo ajuda a nutrir estas atitudes. Contudo alguns cuidadores podem experimentar uma retaguarda informal inadequada” (Gilligan, 1996: 90).

Os parentes e amigos das famílias de acolhimento podem complementarmente experienciar mudanças quando estas passam a acolher crianças. Os cuidadores poder-se-ão distanciar do grupo de pares com quem convivem habitualmente,

“A *vida-como-cuidador* pode ficar tão *às avessas* que os próprios cuidadores se afastam dos velhos amigos/*de como-era-a-vida-passada* e se tranquilizam com outros no presente mundo do acolhimento.” (Nutt, 2006).

Passam a valorizar e identificar-se com outras pessoas que vivenciam e partilham as mesmas questões no dia-a-dia, os mesmos desafios.

Não obstante, tendencialmente a família alargada aceita a criança como pertencendo à família, as crianças têm igualdade de tratamento, como na oferta de presentes, quer tenham ou não laços de sangue.

Verifica-se a necessidade de compreender o apoio que os cuidadores carecem. Alguns estudos nacionais (Delgado, 2007; 2013) e internacionais dão conta das carências sentidas pelas famílias de acolhimento, no que toca ao apoio (nomeadamente de acompanhamento) da equipa técnica e ao funcionamento do sistema,

“Os cuidadores frequentemente reportam que recebem um insuficiente ou inadequado apoio para lidar com o comportamento desafiante da criança que acolhem (...) Os participantes desejam informação aprofundada sobre o comportamento da criança, uma relação de boa qualidade com os profissionais e apoio no domicílio promovido por especialistas (principalmente por outras FA).” Octoman e McLean (2014: 149).

Aspetos semelhantes foram evidenciados no estudo de Triseliotis et al. (2000: 275), percebendo-se que alguns acolhedores sentem necessidade de fazer uma pausa para descansar entre os acolhimentos,

“Por ordem de importância, as sugestões (feitas pelos cuidadores): mais disponibilidade/apoio dos técnicos; serem ouvidos e mais valorizados; melhores condições e pagamentos, mais informação e envolvimento, mais parceria; e mais oportunidades de formação e pausa no acolhimento”.

As maiores dificuldades para as famílias de acolhimento incidem sobre os comportamentos da criança, nomeadamente a agressividade e rebeldia, a relação entre os filhos e a criança acolhida, o medo da vinculação afetiva demasiado intensa, a despedida final e os conflitos com a família de origem (Amorós e Palacios, 2004).

As tarefas que em princípio são mais fáceis de assegurar prendem-se com a atenção às necessidades básicas (alimentação, vestuário, atenção à saúde, educação entre outros), a organização da vida quotidiana da família, a colaboração com os profissionais que intervêm no caso e as características físicas de saúde das crianças que acolhem (idem).

A fase da cessação involuntária do acolhimento é tendencialmente um momento delicado quer para a FA, quer para a criança acolhida. Perder uma criança por quem se afeiçoaram traz tristeza aos cuidadores. A separação é a dificuldade mais frequentemente apontada pelos cuidadores, em mais de metade dos participantes do estudo de Sinclair et al. (2004). A maioria das crianças em acolhimento é colocada em curtos períodos de tempo, pelo que a maior parte dos cuidadores falam dos problemas do envolvimento emocional e consequente dor na partida (Nutt, 2006). Verifica-se ambiguidade e risco emocional para todas as partes, porque a criança carece de afeto e os cuidadores querem satisfazer essa necessidade. Os cuidadores encontram diferentes formas de coping relacionadas com as tensões em torno dos aspectos afetivos de incluir as crianças nas suas famílias.

Em alguns momentos as famílias de acolhimento podem ponderar desistir do acolhimento, prendendo-se os fatores mais frequentes essencialmente com falhas na relação com os profissionais, na gestão comportamental da criança, a dificuldade no processo de desvinculação, o impacto negativo nos filhos biológicos e ainda a obrigação de interagir com a família de origem:

“Conflito com o técnico da equipa de acompanhamento do AF, conflito com o técnico que acompanha a criança, insuficiente apoio de ingresso, burocracia da agência, exigências de formação, alegações de abuso dentro de casa, perder uma criança por quem o cuidador se afeiçoou, ver a criança regressar a um contexto que considera perigoso, ser incapaz de lidar com o comportamento desafiante da criança, ressentimento do filho em relação à criança acolhida, e ter de interagir com os pais da criança acolhida.” (Leschied et al., 2014: 6).

Os resultados apurados por Brown e Bednar (2006), assentam em nove conceitos: perigo para a família; a não adaptação da criança; a conduta da criança; necessidades complexas; problemas da entidade de enquadramento; tentativas sem sucesso; mudança de circunstâncias; a saúde dos cuidadores e falhas nos recursos comunitários,

“se houve perigo para a sua família, se a criança não se conseguiu adaptar à casa ou se eles não conseguiram lidar com o comportamento da criança. Os participantes reportaram que as complexas necessidades de saúde da criança acolhida, problemas em lidar com a entidade de enquadramento, e severas tentativas sem sucesso para fazer o acolhimento funcionar causariam a disruptura do acolhimento. Os cuidadores também indicaram que eles considerariam cessar o acolhimento se as suas

circunstancias pessoais se alterassem, a sua saúde se detiorasse ou se houvesse uma falha no adequado apoio externo.” (Brown e Denar, 2006: 1497).

Em Espanha verificam-se diferenças entre as famílias de acolhimento com e sem laços de sangue no que se refere à possibilidade de renunciar ao acolhimento. No primeiro caso, os problemas parentais (prisão, saúde mental) e ter alguma da autoridade são os mais importantes. No segundo, as variáveis relacionadas com as características da criança são significantes, especialmente o comportamento, e problemas escolares, com especial relevância no grupo dos 9 aos 12 anos de idade e nas crianças que estiveram em acolhimento residencial. (Lopez et al., 2011).

“Se o recrutamento de cuidadores competentes é difícil, é imperativo em termos práticos e económicos reter as famílias estáveis no sistema” (Gilligan, 1996: 94). O mesmo é afirmado por Amorós e Palacios (2004: 145-146),

“Dispôr de um número suficiente de famílias é um requisito necessário para levar a cabo os acolhimentos (...) o repto plantado não só entre nós, mas também a uma escala internacional, é duplo: captar novas famílias e manter no sistema as que já estavam para poder assim aproveitar os seus conhecimentos e experiência.”

Identificar os fatores que influenciam a satisfação dos cuidadores permitirá promover o aumento da satisfação e por conseguinte mantê-los enquanto família de acolhimento. Alguns dos fatores que exercem maior influência na satisfação consistem em: sentimento de competência em lidar com a criança que acolhem; desejar receber crianças que carecem de pais afetuosos; não existência de arrependimento por investir no acolhimento familiar; a idade da cuidadora; e técnico providenciar informação e mostrar aprovação relativamente ao desempenho (Denby, et al. 1999).

Configurações análogas foram encontradas nomeadamente por Leschied et al. (2014: 6) quando se referem à manutenção de uma FA no seu papel:

“Sentimentos de satisfação com o perfil das crianças que acolhem para as suas competências, sensação pessoal de competência para lidar com o tipo de criança que acolhem, verem mudanças positivas nas crianças que colheram, ter conhecimentos e competências aprendidas na formação do acolhimento familiar reforçada pelos técnicos da agência, ter formação sobre AF baseada nas necessidades, e ser ajudada através de orientação/pré-formação para antecipar as dificuldades que são experienciadas mais tarde.”

Concluindo, mais de metade dos acolhedores caracteriza a sua experiência como um êxito (cf. Younes e Harp, 2007), prospectivamente 75% no estudo de Delgado (2013:140) em Portugal e 56% no caso espanhol (Del Valle, et. al. 2008:168).



### **III – ESTUDO EMPÍRICO**

## **CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA**

## Cap. 5 – Metodologia

A finalidade deste estudo é dar voz, através de entrevistas narrativas, às famílias de acolhimento, recolhendo e analisando as suas motivações, experiências, sugestões e expectativas, no sentido de contribuir para uma melhor compreensão da implementação do acolhimento familiar de crianças em Portugal, sendo duas as principais questões de investigação:

- Porquê e como se tornam as famílias, famílias de acolhimento?
- Qual a experiência das famílias de acolhimento na aplicação desta medida de protecção a crianças e jovens em perigo?

Estas questões principais podem-se desdobrar em outras questões de investigação mais específicas:

- Como se constrói a disponibilidade inicial para o acolhimento familiar?
- Que implicações encerra receber uma criança em acolhimento?
- Que desafios enfrentam as famílias de acolhimento e como lidam com eles?
- Como é que as famílias de acolhimento percecionam a relação entre os filhos biológicos e as crianças acolhidas?
- Como e quando é renovada a disponibilidade para o acolhimento familiar?
- Que contributos podem as famílias de acolhimento dar para a melhoria da medida do acolhimento familiar em Portugal?

### 5.1 - Métodos e técnicas de recolha de dados

Considerando quer os propósitos de investigação referenciados (estudo das famílias de acolhimento de crianças, suas motivações para o acolhimento, satisfação, necessidades,

relacionamento com as equipas de acompanhamento e o impacto deste na vida familiar), quer a dimensão do fenómeno em Portugal, quer ainda a relativa ausência de estudos neste âmbito, optou-se em termos de desenho de investigação empírica por uma abordagem qualitativa de cariz intensivo. Esta opção fundamenta-se nas palavras de Flick (2005:2) quando refere que a investigação qualitativa “é particularmente importante para o estudo das relações sociais dada a particularidade dos universos de vida”.

Os traços essenciais da investigação qualitativa consistem na adequação dos métodos e teorias, perspetivas dos participantes na sua diversidade, reflexão do investigador sobre o estudo e a variedade de métodos e perspetivas (Flick, 2005:5). Traços que são também observados neste estudo, sendo que se parte da voz das famílias de acolhimento, e se adotou um desenho de pesquisa flexível, uma vez que ao longo da investigação houve necessidade de fazer alguns ajustes quer quanto aos sujeitos abrangidos (caso das equipas de acompanhamento), quer quanto à amostra das famílias de acolhimento.

No que se refere às técnicas de recolha de dados privilegiadas, passa-se de seguida a detahar.

Em termos exploratórios, com a finalidade de conhecer o discurso dos profissionais que intervêm no acompanhamento às famílias de acolhimento, foram efetuadas entrevistas a dois especialistas na área, a um investigador e autor de diversos estudos de âmbito nacional (escassos) e internacional, e à coordenadora de equipas técnicas de acompanhamento de FA, de uma das poucas entidades particulares acreditada e experiente neste domínio, a Fundação Mundos de Vida, sediada em Famalicão.

A técnica de recolha de informação privilegiada foi a entrevista semiestruturada dirigida aos técnicos de duas entidades distintas, um Centro Distrital do ISS, I.P. e a Fundação Mundos de Vida. No primeiro caso, a entrevista foi conjunta, com a presença de duas profissionais e no segundo caso, foi realizada à coordenadora das duas equipas da entidade. Em ambos casos, o local de realização foi a própria entidade, sendo possível observar as instalações, a documentação, os recursos humanos e algumas famílias de acolhimento. Cada entrevista teve a duração média de 1:30 hora, com gravação áudio autorizada para facilitar a posterior transcrição escrita. O guião foi elaborado de acordo com o sugerido pela literatura, constando em anexo (“Protocolo: Entrevista a Equipas”). Em traços gerais, foram contempladas quatro dimensões: *i. Identificação do(a) entrevistado(a) e experiência*

no âmbito do AF; ii. *Expressão do Acolhimento Familiar* (Dados quantitativos geográficos e demográficos); iii. *Famílias de Acolhimento* (Motivações; Expectativas; Impactos; Desistências, etc.); iv. *Acolhimento Familiar – Perspetivas* (Fatores para a fraca expressão; Sugestões)

Após a realização das entrevistas aos profissionais, foi possível consultar os processos sociais das FA e/ou das crianças acolhidas. Os processos sociais constituindo uma fonte de informação importante, não se apresenta uniformizada. Os *dossiers* pertencem às equipas de acompanhamento, requerendo naturalmente autorização para a consulta, tendo o pedido sido bem acolhido. Em relação a alguns casos não foi possível ter acesso ao processo, por estar em utilização ou por serem “ex” FA, e, portanto, terem sido arquivados. Verificaram-se diferenças entre os serviços. No CDSS, do ISS, I.P. os processos são relativos apenas às crianças e no seu conteúdo é possível encontrar informações e documentos das famílias que as acolheram. Na IPSS, os processos, seguem as orientações do Manual de Processos-Chave do AF (criado pelo próprio ISS, IP), na linha da gestão da bolsa de FA. Relativamente ao conteúdo também se verificam discrepâncias sendo a informação presente ou ausente ou intermitente. Os formulários utilizados apresentam algumas alterações, e o facto de existirem muitos documentos manuscritos dificultou a sua leitura. Os registos parecem ser atualizados de acordo com os contatos e sensibilidade do técnico, focando-se essencialmente nas dimensões factuais e menos em dimensões subjetivas e analíticas.

Como dimensão central do trabalho de investigação empírica, recorreu-se à entrevista narrativa. A pertinência de estudar a perspectiva das famílias de acolhimento, através das entrevistas narrativas, é fundamentada por Delgado, et al. (2013:170) quando mencionando algumas pistas de investigação de modo a aprofundar os estudos portugueses já realizados, sugere que “seria interessante recolher narrativas dos acolhedores que permitissem aprofundar a compreensão acerca das suas motivações, (...) bem como determinar o seu nível de satisfação (...)”. Esta opção alicerça-se, portanto, na necessidade de obter um conhecimento aprofundado, numa vertente de cariz mais intensivo, qualitativo e interpretativo, com o objetivo de alcançar uma visão mais profunda e complexa das famílias, em diversas dimensões, como as suas predisposições, motivações, perceções, experiências, sentimentos e crenças em relação ao acolhimento. Assim, é através do relato da narrativa que se “(...) pede ao entrevistado que conte de modo informal a história de uma área de interesse, em que tenha participado.” (Flick, 2005: 100).

As entrevistas narrativas foram aplicadas a um total a dez famílias portuguesas com vivências ao nível do AF, permitindo uma abordagem mais compreensiva às experiências individuais e familiares, captando com profundidade experiências subjetivas. Bolivar e Domingos (2006:3) validam a ideia de Aceves (1994, 2001) de que a investigação biográfica e narrativa emerge como uma potente ferramenta, especialmente pertinente para entrar no mundo da identidade, dos significados e do saber prático e das chaves quotidianas presentes nos processos de inter-relação, identificação e reconstrução pessoal e cultural.

Hermanns (1995:183 cit. Flick (2005: 99) elenca os três grandes momentos desta tipologia de entrevista:

“Esboça-se primeiro a situação inicial, (‘como é que as coisas começaram’), selecionam-se a seguir, no vasto conjunto das experiências, os acontecimentos relevantes para a narrativa, apresentando-os como uma progressão coerente de factos (‘como evoluíram as coisas’); por fim, apresenta-se a situação final (‘como ficaram as coisas’)”.

A pergunta generativa, pretendendo estimular a narrativa dos participantes, com interrupções mínimas para essencialmente incentivar a sua continuidade, numa atitude de escuta ativa, consistiu em:

Figura 3

**Pergunta generativa da entrevista narrativa**

*“Gostaria que contasse/m a vossa experiência como família de acolhimento. O que os motivou a ser FA, quais as expectativas, o desenvolvimento, o impacto na vossa vida pessoal e familiar, o acompanhamento da equipa, etc. Tudo o que envolve esta experiência é importante.”*

Não obstante a utilidade da pergunta generativa, foi preparado um protocolo, como guia orientador da investigadora, para seguir o alinhamento das informações consideradas com interesse para a recolha e análise, considerando os objetivos da investigação.

A estratégia visou contornar alguns constrangimentos que Flick (2005) foca quando aborda as entrevistas narrativas. Ao nível da pregnância da forma (a necessidade de concluir o que começou); da condensação (apenas o que for necessário à compreensão da história) e do pormenor (apenas de fundo e com vista à compreensão da história). Os entrevistados por vezes revelaram aspetos indesejados para o estudo (uma das entrevistadas pediu que fosse retirado um segmento do discurso entendendo-o como desnecessário para o estudo), uma vez que esta técnica de recolha de dados confere menor controlo à investigadora. Antes de iniciar a entrevista, os cuidadores foram informados sobre a técnica selecionada, de modo a não sentirem violadas as suas expectativas, nomeadamente por não existir uma estrutura de perguntas para serem dirigidas pelo investigador que a aplique.

No guião foram considerados como pontos de interesse, as motivações, expectativas para ser FA, as relações conjugais, familiares, e com terceiros, com a criança, com a família de origem, com a família alargada, com a equipa técnica, com a comunidade, e com outras FA, e ainda a satisfação, o grau de cansaço, a cessação do AF e sugestões para a melhoria da medida de acolhimento familiar, como consta da Figura 4. Por conseguinte foram aplicadas algumas perguntas adicionais de modo a aprofundar tópicos abordados mais superficialmente, mas com importante significado para o estudo.

Figura 4

**Pontos de interesse da entrevista narrativa**

- *Identificação do entrevistado*
- *Dados básicos da criança acolhida (idade, sexo, ano de escolaridade, percurso escolar, comportamento, saúde, características parentais, data acolhimento, motivo)*
- *Motivos para ser FA (como tomaram conhecimento, quem propôs, conheciam criança? Porquê aquele momento?)*
- *Expectativas (aspetos positivos e negativos, em relação à criança e à sua origem, receios, impacto em cada elemento, grau de aceitação de todos os elementos)*
- *Filhos biológicos (grau de aceitação, relação entre crianças, mudanças)*
- *Relação com a criança (vinculação, comportamento, comunicação, estilo e estratégias educativos, afeto, satisfação, aceitação das características e origens, diferenças face às expectativas)*
- *Relação conjugal (concordância, satisfação, afeto, flexibilidade, resolução de problemas, papéis, cooperação, partilha de responsabilidades com crianças)*
- *Relação com equipa (frequência de contactos, local, disponibilidade, aceitação de opinião, ajuda nos comportamentos/dificuldades, grau de satisfação)*
- *Relação com família biológica/origem (frequência, local, atitude)*
- *Relação com família alargada (grau de aceitação, apoio emocional e instrumental)*
- *Relação comunidade (serviços na proximidade, recursos/atividades que usufruem, relações de apoio emocional e instrumental)*
- *Relação com outras famílias de acolhimento*
- *Aspetos positivos de ser FA*
- *O episódio mais positivo*
- *Aspetos negativos de ser FA*
- *O episódio mais negativo na experiência como FA*
- *Satisfação (formativa, económica, fiscal, etc.)*
- *O que mudaria no AF*
- *Ponderaram deixar de ser FA, motivos?*
- *Perspetiva da cessação do acolhimento*
- *Outras informações a acrescentar*

Delgado (2008:143) apresenta um conjunto de características e procedimentos da investigação narrativa (citando Bolivar, 2001:260), observáveis quer o seu estudo, quer no presente: interpretativa com interesse pelos significados a partir da observação e voz dos atores; naturalista captando a realidade como é interpretada; amostra reduzida procurando a compreensão e não a generalização; desenho de investigação flexível; processo de investigação no contexto natural dos atores; o Eu como meio; e por fim a atenção ao particular.

As entrevistas narrativas conjuntas apresentam algumas vantagens neste tipo de estudo, pelo que foram consideradas e aplicadas em 50% das famílias participantes. Em metade dos casos foram aplicadas entrevistas individuais e nos restantes foram aplicadas entrevistas conjuntas. Nestas, são os dois cuidadores da família (numa das situações, a pedido, os filhos estiveram presentes e proferiram alguns sentimentos) a moldar a conversa, reconstruindo a realidade quotidiana em conjunto. Em todas as entrevistas conjuntas foi possível perceber a cumplicidade e as divergências entre o casal ao longo da reflexão, por vezes com contornos de uma partilha em jeito de desabafo. A reflexão conjunta pareceu ser prazerosa para o casal e útil para adequações quotidianas. No caso da exFACPCJ, foi possível ter também a perspetiva e o impacto da experiência da filha dos acolhedores, tendo a informação sido mais rica e autêntica uma vez que foi proferida na primeira pessoa. Contudo, em contrapartida, percebeu-se que os cuidadores tiveram o cuidado de a proteger em partes do discurso, exaltando que o comportamento desta foi “espetacular” e que reconheciam que foi esquecida pela mãe devido ao acolhimento de outra criança. Flick (2005) abordando a questão da validade dos dados, salvaguarda que pode haver influências nas recordações narradas dos factos.

As narrativas permitiram o contacto direto entre a investigadora e os participantes, captando com maior riqueza a subjetividade, nomeadamente por se realizarem em espaços físicos onde os entrevistados se sentiam ambientados e descontraídos. Em cerca de metade das situações, a entrevista foi aplicada na entidade de acompanhamento, onde decorrem as visitas entre as crianças e as famílias de origem. Nas restantes foi aplicada no domicílio da família, tentando captar por via da observação direta, outras dimensões da vida pessoal e familiar, sempre tão próximo quanto possível da realidade.

As entrevistas foram gravadas em formato áudio, com autorização escrita dos participantes, e posteriormente foi efetuada a transcrição para se proceder à análise e

discussão dos dados. A relação construída entre a investigadora e os participantes permitiu que a entrevista decorresse de forma descontraída, durante a qual os cuidadores partilharam facilmente as dinâmicas familiares e a identificação das crianças familiares. Algumas famílias já tinham participado em outros estudos no passado, mostrando disponibilidade total e capacidade de reflexão.

A recolha dos dados empíricos, através das entrevistas narrativas, decorreu entre os meses de dezembro de 2015 e abril de 2016, com a duração aproximada e em média de 1:40 hora, geograficamente nos distritos do Porto, Braga e Lisboa. Algumas entrevistas foram interrompidas por poucos minutos, essencialmente pela chegada de familiares e crianças.

## 5.2 – Amostragem

As entidades participantes nas entrevistas semiestruturadas dirigidas a técnicos, foram um CDSS do ISS, IP e a Fundação Mundos de Vida, cuja seleção foi fundamentada na disponibilidade demonstrada e na experiência continuada com famílias de acolhimento comparativamente ao restante território nacional, no caso do CDSS. A centralidade do AF da missão da IPSS e a sua ampla experiência justificam a seleção da fundação Mundos de Vida. Relativamente aos profissionais das equipas de acompanhamento, foram sugeridos pelas respetivas entidades considerando a sua experiência e conhecimento no campo.

Considerando os objetivos deste estudo, não se pretendia que a amostra selecionada das famílias de acolhimento portuguesas fosse estatisticamente representativa, mas sim significativa da diversidade das situações encontradas no âmbito do acolhimento familiar. Adotando uma abordagem que privilegia a profundidade, foi considerado um número reduzido de entrevistados, tendo em mente que “as decisões de amostragem oscilam sempre entre o objetivo de abarcar o campo mais vasto possível e o de realizar análises mais profundas que puder ser.” (Flick, 2005: 72).

De modo a tornar a informação recolhida mais diversificada, foi efetuada uma seleção gradual da amostra, fundamentada na *amostragem teórica*, na qual “as decisões sobre a escolha e agrupamento do material empírico (casos, grupos, instituições, etc.) são

tomadas durante o processo de coleta e interpretação de dados” (Flick, 2005:66), comandadas pela teoria emergente. O desenho da investigação é flexível e emergente, justificando as alterações decorrentes do percurso.

O universo do estudo inicialmente foi caracterizado pelo seguinte enquadramento:

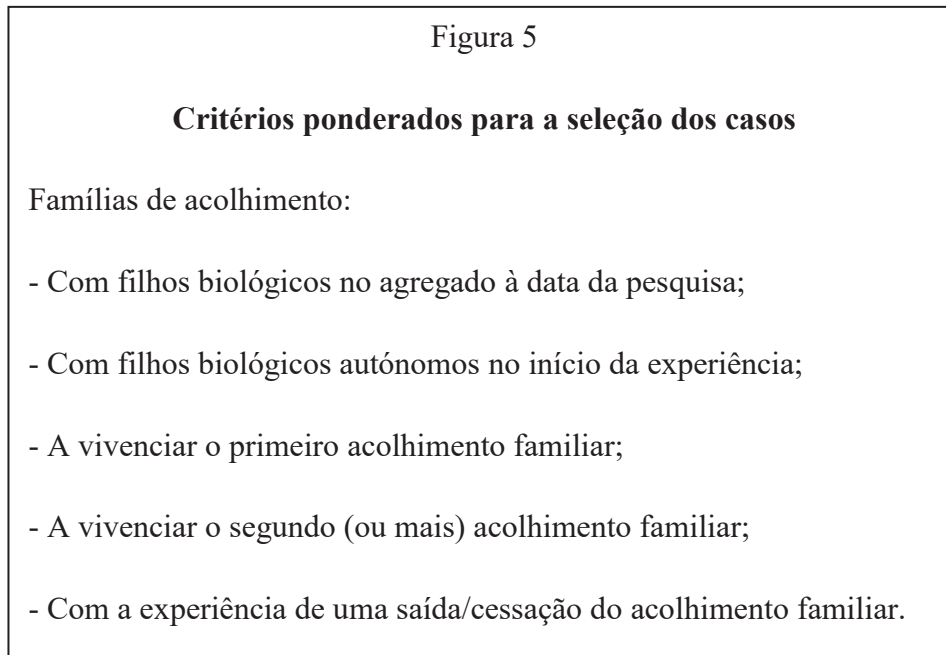
- Famílias constituídas por um adulto ou casal que ao abrigo da medida de Acolhimento Familiar “assegure à criança acolhida um meio sociofamiliar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade, em substituição da família natural, enquanto esta não disponha de condições” (artigo 2º, DL 190/92, de 3 de setembro). Análogo ao artigo 46º da Lei 142/2015, de 8 de setembro, atualmente em vigor, que altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei 147/99. Considerando que processo se foi construindo progressivamente, posteriormente foram integradas no estudo duas famílias que deixaram de acolher crianças, pelo que, no momento não se encontravam a acolher crianças, nem estavam disponíveis no imediato, para receber crianças ao abrigo do AF. (situação justificada no decorrer do estudo).

- Famílias que acolhessem à data da pesquisa uma criança (ou mais) ao abrigo da medida de AF. Sendo criança definida no artigo 5º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei 147/99, como “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos”;

Segundo o ISS, I.P., em 2016, existem 243 FA. Dessas inicialmente foram selecionadas e entrevistadas 8 famílias a acolher uma ou mais crianças ao abrigo do AF. Posteriormente entendeu-se entrevistar famílias que tinham tido sido FA no passado, não estando no momento a acolher, nem disponíveis no imediato, para receber crianças ao abrigo do AF, as quais foram designadas de “ex” FA.

A amostra foi assim constituída por dez famílias havendo o propósito de alcançar por esta via a saturação de dados.

Os critérios de seleção foram orientados pela revisão da literatura e definidos após a auscultação dos técnicos das equipas de acompanhamento conheciam as FA. Considerou-se que o estudo deveria abranger, de preferência, minimamente, uma família com uma das características seguidamente elencadas na Figura 5:



O critério *filhos autónomos* à data de início da experiência de ser FA, não foi cumprido devido a não se terem conseguido localizar famílias com esse perfil no universo. Conseguiu-se, contudo, entrevistar famílias com filhos autónomos no momento da entrevista, uma delas constituída apenas pela cuidadora e pela criança acolhida.

No decorrer das entrevistas aos técnicos e com o aprofundamento da revisão da literatura, ponderou-se a consideração de novos critérios, designadamente FA com *Criança acolhida com Deficiência* e FA com *Intenção de Desistência*. Ponderou nomeadamente a dimensão do cansaço familiar face ao AF, e se uma criança com deficiência revelaria um acolhimento mais penoso para os cuidadores. E igualmente se considerou pertinente estudar famílias que face as dificuldades do acolhimento tivessem em algum momento ponderado desistir do AF, e retornar a criança ao sistema de protecção. Importava ainda que os participantes tivessem minimamente capacidade de reflexão para a relatar os processos experienciados, bem como competências ao nível da comunicação. A base

empírica da investigação é constituída pelos discursos das famílias e a competência para narrar difere de pessoa para pessoa (Flick, 2005).

A amostragem teve em conta a estratégia de “*variação máxima* – incluindo poucos casos, mas o mais diversos possíveis, para evidenciar a amplitude das variações e da diferenciação, no terreno”, completada com o critério de *conveniência*, pela facilidade de acesso face ao campo limitado quer por limitação dos recursos económicos, quer temporais, ambos sugeridos por Flick (2005:71) quando cita Patton (1990:169-181).

Dado o interesse em ter famílias acompanhadas por equipas de instituições particulares de solidariedade social e por equipas da Segurança Social, de modo a verificar a eventual existência de diferenças ao nível do acompanhamento e da relação estabelecida com as FA, cerca metade dos casos são acompanhados por serviços públicos e as restantes pela Fundação Mundos de Vida, única com protocolo para o efeito.

No que toca ao acesso ao campo, valorizou-se a relação já construída com os técnicos das equipas de acompanhamento, como auxílio para aceder às famílias. Isto é, no momento após a seleção das famílias a entrevistar, a apresentação e sensibilização para aderirem ao estudo, num primeiro contacto foi efetuado pelos técnicos. Contudo, o agendamento e a realização da entrevista foram concretizados pelo entrevistador e entrevistado, assegurando a sua confidencialidade. A confidencialidade revela-se um aspeto ético e imperativo, considerando que se pretende que as famílias partilhem a sua perspetiva em relação ao acompanhamento dos técnicos com vista a compreendermos o que as satisfaz e o que pode ser melhorado.

O contexto de realização da entrevista foi diversificado, privilegiando-se por um lado, o domicílio, de modo a observar diversas dinâmicas. Deste modo, por analogia a Schofield (2000) é possível conhecer as suas casas, os seus filhos, vê-los em fotografias e perceber os homens e mulheres que são, e por outro, a *conveniência* para os participantes. Cerca de metade dos relatos foram captados na casa de morada de família e os restantes na entidade de enquadramento, espaços onde os participantes se sentem ambientados. Em três situações, as entrevistas aconteceram aquando da visita entre a criança e a família de origem, no sentido de rentabilizar a deslocação e o tempo do participante.

### 5.2.1 – Caracterização dos sujeitos da amostra

A amostra do estudo foi constituída por 10 famílias (Quadro 4), sendo que duas não estavam a acolher no momento, portanto foram designadas de “ex-FA”. O critério da *variação máxima* esteve presente ao longo do processo de seleção dos sujeitos a entrevistar. Cerca de metade dos participantes são acompanhados pelas equipas da Mundos de Vida e os restantes pelo ISS, IP ou pela CPCJ.

Quadro 4

#### Mapa dos participantes

Critérios	FAMV1	FAMV2	FAMV3	FAMV4	FAMV5	ExFAMV	FASS1	FASS2	FASS3	exFACPCJ
Filhos biológicos no agregado	X	X	X	X	X	X			Adotivo germano	X
Filhos biológicos autónomos							Atual	Atual		
1º AF		X			X	X	X		X	X
2º ou mais AF	X		X	X				X		
Cessaçã de AF	X		X	X		X		X		X
Criança com Deficiência			X	X			X	X	X	
Intençã de Desistênci						X Efetivada			X Adiada	
Enquadramen to legal	Posterior ao DL 11/2008, de 17 de janeiro						Anterior ao DL 11/2008, de 17 de janeiro		Diferente contexto legal	
Competênci	Capacidade de reflexã e de comunicaçã									

Em cerca de metade dos casos a entrevista foi realizada com os dois cuidadores, em entrevistas conjuntas. A idade média dos cuidadores, todos portugueses, à data do início da experiência, é 42 anos e a idade média no momento da entrevista de 46 anos. Todas as famílias participantes têm filhos e todas tinham filhos à data da iniciação como FA,

contudo no momento da entrevista duas tinham os filhos autonomizados. Todos os cuidadores possuíam prévia experiência com crianças quer pela via da educação dos filhos, quer pelo contacto com outras crianças, como sobrinhos, filhos de amigos e amigos dos filhos. Alguns participantes tinham experiência com crianças em contexto escolar ou de acolhimento residencial.

Os cuidadores trabalham a tempo inteiro, ainda que apenas menos de metade das cuidadoras tenham um emprego estável, em algumas situações por opção, expressando uma prioridade de disponibilidade para o AF das crianças, admitindo que é difícil conciliar um emprego com as exigências do acolhimento. Um dos cuidadores faleceu um ano antes da realização da entrevista, e com a anterior autonomização dos filhos, a FASS1 é constituída apenas pela cuidadora e pela criança acolhida. Apesar de não coabitarem com a FA, os filhos são participantes ativos na família e no AF, colaborando com aspetos educativos e económicos, no sentido em que oferecem alguns bens materiais. As FA pertencem à classe média, com condições habitacionais consideradas boas ao nível da adequação, residindo em moradias unifamiliares, e uma situação económica confortável para aceitarem algumas despesas adicionais com as crianças que acolhem. A formação dos cuidadores consiste em média, do ponto de vista da escolaridade, no ensino básico.

De modo a facilitar a leitura da caracterização sociodemográfica das FA da amostra, em aspetos como a constituição do agregado, a idade inicial e à data da entrevista de cada um dos membros, a formação, a profissão, o estado de saúde, o rendimento, a experiência prévia com crianças e ainda as condições da habitação, foi elaborado o Quadro 5. A base para a sua elaboração consistiu essencialmente a informação dos processos das equipas. Contudo, considerando que somente na Fundação Mundos de Vida foi possível aceder aos processos das FA, no que concerne às “ex” FA e às FA acompanhadas pelo ISS, IP, a fonte para o preenchimento do quadro, teve por base os relatos dos entrevistados. Em alguns critérios há informações “não observadas” e outros não são aplicáveis.

**Quadro 5: Dados sociodemográficos das famílias da amostra**

	Agregado	Idade (inicial e atual)	Formação	Profissão	Saúde	Rendimento mensal	Experiência prévia com crianças	Condições da habitação
FMV1	Cuidadora	45 - 51	9º ano	Cabeleireira	Saudável	Sim Part-time	Filhos e outras crianças. Filha única	Casa unifamiliar, espaço exterior, piscina, próxima de escolas, farmácia e restauração
	Cuidador	48 - 54	6º ano	Têxtil	Saudável	Sim Full-time	Filhos e outras crianças. Tem 4 irmãos	
	Filha	21 (falecida)	--	--	Paralisia cerebral	--	--	
	Filho	15 - 22	--	Cabeleireiro	Saudável	Sim Full-time (não contribui)	--	
	Filho	12 - 18	--	Estudante	Saudável	--	--	
FMV2	Cuidadora	40 - 41	9º ano	Chefe de assistentes operacionais	Enxaquecas	Sim Full-time: 950€	Filho e outras crianças. Trabalha em escolas. Uma irmã	Casa unifamiliar, T3, jardim e terraço/pátio. Localização central, recursos próximos
	Cuidador	41 - 42	6º ano	Serralheiro	Saudável	Sim Full-time: 837€	Filhos e outras crianças. Seis irmãos.	
	Filho	10 - 11	--	Estudante	Asma	--	--	
FMV3	Cuidadora	43 - 48	12º ano	Desempregada	Saudável	Subsídio de Desemprego: 915€	Filha e outras crianças. Catequista	Casa unifamiliar, T3, terraço e garagem. Paragem de autocarro e mercearia próximos
	Cuidador	43 - 48	6º ano	Canteiro	Saudável	Sim Full-time 609€	Filha e outras crianças.	
	Filha	14 - 19	--	Estudante	Saudável	--	--	
FMV4	Cuidadora	38 - 44	12º ano	Desempregada	Saudável	--	Filho e outras crianças. Ama. Explicadora.	Casa unifamiliar, T4, terraço e anexos. Perto de JI e 1º ciclo escolar
	Cuidador	39 - 45	--	Pedreiro	Saudável	Sim, Full-time 1200€	Filho e outras crianças. Dois irmãos	
	Filho	13 - 19	--	--	Saudável	--	--	
FMV5	Cuidadora	41 - 42	9º ano	Ajudante familiar	Saudável	Sim Full-time 570€	Filhos e outras crianças.	Casa unifamiliar, T4, com terraço e garagem. Com animais domésticos
	Cuidador	44 - 45	12º ano	Eletricista	Saudável	Sim Full-time	Filhos e outras crianças. Pai trabalhou em AR de	

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

	Agregado	Idade (inicial e atual)	Formação	Profissão	Saúde	Rendimento mensal	Experiência prévia com crianças	Condições da habitação
		18 - 19	--	Estudante	Asma	850€	--	Moradia unifamiliar, 2 pisos, construção recente, espaço exterior
	Filho	10 - 11	--	Estudante	Asma	--	--	
Ex-FAMV	Cuidadora	Não observado	Não observado	Técnica de contabilidade	Saudável	Não observado	Filhos e sobrinhos	
	Cuidador	Não observado	Não observado	Profissional de tinturaria	Saudável	Não observado	Filhos e sobrinhos	
	Filho	10 - 11	--	Estudante	Saudável	--	--	
	Filho	4 - 5	--	--	Saudável	--	--	
FAMSS1	Cuidadora	Não observado (cerca de 51 - 66)	Não observado	Doméstica	Saudável	Não	Filhos; trabalhou em AR de crianças	Casa unifamiliar, terraço exterior
	Cuidador	Falecido 2014						
	Filha	Autónomos						
	Filho							
	Filha							
FAMSS2	Cuidadora	33 - 62	Não observado	Doméstica	Depressão	Não	Filhos e outras crianças.	Casa unifamiliar, terraço/pátio.
	Cuidador	37 - 66	Não observado	Reformado (camionista)	Saudável	Sim Biscates	Filhos e outras crianças.	
	Filho	Autónomos						
	Filha							
	Filha							
FAMSS3	Cuidadora	37 - 41	Não observado	Desempregada	Saudável	Subsídio de desemprego: 419€	Recente com filha adotiva	Não observado
	Cuidador	35 - 39	Licenciado	Optometrista	Saudável	Não observado	Recente com filha adotiva	
	Filha adotiva	9 - 13	--	Estudante	Saudável	--	--	
ExFACPCJ	Cuidadora	34 - 38	Secundário	Professora de cozinha	Saudável	Não observado	Filhas, alunos e outras crianças	Casa unifamiliar, T3, jardim e terraço/pátio. Localização central, recursos próximos
	Cuidador	35 - 39	Secundário	Professora de cozinha	Saudável	Não observado	Filhas, alunos e outras crianças	
	Filha	12 - 19	--	Estudante	Saudável	--	--	
	Filha	2 - 9	--	--	Saudável	--	--	

Fonte: Processos e relatos das FA, 2016

No que concerne às características dos participantes enquanto FA, nomeadamente a data de início do acolhimento; o número total de crianças acolhidas; se existiu formação prévia e contínua; se receberam informação prévia sobre o AF; e informações sobre a criança; o grau de disponibilidade; e ainda o grau de concordância entre os membros da família, que podem ser observadas no Quadro 6. Como referido anteriormente há informações não observadas uma vez que somente foram consultados os processos das FAMV1, FAMV2, FAMV3, FAMV4 e FAMV5. Considerando que as informações que constam no processo são da responsabilidade das equipas técnicas, e se revestem de especial sensibilidade, no caso das FA cujos processos não existem ou não foram consultados, optou-se por referenciar apenas os dados objetivos, advindos dos relatos pelos participantes.

Verificam-se diferenças entre as FA acompanhadas pela instituição e pelas entidades públicas, claramente porque nas primeiras há informação processual disponível, certificando que existiu lugar a uma avaliação prévia. Outra evidência é que beneficiaram de formação prévia e contínua. No caso das FA acompanhadas pelo ISS, IP, a tendência é para terem iniciado o processo há um período de tempo mais longo, consequentemente abrangidas por um diferente enquadramento legal.

Há uma ideia generalizada entre as famílias que acolher crianças na primeira ou na segunda infância é facilitador, nomeadamente ao nível da gestão comportamental, evidente nas preferências e expectativas face à criança.

No Quadro 6 é ainda possível perceber pela caracterização da amostra que o critério da variação máxima, conduziu a que fossem incluídas FA muito experientes, com o limite de 8 crianças acolhidas, e outras apenas com um acolhimento vivenciado.

Os dados que constam no Quadro 5 e o Quadro 6, complementarmente associados aos narrados pelos entrevistados serão alvo de reflexão, análise e discussão nos capítulos seguintes.

Quadro 6

**Características dos participantes enquanto FA**

<b>Características de FA</b>					
	FAMV1	FAMV2	FAMV3	FAMV4	FAMV5
<b>Data início (aproximada)</b>	2000	2014	2010	2010	2014
<b>Número de crianças acolhidas</b>	4	1	6	6	1
<b>Formação prévia</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Formação contínua</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Informação prévia sobre AF (Elevada; Suficiente; Baixa)</b>	Baixa Conhecem FA	Conhecem FA	Princípios, direitos e deveres	Suficiente	---
<b>Informação técnica sobre criança/origem</b>	Alguma	Alguma	Alguma	Alguma	Alguma
<b>Grau de disponibilidade (Elevada; Suficiente)</b>	Elevado: Cuidadora em part-time	Suficiente: Ambos em full-time	Elevado: Cuidadora desempregada	Elevado: Cuidadora desempregada	Suficiente: Ambos em full- time
<b>Grau de concordância dos membros (Total; Parcial; Escassa)</b>	Total	Total	Total	Total	Total
<b>Atitude prévia perante família de origem (Aceitação total; Aceitação parcial; Rejeição)</b>	Aceitação total	Aceitação total	Aceitação parcial/total	Aceitação total	Aceitação total
<b>Atitude prévia face à separação da criança (Muito adequada; Adequada; Pouco Adequada)</b>	Adequada Pretendem manter contacto	Muito adequada;	Adequada; Consciência das dificuldades	Muito adequada	Muito Adequada
<b>Expectativa em relação à criança/aceitação</b>	Dos 3 aos 11 anos; Sem deficiência; Respeito pela história de vida; Recusam etnia cigana	Preferência feminina; Dos 3 aos 10 anos; aceitam com deficiência ligeira	Dos 3 aos 13 anos, de preferência dos 6 aos 13 anos; Aceitam portadoras de deficiência; aceitam irmãos	Até 13 anos, aceitam deficiência ligeira e irmãos	Dos 3 aos 12 anos. Aceitam duas crianças e com deficiência ligeira
<b>Estilo educativo</b>	Democrático; Estabelece regras estáveis	Democrático; Estabelece regras estáveis	Democrático; Estabelece regras estáveis	Democrático; Estabelece regras estáveis	Democrático; Estabelece regras estáveis

Quadro 6 (continuação)

**Características dos participantes enquanto FA**

<b>Características de FA</b>					
	<b>FASS1</b>	<b>FASS2</b>	<b>FASS3</b>	<b>ExFAMV</b>	<b>ExFACPCJ</b>
<b>Data início</b>	Não observado	1985	2012	2012	2009
<b>Número de crianças acolhidas</b>	1	8	1	2	1
<b>Formação prévia</b>	Não	Não	Não	Sim	Não
<b>Formação contínua</b>	Não	Não	Não	Sim	Não
<b>Informação prévia sobre AF (Elevada; Suficiente; Baixa)</b>	Baixa	Baixa	Baixa	Suficiente	Baixa
<b>Informação técnica sobre criança/oriagem</b>	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado
<b>Grau de disponibilidade (Elevada; Suficiente)</b>	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado
<b>Grau de concordância dos membros (Total; Parcial; Escassa)</b>	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado
<b>Atitude prévia perante família de origem (Aceitação total; Aceitação parcial; Rejeição)</b>	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado
<b>Atitude prévia face à separação da criança (Muito adequada; Adequada; Pouco Adequada)</b>	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado
<b>Expectativa em relação à criança/aceitação</b>	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado
<b>Estilo educativo</b>	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado	Não observado

### 5.3 - Análise Qualitativa de Dados

O conjunto de informação recolhida, e que constitui o *corpus* de investigação, foi submetido a um tratamento que privilegiou a análise qualitativa dos dados empíricos, tendo-se adotado orientações distintas no que respeita às entrevistas aos técnicos e às famílias de acolhimento. No primeiro caso procedeu-se à análise categorial das entrevistas. No segundo, relativo às narrativas das famílias, foi privilegiada a estratégia da codificação teórica, preconizada por Charmaz (2006), entendida no quadro geral da *Grounded Theory*, e tendo em vista a elaboração de uma teoria enraizada. Como refere Flick (2005:179) “A interpretação de textos serve para elaborar a teoria e é, ao mesmo tempo, a base da decisão sobre a eventual coleta de dados adicionais.”

Charmaz (2006: 6-7) explica que, historicamente, a *Grounded Theory* agrega duas tradições contrastantes e competitivas da Sociologia, representadas por cada um dos seus fundadores: o positivismo da Universidade da Columbia e o pragmatismo e pesquisa de campo da Escola de Chicago. Contudo, Glaser defendia a utilidade da construção de teorias intermédias, “*middle-range theories*”, como Robert K. Merton da Universidade da Columbia tinha proposto, em 1957. As *Middle-range theories* consistiam em representações abstratas de um fenómeno social específico que se fundamenta nos dados. Também a herança de Strauss da Escola de Chicago emerge no método da *Grounded Theory*. Gerações seguintes, nomeadamente Juliet Corbin e Kathy Charmaz desenvolveram a teoria original com adaptações, valorizando a análise qualitativa interpretativa de múltiplas realidades, com a construção dos resultados através da interação entre os dados, pretendendo generalizações parciais, condicionais, situadas no tempo, espaço, dependente da visão do investigador (Charmaz, 2006).

A influência da *Grounded Theory* neste trabalho reside no interesse em obter e interpretar incisivamente as vivências dos atores, alcançadas através de narrativas em profundidade. Pretende-se captar os significados que as famílias atribuem a cada dimensão envolvente do acolhimento familiar.

Recolhidos os dados empíricos, foi feita a transcrição de todas as entrevistas (cf. Anexo 6). Na transcrição foram mantidas as expressões e termos dos participantes,

tentando que a escrita correspondesse ao som da palavra proferida, como exemplo “tolérias”. A pedido dos entrevistados houve a eliminação de partes do discurso, em locais identificados. O pedido de corte de determinados segmentos fundamenta-se na referência a terceiros, e na ausência de proveito para a investigação.

Na primeira etapa, foi efetuada a codificação aberta, linha-a-linha (cf. Anexo 3), como ponto de partida para a interpretação, definindo o que consta nos discursos dos participantes entrevistados. Para o feito recorreu-se ao uso do programa informático MaxQDA, consistindo numa tarefa analítica morosa e minuciosa. Os códigos iniciais basearam-se na análise e interpretação de cada incidente ao longo do discurso. Associa-se cada segmento a conceitos abstratos (elaborados pela investigadora) muito próximos do texto, por vezes constituídos pelas palavras originais dos sujeitos, os designados códigos *in vivo*, como por exemplo: “momentos *mãe - filha*”; “A família de acolhimento está muito mal paga!”; “sente-se um apontar de dedo”; “a filha que eu nunca tive”.

Charmaz, 2006 apresenta três tipos de código *in vivo* que poderão ser particularmente úteis:

- Aqueles termos gerais que todos “conhecem” que condensam significados importantes;
- Um termo inovador do participante que capta significados ou experiência;
- Termos internos específicos de um determinado grupo que refletem a própria perspectiva.

No processo de análise importa, de modo particular, apurar o que acontece e essencialmente “o que significa”, pois “o processo de definir sobre o que tratam os dados é o primeiro passo analítico.” (Charmaz, 2006:43). Nesta fase resultaram muitas centenas de códigos, tal como constatado por Strauss e Corbin, 1990:65 citados por Flick, 2005: 181).

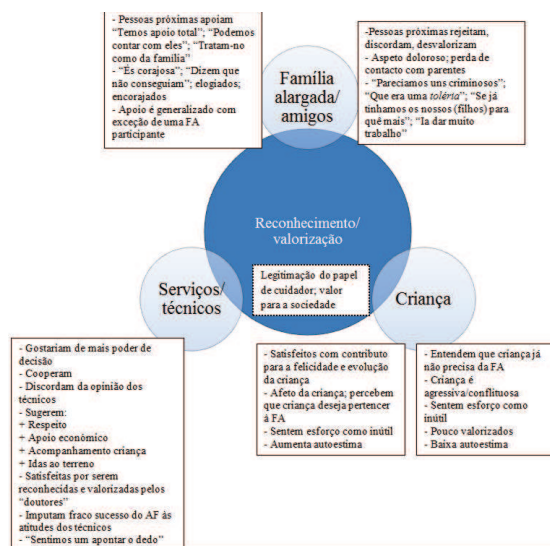
Na segunda etapa, recorrendo aos códigos iniciais foi feita a codificação focalizada (cf. Anexo 2). Foram selecionados os códigos iniciais mais pertinentes, os mais significativos e repetitivos, com vista constituir a base analítica das etapas futuras. Importava aqui sobretudo captar os processos e ações vivenciados pelos cuidadores.

O mais precocemente possível, procedeu-se à criação de *memos* (anotações de codificação) iniciais (cf. Anexo 4) e mais tarde de *memos* avançados e de diagramas com esquemas integrativos.

Na Figura 6 pode observar-se um exemplo de um diagrama inicial.

Figura 6

Exemplo de diagrama inicial: Reconhecimento / valorização da FA



“A elaboração da teoria implica a formulação de *redes* de categorias ou de conceitos e das relações entre eles. Podem ser estabelecidas relações entre categorias superiores e inferiores (hierarquias), mas também entre conceitos do mesmo nível. Em todo esse processo, são registados em *notas de codificação*, ou mais simplesmente em memorandos, as impressões, associações, perguntas, ideias, etc. que complementam ou explicam os códigos elaborados”. (Flick, 2005: 180-1).

O procedimento de retornar ao texto foi constante, para proceder ao questionamento baseado nas interrogativas sugeridas por Charmaz (2005) como estratégia analítica do investigador:

- O que faz a pessoa?
- O que está a dizer?

- De que forma a estrutura e o contexto apoiam ou mudam os comportamentos e o discurso deles?
- Que conexões posso fazer?
- Quais preciso rever?
- Que processo está neste aspeto?
- Em que condições o processo se desenvolveu?
- De que forma a pessoa pensa, sente e age em relação ao processo?
- Quando, como e porque o processo mudou?
- Que consequências?

Estas estratégias de elaboração de *memos* e desenho de diagramas refletem a comparação entre os códigos, entre categorias e entre categorias e subcategorias. A interrogação persiste e redefine a análise (Charmaz, 2006):

- Que relações se verificam entre os dados e as categorias emergentes?
- Que relação entre as categorias? E entre as subcategorias? E entre as subcategorias e as categorias?
- Que semelhanças e diferenças entre os participantes?

Os diagramas foram desenhados a partir das categorias emergentes e da reflexão da investigadora, permitindo definir prioridades analíticas. Foram-se hierarquizando as categorias e consideradas as subcategorias. A categoria “cansaço”, inicialmente, aquando da execução da revisão de literatura, percebida como bastante relevante foi deixada para segundo plano, pois não foi referida nem conclusivamente sentida como uma preocupação para as famílias de acolhimento entrevistadas.

Ao longo do processo interpretativo, foram-se deixando cair algumas categorias consideradas menos pertinentes. Essencialmente o processo caracteriza-se pela emergência de pistas analíticas, relações múltiplas e desenvolvimento da lógica do argumento com base nos diagramas, segmentos das entrevistas, códigos focalizados e categorias emergentes. Os diagramas são um complemento que permite flexibilidade

reflexiva, para relacionar as categorias e subcategorias entre si, pois “Esquematizar confere uma técnica não-linear, visual e flexível para compreender e organizar o material.” (Charmaz, 2006:87).

Nas Figuras 7 e 8 é possível observar dois exemplos de diagramas intermédios que posteriormente serviram de base para a construção dos diagramas finais, numa tarefa de contínuo aperfeiçoamento.

O diagrama da Figura 7 dará origem ao diagrama intitulado “Fatores Produtores da Motivação para Ser Família de Acolhimento” que consta na apresentação dos resultados da análise e interpretação dos dados empíricos, no capítulo 6. No que se refere ao diagrama intermédio “Experiências do acolhimento familiar” na Figura 8, pode ser observado o seu desenvolvimento parcial no diagrama “Diagrama: Fatores Produtores da Renovação da Disposição para Ser Família de Acolhimento”, nesse mesmo capítulo.

Figura 7

Exemplo de diagrama intermédio: Motivações para o acolhimento familiar

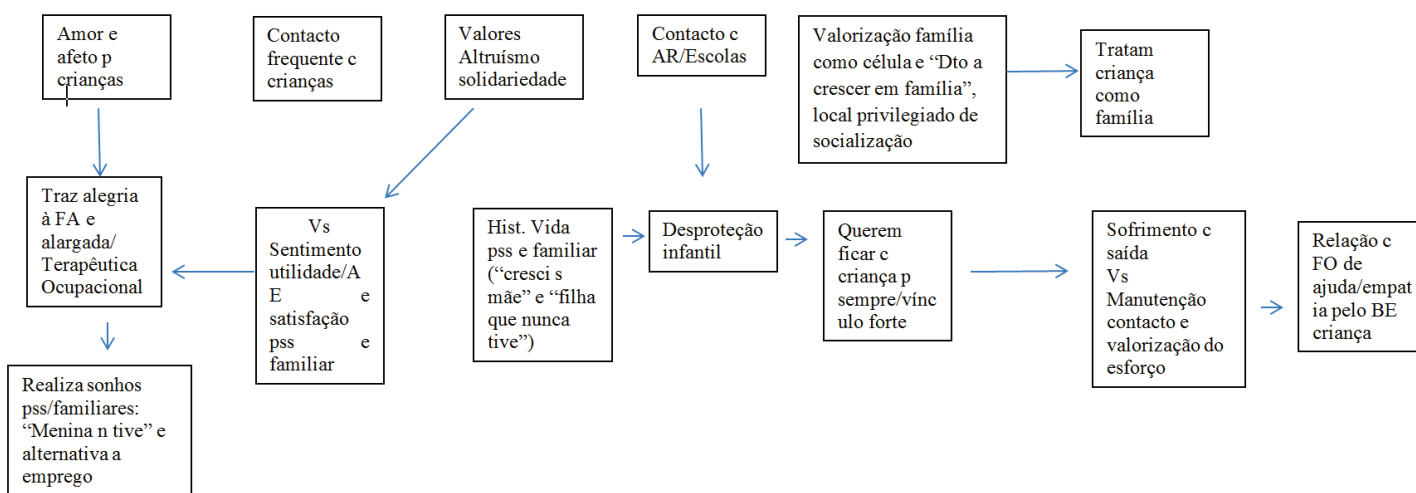
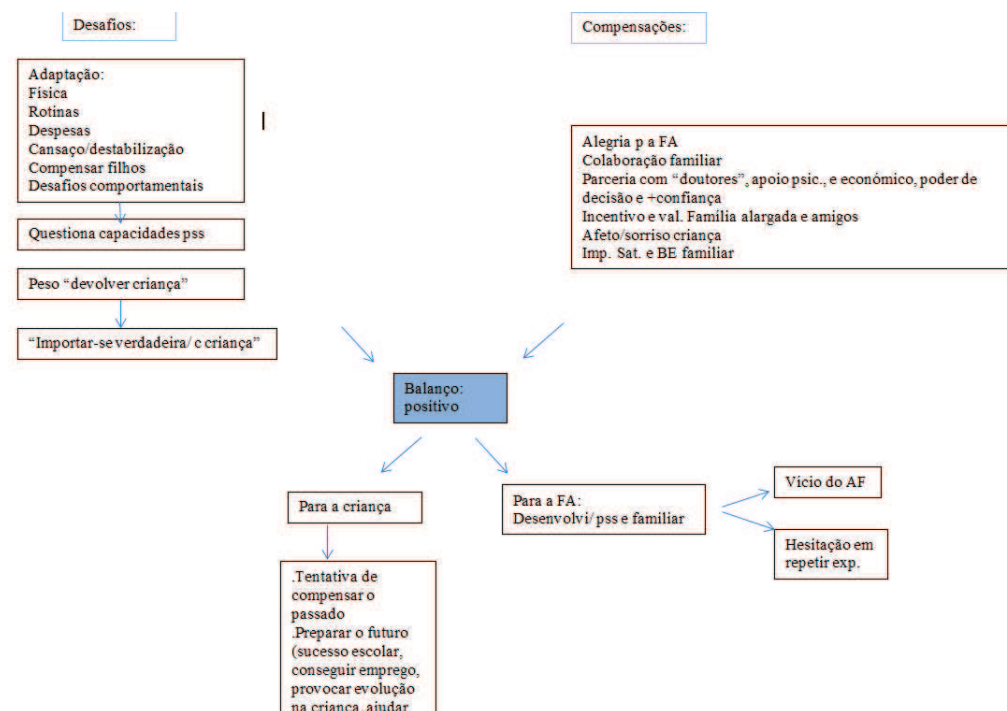


Figura 8

Exemplo de diagrama intermédio: Experiências do acolhimento familiar



O trabalho de revisão é constante bem como a reescrita da análise. O processo de análise de codificação teórica não é linear, sofrendo alterações sucessivas, escrutinando novas categorias e aspetos pertinentes. Neste estudo, a título de exemplo, a categoria “gestão do comportamento da criança” surgiu numa fase posterior e pertinentemente a refletir sobre o afeto, a valorização e a relação quotidiana entre as FA e as crianças acolhidas.

A significação dos discursos resultou, por um processo sucessivo de depuração, nas categorias e subcategorias listadas no Quadro 7:

Quadro 7: Categorias e Subcategorias

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<i>Motivações (o percurso até ao AF)</i>	<i>Predisposição para o acolhimento familiar</i>
	<i>A valorização da instituição família</i>
	<i>Ambição de realizar de desejos pessoais</i>
	<i>A descoberta do acolhimento familiar</i>
	<i>Iniciativa de acolher uma criança</i>
	<i>O acolhimento familiar como uma ocupação</i>
	<i>O altruísmo como satisfação pessoal</i>
<i>Experiências (as experiências de ser FA)</i>	<i>Complexidade da gestão das expectativas iniciais</i>
	<i>Alteração no quotidiano com um novo membro na família</i>
	<i>Gestão do comportamento da criança</i>
	<i>Cooperação com os serviços / equipa de acompanhamento</i>
	<i>Aceitação vs desagrado dos filhos</i>
	<i>Solidariedade com a família de origem</i>
	<i>Relevância do reconhecimento</i>
	<i>A gestão da perda na cessação</i>
	<i>O balanço da experiência</i>
	<i>Reconstrução da disponibilidade para acolher de novo</i>

Após a construção da argumentação, seguiu-se a redação do rascunho da construção da teoria emergente, num processo progressivo. A pergunta de partida, a designada “*So what? question*” (Charmaz, 2006:156), significando “*E então?*”, é respondida a cada momento através do argumento e do seu contributo original. O argumento da tese que aqui se apresenta demonstra que este se redefiniu constantemente. A argumentação apresentada supera-se face às teorias já existentes.

O programa informático MaxQDA12 foi exaustivamente utilizado durante as várias fases do tratamento dos dados empíricos, permitindo a exportação de documentos vários (alguns podem ser consultados em anexo), *outputs* que foram bases fundamentais para cada etapa analítica.

Após a apresentação da análise dos resultados, procede-se à discussão dos resultados, revisitando a literatura nacional e internacional, confrontando estudos realizados neste âmbito temático.

## **CAPÍTULO 6 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

## Cap. 6 – Análise e interpretação dos resultados

### 6.1 - Famílias de Acolhimento: Uma Galeria de Retratos

As famílias de acolhimento têm percursos de acolhimento com aspetos convergentes e divergentes. O contexto mas também a história pessoal, familiar e profissional influenciam a predisposição e a motivação para o acolhimento familiar, a assunção do papel de FA, a capacidade de resiliência, a vinculação emotiva e continuada, e a renovação da disponibilidade para AF futuros. O retrato de cada caso auxilia na compreensão das matérias em análise. Assim, apresenta-se, num primeiro momento, uma sinopse das famílias de acolhimento participantes neste estudo.

#### Retrato 1: Família “Mundos de Vida”<sup>6</sup> 1 (FAMV1)

No caso da FAMV1 o relato da experiência como família de acolhimento é narrado pela cuidadora no espaço da entidade de acompanhamento. No momento esta família acolhe duas crianças, tendo já recebido um total de quatro.

A FAMV1, quando iniciou o AF era constituída por um casal e três filhos, sendo um deles uma jovem acamada, com deficiência, que viria a falecer mais tarde. O cuidador e o filho mais velho trabalham a tempo integral, o primeiro como empregado fabril e o segundo como cabeleireiro. O filho mais novo estuda. A cuidadora sempre trabalhou como cabeleireira em tempo-parcial e ocupava grande parte do dia, em casa, a cuidar da filha dependente. Após o falecimento da filha, a cuidadora sentia-se desocupada, “sem nada para fazer”, pelo que receber um bebé em AF lhe deu muito ânimo, “As minhas amigas disseram Já não é a Z de há oito dias”. Agrada-lhe ter a casa

---

<sup>6</sup> Esta designação reporta-se às famílias de acolhimento cuja seleção, formação e acompanhamento é da responsabilidade da Fundação Mundos de Vida.

com várias pessoas, quer sejam familiares, quer sejam amigos, inclusivamente dos filhos, gosta “muito de andar com as pessoas todas de volta”.

A ideia inicial de acolher uma criança por via do AF partiu do filho mais velho que viu um anúncio promovido pela Fundação Mundos de Vida. A criança fotografada para o cartaz teve especial impacto no jovem rapaz, que “adora os pretinhos”. A iniciativa levou-o a obter o contacto da instituição e pedir à mãe que procedesse ao contacto, insistindo várias vezes até conseguir uma resposta positiva. Apesar de a mãe ter concordado com a proposta de acolher uma criança, entendeu que seria um projeto a médio prazo em detrimento da velocidade que tomou. Após a auscultação de todos os elementos do agregado familiar, a alegria era generalizada, “ficaram todos contentes” para se candidatarem a FA.

Quando a família foi contactada para averiguar a disponibilidade para acolher a primeira criança mantiveram o compromisso e “ficaram logo todos em euforia”. Apesar de desconhecer as características da criança com quem ia partilhar a intimidade, a cuidadora ao ser informada que era uma criança muito agitada, desvalorizou e mostrou-se experiente e competente para lidar com um comportamento desafiante, “tenho um hiperativo em casa, é mais um que vai”. A família aplica as regras e estratégias que já bem conhece, pela experiência educativa com os próprios filhos, mostrando que educar é uma tarefa que fazem com gosto e afeto. Não obstante receber crianças com características desafiantes e pouco desenvolvidas para a idade, sabe ser criativa e alcança resultados que a satisfaz, sentindo reconhecimento da parte dos técnicos.

No primeiro contacto com a família de origem de uma das crianças que ia acolher, a empatia criada de imediato, permitiu à cuidadora compreender o receio da jovem mãe em entregar o filho a outra família, e tranquilizou-a, explicando que o seu papel era o de ajudar o seu filho e inclusivamente à própria mãe. A cuidadora ajuda as famílias de origem em diferentes vertentes, aconselhando, dando bens alimentares, encaminhando para tratamentos médicos, e mediando conversas. Coopera inclusivamente após a cessação dos AF. A FAMV1 entende que deve proteger a criança dos incumprimentos dos pais, por isso desculpabiliza-os e cria subterfúgios para lidar com as fragilidades da família da criança que acolhe.

Após o primeiro acolhimento, recebeu mais três crianças (desde um bebé, até uma jovem de 12 anos, “foi mesmo na queima” dos onze anos que tinham pré-definido

como idade máxima), chegando a ter três crianças acolhidas em simultâneo. Ser FA é um projeto a manter no futuro, há “energia para ter mais crianças (...) enquanto puder ser FA, vou ser, não me dou sozinha.”, sem evidenciar sinais de cansaço.

Toda a família auxilia nas tarefas domésticas e nos cuidados às crianças que acolhem, nomeadamente no apoio ao estudo, nas brincadeiras e na supervisão. Os filhos e a família alargada são recursos importantes para os cuidadores. As crianças acolhidas são sinónimo de alegria, “um ar, livre, um ar fresco” para toda a família, pelo que são tratadas como se pertencessem efetivamente à família. As crianças apesar de deixarem de ser acolhidas pela FAMV1, mantem contacto telefónico e visitam a FA em muitos momentos festivos.

A relação com os diferentes serviços do sistema de proteção infantil (CPCJ, instituição de acolhimento residencial e órgãos de segurança pública) é de parceria, mostrando-se sempre disponível para colaborar, mesmo após a cessação do AF. Verificam-se situações de discordância com as opiniões técnicas, nomeadamente aquando do retorno da criança à família de origem, por considerar que não estavam reunidas as condições básicas, provocando-lhe “um aperto no coração”. Em relação ao desempenho da equipa de acompanhamento da FA, entende que “está a trabalhar muito bem, mesmo muito bem.”

O afeto, as mensagens de carinho que as crianças vão transmitindo, mesmo depois da cessação do AF, e o contributo para a evolução e desenvolvimento, são motivos para tornar a experiência do acolhimento compensadora. A cuidadora resume as vivências como FA a “uma experiência inesquecível”, “só nos enriquece a nós.”

As despesas com o AF não são sentidas como um peso. O único aspeto negativo que foca é a fuga de uma das crianças, que não obstante o “desgosto”, a FA auxiliou os serviços a localizar a criança, e manteve uma relação de confidente e amiga com a criança até à atualidade. A cuidadora considera que a relação dos filhos com as crianças acolhidas é de fraternidade, não havendo lugar a ciúmes. Os filhos atualmente são jovens adultos e auxiliam e incentivam os pais a continuarem a ser FA.

Aquando da cessação do AF, a saída da criança de casa da FA não é vista como uma angústia, uma vez que mantém o contacto e que têm outras pessoas com quem mantem relações de afeto. Afirma que outras pessoas verbalizam que sofrem no

momento da cessação e que alegando esse motivo muitas prescindem de ser FA. Desde que iniciou o AF, a FAMV1 teve sempre crianças acolhidas, está sempre ocupada e preenchida.

## **Retrato 2: Família “Mundos de Vida” 2 (FAMV2)**

Aquando da recolha dos dados, a FAMV2 estava a viver o primeiro acolhimento familiar, com a duração de um mês. O casal tem um filho biológico de onze anos e acolhe uma menina de vinte e três meses. Os dois cuidadores trabalham a tempo integral, ela como chefe das assistentes operacionais de um agrupamento de escolas e ele como serralheiro. A entrevista foi realizada à cuidadora, no espaço da entidade de acompanhamento.

A iniciativa de acolher uma criança partiu da cuidadora, que trabalha em escolas e observa com preocupação crianças em situação de desproteção, há situações que a “incomodam muito, mesmo muito”. Conhece crianças que foram enquadradas no AF, e teve uma colega de trabalho que era FA. Um dia, o filho de onze anos, chegando da escola entregou-lhe um folheto de uma campanha de sensibilização da Fundação Mundos de Vida e deu-lhe o recado da professora, que “todos os pais deveriam pensar em acolher porque as crianças precisam de uma família e de serem felizes”, mensagem que lhe “ficou na ideia” e a fez contactar a instituição.

Reconhecendo que o marido “adora crianças, fazia tudo pelos sobrinhos, trocava as fraldas” e que o filho queria “ajudar uma criança”, então estavam “todos em acordo”.

Com grande expectativa e ansiedade para receber uma criança, quando foi à instituição buscar uma menina de dois anos, admite que “fiquei encantada (...) foi uma noite sem dormir, todos de volta dela”. Já tinham sido contactados telefonicamente algumas vezes para averiguar a disponibilidade para receber uma criança, contudo de seguida em sede de tribunal, a medida a aplicar era outra, “Ficávamos um bocado desiludidos, mas esperávamos.”

O momento mais difícil foi quando a criança adoeceu e foi internada. A cuidadora acompanhou-a sempre, ausentando-se de casa e do trabalho. Sentiu que era o

único recurso para a criança, que o seu apoio era fundamental, “o meu marido disse - Nunca te vi assim, nem com o nosso filho! -A menina não tem ninguém para a proteger, se não somos nós quem é que a vai proteger?”. A boa relação com a entidade patronal, permitiu-lhe não ser prejudicada com o absentismo laboral.

A riqueza dos momentos positivos, resume-se aos afetos que a criança transmite à FA, “ela veio logo a correr, e deu-me aquele abraço mesmo a precisar de um carinho, de um abraço bom”. Desde o primeiro momento a FA sentiu-se “aceite de uma maneira tão...” pela criança.

O filho aceita a criança como numa relação fraterna, “voltamos os três para a Trofa, a brincar, a cantar, às vezes adormecem os dois com a cabeça encostada um ao outro.” Cria estratégias para que não surjam ciúmes, dando especial atenção ao filho e explicando a situação da criança fragilizada.

A família alargada aceita o AF, e trata a criança como se fosse efetivamente da família, “agora é tudo para ela, o meu pai diz -A minha moreninha?”. Entende que a criança está melhor numa FA do que em acolhimento residencial, pois “tem mais carinho, mais tudo”, nomeadamente mais atenção, uma vez que não é partilhada com um grupo de crianças.

O contacto com a família de origem da criança é ainda muito escasso. Nas visitas, recebe, da mãe, uma nota de agradecimento e reconhecimento pelos cuidados prestados, “muito obrigada (...) ela está tão bonita”. Durante as visitas observa situações familiares que “comovem”, considerando que todas as pessoas deveriam ser FA para perceberem outras realidades.

A relação com os serviços “funciona muito bem”. Sugere que haja mais supervisão, no terreno, estando disponível para receber os técnicos em visitas domiciliárias sem agendamento prévio. Receia que possa haver FA menos competentes ou a criar discriminação entre a criança acolhida e os filhos biológicos.

Decorrido um mês de experiência como FA, não querem pensar na cessação, denotando que será um momento doloroso, apesar de terem sido preparados ao longo da formação inicial. “Deve haver um vazio”.

Encerra o discurso dizendo que “a experiência é ótima”.

### **Retrato 3: Família “Mundos de Vida” 3 (FAMV3)**

A entrevista foi realizada à cuidadora da FAMV3, no domicílio de modo a evitar deslocações para a família de acolhimento e a observar algumas dinâmicas. O cuidador é canteiro e a cuidadora está atualmente desempregada, vendo esse facto como uma oportunidade para se dedicar ao acolhimento familiar. O casal tem uma filha, estudante, e acolhe dois irmãos, tendo totalizado seis crianças em AF ao longo do percurso.

A ideia de ser família de acolhimento partiu da cuidadora, “porque eu gosto muito de crianças e fui habituada a ter sempre crianças em casa. Tenho só uma filha, mas a casa ao fim de semana e nas férias estava sempre cheia” de amigos da filha que ali pernoitavam. Foi catequista. O cartaz da Fundação Mundos de Vida provocou-lhe o impulso no momento em que estavam reunidas as condições ao nível laboral. A cuidadora considera que ter disponibilidade é importante, pois “dá trabalho”, é preciso dedicação. Não sendo impossível de conciliar com um emprego, “às vezes não é fácil”, e nesta fase prioriza o AF em detrimento da sua carreira, tendo recusado alguns projetos profissionais. Admite que “o sonho da minha família é ter sempre a mãe ou a esposa em casa (...) O meu marido adora crianças e a minha filha também. Juntar as duas coisas é uma maravilha.”

A família recebe bem a proposta de ser FA, inclusivamente a alargada e amigos, “Aqui em casa eu pus a ideia, todos aceitaram, acharam interessante (...) Todos colaboram.”

A ânsia de receber crianças e as expectativas iniciais foram difíceis de gerir, dando início ao processo em 2009, apenas em 2011 acolheram a primeira criança. Apesar de receberem alguns contactos para averiguar a disponibilidade para receber crianças, acabaram por aplicar outras medidas de promoção e proteção infantil.

A FAMV3 tem recebido sempre duas crianças em simultâneo, tendencialmente na primeira infância e com alguns problemas a nível de saúde, carecendo de determinados cuidados e bens materiais. Verifica-se algum desgaste na aquisição dos bens, uma vez que a mobilidade para fazer compras fica limitada e têm de fazer diversas

deslocações nomeadamente para consultas e para as visitas à mãe e aos pais (pais diferentes). A família empenha-se muito para a progressão das crianças, sentindo grande satisfação, pagando explicações para garantir o sucesso escolar. O retrocesso (aquando do retorno à família de origem) no progresso conseguido provoca-lhe alguma frustração. Prefere crianças mais novas e os cuidados básicos em detrimento do desgaste do *stress* escolar. A valorização familiar da criança é apontada como o mais compensador do AF, “conseguem ter a perceção da mudança que nós causamos na vida deles e talvez seja essa a melhor recordação que tenho”.

A família ficou profundamente marcada pela cessação do AF das duas primeiras crianças acolhidas, entendeu que o processo de adoção foi desadequadamente apressado, não contemplando o superior interesse das crianças nem o da FA. Previa-se uma integração gradual na família adotiva, de acordo com as orientações médicas. A FA sofreu e viu as crianças desesperadas a chorar pedindo para não irem embora, vivenciando um duplo sofrimento, “noites quase sem dormir”. O casal e a filha ficaram “extremamente traumatizados ao ponto de dizermos -Não queremos acolher mais ninguém” e apresentaram queixa dos técnicos do serviço de adoção (Segurança Social) ao Ministério Público. A família adotiva não permitiu a manutenção do contacto com as crianças, contudo a cuidadora envia-lhes sempre um postal nas épocas festivas, “Provavelmente não chega nem à criança (...) mas a mim faz-me bem”. A memória das destas crianças que cuidaram durante dois anos e meio continuam presentes no quotidiano.

A família de acolhimento sentiu compreensão da parte da equipa de acompanhamento que concordou que o decorrer do processo foi atípico, oferecendo apoio psicológico, “equipa dos Mundos de Vida disse -Tudo bem, nós vamos respeitar, quando acharem que estão preparados para receber...”. A FAMV3 avalia o desempenho da equipa de acompanhamento com nota máxima, “é fantástico, confesso que se não fosse pela Mundos de Vida, pela Segurança Social nunca seria FA, estava fora de questão, porque não existe apoio. (...) não podemos pedir absolutamente mais nada, mesmo em termos financeiros, eles vão ajudando.”

Alguns meses mais tarde receberam um contacto da equipa a referir que tinham duas crianças que precisavam de uma família. Entendendo que as crianças precisavam da FAMV3 acabaram por aceitar recebê-las. A FA recusou o primeiro pedido de AF e

admite que “ficou sempre um peso na consciência por não ter aceite aquele menino, por poder ajudar e não ter ajudado.” O consenso familiar é importante para darem uma resposta positiva, pois querem garantir o sucesso do acolhimento.

Admite que por vezes a filha gostaria de ter mais disponibilidade para a sua vida individual e para a relação parental. Para compensar a partilha da atenção com as crianças aproveitam momentos “-Só mãe e filha.” A filha é solidária e gosta de oferecer presentes às crianças, não sentindo qualquer privação material, apesar de “Há meses que o que nós recebemos não chega minimamente para aquilo que gastamos” com as crianças. Sugere que as despesas sejam reembolsadas. Entende que o apoio financeiro e fiscal para as FA é escasso, “Não será esse o fator para as famílias não acolherem, mas esse também será um motivo para as famílias pensarem duas vezes.”

A família de acolhimento foi criando algumas estratégias para lidar com as situações de *stress*, com a experiência que vai obtendo ao longo dos quatro anos de AF, “formulei a ideia de que realmente é muito mais fácil acolher dois irmãos do que acolher só um. Precisamente por causa do momento da saída.” Entende que as crianças se apoiam uma à outra e admite que é mais fácil quando retornam à família de origem com quem já têm uma relação construída.

Mantem contacto com as segundas crianças acolhidas após a cessação do AF, sempre que uma das partes mostra saudades, pelo que a boa relação com a família de origem é fundamental. A FAMV3 mantém relação cordial com a família de todas as crianças, aconselhando e dando dicas sobre a educação.

As próximas cessações poderão ser dolorosas mas com a experiência anterior sentem-se mais preparados, “pior do que aquilo vai ser difícil”.

No futuro pretendem continuar a acolher, entende que “isto agora é viciante. (...) A minha filha disse -Deixa lá, eles vão, se forem bem, não faz mal, vêm outros”.

#### **Retrato 4: Família “Mundos de Vida” 4 (FAMV4)**

A entrevista narrativa foi realizada à cuidadora da FAMV4, no espaço da entidade de acompanhamento. O cuidador, pedreiro, trabalha fora do país, pelo que está em casa apenas ao fim de semana, quinzenalmente. A cuidadora foi empregada fabril, mas prioriza o AF em detrimento de um emprego. O filho, jovem adulto, é um importante recurso para a cuidadora principal. No total já receberam seis crianças em AF, no momento da entrevista acolhiam dois irmãos na primeira infância.

A FAMV4 teve conhecimento do AF através de um folheto da campanha da Fundação Mundos de Vida, que se encontrava num hipermercado. Foi o marido que tomou a iniciativa de abordar o tema, pareceu-lhes poder constituir uma companhia para a esposa e por outro lado uma ocupação laboral, uma vez que tinha deixado o emprego fabril e trabalhava em casa, “à partida dá muito trabalho, a gente vê pelos nossos, eu tenho um filho de vinte anos”. O entusiasmo levou-os a contactar a instituição e a preparar de imediato o quarto para receber as crianças, “mandei fazer logo um beliche”. Contudo, o período de tempo até receber a primeira criança pareceu demasiado longo, “Pensei -Já não me vão dar crianças para eu acolher.” A cuidadora quis auscultar o marido e o filho antes de tomar a decisão final de aceitar receber as duas primeiras meninas para acolher, o marido incentivou e o filho na altura com quinze anos consentiu. Desde que iniciou o AF, a família teve apenas um período de interrupção, sem nenhuma criança em AF, que descreve como “horrível (...) crise de choro, olhar para as fotografias, para as filmagens, os vídeos que tinha gravado (...) Todos os meninos são meus, continuam a ser meus, mesmo as meninas, são todos os meus meninos, estão no meu coração, não me esqueço de nenhum.”

Descreve a relação de afeto que mantem com as crianças, “tenho tido sorte que as crianças são todas muito meiguinhas”, inclusivamente quando têm comportamentos desafiantes. Evidencia os progressos conseguidos ao nível do desenvolvimento, comportamento e sucesso escolar. Sente grande satisfação e orgulho quando ajuda as crianças a evoluir e mostra às outras pessoas que elas conseguem, pois não deve haver discriminação por estarem em AF. Cansada dos alertas escolares sobre o comportamento, optou por pedir ao filho que passasse a ir à escola no seu lugar, pois a indisciplina escolar deveria ser resolvida no imediato. Em casa nunca teve indisciplina.

A cuidadora fala do seu passado, revelando que optou por ter apenas um filho para garantir que conseguia criar condições adequadas ao seu crescimento em caso de

separação do marido, pelo que a bebé que acolheu a marcou profundamente, relatando o momento da despedida, “a menina que eu nunca tive, não sei se me está a entender...”. Na hipótese do marido trabalhar em Portugal, acolheria mais uma criança, três em simultâneo.

A família alargada reside na vizinhança e apoia o facto de serem FA, sendo apelidada como se tivesse uma relação de parentesco com as crianças, “-A avó, qui, anda avó, entra!”.

Admite que recebe ajuda do filho em função do perfil das crianças que recebe, “Quando era a B e o A, ajudava mais, tanto ele como o pai.” Considera difícil conciliar um emprego com o AF, “porque eles dão muito trabalho”. O valor que recebe apenas cobre as despesas das crianças, sendo o suficiente. Contudo o justo seria ter um salário mínimo pela prestação do serviço, completamente a um apoio para as despesas das crianças.

A família de acolhimento discorda de algumas decisões dos técnicos, “até hoje me choca”, considerando que a família de origem não tinha condições para receber as crianças aquando da cessação do AF, “Aquilo parece aqueles currais, onde tinham os animais, com chapa (...) acho que as meninas ali não têm futuro nenhum. O meu marido ficou chocado”. No que respeita à equipa de acompanhamento, “Os doutores, não tenho nada a apontar, nada. São excelentes”.

A cessação parece ser o momento mais difícil também para a FAMV4, “A parte mais difícil é a despedida”, nomeadamente pela preocupação com as condições do novo enquadramento familiar e habitacional. A FAMV4 mantém algum contacto com as crianças após a cessação do AF.

Pretende continuar a receber crianças, “Sinto-me realizada e gosto, não me estou a ver sem crianças.” Desvaloriza o cansaço, afirmando que num emprego as pessoas também sentem cansaço e que é compensado por poder ajudar.

### **Retrato 5: Família “Mundos de Vida” 5 (FAMV5)**

A entrevista foi realizada aos dois cuidadores da FAMV5, no espaço da entidade de enquadramento do acolhimento familiar, CPCJ. Ambos trabalham em tempo integral, ele como electricista, com sistema de turnos rotativos, e ela como assistente familiar numa unidade residencial de idosos. Acolhe pela primeira vez, um rapaz, 5 anos de idade, muito desafiante.

A FAMV5 é constituída por um casal com dois filhos rapazes, 11 e 19 anos, pelo que foram influenciados pela menina da fotografia que constava do folheto da *Mundos de Vida*, “-Ter assim uma menina era engraçado!”. O folheto foi trazido da escola pelo filho mais novo. Gradualmente foram refletindo e fazendo pesquisas sobre a ideia de serem FA, de como iria ser o seu desempenho (ela tem experiência profissional no cuidado a idosos reconhecendo diferenças com as crianças) e a experiência, “foi ficando cá dentro o bichinho. A vontade foi despertando”.

O pai do cuidador trabalhou em acolhimento residencial, contando-lhe “Coisas que não agradava a ninguém. Essas crianças iam-se perder.” Entendem que a criança que acolhem precisa mesmo de crescer numa família.

Apenas partilharam a informação com os filhos quando o projeto estava consolidado, o mais novo ficou muito “empolgado – Quero um irmão, vou ter, vai ser um rapaz”, e o mais velho aceitou, oferecendo ajuda. Estabeleceram como limite máximo de idade 12 anos, considerando que “mais novos, fosse mais fácil de controlar”. Ficaram muito satisfeitos com a informação inicial sobre a criança, contudo mais tarde perceberam que ia ser um grande desafio.

O primeiro contacto com a família de origem, foi de empatia, a mãe com um aparente deficit cognitivo “estava muito traumatizada”, pelo que a FA a tentou tranquilizar de imediato, “nós só estamos aqui para o ajudar e a si “. Se pudessem gostariam de ajudar mais a família de origem, prevendo-se que a criança retorne um dia.

A criança teve experiências passadas muito traumatizantes, revelando um comportamento muito instável, com situações “surreais”. Os relatos da criança assustam os cuidadores, “como é que uma criança de cinco anos já viveu isto tudo...?”, envolvem muitos riscos, nomeadamente balas, “bruxedos”, negligência severa, agressões. A FA gostaria de compreendê-la de modo a conseguir ajudá-la mais, muitas vezes sentem-se limitados. Reconhecem o seu contributo na evolução da autonomia e desenvolvimento

da criança, considerando-a ainda pouco, gostariam que fosse mais rápida. Evitam tecer comparações com os próprios filhos, que educaram desde o nascimento. Nesta experiência há avanços e recuos constantes que provocam reflexões nos acolhedores “Em que é que eu estou a falhar?”. O momento mais difícil foi quando a criança agrediu o cuidador no hipermercado, sentindo-se constrangido, pois nunca tal acontecera com os filhos. Quando questionados sobre a vontade de desistir do acolhimento, “Pensamos -Ai meu Deus o que é que eu fui fazer? Como é que eu vou resolver isto? Desistir não! Cem por cento, nunca! Não estamos a lidar com um objeto!”.

Mais do que o cansaço, constatam a desmotivação quotidiana, que rapidamente é reestabelecida, “Basta um sorriso do A (criança acolhida)! Lá se foi tudo... (risos).“ A satisfação da criança em relação à FA também alimenta a motivação para continuar a acolher. Em atividades que consideram simples como ir à praia, denotam que lhe proporcionam felicidade.

Reconhecem o cansaço e desilusão do filho mais novo, que na expectativa de ter um amigo para brincar, acaba por viver com um “menino muito complicado mesmo, muito insubordinado, muito difícil, é um menino muito difícil mesmo”.

Mais do que apoios económicos, sugerem que possa haver direito a mais tempo para acompanhar as crianças em AF, como uma licença no início do acolhimento, bem como para a frequência de consultas médicas, e no apoio escolar. Ambos os cuidadores trabalham a tempo integral, contudo o cuidador tem a facilidade de trabalhar por turnos rotativos.

A família alargada apoiou a decisão de se tornar FA, contudo devido ao comportamento da criança não é um recurso para a FAMV5, apenas o filho mais velho tem capacidade para cuidar sozinho dela.

Com a equipa de acompanhamento têm uma relação de cooperação, pedindo apoio sempre que necessário, inclusivamente sobre aspetos dos próprios filhos.

A FAMV5 prefere não pensar sobre a cessação, prevendo que mantenham o contacto dada a relação cordial que têm com a família de origem. Acredita que não sentirão um vazio pois tem sempre a casa cheia com familiares, amigos e animais.

Relativamente à disponibilidade para continuar a ser FA após a cessação do atual acolhimento, preferem ser cautelosos, e refletir. Concordam que acolher duas crianças em simultâneo pode ser vantajoso, “as crianças entendem-se entre elas”. Questionados sobre “- Se vos contactassem agora?”, respondem “- Se calhar aceitávamos.”

Encerram a entrevista referindo que “Acima de tudo é muito compensador, saber que estamos a fazer bem!”

### **Retrato 6: Família “Ex<sup>7</sup>-Mundos de Vida” (exFAMV)**

A entrevista foi realizada a ambos os cuidadores da exFAMV, no domicílio de modo a evitar deslocações para a família de acolhimento e a observar algumas dinâmicas. O casal trabalha em tempo integral (ele como profissional de tinturaria e ela como técnica de contabilidade), tem dois filhos e tinha deixado de acolher crianças há cerca de um ano e meio. Recebeu durante um mês um casal de irmãos, contudo face ao cansaço, propôs a saída de uma das crianças, contudo o AF acabou por ser cessado pela CPCJ.

O acolhimento familiar foi iniciativa da cuidadora, na verdade o marido nunca quis ser FA (uma toléria, muito trabalho), aceitou para satisfazer a esposa. Apesar de ter ouvido falar sobre a medida de promoção e proteção de crianças na televisão, foi o cartaz e os folhetos da Fundação Mundos de Vida, no percurso diário para o emprego, que a impulsionaram a fazer o contacto inicial. Admite que “sempre gostei de ajudar e tenho sempre muita pena das crianças.” Quando abordou o assunto com o marido, a resposta foi “- Nem pensar!”, mas não desistiu e foi “tentando convencê-lo”, até conseguir “arrastá-lo” à sessão de esclarecimentos. Na sessão viram pessoas conhecidas, o que os entusiasmou mais. Tomaram conhecimento integral da medida, com alguma surpresa, “achava que poderíamos ficar com as crianças, depois de acolher, isso foi um choque para mim”. Ali aperceberam-se “que há pessoas mais interessadas em receber o subsídio que a Segurança Social dá do que em ajudar a criança.” Consideram que das perto de 600 famílias presentes, no final restaram apenas onze candidatas a FA.

---

<sup>7</sup> Esta designação reporta-se às famílias de acolhimento que deixaram de acolher crianças.

Após a inscrição e formação, consideraram que ficaram muito tempo a aguardar contacto para acolher uma criança (três anos), “-Há tantas crianças a querer uma família, e nós estamos anos à espera de uma criança para acolher, não consegui perceber”, o que os levou a pensar que não existissem crianças para serem acolhidas.

Quando foram contactados para receberem um casal (de dois e quatro anos), responderam que apenas pretendiam receber a menina, pois tinham dois filhos rapazes. Sentiram pressão para responder, “tem de ser hoje”, e acabaram por aceitar apesar de terem pré-definido critérios diferentes. O facto de terem dois filhos (três e dez anos) e de acolherem mais duas crianças na primeira infância, com necessidade de muitos cuidados básicos, provocou um grande desgaste no casal. Admitem que o barulho e a correria verificada após o AF “foi um choque. Não sabíamos como lidar com esse tipo de situação.”

O filho mais novo sentiu ciúmes da atenção dada às crianças acolhidas, fazia birras e não queria ir para a o jardim-de-infância, acabando por ser um dos motivos para o casal pedir para ficar apenas com uma das crianças em AF. O filho mais velho, sendo mais reservado não dava feedback, mas sentira a confusão instalada em casa.

Após um mês, data da revisão da medida, o casal sugeriu à equipa técnica que ficassem apenas com o menino e que a menina ficasse com a FA vizinha, mantendo o contacto fraterno quotidianamente. Já tinham iniciado a aproximação gradual. A CPCJ reprovou a proposta e atribuiu a guarda das crianças a uma amiga da progenitora, facto que revoltou a exFAMV. Esta entendeu que não foi salvaguardado o superior interesse das crianças, não houve uma avaliação cuidada da proposta que fizeram nem da amiga da progenitora, uma vez que mais tarde as crianças foram para acolhimento residencial. Os cuidadores sentiram injustiça ao terem de se expor (entrega de documentação, avaliação psicológica, visitas domiciliárias) para serem FA e não acontecer o mesmo à referida senhora.

Elogiam o apoio prestado pela equipa de acompanhamento, nomeadamente a nível material.

A família alargada e os amigos discordaram da decisão de serem FA e alguns membros deixaram de falar com exFAMV, entenderam que seria um acréscimo de trabalho, principalmente para a mãe da cuidadora e que ia contra a vontade do pai. Não

conseguiram recupera a relação que tinham anteriormente, mesmo findo o AF. Apenas tiveram incentivos dos colegas de trabalho do cuidador, “Toda a gente dizia que era uma *toléria*”.

Focam saudosamente o afeto transmitido, a progressão no desenvolvimento e a satisfação que mostravam por estarem com a FA, inclusivamente após a cessação do AF. As crianças atualmente estão em acolhimento residencial, e recebem visitas da exFAMV nas épocas festivas, desejando que as levem para casa novamente.

A cuidadora reconheceu dificuldades na relação com a progenitora numa visita inesperada.

Relativamente à disponibilidade para voltar a acolher crianças no futuro, hesitam, ela deseja, ele pondera um dia fazê-lo, no momento não, principalmente pela idade do filho mais novo.

Sugerem maior divulgação e sensibilização do AF, nomeadamente na televisão, de modo a sociedade que incentive o trabalho desenvolvido pelas FA.

### **Retrato 7: Família “Segurança Social<sup>8</sup>” 1 (FASS1)**

A entrevista foi realizada à cuidadora FASS1, no domicílio, sendo o único membro no momento, uma vez que os filhos se autonomizaram e que o marido faleceu há cerca de um ano. Tem três filhos autónomos que residem nas proximidades, com quem tem contacto quotidiano. Reformada, acolhe um jovem com deficiência auditiva desde os três anos de idade, estando no momento a chegar à adultez. A entidade de acompanhamento é o CDSS do ISS, IP.

A iniciativa de acolher partiu da cuidadora, que ao ir a uma instituição de acolhimento residencial visitar uma menina, deparou-se com uma criança que a cativou. Criou empatia com o “menino muito lindo”, percebendo que naquele espaço existiam poucas condições de conforto e afeto. Pediu para conhecer a mãe, pois gostaria de levá-lo para sua casa. Ficou satisfeita por poder ajudar alguém da sua terra natal, pediu

---

<sup>8</sup> Esta designação reporta-se às famílias de acolhimento cuja seleção, formação e acompanhamento é da responsabilidade do Instituto da Segurança Social, I.P.

autorização à mãe e a resposta foi positiva. Desconhecia o enquadramento legal do AF. Apenas no decurso do acolhimento, foi informada que poderia usufruir de apoio económico.

Quando o marido chegou a casa, deparou-se com a criança, questionando a situação, contudo como “Ele como gostava muito de velhinhos e crianças, não se importou”. Os filhos também aceitaram, “Tudo se começou a acarinhar ao menino”.

A experiência do AF é enriquecedora, com benefícios para a criança e para a FA, “Sinto-me bem ao estar a fazer este menino feliz. Ele transmite felicidade, mesmo no sorriso, na maneira de ser, de lidar comigo”.

De modo a promover a integração e igualdade de oportunidades à criança com deficiência auditiva, a cuidadora consegue terapias, consultas, transporte, atividades lúdico-pedagógicas. A FASS1 dá grande importância à igualdade de tratamento, apoiando-o no estudo, transitou sempre, e “Era o único menino surdo que andava no andebol”, criando estratégias para proteger o jovem devido às limitações que tem. Pensando no futuro, criou uma conta poupança para a criança tirar a carta de condução e os filhos colaboram, oferecendo um carro e estão a orientá-lo nos estudos, e para que consiga um emprego.

A relação entre os filhos e a criança acolhida é de fraternidade, a criança é tratada como o irmão mais novo. A cuidadora admite que quando eram mais novos poderia existir algum ciúme da parte dos filhos, então explicava, “eu sou igual, ele não tem cá a mãe”.

Com a família de origem mantem uma relação de ajuda, tratando-a como se fossem uma grande família, família alargada, dando apoio económico, alimentar e partilhando momentos especiais.

Considera que há FA que têm motivações económicas, mas que é preciso um especial carinho, “como uma verdadeira família”, para o bem-estar da criança e para o sucesso do AF. Admite que a despesa é muito superior ao valor que recebe, nomeadamente em termos de saúde devido à deficiência. Conta com o apoio de amigos e da família que oferecem alguns presentes. Está reformada, antes era doméstica contava apenas com o salário do marido, “tinha um bom salário”, como chefe dos serviços sociais de uma entidade privada. No passado trabalhou numa instituição de

acolhimento residencial, “com meninos abandonados. Era um grande colégio, até me arrepio. Eu tinha de lhe bater e lavar em água gelada, quando faziam xixi na cama, há 35 anos”.

Sobre a possibilidade de desistir do AF, “Não. Para a instituição nunca! E para a família também não. Não é que o estimassem mal, mas não há regras”.

Sugere que no AF haja mais supervisão com visitas domiciliárias e mais acompanhamento dos técnicos às FA e às crianças. Sugere ainda maior divulgação da medida, e mais incentivos e benefícios fiscais e económicos para as FA.

No futuro prevê que o jovem se mantenha com a FASS1, inclusivamente depois da sua autonomização, como se de um filho se tratasse. Acredita que não se sentirá sozinha com saída do jovem de casa, pois tem a companhia dos filhos e netos. Não pretende continuar a ser FA, essencialmente pela idade da cuidadora.

### **Retrato 8: Família “Segurança Social” 2 (FASS2)**

A entrevista foi realizada a ambos os cuidadores da FASS2, no domicílio. O cuidador, reformado, ajuda o filho nas empresas e a cuidadora é doméstica. No momento os três filhos são autónomos e acolhe dois jovens (12 e 16 anos) com deficiência. No total já acolheu oito crianças, por vezes três em simultâneo, sendo que algumas não estavam enquadradas numa medida de promoção e proteção infantil. A entidade de acompanhamento é o CDSS do ISS, IP.

O processo de AF da FASS2 é “É uma história muito bonita! É um compromisso.” A cuidadora assumiu o compromisso com ela própria que “se algum dia pudesse fazer bem a alguém, ia fazer! A minha promessa, estou a cumpri-la”, após perceber que o filho com deficiência auditiva não estava bem na FA em que se encontrava integrado devido à distância da escola que frequentava. Um dia a cuidadora recebe o pedido do filho com surpresa, “-Porque não compras uma casa em Braga?”, queria estar perto da família. O pedido foi sonante pois ela própria foi privada do convívio materno por falecimento, tinha um ano de idade. Tinha “berço de ouro”, mas “faltou-me o melhor que poderia haver, o amor de mãe!”, admite que “A minha vocação

vem de eu nunca ter mãe. Nunca sentir o que era um amor de mãe. O AF é um projeto que é preconizado essencialmente pela cuidadora, “Nunca me puseram nenhum entrave, nunca, nunca, nunca, nem o marido nem os filhos, sempre me ajudaram, me apoiaram. Sabem que eu gosto das crianças.”.

Os primeiros acolhimentos foram de outras crianças com deficiência auditiva, chegaram a convite da assistente social do colégio que estava na vizinhança, “-Ó D. Z, estão aqui dois irmãos, a mãe anda atrapalhada, não tem ama, você aqui tão pertinho podia tomar conta deles.” Os seguintes também foram propostos por técnicos e foi aceitando. Após o acolhimento mantem-se na FASS2 até à autonomização, com exceção de uma criança com doença mental que foi internada numa casa de saúde. Mantem o contacto com as crianças após a cessação, excetuando uma. São agora adultos, comunicam por telefone e estão presentes nas datas festivas.

O afeto e das alegrias que as crianças proporcionam são o mais positivo e compensador da experiência.

O cuidador está muitas vezes ausente, por questões laborais, e preferindo manter-se na retaguarda, colaborando mais nas atividades lúdicas do que nas regras, “Eu ando fugido... (sorriso).” Contudo a esposa admite que “Faz a eles aquilo que não fazia aos filhos“. Ela é doméstica, cuidando temporariamente do pai doente e da quinta agrícola. Teve um emprego em tempo parcial que deixou há vários anos.

Os filhos são um recurso, oferecem alguns presentes com bens necessários, auxiliam no apoio escolar e nas idas a consultas.

Raramente contacta com as famílias de origem, por não contactarem com as crianças ou por sugestão dos técnicos no sentido da proteção.

Sugerem que as despesas com as crianças sejam comparticipadas, como aconteceu no passado, atualmente entendem que a “FA está muito mal paga!”, pois as crianças que acolhem carecem de consultas de pedopsiquiatria, medicação, entre outras. Tecem comparações com as instituições, “dão 700€ por cada um”. Desconfiam das instituições, acreditando que não são o espaço adequado para uma criança crescer, conhecem uma pessoa que trabalhou numa e relata que “viu coisas que só Deus sabe”. Nas instituições as crianças não têm o carinho que recebem no AF porque aquelas “têm 20, 30, 40 até mais. Nas FA têm 2 ou 3.” Hesitam em relação ao desempenho de outras

FA, considerando que dão o seu melhor, “Se há FA melhores do que eu duvido! Iguais a mim, pode haver... mais fracas, é natural!”.

A cuidadora não tem a certeza de ter capacidades para chegar ao fim dos atuais acolhimentos, a família, preocupada com a saúde dela, desincentiva-a a continuar. Percebem o cansaço, ainda que ela considere que não é provocado pelo AF mas sim pelo apoio que vai dando à família. Desvaloriza a indisciplina das crianças, crendo que faz o comportamento é natural e que parte do papel de educador. O tempo que gasta com as crianças é o que despenderia num emprego, são opções de vida. Sugere que os técnicos acompanhem mais as crianças.

No futuro não pretendem receber mais nenhuma criança, a cuidadora sentem o peso dos 62 anos. Terá a companhia dos filhos e dos netos.

### **Retrato 9: Família “Segurança Social” 3 (FASS3)**

A entrevista narrativa foi realizada a ambos os cuidadores da FASS3, no espaço da entidade de enquadramento. O cuidador é optometrista e a cuidadora está atualmente desempregada pretendendo trabalhar a curto prazo. O casal adotou uma criança que estava em acolhimento residencial, e criando relação com a irmã biológica portadora de deficiência, mais tarde passaram a acolhê-la no âmbito do AF. Decorreram três anos, com momentos muito difíceis e instáveis que colocam em causa a continuidade futura deste acolhimento. A entidade de acompanhamento é um CDSS, do ISS,IP.

Aquando do decorrer do processo de adoção da filha, o casal foi informado que esta tinha uma irmã biológica, de 12 anos, e que dado ser portadora de deficiência seria difícil ser adotada. Entenderam que a irmã “não tinha noção do que se passaria em volta dela, que era completamente dependente”. Na véspera da efetivação da adoção conheceram a irmã da filha e perceberam que os laços fraternos eram muito profundos. No passado, esta criança tinha sido a cuidadora principal para a sobrevivência da sua filha.

Quando levaram a filha para casa, mostrou-se feliz durante o primeiro mês. O afastamento face à irmã estava na origem da tristeza, pelo que o casal quis satisfazê-la e

agendaram um encontro com o auxílio dos serviços. Foi uma surpresa perceber as capacidades da criança, “Não tinha nada a ver com as características... andava, tinha raciocínio próprio, era *super* inteligente da forma como comunicava.” De imediato se levantou a questão, “-E agora?! Íamos separar duas irmãs?”. Não queriam separá-las. Os contactos foram-se intensificando, com passeios, férias e mais tarde todos os fins-de-semana eram passados com a família. Quando a menina precisou de ser transferida de instituição, o casal mobilizou-se para que ficasse na instituição vizinha de modo a manterem a frequência do contacto. Notavam que a filha carecia da presença da irmã, e gostaria que lhe fosse proporcionada a mesma sorte que teve, “Se passasse muito tempo sem ver a irmã perdia o interesse pelas coisas ficava muito desanimada”, mas também os motivava perceberem que estavam a ajudar outra criança.

A criança que gradualmente foram acolhendo precisa de cuidados especiais que consideram que não conseguem assegurar sozinhos, quer por apresentarem alguma debilidade em termos de saúde, quer pelas despesas e disponibilidade que implicaria nomeadamente em terapias várias, equipamentos técnicos e consultas frequentes, “como adoção era impossível”, mas querem e conseguem ajudar. Juridicamente foi proposto o enquadramento no AF, situação atípica mas que parecia ajustar-se àquela realidade, “se houver alguma situação que se ponha aqui, há sempre uma salvaguarda”.

Conseguiram promover uma grande autonomia da criança, “muitas coisas que ela precisava de ajuda de alguém para fazer, hoje em dia faz completamente”, o que lhes confere grande gratificação, uma vez que os serviços a consideraram impossível. A progressão e alguns momentos felizes vão compensando a experiência, atenuando os aspetos negativos. Verificaram-se alguns episódios de conflitos graves, com agressões verbais e físicas quer à cuidadora quer à filha, com “ataques tão furiosos” (o cuidador está mais na retaguarda devido ao horário laboral). O pior de todos foi “quando entrou a polícia lá em casa (devido ao descontrolo agressivo da criança) e a tiveram que prender. Eu disse ao meu marido -Se não desistes, desisto eu”. Desejavam “-Alguém tem que acreditar no que está a acontecer”, mas não obtinham compreensão da parte da equipa técnica. A equipa parece-lhes sobreproteger a criança, devido à deficiência, impulsionando-a a continuar com o comportamento desviante. Deveriam ser os técnicos a intervir e a alertar que o “comportamento é inadmissível”. Um dia a cuidadora disse à criança que “vou desistir de ti, eu não aguento mais”, e então passou a verificar alterações comportamentais positivas, que conduziram o casal a manter o acolhimento

até à atualidade. A estratégia que usa é o afastamento emocional, “Se houver esse contacto de carinho, a A (criança acolhida) começa a agredir”.

Consideram que a criança não mostra as reais capacidades com o objetivo de exigir mais atenção e compaixão dos adultos argumentando com a deficiência, pois em determinados momentos observam-na a executar bem as tarefas. Em várias situações os cuidadores sentiram-se acusados, “um apontar de dedos”, da parte dos técnicos. O casal sente dificuldade na articulação com os serviços, complementarmente, no que toca a respostas sociais, o transporte e o acompanhamento no horário pós-letivo, gostaria que os técnicos agissem com mais celeridade, empatia e desburocratizados. Sugerem que a FA tivesse mais poder de decisão (ex. Viagens ao estrangeiro) e benefícios fiscais e económicos. A cuidadora está temporariamente desempregada, questionando onde ficará a jovem quando retomar o emprego.

A família alargada e os amigos felicitam a decisão do casal ser FA, tratando a criança como se fosse efetivamente da família, apesar de não poderem ser um recurso frequente.

Não há arrependimentos na decisão de avançar com o acolhimento da criança, com atributos e necessidades muito especiais. Pretendem ficar sempre com a criança considerando que o seu comportamento se mantenha adequado. A FASS3 vê com agrado a ideia de um dia acolher uma criança no regular enquadramento legal do AF.

### **Retrato 10: Família “Ex-CPCJ<sup>9</sup>” (exFACPCJ)**

A entrevista foi realizada a ambos os cuidadores, na presença das duas filhas de 6 e 19 anos de idade. A exFACPCJ acolheu uma jovem de quinze anos, pelo período de dois anos, tendo o acolhimento cessação por iniciativa da jovem. Pondera ser família de acolhimento no futuro, após a autonomização da filha, uma vez que jamais aceitaria.

---

<sup>9</sup> Esta designação reporta-se às famílias de acolhimento cuja seleção, formação e acompanhamento é da responsabilidade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e que deixaram de acolher crianças.

O casal leciona no contexto escolar há alguns anos, criando uma relação de proximidade com os jovens alunos, ajudando e aconselhando em várias situações, “entrego-me”. Determinado dia ao chegar ao serviço, a cuidadora recebe a informação de que uma das alunas, 15 anos, e os irmãos tinham sido retirados do contexto familiar devido aos maus-tratos da progenitora. A escola contactou a equipa da CPCJ e pediu que a aluna frequentasse uma atividade externa previamente agendada. Ao estar com a jovem, a cuidadora questionou-a se gostava de viver com ela, obtendo uma resposta positiva. A jovem “ficou radiante” com o convite pelo que a cuidadora no impulso telefonou à ao marido a fazer a proposta, nem esperou chegar a em casa. Reconhece que “Já tinha falado que gostaria de ser FA”. O marido não hesitou, desconhecendo a jovem, conhecia bem a realidade do contexto.

Após avaliação técnica, procedeu-se à formalização do acolhimento. Só mais tarde foram informados que deveriam fazer um pedido judicial para “ter ajudas”. Não receberam qualquer apoio económico ou social, não obstante satisfazerem todas as necessidades da jovem. Entendem que todo o processo foi mal conduzido pela equipa técnica. Considerando que a técnica de acompanhamento do processo criou uma relação de demasiado íntima com a FA, com a jovem e o irmão. Passou a ser uma amiga da família e da jovem e esteve perto de ser namorada do irmão. “Nunca houve um acompanhamento (...) profissionalismo”.

A FACPCJ sentiu-se acusada em vários momentos, sem a auscultarem validaram sempre a informação distorcida que era partilhada pela jovem. Sugerem mais supervisão no terreno, mais rigor nas avaliações técnicas, informação e acompanhamento.

Tinham projetos definidos para lhe proporcionarem um percurso de vida mais estável, passando pela formação profissional e desenvolvimento pessoal, ficando “até constituir família”, “ajudar a ser uma mulher!”. Contudo ao ouvirem a jovem dizer “estou farta”, sentiram que o esforço e dedicação não estavam a ser reconhecidos pela jovem, e responderam “se estás farta, vamos tratar disso, vamos falar com a Dra. e vais embora”. Acreditam que a foi influenciada pela técnica e pelos colegas do recente emprego, sentir-se-ia capaz de se autonomizar para viver sem as regras familiares. Mais tarde perceberam que a jovem estava arrependida mas a mágoa não permitiu que se reaproximassem, apesar das tentativas, “deixa mensagens no meu *facebook* e eu nunca respondi”.

A família de acolhimento tentou que a jovem mantivesse a vida que tinha nos moldes possíveis, mantendo o contacto frequente com os irmãos e as rotinas escolares.

Inicialmente a jovem e as filhas tinham uma relação “como irmãs”.

O acolhimento de uma criança em situação de desproteção, levou a cuidadora a querer compensá-la pelo que não teve e a deixar para segundo plano a filha, “Esqueci-me um bocado da minha filha”. A experiência do AF impulsionou a filha mais velha a ingressar no curso de Serviço Social, de modo a intervir em situações análogas.

A família alargada e os amigos receberam a jovem como da família, não obstante no primeiro impacto dizerem que os cuidadores eram “doidos por porém uma miúda na nossa casa já com 15 anos”.

O acolhimento familiar foi uma vivência gratificante, “éramos uma família!”, pela satisfação em ver a felicidade da jovem ao lhe serem proporcionadas experiências únicas, como frequentar pela primeira vez um casamento. Não há arrependimentos apesar da mágoa com a rutura, “Para nós foi enriquecedor”, sentindo-se mais capazes para ajudar outros jovens.

Os cuidadores consideram possível acolher outras crianças no futuro, contudo apenas após a autonomização da filha mais velha, considerando que esta não aceita.

## **6.2 – O Processo de Construção da Motivação para Ser Família de Acolhimento**

A voz das famílias de acolhimento foi recolhida através de narrativas considerando a variação máxima e o contexto anteriormente retratado. Não interessaram tanto os percursos familiares individuais, mas sim o resultado das relações entre categorias e subcategorias analíticas que foram emergindo ao longo do procedimento de análise das entrevistas dos participantes. Estas ilustram os processos vivenciados pelas famílias de acolhimento, desde as fases prévias ao acolhimento familiar até ao momento de realização da entrevista. “A palavra é um mundo de significações e relações. As falas

incorporam um *logos* nas formas de expressão, verbalizam intenções de significado.” (Pais, 1999: 22).

### *A Predisposição para o Acolhimento Familiar*

A predisposição para ser família de acolhimento parece surgir associada quer ao afeto por crianças, quer ao contacto com contextos de desproteção infantil.

Tende a haver entre os acolhedores entrevistados uma preocupação e afeto por crianças, o desejo do convívio de perto com elas, pois dizem gostar muito de crianças.

“essencialmente porque eu gosto muito de crianças e fui habituada a ter sempre crianças em casa.” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

“Gosto muito de crianças, gosto muito de dar carinho, gosto de ajudar”. (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

Revelam ter dificuldade em se imaginarem sem crianças, consistindo num estado frequente. Todos têm filhos, e inclusivamente os casais com apenas um filho, relacionam-se constantemente com crianças amigas dos filhos, filhas de amigos ou familiares, doutrinandos, alunos, entre outras.

Por outro lado, o contacto dos cuidadores com os contextos de acolhimento residencial de crianças, estabelecimentos escolares ou outros pontos de maior frequência infantil nos quais a prevalência de crianças em risco se torna mais evidente é frequente. A convivência com situações de desproteção infantil, tende a criar maior sensibilidade e alimentar a predisposição para ajudar e cuidar de crianças.

O contacto direto ou indireto com crianças em situação de vulnerabilidade em contexto de acolhimento residencial teve lugar nos casos das famílias FASS1, FASS3, FASS2 e FAMV5.

A cuidadora da FASS1 ao visitar uma instituição de acolhimento residencial, deparou-se com condições muito precárias com pouco conforto, encantando-se com um menino, “uma criança linda” que entendia não poder ficar em tais condições, pelo que agiu de imediato no sentido de o levar para casa, para lhe proporcionar mais conforto,

“aquilo era muito frio... e vi este menino muito lindo, muito lindo. Eu olhei para ele e depois ouvi dizer... as condições ali, não havia... era tudo muito frio para os meninos. (...) achei que o menino não estava bem.” (cuidadora da FASS1, reformada).

Nas FASS1 e FASS3, a empatia com as fracas condições existentes nas instituições é imediata, focam-se numa das crianças e pensam o que poderiam fazer para ajudar aquela criança em concreto. No caso da FASS3, após a adoção da filha, os cuidadores perceberam conjuntamente que poderiam fazer a diferença na vida da irmã, que também estava acolhida numa instituição. Paralelamente poderiam proporcionar satisfação à filha adotiva que tinha uma relação muito estreita com a irmã e que estava a sofrer com a sua ausência. Entenderam que manter o contacto com entre irmã biológicas era importante para o bem-estar da filha adotiva e da outra criança,

“No primeiro impacto, ficámos assim... *-E agora?! Íamos separar duas irmãs? E também pela A, fazia-me imensa confusão separar duas irmãs (...)* - *O que podemos fazer mais para ajudá-la?* Nunca pusemos a hipótese de colocá-la logo em casa. Foi - *O que podemos fazer para ajudá-la, temos capacidade para mais!*” (Cuidadores da FAMV3, desempregada, 41 anos e optometrista, 39 anos).

Nas FASS2 e FAMV5, o conhecimento da realidade da fragilidade infantil chega pela experiência de um familiar próximo que trabalhou no âmbito do acolhimento residencial. As famílias mostram-se sensíveis com os relatos de terceiros,

“Eu tenho uma pessoa de família que estagiou numa instituição e viu lá muita coisa.” (cuidadora da FASS2, doméstica de 62 anos).

“- Acho que nas instituições acabam por... Sou suspeito, o meu pai trabalhou durante muito tempo numa instituição e contava situações que fui gravando. Situações pesadas, e eram instituições de freiras. Coisas que não agradavam a ninguém. Essas crianças iam-se perder.  
- Nunca o A (criança acolhida pela FAMV5) conseguiria ir para uma instituição.” (cuidadores da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos e electricista, 45 anos).

A FAMV2 e a ex-FACPCJ trabalham em estabelecimentos escolares, com muitas crianças, muitas carecendo de intervenção social:

“eu ando nas escolas todas e vejo várias situações de crianças e há certas situações que me incomodam muito, mesmo muito. Há crianças muito carenciadas.” (cuidadora da FAMV2, assistente operacional em escolas, 41 anos).

A cuidadora sente-se incomodada com as necessidades que vê, querendo agir para provocar a mudança nas crianças, na sociedade. O quotidiano profissional cheio de estímulos, mexe com os sentimentos da cuidadora, complementarmente, o pedido que

chega do filho biológico para acolher uma criança, criando paralelamente empatia e comparações, fomenta a iniciativa de candidatura a família de acolhimento.

“o meu filho, tem onze anos, andava na quarta classe, chegou a casa com um panfleto *Precisam-se de Abraços*, e disse-me -*A professora disse que todos os pais deveriam pensar em acolher porque as crianças precisam de uma família e de serem felizes. -Pois precisam, Y, e a mãe sabe disso, porque a mãe trabalha com meninos e vê isso no dia-a-dia, infelizmente.* Aquilo ficou-me na ideia, então liguei para a Mundos de Vida.” (cuidadora da FAMV2, assistente operacional em escolas com 41 anos).

Análoga é a experiência da exFACPCJ, na qual ambos os cuidadores, formadores de profissão, se sentem interpelados pelo que observam na escola onde trabalham,

“(…) identificamo-nos com eles, mexe um bocado... cá dentro. (...) tinha a turma toda à minha espera a dizer -*Foi hoje que ela os matou, foi hoje que ela os matou! Ó professora, esta noite a polícia foi a casa da mãe da A e foram todos retirados à mãe e ninguém sabe onde é que eles estão.* (...)”

Sentem que são um recurso para os jovens com quem trabalham, são adultos ao dispor, não ficariam bem se não atendessem aos pedidos que recebem. O contexto tornou-os mais sensíveis, solicitados e ativistas,

“Dou formação a jovens e fez-me uma abertura maior, eles vêm-me como uma pessoa que está ali para os ajudar. Tenho miúdos que vêm ao meu encontro. Deixei de dar formação, mas são meus amigos, entrego-me. A experiência foi boa nesse aspeto, abertura para os jovens que precisam do nosso apoio, não estou ali para os criticar.” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha com 38 e 39 anos).

A cuidadora da FAMV3 foi catequista de crianças, e apesar de não verbalizar situações de desproteção, sempre conviveu com grupos infantis, reforçando o afeto que sente pelas crianças.

### ***A Valorização da Instituição Família***

Os cuidadores entendem que como medida de promoção e proteção infantil, o acolhimento familiar é mais personalizado, individualizado, afetuoso e adequado para uma criança do que o acolhimento residencial. Como referido, frequentemente conhecem a realidade residencial ou têm pessoas próximas que trabalharam em instituições, argumentando que as crianças têm menos conforto e atenção:

“Eu acho que uma criança numa família de acolhimento está muito melhor que numa instituição, tem mais carinho, mais tudo do que numa instituição. Numa instituição são muitos e não se pode estar a dar a atenção necessária a cada um.” (cuidadora da FAMV2, assistente operacional em escolas, 41 anos).

Defendem que as crianças devem ter direito a crescer em família, sustentando que o acompanhamento numa residência de acolhimento é diferente daquele que uma família pode e deve dar a uma criança. Tal aspeto remete para a imagem social do acolhimento residencial. Os cuidadores esforçam-se para a que a criança não fique colocada numa instituição, mesmo quando o acolhimento se reveste de aspetos mais críticos e ocorrem períodos ou episódios geradores de desmotivação. A prioridade é o bem-estar da criança, que entendem dever crescer numa família que lhe assegure o desenvolvimento adequado. Os participantes valorizam a instituição família e a sua família concretamente, aparentando dedicar-se-lhe grandemente. Cuidar da casa, dos filhos e do marido, em lugar de ter um emprego, conjugado com o acolhimento familiar de crianças é a preferência de muitas famílias. É uma via de ter mais tempo para a família. O marido e os filhos ficam também satisfeitos com a presença contínua da cuidadora principal na casa de morada de família.

“o sonho da minha família é ter sempre a mãe ou a esposa em casa. (...) Claro que é juntar o útil ao agradável (ficar em casa e ter crianças acolhidas). O meu marido adora crianças e a minha filha também. Juntar as duas coisas é uma maravilha.” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

Criam empatia com a criança que está afastada da família de origem, por valorizarem a família e entenderem que não queriam não é uma posição confortável, não gostaria de estar no seu lugar. Revelam sensibilidade e sentimentos de proteção. No FASS2, a cuidadora principal foi privada da relação materna após o falecimento da progenitora. Perdeu a mãe. Sentiu que teve acesso aos cuidados básicos, mas que lhe faltou o mais importante, a mãe e uma família:

“Fiquei sem mãe com um ano, fui criada num berço de ouro, estudei num colégio, não me faltou nada, mas faltou-me o melhor que poderia haver, o amor de mãe! A minha tia era tia de sangue, é, mas não era minha mãe, era minha amiga, mas não era minha mãe.” (cuidadora da FASS2, doméstica, 62 anos).

A FASS3 não quis privar a filha adotiva da irmã biológica, acolhendo a irmã ainda que portadora de deficiência motora, com várias limitações.

“Fomos informados que havia uma grande ligação uma com a outra. (...) -E agora?! Íamos separar duas irmãs?” (Cuidadores da FAMV3, desempregada, 41 anos e optometrista, 39 anos).

Enfatizam igualmente a valorização da família quando promovem a manutenção dos laços da criança com a família de origem, pais, irmãos, avós, tios.

“-Então aproveitamos o dia da família para estares com a tua irmã e com a tua avó e depois temos os outros dias para mim.” (discurso da cuidadora da FAMV1, cabeleireira de 51 anos para a criança acolhida, referente ao período de férias de Natal).

“Dávamo-nos bem com a D.ra, para que a A (criança acolhida) não se afastasse dos irmãos, era uma família. Queríamos que a A. não se desligasse da família (biológica).” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

“-Mas você às vezes diz-me que boa ou fraca, é a minha mãe. Eu tenho que lhe dizer isso porque ela é que é a mãe dele.” (cuidadora da FASS2, doméstica de 62 anos).

Fazem esforços para cumprir o regime de visitas e para desculpar o incumprimento dos pais. Tentam ajudar a família, capacitando-a com sugestões e estratégias educativas, pensando no retorno da criança. Uma família capaz pode dar o cuidado que a criança precisa para crescer saudável. Uma boa relação com a família de origem pode garantir a o bem-estar da criança aquando do regresso e a manutenção do contacto com a criança após a cessação. Em alguns casos, quase se transformam numa grande família, com convívios em que todos participam.

“Eles (família de origem) vêm cá, comem aqui (em casa da FA). Apetece-lhes vir a Braga, ligam-me, eu acolho-os aqui como se fosse uma família.” (cuidadora da FASS1, reformada).

As famílias de acolhimento tendem a promover um tratamento familiar nas relações que estabelecem. A criança é tratada como mais um elemento da família, como mais um/a filho/a, quer pela FA, quer pelos seus amigos e família alargada:

“é uma família, uma autêntica família” (cuidadora da FASS1, reformada).

Os afetos e os presentes são trocados como numa relação consanguínea, sem fazer diferenciação entre os filhos biológicos e as crianças acolhidas. A família alargada (com exceção de um caso) vê na criança uma fonte de alegria, mostrando-se satisfeita com o facto dos familiares se terem tornado família de acolhimento:

“a minha mãe tem oitenta e dois anos, mas adora o pequenino. O meu pai infelizmente não vê, mas gosta de pegar nele, e depois começa a fazer-lhe coisas e ele ri-se e o meu pai fica feliz, foi uma autoestima para o meu pai, porque estava a entrar em depressão por perder a visão. O menino veio-lhe trazer alegria apesar de não o ver” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

A família de acolhimento tende a tratar a criança como trata os filhos também em matéria do percurso académico e profissional futuro aquando da autonomização.

“Tive um filho e agora tenho muitos. Eles para mim, são como meus filhos. Pelos meninos... é como se fossem meus filhos. Se ficam doentes, eu fico doente” (cuidadora da FAMV4, doméstica com 44 anos).

“Eu dava-lhe muito carinho, muito carinho, sem abandonar os meus filhos. Quando a pessoa se acarinha, isto é uma FA, mas é uma família (...) Eu sou a própria a meter-lhe um saco quente na cama, porquê? Ele é um homem, quente! Faço o que faço às minhas netas.” (cuidadora da FASS1, reformada).

“- tirou o curso de pasteleiro, arranjei-lhe emprego.” (cuidadora da FASS2, doméstica de 62 anos).

“Com ajudas, sem ajudas, íamos ajudar a A a crescer, a ser uma mulher, a ter uma profissão. Ela tinha tirado um curso, acabou o 9º ano, foi matricular-se na escola secundária para ser alguém. O nosso intuito sempre foi que a A tivesse uma carreira, com os pés na terra, ser uma mulher!” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

As famílias de acolhimento entrevistadas constroem vínculos fortes com a criança que acolhem, por isso gostariam que esta permanecesse com a FA até à autonomização, com uma adulez consolidada e bem estruturada. Querem proteger a criança até que possa ser emancipada, depender apenas dela própria, autodefender-se e ainda assim ir mantendo contacto com a FA, como acontece com os filhos autónomos.

“Preocupo-me (com o regresso à família de origem após ter acolhido as duas meninas) porque elas não têm futuro, estão... um dia se não saem de lá, não têm futuro. Muito magrinhas, eram lindas e são. A cara já não era a mesma, depois de dois anos, fiquei muito chocada, porque não estavam bem. Se elas tivessem ido para o pai e para a ti mas estivessem bem...” (cuidadora da FAMV4, doméstica, 44 anos).

### ***Ambição de Realizar Desejos Pessoais***

A motivação para o acolhimento familiar pode passar pela vontade de realizar um sonho não concretizado. Algumas cuidadoras admitem que o AF pode representar a possibilidade de terem uma filha, do sexo feminino, considerando que apenas tiveram filhos;

“A menina... a menina que eu nunca tive, não sei se me está a entender... Tenho um menino, nunca quis ter mais” (cuidadora da FAMV4, doméstica, 44 anos).

“foi através do cartaz com uma menina de totós. Nós temos dois rapazes, e começou por aí a brincadeira -*Ter assim uma menina era engraçado!*” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

Não obstante, aceitam e acolhem também crianças do sexo masculino, tendo a colaboração dos filhos nos cuidados à criança acolhida. A FAMV4, com longa experiência como cuidadora, recebeu várias crianças de ambos os sexos não aparentando diferenciação no tratamento, percebendo-se contudo um grande afeto pelas meninas, refletido num saudoso brilho no olhar, ao recordar alguns episódios. A FAMV5 vivencia um acolhimento difícil, caracterizado por uma criança, rapaz, muito desafiante, deixando em aberto a eventualidade de o acolhimento de uma menina poder ter trazido mais conforto à família de acolhimento.

Verificam-se casos em que a família de acolhimento apenas tem um filho, como as FAMV2, FAMV3, FAMV4 e FASS3, pelo que a criança parece compensar a ausência de outros filhos, e conjuntamente também representam para os filhos uma relação fraterna, como o irmão que nunca tiveram.

“Tenho só uma filha, mas a casa ao fim-de-semana e nas férias estava sempre cheia, porque as amigas vinham para aqui e pernoitavam cá. Gosto muito de crianças (...). O meu marido adora crianças e a minha filha também. (...) Das semanas dela ainda quer comprar presentinhos para eles, eu é que não permito.” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

“a menina que eu nunca tive, não sei se me está a entender... tenho um menino, nunca quis ter mais. (...) Eu pensei -*Um filho posso sustentar, mais é difícil*. Foi sempre o meu pensamento, um filho mesmo que corra mal o casamento, posso trabalhar e posso cuidar dele. (...) Eu tive um filho, e agora tenho muitos. Eles são todos meus.” (cuidadora da FAMV4, doméstica, 44 anos).

A cuidadora da FASS2 traz consigo a mágoa de ter crescido com a privação da figura materna, tentando compensar nas crianças que acolhe, a ausência da mãe. Não podendo realizar o seu sonho diretamente, projeta-o em outras crianças que partilharão o mesmo desejo, pois como referido anteriormente há grande valorização familiar.

“A minha vocação vem de eu nunca ter mãe. Nunca sentir o que era o amor de mãe.” (cuidadora da FASS2, doméstica de 62 anos).

O acolhimento familiar como referido anteriormente representa para a FAMV3 o desejo de ter a presença da mãe e esposa a tempo integral em casa.

“o sonho da minha família é ter sempre a mãe ou a esposa em casa.”. (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

### *A Descoberta do Acolhimento Familiar*

A forma de descoberta do acolhimento familiar apresenta variações históricas e geográficas. A população abrangida pela intervenção da Associação Mundos de Vida, desde a sua génese, parece conhecer a existência da medida e o seu funcionamento muito superficialmente. A restante população aparenta ter um maior desconhecimento.

Os cidadãos da área de intervenção da Associação Mundos de Vida envolvidos no AF detêm algum saber prévio sobre a medida, por força de um caso que conhecem ou de anúncios que visualizaram. Contudo, esse conhecimento requer um aprofundamento esclarecedor de todo o processo. A divulgação efetuada pela instituição comporta vários instrumentos, como folhetos, *outdoors*, anúncios televisivos, entre outros. As famílias podem encontrar folhetos em hipermercados e em escolas, fruto de campanhas de sensibilização e angariação. As pessoas já despertas para a desproteção infantil, ao receberem estímulos visuais em grandes cartazes localizados nos seus percurso diário e em lojas que frequentam habitualmente, ficam atentas despertando nelas uma vontade que parece já intrínseca: a predisposição para o AF. A sensibilidade parece aumentar. Verifica-se um processo de amadurecimento da ideia até tomarem a decisão final de proceder à candidatura a família de acolhimento.

“Começámos a ler o folheto. Foi o X que trouxe da escola, o meu filho mais novo. Na altura coloquei no frigorífico. Ficámos algumas vezes a olhar. Entretanto tivemos interesse em procurar mais coisas, começámos a ler com mais pormenor. Eu trabalho com idosos, a minha saúde está um bocado... “-Será que eu me dava com crianças que não fossem as minhas? (...) Com os testemunhos, os exemplos, foi ficando cá dentro o bichinho. A vontade foi despertando”. (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

O conhecimento da medida do acolhimento familiar surge muitas vezes através de um filho que traz informação da escola. Receber informação pelo filho aparenta ser mais sensibilizador e impulsionador para proceder à iniciativa de contactar os serviços e averiguar o procedimento de candidatura. A novidade soa em jeito de pedido do próprio filho, que se mostra sensibilizado para ajudar uma criança:

“(...) ele virou-se para mim e para o meu marido e disse: *-Mãe porque é que nós não vamos adotar uma criança pretinha?*”.

Os pais, democráticos, querem dar resposta aos pedidos dos filhos, e querem dar exemplo de solidariedade e de valores humanitários. Há orgulho nos valores que transmitem aos filhos. Denota-se um efeito pedagógico nos filhos. Pais altruístas, filhos altruístas. No decorrer do acolhimento todos colaborarão.

Uma grande franja da sociedade desconhecerá a possibilidade de as crianças retiradas do contexto familiar de origem, terem o direito de crescer numa outra família, preparada e acompanhada por técnicos especializados. Vários participantes sugerem uma maior divulgação do acolhimento familiar na nossa sociedade, com o aumento da visibilidade através de campanhas nomeadamente nos meios de comunicação social. Acreditam que esta é a forma de se angariarem mais candidatos a família de acolhimento e ainda um meio de a população valorizar e incentivar as FA que estão ativas. O caso da exFAMV mostra que o desconhecimento pode levar ao desagrado e portanto à desvalorização do papel dos cuidadores.

Algumas famílias começaram a acolher uma criança ignorando os direitos de serem legalmente enquadradas como famílias de acolhimento, nomeadamente no que respeita ao apoio financeiro, como no caso das FASS1, FASS3, exFACPCJ.

“Só depois é que me disseram - *Pode-se meter como FA, -Que bom. (...) Eu estive com a D.ra e disse-lhe -Disseram-me que me posso meter como FA*” (cuidadora da FASS1, reformada).

“Gostávamos de ser mais esclarecidos acerca das ajudas, deveríamos ser mais esclarecidos. Não fomos esclarecidos, os direitos que tínhamos, falta comunicação sobre o que poderíamos ter, mas não faltou nada à A.” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

No caso da FASS3, o AF surgiu como possibilidade de manter a criança no agregado, porém como alternativa à adoção da criança, que cuidavam previamente. A proposta surge em tribunal no decorrer de muitas reuniões e reflexões para encontrar a resposta enquadradora adequada. O AF surge como novidade. Os cuidadores entenderam que deveriam ter tomado conhecimento mais cedo, através da equipa de acompanhamento, por conseguinte o processo poderia ter sido facilitado.

“-*Que soluções é que se podem apresentar aqui?*, nem sabíamos... nem nós nem a Segurança Social porque é um caso pouco frequente. - *O que poderíamos fazer de modo a que ela possa ficar bem?* Vimos várias hipóteses, mas havia sempre impedimentos legais.” (Cuidadores da FAMV3, desempregada, 41 anos e optometrista, 39 anos).

Uma das famílias participantes no estudo, FASS2, tomou conhecimento do AF através do contexto institucional em que o filho, portador de deficiência, era acompanhado. O filho residiu numa família de acolhimento até que a mãe percebeu que ele não estava satisfeito, pedira-lhe que a família mudasse para perto da instituição que ele frequentava. A mãe sentiu que tinha que protegê-lo e assim fez, assumindo o compromisso que “faria bem a quem pudesse”, ajudaria as crianças que precisassem. Convidada por uma assistente social, de mãe com filho numa FA, passou a ser ela própria uma família de acolhimento de crianças “a quem pudesse fazer bem”. Recuando na história, antes da intervenção da Mundos de Vida, as FA eram muitas vezes pessoas consideradas idóneas pelos técnicos dos serviços do Instituto de Segurança Social, I.P.

“o colégio era aqui atrás, a assistente social perguntou-me um dia, “-Ó D. Z, estão aqui dois irmãos, a mãe anda atrapalhada, não tem ama, você aqui tão pertinho podia tomar conta deles”. Foram os dois primeiros que eu tomei conta.” (cuidadora da FASS2, doméstica de 62 anos).

### *A Iniciativa de Acolher uma Criança*

A iniciativa para acolher uma criança desprotegida advém da sensibilidade para as situações de risco e perigo infantil, e a vontade de fazer a diferença na vida de uma criança. Frequentemente é a mulher que aborda o assunto junto dos elementos do agregado familiar. Primeiro questiona o marido e depois, juntos, auscultam os filhos.

Não obstante, verificam-se algumas situações, FAMV1, FAMV2, FAMV5 (as FASS2 e FASS3 fazem um pedido que visa o bem-estar pessoal e a proteção infantil, desconhecendo que existe o AF) em que um dos filhos mostra agrado na iniciativa e acaba por o expressar aos pais em jeito de pedido. Como reportado, as campanhas da Mundos de Vida nas escolas levam a mensagem até casa pela boca de crianças que se mostram solidárias e os pais não as querendo desiludir, entendem que devem dar o exemplo pedagógico. Os filhos são competentes a pedir e insistir, mostrando grande motivação ao pressionarem os pais a ter uma resposta positiva:

“ele virou-se para mim e para o meu marido e disse: - *Mãe porque é que nós não vamos adotar uma criança pretinha?* (...) Ele chega a casa muito contente, e diz: - *Mãe pega, liga para lá*, e eu no outro dia não liguei porque não tinha falado nada com o marido a esse respeito, foi só o conteúdo daquela conversa. Ele chega da

escola, e disse: - *Mãe, ligaste? -Não filho, não liguei. - Ó mãe vamos e tal*". (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

“O meu Y (filho) disse - *Ó pai, vamos, vamos ajudar uma criança*; (cuidadora da FAMV2, assistente operacional em escolas, 41 anos).

Entre os participantes cuja entidade enquadradora é a Segurança Social, I.P. ou a CPCJ, o desejo e a iniciativa para ajudar uma criança também pré-existe, mas formalmente a diligência para o AF é introduzida pelos serviços. São os serviços que apresentam e sugerem o AF à família. As famílias conhecem e começam a cuidar de uma criança e só depois são consideradas aptas e formalizadas como família de acolhimento. O processo é conduzido de forma distinta se comparado com as FA enquadradas pela Mundos de Vida.

A família de acolhimento apenas partilha de aspetos concretos do AF com os filhos, amigos e família alargada quando há certezas no desenrolar do processo. Recebida informação detalhada, tomada a decisão e despoletados os procedimentos administrativos e técnicos, o casal, comunica finalmente às pessoas mais próximas. Parecem querer protegê-los de criarem expectativas que poderão não ser concretizadas. Frequentemente as FA revelam a novidade no momento em que apresentam a criança.

“Enquanto estávamos naquela coisa do vamos não vamos, vamos ver como é que é, não falámos. Depois começámos a ver. Isto realmente é uma coisa que gostava de fazer, experimentar, ver como funciona, e assim foi. Informamo-nos melhor. Viemos aqui. Nessa mesma semana, falámos com os rapazes.” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar com 42 anos).

A iniciativa e a motivação para acolher parecem estar sempre focadas no bem-estar da criança. A motivação é altruísta e solidária. A predisposição já existente agregada a um fator externo (discurso do filho ou cartaz informativo) impulsiona o sujeito a contactar a equipa para proceder à obtenção de informações detalhadas com vista à candidatura a família de acolhimento.

### ***O Acolhimento Familiar como uma Ocupação***

Acolher uma criança é visto em algumas situações (nomeadamente FASS2, FAMV1, FAMV3, FAMV4) como uma alternativa a um emprego. Estas famílias tecem algumas comparações entre o AF e um emprego: para acolher é preciso ter vocação

como em qualquer profissão, ter gosto por crianças, e acolher “dá muito trabalho”, implica cansaço e dedicação, como num trabalho.

“Ele disse - *Como estás sozinha em casa, para além de teres uma companhia, teres um trabalho...* que à partida dá muito trabalho, a gente vê pelos nossos, eu tenho um filho de vinte anos” (cuidadora da FAMV4, doméstica, 44 anos).

“Para ser FA tem de haver vocação. Como qualquer profissão. Implica gostar-se de crianças.” (cuidadora da FASS2, doméstica, 62 anos).

Para lidar com o “muito trabalho” e algum cansaço que se vão sentindo, algumas cuidadoras entendem que não é possível conciliar o AF com uma atividade laboral: ou acolhem ou trabalham, como ocorre com a FAMV3 e a FAMV4. Tendo que optar, preferem o AF. Esta preferência tende a verificar-se nas FA que acolhem mais do que uma criança em simultâneo, e cujas crianças estão na primeira infância, e/ou têm mais problemas de saúde, requerendo mais tempo para os cuidados básicos.

“é impossível ter uma carreira profissional e ter uma criança com tantas necessidades em casa, é impossível! Dar o apoio que eles precisam, é impossível conciliar...” (Cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

Não obstante, as famílias de acolhimento não revelam interesse pelo acolhimento familiar por motivos económicos, referindo que o valor das despesas é superior ao apoio que recebem. A criança é vista como alguém que traz alegria e energia à FA, significa um

“ar fresco” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

A criança acolhida proporciona o preenchimento emocional os espaços vazios, alivia a tristeza e os sintomas depressivos, numa ocupação quase terapêutica, principalmente para as cuidadoras que não trabalham fora de casa, como os casos das FASS2, FAMV1 e FAMV4. Sentem que a criança lhes faz companhia e lhes ocupa o dia com as tarefas domésticas, passando a ter objetivos e sentido de utilidade quotidiana. Frequentemente as cuidadoras experientes e domésticas, sentem uma angústia e tristeza quando têm interrupções nos acolhimentos, desejam muito ter sempre crianças acolhidas, já não se imaginam sem crianças. É como um “vício”.

“eu já estava numa fase que disse à minha mãe - *Tenho que arranjar um part-time* porque desde que a minha partiu (faleceu)... Quando a minha filha estava eu tinha muito mais trabalho, uma criança com paralisia cerebral acamada dá muito mais trabalho. Estava a sentir-me muito fechada, sem nada para fazer. Quando o D (criança acolhida) veio para mim foi um ar, livre, um ar fresco. Eu estava a dizer -

*Tenho de sair de casa, porque estou a prejudicar os meus, os meus filhos chegavam a casa. - Mãe, tu hoje estás doente? Estás com uma cara... Era de eu estar sufocada dentro de casa, só ali.*” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

“isto agora é viciante”. (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

Em alguns casos o acolhimento familiar coincide com situações em que o cuidador está mais afastado por força do horário ou da geografia laboral, como na FASS2 e na FAMV4, nas quais os cuidadores trabalham ou trabalharam fora do país. A família alargada e os amigos tentam animar as cuidadoras, constituindo um suporte importante nos momentos de ausências e perdas, como em processos de luto. Convidam a FA para sair e tentam tranquilizá-la referindo que em breve irão receber outra/s criança/s.

*“Quando eu estive dois meses sem ter (crianças acolhidas), estava triste, -Se calhar já não me vão dar mais... e a minha mãe animava-me -Vão dar, não te preocupes, vão dar!”* (cuidadora da FAMV4, doméstica com 44 anos).

### ***O altruísmo como Satisfação Pessoal***

A dedicação das famílias de acolhimento tem um cariz solidário, focado na ajuda a crianças, contudo estas famílias estão conscientes que a experiência trará alegrias e um sentido de utilidade social à própria FA. Quando a família de acolhimento começa a ficar negativamente afetada pelo decurso do processo, hesita na continuidade do acolhimento. Verifica-se assim uma motivação altruísta que é ponderada com a preocupação pelo bem-estar familiar.

Os depoimentos dos participantes revelam o carácter altruísta que está na base da sua decisão de se tornarem famílias de acolhimento. Sentem, como se referiu, que têm algo para oferecer e querem fazer a diferença na vida de quem mais precisa. A família de acolhimento tem muito para dar a quem precisa de tanto. Os mimos, alimentos, higiene, regras, estímulos, segurança são contributos valiosos para as crianças. Para os cuidadores são cuidados básicos que já executaram com outras crianças, querendo reproduzi-los com quem deles carece. O convívio frequente com crianças permite aos sujeitos perceber as necessidades que detêm e os contributos que podem dar.

“sempre gostei de ajudar e tenho sempre muita pena das crianças. Gosto sempre muito de ajudar.” (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

Acolher uma criança consiste numa atitude altruísta da família de acolhimento, que permite à criança crescer num ambiente familiar mais adequado ao seu crescimento. O discurso das famílias de acolhimento parece centrar-se no bem-estar da criança que após ponderada avaliação e intervenção, foi considerada estar em perigo, tendo de ser retirada do contexto de origem:

"Para a criança, e a mim só me interessa. O que me interessa é o bem-estar da criança" (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

O objetivo da família de acolhimento é promover um desenvolvimento saudável e o bem-estar de crianças, com os benefícios que entendem existir no AF face ao acolhimento residencial:

“ver a felicidade dos meninos, vê-los a mudar para melhor” (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

A entrega e o apoio ao outro que precisa, que enaltece o carácter altruísta do acolhimento familiar, advém da observação de contextos de desproteção infantil, em ambientes escolares ou residenciais, como reportado anteriormente na “Predisposição para o AF”.

Por outro lado, o AF permite dar satisfação aos cuidadores que se sentem solidários. Perceber que se tem capacidade para ajudar alguém vulnerável dá aos cuidadores a ideia de que são úteis, necessários, quase indispensáveis, que ficam satisfeitos porque “precisam de nós”. Ver a criança bem dá, à família de acolhimento, alento, contentamento, felicidade. A importância da satisfação e do bem-estar está então para além da criança, centra-se também na família de acolhimento. A FA exalta como valores a solidariedade, a partilha e a interajuda. É como uma equipa que colabora para que tudo funcione da melhor forma possível. A criança traz desafios, energia, aprendizagem, desenvolvimento e alegrias à família que a acolhe. A família dá e recebe, a experiência é sentida como compensadora, sem arrependimentos.

Ambas as partes devem sentir-se bem como a experiência quotidiana, intensa e íntima do acolhimento. O interesse na manutenção da criança na FA acontece até ao ponto em que os cuidadores sentem que o agregado familiar pode estar a ser afetado

pela experiência, reduzindo-se o grau de satisfação experimentado. A predisposição altruísta passa a entrar em conflito com a salvaguarda da estabilidade e equilíbrio familiar, nomeadamente em situações em que o impacto nos cuidadores ou nos filhos tem uma elevada carga negativa. Nestes casos a promoção da satisfação da criança parece poder passar para segundo plano. A família deve ser protegida e preservada.

“Cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade: O X (filho mais novo) começou a não querer ir para a escola, começou a sentir... a não querer fazer determinadas coisas, acho que era tudo derivado à presença deles.

Investigadora: Foi o que vos fez tomar a decisão (sugerir cessar o AF de uma criança)?

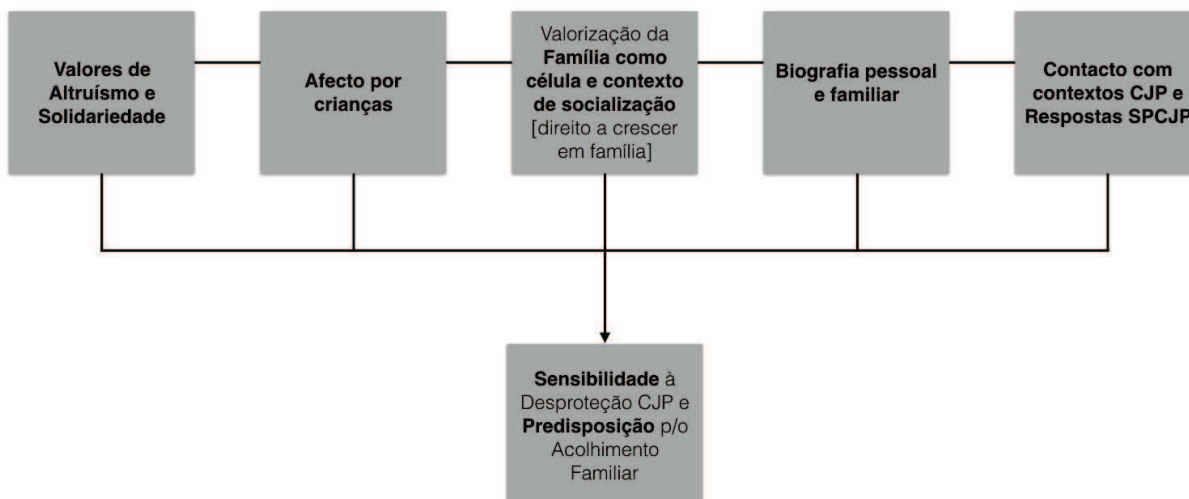
Cuidadora: Foi mais a pensar neles (filhos).”

No Diagrama 1, abaixo, procura-se captar e integrar as dimensões que melhor ilustram o processo de construção da motivação para vir a ser família de acolhimento. Os valores do altruísmo e da solidariedade; o afeto por crianças; a valorização da família (como célula e contexto de socialização, considerando o direito da criança a crescer em família); a biografia pessoal e familiar; e ainda o contacto com contextos de crianças e jovens em perigo e/ou respostas do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, parecem aumentar a sensibilidade para a desproteção de crianças e jovens em perigo e por conseguinte, a predisposição para o acolhimento familiar de crianças.

Figura 9

Diagrama: Fatores Produtores da Motivação para Ser Família de Acolhimento

Diagrama 1: Factores Produtores da Motivação para Ser Família de Acolhimento



### 6.3. A Experiência de Ser Família de Acolhimento

#### *A Complexidade na Gestão das Expectativas Iniciais*

Nas expectativas iniciais face ao acolhimento familiar, os participantes mostram coragem, admitindo alguma apreensão face ao desconhecido. Os receios estão mais focados na criança do que na família de origem, pois será com aquela que partilharão a intimidade no quotidiano. Alguns cuidadores temem pelo seu próprio desempenho. Não querem falhar. Irão dar o melhor, mas querem observar progressos na criança.

“-Será que eu me dava com crianças que não fossem as minhas? Qual seria a minha reação, como é que me daria?” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

Preveem que o acolhimento será trabalhoso, por vezes complicado e no decorrer do processo confirmam-no. Inicialmente entendem que a criança poderia ficar para sempre com a FA, acabando por ficar um pouco desiludidos, mas aceitam que o acolhimento familiar tem um cariz transitório.

“eu achava que poderíamos ficar com as crianças, depois de as acolher: Isso foi um choque para mim, quando disseram. Nem que a criança vá para adoção, nunca podemos ser nós a adotar, isso foi uma coisa que me melindrou um bocado.” (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

Ao longo da fase de admissão/candidatura, o desejo de acolher vai aumentando nos candidatos bem-sucedidos. Quando o casal toma a iniciativa de se candidatar a família de acolhimento, reúne com a equipa de acompanhamento e frequenta a formação obrigatória. Nesta fase a motivação para receber uma criança cresce, criam-se novas expectativas e empatia com os testemunhos de outras FA,

“(…) com os exemplos foi ficando cá dentro o bichinho. A vontade foi despertando.” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

A morosidade e a incerteza face ao primeiro acolhimento angustiam a família de acolhimento. O período de tempo que decorre entre a conclusão do programa de formação e o primeiro acolhimento é vivido com ansiedade. O tempo de espera parece demasiado longo para os futuros acolhedores que não sabem quando chegará “o grande dia”.

“(...) não sabiam o tempo que iria demorar, dissemos - *Quando tiver que vir vem, um menino ou uma menina...* As formações acabaram e veio a proposta um ano depois, quase... Foi por esta altura há um ano.” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

O período de tempo mais frequente, entre os participantes, é um ano,

“Acabámos a ação de formação, ficámos à espera. O meu filho sempre na expectativa, sempre a perguntar - *Ó mãe, quando é que vem uma criança?*” Mal recebia um telefonema da Mundos de Vida, - *Ó mãe, vai ser hoje, vai ser hoje?* Sempre com a expectativa. - *Y, não é no Natal, pode ser na Páscoa.* Chegou a Páscoa também não foi, estivemos quase um ano à espera” (cuidadora da FAMV2, assistente operacional em escolas, 41 anos).

Parece sempre ser uma espera demasiado longa, sendo difícil gerir a ansiedade e as expectativas da chegada da criança, inclusivamente para os filhos,

“O primeiro acolhimento ainda demorou um bocado. Eu comecei em 2009, foi quando surgiu a ideia, quando contactámos a Mundos de Vida. O acolhimento, o primeiro, só se realizou em 2011. É difícil gerir o tempo de espera.” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

Lamentam a ausência de contacto e de informação da equipa de acompanhamento. Para os futuros cuidadores não fica claro se e quando são constituídos e aceites como família de acolhimento. No caso ExFAMV, relativamente ao conjunto dos participantes, observou-se o período de espera mais longo:

“(...) nem sabíamos se estávamos aceites para FA ou se não estávamos. Um dia liguei para aqui, e disseram-me: “-Vocês estão aceites como FA, vai receber o diploma em casa como estão aptos a ser FA” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

“Nós estivemos três anos à espera que nos ligassem. O que falha é pedirem FA e as FA estarem anos à espera. Nunca houve *-Estás interessado?*”. (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

A longa espera é lida como a possibilidade de nunca vir a ser família de acolhimento e as FA questionam-se sobre se não existirão crianças para serem acolhidas,

“Pensei *-Já não me vão dar crianças para eu acolher*” (cuidadora da FAMV4, doméstica, 44 anos).

“Achava que não íamos ser contactados. Questionei *-Há tantas crianças a querer uma família, e nós estamos anos à espera de uma criança para acolher, não consegui perceber.* A partir do momento em que somos família, ao fim de uma semana ou duas já nos procuram para acolher, achava que sim, há tanta criança em instituição... nada disso. Tivemos esse tempo todo, não esperava mais nada”. (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

A motivação parece começar a baixar na proporção do tempo de espera pelo contacto da equipa, e face à ausência de previsão de uma data para o acolhimento. Frequentemente é a família alargada que atenua a angústia e o lamento, alimentando a ideia que irão receber uma criança como esperado. Quando ocorre o contacto para receber uma criança, o acolhimento não está garantido, podendo ocorrer alterações e vir a ser aplicada outra decisão judicial (FAMV2 e FAMV3). Esta incerteza sugere que é mais seguro para a família de acolhimento não fazer um prévio investimento material, nem alimentar grandes expectativas, prevenindo a desilusão, frustração e desgaste do ponto de vista emocional e económico. O lugar a uma preparação antecipada a um hipotético acolhimento é inglório.

“difícil gerir o tempo de espera e às vezes expectativas saem frustradas, aquelas situações em que por vezes nos contatavam -*Temos aqui um caso para acolher. Nós disponibilizávamo-nos começávamos a preparar tudo e -Ah, já não é preciso acolher porque surgiu outra oportunidade e a criança vai ser tratada de outra forma, a situação.*” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

Contudo, a possibilidade de uma segura e atempada organização do acolhimento proporciona maturação, tranquilidade e bem-estar à família de acolhimento. Frequentemente o contacto para aferir o interesse em acolher determinada(s) criança(s) é acompanhado por uma pressão para uma resposta imediata e positiva. A FA não se permite negar ajuda quando entende que pode fazer a diferença na vida da criança. A resposta e as crianças não podem esperar,

“ligaram-me de manhã a dizer -*Hoje temos duas crianças, se quiser tem de ser hoje, é urgente, são retirados hoje à mãe.*” (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

“Não houve tempo... (...) Foi muito apressado, em cima do joelho. Foi tudo em cima do joelho, a nível da assistente, da CPCJ. Se tivesse sido com calma... (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

“Também foi a Dra. a ligar-me a dizer-me era para ontem” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira de 51 anos).

“Depois ligaram-me a dizer -*Os meninos vão hoje para o acolhimento e estão aqui às três e meia para os vir buscar. Fiquei assim...*” (cuidadora da FAMV3, desempregada com 48 anos).

Uma resposta impulsiva pode conduzir a um processo mal sucedido. A família de acolhimento pode acabar por aceitar um acolhimento para o qual na verdade pode não ter capacidade de dar uma resposta adequada. A pressão e falta de tempo para a maturação da decisão nestas circunstâncias conduz a FA a aceitar extrapolar os critérios

pré-definidos para o acolhimento nas entrevistas de admissão. É provável aceitarem duas crianças em simultâneo, não querendo separar irmãos:

“Foi tudo ao contrário, muito pequeninos, dois... Pensei *-Não tem nada a ver com o que solicitei...*”. (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

Noutras situações aceitam bebés ou adolescentes com idades fora das balizas que estabeleceram, focando-se no superior interesse da criança, nomeadamente nos casos exFAMV, FAMV1 e FAMV3.

“Logo no primeiro acolhimento, acolhemos com dez meses, abrimos logo uma exceção”. (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

“Mais uma regra fora do contexto, já era uma miúda com catorze anos, ia fazer quinze. A minha regra estava até aos onze anos, mas pronto ela já tem ido para lá, não tem dado problemas. Um menino de quatro mezinhas, um bebé. Tinha estipulado que era dos dois anos até aos onze, a Dra. ligou-me a perguntar se eu queria uma menina com doze anos, eu disse: *-Ó Dra., foi mesmo na queima dos onze anos. - Está bem, - Quando é que tem possibilidades de eu mostrar a menina, - Quando quiser*”. (cuidadora da FAMV1, cabeleireira de 51 anos).

A família de acolhimento sabe que pode ser contactada em situação de emergência, como foi advertida durante a fase de candidatura, não obstante quando o momento chega, acontece sentir que não está preparada, quer avançar, mas precisa de criar condições num curto espaço de tempo, nomeadamente, a adequação do espaço físico, adquirir mobiliário, alimentos, vestuário, entre outros bens ajustados à idade da criança:

“Foi a Dra. a ligar-me a dizer-me era para ontem, - *Dra. eu não tenho cama nem tenho nada*, tinha dado tudo dos meus filhos” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

“Quando nos dizem, *"-Eles vêm e é hoje"* e porque realmente não tinha nada preparado. Não tinha roupas, não tinha nada e vinham doentes.” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

Verifica-se nestes casos algum *stress*. A equipa de acompanhamento, a família alargada e os amigos parecem desempenhar um papel fundamental no apaziguamento da ansiedade e *stress*.

### ***Alteração no Quotidiano com um Novo Membro na Família***

A chegada da criança, é um momento de alegria generalizada da família de acolhimento, começa por ser como uma fase de enamoramento. A presença da criança é bem-vinda e, tendencialmente, há muito desejada. Em média a FA candidata aguarda mais de um ano até iniciar o primeiro acolhimento. As primeiras crianças permanecem mais tempo na memória dos cuidadores, a experiência parece ser mais marcante. O primeiro contacto com a criança é vivenciado com grande emoção:

“Talvez o melhor momento até foi quando a vim buscar, disse: *-A, dá-me um beijo!* E ela veio logo a correr, e deu-me aquele abraço mesmo a precisar de um carinho, de um abraço bom.” (cuidadora da FAMV2, assistente operacional em escolas, 41 anos).

“Veio para casa, no primeiro dia eu deixei fazer tudo o que ele queria, perguntei-lhe qual o almoço que ele gostava, o jantar... Naquele dia fizemos tudo o que ele queria.” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos);

“Tudo se começou a acarinhar ao menino.” (cuidadora da FASS1, reformada).

As rotinas sofrem alterações com aparente naturalidade, são facilmente incorporadas, não sendo tidas como uma sobrecarga. Os cuidadores tendem a descansar menos, por necessidade de acordar mais cedo, levantar-se durante a noite (designadamente com crianças mais pequenas ou em momentos de doença), ou por força do aumento de deslocações com idas e vindas às escolas ou aos encontros com os progenitores. Alguns cuidadores ficam privados de saídas de casa, nomeadamente passeios e convívios com amigos. A privação acontece pela situação de saúde ou para evitar levar a criança, protegendo por vezes a criança e outras os amigos de modo a não serem perturbados. Não obstante, tendencialmente, os participantes entendem, após o AF, que não abdicaram de nada de mais significativo (exFAMV, FAMV1, FAM5, FASS2), passando muito tempo em família.

“Deixar, não deixamos de fazer nada” (cuidadora FAMV5, ajudante familiar com 42 anos).

“Houve mudanças de hábitos, levantar mais cedo, ir levar a A à escola, ir buscar a A à escola. (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha com 38 e 39 anos).

Com o acolhimento da(s) criança(s) surge a necessidade de fazer adaptações no espaço físico, na casa de morada de família, sobretudo nos quartos, com a colocação de uma cama extra. A criança pernoita no quarto dos cuidadores, dos filhos ou num quarto

próprio. Frequentemente, a criança é bem-recebida pelos filhos, verificando-se a partilha do quarto mesmo quando há quartos extra. A troca de quartos pode acontecer, sendo visto como uma forma de emancipação dos mais velhos. Na primeira infância, acontece com frequência permanecer no quarto dos cuidadores, parcial ou totalmente, invadindo o espaço de intimidade do casal.

“Agora tive que fazer do meu quarto como quando era dos meus filhos, montar lá a caminha.” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira de 51 anos).

As mudanças são vistas como naturais e esperadas, não representando qualquer negatividade nem peso económico. A equipa de acompanhamento pode representar um papel essencial de suporte à família no empréstimo de bens de uso temporário, como o berço.

“Vestuário, não tinham grande coisa, mas a Mundos de Vida deu-me muita coisa.” (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

Denota-se uma maior sobrecarga nas cuidadoras cujos maridos são menos ativos e envolvidos no acolhimento, por força do horário (FASS3), local de trabalho (FAMV4) ou da motivação para o acolhimento familiar (FASS2 e exFAMV). A FAMV4 defende que se o marido trabalhasse em Portugal com regularidade poderia acolher mais uma criança, totalizando três. As cuidadoras da exFAMV, FASS2 e FASS3 revelam, através do seu discurso, algum cansaço, pela sobrecarga de tarefas quotidianas, aspeto validado pelos cuidadores nas entrevistas conjuntas.

### ***Gestão do Comportamento da Criança***

Como referido, aquando da preparação para o acolhimento familiar, os cuidadores refletem sobre a inclusão de uma nova pessoa no seu espaço familiar, no seu espaço íntimo, partilhando o quotidiano também com os seus filhos. Nessa fase podem surgir receios iniciais relacionados com as características e o comportamento da criança desconhecida. Receios que se prendem com as exigências, com a história de vida da criança, e com o medo de falhar, de não vir a atuar da forma mais adequada. As famílias de acolhimento aspiram a ser bem-sucedidas e sentirem-se satisfeitas com a experiência.

“Acima de tudo medo de falhar, do desconhecido, tudo. Acima de tudo, mesmo o desconhecido, - *O que vamos encontrar, como vai ser, são muito complicados, ou não, atrevidos, não...* Tudo. O que vamos ter dentro de casa, porque é uma criança ou adolescente ou jovem, mas como é que vai ser tudo. Todas as perguntas juntas, não fazíamos sequer... Apesar de se ouvir, uma coisa é o que se fala e outra é o que podemos encontrar. O ser humano, não há ninguém que se possa dizer igual. Para mim é um desconhecido, um idoso não tem nada a ver com uma criança.” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, anos).

Acolhida a criança e ultrapassada a fase do enamoramento, a família começa a perceber o comportamento da criança, muitas vezes desafiante, podendo requerer o desenvolvimento de competências e estratégias para lidar com comportamentos mais disruptivos ou conflituais com a cultura familiar. A experiência anterior com crianças constitui uma mais-valia para os cuidadores, que por vezes recorrem às mesmas estratégias educativas que utilizaram com os filhos.

“Comecei a fazer -*Stop!* Ele ia a sair e eu com o meu pé segurava a cadeira, e dizia: *A, stop!* Ele olhava para mim, eu dizia: - *Não, ainda não acabámos de comer. E no fim de jantar pedes - Com licença, posso sair da mesa? Tu vais ver que o W, o X, o Y e a Z (filhos biológicos, cuidador e cuidadora) fazem igual e não saem da mesa enquanto não comerem. Se tu não comeres nós temos que estar aqui à tua espera.*” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

“Se conseguíssemos perceber, o que vai na cabeça,... não se consegue de ninguém (...) Quando ele chegou a casa, tivemos que dar muitas voltas, ele não dormia sozinho. No início tive que ficar a aconchegá-lo, a contar uma historinha, o A (criança acolhida) tinha muito medo - *O Jesus ajuda!*, manobrei para que ele se sentisse mais seguro. (...) Neste momento o prémio é um chocalatinho do calendário de Natal. Tem mais dias fechados do que abertos, mas nos dias em que ele se porta muito bem abre duas janelas.” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

Para a maioria dos cuidadores a conduta da criança é controlável, considerando que são comportamentos expectáveis para a sua idade e contexto de desproteção social que vivenciaram com a retirada da família biológica. Entendem que os desafios da gestão do comportamento fazem parte do quotidiano de qualquer educador, como quando foram pais, e da condição e papel de família de acolhimento. Tendencialmente os cuidadores desvalorizam o cansaço que o comportamento da criança possa provocar (excetuando a FASS3, e a exFAMV). A FASS2, ainda que tenha acolhido crianças com comprometimento do foro mental refere que os comportamentos são típicos da fase da infância.

“Os nossos filhos também tiveram... todas as crianças têm... ninguém é perfeito. Todos brincamos, caímos, fazemos asneiras.” (cuidadora da FASS2, doméstica, 62 anos).

Admitem, no entanto, que, em alguns casos, o comportamento da criança pode cansar e destabilizar a família de acolhimento. A FAMV5 e a FASS3 verbalizaram que foram agredidas pela criança acolhida, significando constrangimento, vergonha e desilusão para os cuidadores.

“Somos uma família, o A mexeu connosco, mexeu com uma estrutura, abalar não, nem podemos permitir que isso aconteça, embora haja dias em que mexe, mas somos uma família.” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

“Ela não queria respeitar as regras, não estava habituada. Estava na altura de respeitar regras, limpar o quarto, etc. Os desentendimentos ... Ela não aceitava que lhe chamasse a atenção... desde que começámos a impor as regras, a ser mais rígidos... mas não estávamos a escravizá-la!” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

Para estas famílias acolher significa formar, mas acima de tudo restaurar, reeducar, considerando que é uma tarefa complexa, “difícil”. “Importar-se muito” e “importar-se verdadeiramente” com a criança são expressões usadas por diferentes famílias, mostrando que a motivação altruísta, a solidariedade e o afeto parecem ser fundamentais para que o acolhimento seja bem-sucedido.

“Muito complicado. Mas que é difícil é, é um menino difícil. Não deixa de ser difícil. Ou nós nos importamos muito com os miúdos, ou então... Não deixa de ser difícil.” (cuidadores da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos e eletricista, 45 anos).

A FASS3 fez uma aproximação e integração gradual, tendo iniciado o processo de acolhimento com visitas à residência onde a criança estava acolhida, depois avançou com passeios ao exterior, posteriormente pequenas estadias em casa da família de acolhimento e só depois de consolidar a integração formalizou o AF. As características e limitações físicas da criança sempre estiveram na base dos receios da família de acolhimento e dos técnicos. Os receios vieram mais tarde a traduzir-se na relação entre a criança e a FA, essencialmente no que toca ao comportamento da criança. Comportamento que a família de acolhimento sente como disruptivo, agressivo e manipulador, situação agravada com o “apontar de dedo” dos técnicos. A família de acolhimento entende que os técnicos deveriam validar o que revelam sobre a intimidade familiar, as marcas das agressões e o desgaste que vão sentindo, contudo não expressam esse suporte. Face à dificuldade em gerir o comportamento da criança que acolhem, as famílias ponderaram por vezes a “devolução” da criança ainda que percecionem uma evolução positiva nos comportamentos da criança acolhida. Não obstante, entendem que

o retrocesso no futuro podê-los-á levar à proposta de cessação do AF como forma e proteção pessoal e familiar.

“- (...) destabiliza e cansamo-nos, ficamos extremamente cansados, emocionalmente e fisicamente. - Não com o acolhimento, mas sim com a agressividade da A. É muito difícil de lidar, ficámos também destabilizados. Muitas vezes, traz ao de cima a nossa parte agressiva, que todos nós temos. Andamos nervosos. Agora estou a aliviar um bocado, mas já estive exausta. Ainda mais quando nos apontavam o dedo. Às vezes imaginava, meto a A com o psicólogo o dia todo, não, uma semana!” (Cuidadores da FAMV3, desempregada, 41 anos e optometrista, 39 anos).

No caso da exFAMV, o cansaço evidenciado esteve na origem da proposta de passar a acolher apenas uma criança em lugar de duas em simultâneo. As birras e agitação da primeira infância, em dose dupla, revelaram-se difíceis de gerir pelos cuidadores, pais de duas crianças de 3 e 9 anos,

“- (...) notava que era muita confusão em casa, os meninos, o A (criança acolhida) era uma criança que gritava muito, não falava, a expressão dele era sempre aos gritos, estava sempre a gritar. A B (segunda criança acolhida em simultâneo) fazia muitas birras, gritava muito, mas já falava. Os meus filhos sentiram... foi um choque! Não sabíamos como lidar com esse tipo de situação.” (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

As famílias de acolhimento são unânimes no entendimento que acolhendo crianças mais novas poderiam conseguir mais resultados a nível educativo,

“Achámos que mais novos, fosse mais fácil de controlar. Uma criança ou um adolescente entra numa certa idade, começa a fugir.” (cuidadores da FAMV5, ajudante familiar com 42 anos e eletricista com 45 anos).

“Doidos! Pôr uma miúda na nossa casa com 15 anos já é difícil de moldar, se fosse mais pequena. Conflitos... com 15 anos já é uma idade... (...). Talvez... (acolhessem outra criança no futuro) não tão crescidos. Sermos nós a dar uma educação desde o início.” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

Quando a família de acolhimento consegue promover resultados positivos no comportamento, autonomia e evolução da criança, sente uma grande satisfação e alegria, percebendo que o esforço é compensador,

“Começou a ter regras, a ter tudo, a começar a falar muito bem as coisas, a compreender as coisas (...) Quando ela tirou a primeira vez 78% a História que nunca tinha tirado (...) mudou completamente até as doutoras disseram "-Nem parece a B". A minha maior alegria é saber que as notas dela, desde que foi para minha casa, o comportamento mudou completamente.” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

“(...) conseguiu-se moldar muito bem esse menino, mudou, em dois meses mudou radicalmente. Chegou ao ponto que nós queríamos que ele estivesse, em termos de escola, de comportamento, tudo, mudou radicalmente! Foi uma evolução bastante boa em termos de acolhimento. Recuperou muito facilmente, foi muito fácil.” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

“(...) disse que o A tinha chegado à escola como um selvagem e saiu como um homem. É um orgulho para mim.” (cuidadora da FAMV4, doméstica com 44 anos).

Verifica-se a criação de uma relação sólida e empática entre a família de acolhimento e a criança. Os cuidadores vão percebendo alguns sinais e agindo em conformidade, criando empatia com a criança e compreensão das fragilidades inerentes à história de vida da criança. Para alguns cuidadores a relação com a criança é quase de parceria, e está em sintonia com as dinâmicas familiares. Já não se imaginam numa rutura relacional. Nesta perspetiva a criança também cuidada dos cuidadores, traz alegria e satisfação, reforçando o sentimento de pertença a aquele grupo,

“Ontem viu-me no terraço sozinha a levantar um guarda-sol que se partiu, ele apercebeu-se e tira-me de onde estava para ele colocar o guarda-sol, porque ele é forte e eu sou fraquinha. Sinto um orgulho nele...” (cuidadora da FASS1, reformada).

A família de acolhimento envolve-se em atividades que satisfazem a criança, proporcionando-lhe experiências únicas, tentando compensar as privações que teve até então, como ir à praia ou a um casamento, acompanhando-a à escola ou a atividades extracurriculares, protegendo-a dos riscos externos. A FA fica satisfeita ao ver a felicidade que pode proporcionar à criança, sentindo-se especial numa satisfação dupla,

“- A A (criança acolhida) tinha tudo, tinha um quarto para ela, uma casa de banho privativa. Queríamos que ela integrasse... o casamento do padrinho (...) - Ela nunca tinha ido a um casamento. A Z (cuidadora) vivia para dar o melhor conforto à A. A Z queria recompensar a A pelo que não teve da mãe.” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

“Às vezes ia eu com o meu marido ver, ele ficava numa alegria quando nos via, a trabalhar ali na associação, a servir cafés aos surdos (...) Vou levá-lo à Ponte dos Falcões, íamos levá-lo até onde ele fosse jogar (...) Está a chover muito, a potes e eu pego no carro, vou levá-lo à escola, nunca deixei o menino ir à chuva, ou que chegasse molhado.” (cuidadora da FASS1, reformada).

“-Ó meu Deus, vamos para a praia! Era um mundo novo que ia acontecer. Quando fomos de férias aquilo para ele foi... nem consigo dar um adjetivo para aquilo, não conseguia controlar aquela euforia” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar com 42 anos).

A intensidade da relação pode, contudo, experimentar oscilações nos comportamentos. Há momentos de afeto e momentos mais caracterizados pelo conflito, como acontecerá em qualquer família e em qualquer relação humana. As crianças tendencialmente colaboram nas tarefas domésticas como os restantes elementos do agregado familiar,

“- Em termos de aprendizagem... tem muitas capacidades!  
- É um miúdo cinco estrelas, está sempre pronto para nos ajudar.” (cuidadores da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos e eletricista, 45 anos).

Não obstante as características pessoais e o comportamento da criança, a família de acolhimento entende que a criança apesar de ser acolhida deve ser equiparada a qualquer outra criança, mostrando assim que o seu papel está a ser concretizado adequadamente e com sucesso.

“O meu marido era muito inteligente, *-Tens de ser bom, tens de ser o melhor, tens de ser igual.* O menino (com deficiência auditiva) nunca chumbou, sempre acompanhou, está com boas notas, está no 11º.” (cuidadora da FASS1, reformada).

“Sentia-me realizada, ainda mais no caso do A, porque ele veio com tantas dificuldades, tantas dificuldades (...) a professora colocou-o de parte por ser... acolhido (...). Eu ficava com ele, às vezes sábados inteiros até à noite, a estudar. (...). Um menino que vinha, mesmo com explicações, tinha que passar! Nem que eu tivesse que marcar muitos deveres, *- Faz os deveres, estuda!* Não houve um que não tivesse passado de ano.” (cuidadora da FAMV4, doméstica, 44 anos).

### ***Cooperação com os Serviços/Equipa de Acompanhamento***

No que se refere à relação com os serviços e os técnicos da equipa de acompanhamento, as famílias de acolhimento entendem dever ter mais poder de decisão em relação à criança, nomeadamente na realização de viagens internacionais e no enquadramento após a cessação do acolhimento, focando-se no superior interesse da criança (preocupados com os fatores de risco associados às condições habitacionais, capacidades educativas dos futuros cuidadores ou a impulsividade das ações dos técnicos). Essencialmente gostariam que a relação com os técnicos e os serviços fosse de real parceria, estando disponíveis para os receber de porta aberta e ajudar no que estiver ao seu alcance, contando também que os profissionais estejam disponíveis para

os ouvir, apoiar e incentivar. Elogiam a disponibilidade, a qualidade do apoio, e a relação estabelecida com as equipas de acompanhamento da Mundos de Vida.

“São cinco estrelas.” (cuidador da exFAMV, profissional de tinturaria).

“- Estiveram presentes até hoje, coitados, estão fartos de nos aturar. Há coisas mesmo graves que ele provoca.

- Sempre que os chamamos, nas crises. Já não é a primeira vez que até fazemos questão sobre o (filho) mais velho.” (cuidadores da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos e eletricista, 45 anos).

O respeito, reconhecimento e confiança no seu desempenho é fundamental, parecendo ser um dos catalisadores da renovação da disponibilidade e motivação para continuar a ser família de acolhimento. Nas situações que a família de acolhimento sente “um apontar de dedo” por parte das entidades de acompanhamento (FASS3 e exFACPCJ), a desmotivação aumenta, tal como a vontade de desistir do acolhimento, pondo-se em causa o esforço pela manutenção da criança no seio da família.

“As Dras da Segurança Social... às vezes eu dizia *-Não tinha (criança) melhor para me dar?, - Não tenho muitas D. Z (cuidadora), só a tenho a si*”. (cuidadora da FASS2, doméstica de 62 anos).

Alguns participantes tendem a imputar responsabilidades pelos insucessos do acolhimento ao desempenho dos técnicos/serviços, evidenciando indignação e revolta. São exemplo, um processo de adoção de criança em acolhimento familiar sem a devida preparação e que despoletou queixa ao Ministério Público pela FAMV3; a cessação pela iniciativa da criança no caso da exFACPCJ; o comportamento agressivo da criança na situação da FASS3.

“Houve uma falta de apoio técnico, esclarecimento. No caso do bacalhau à Gomes de Sá, a doutora deveria chamar à atenção a A, dizer “Ó A, atenção, não é assim!” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

“Os assistentes sociais nunca puseram as coisas preto no branco, “-Este comportamento é inadmissível, tem de ser mudado, se não tu vais para a instituição!”, isto não era falado porque achavam que iam aumentar o comportamento dela, mas não. A A precisava de ser alertada para o comportamento.” (Cuidadores da FAMV3, desempregada, 41 anos e optometrista, 39 anos).

Os serviços podem exercer um papel importante no acompanhamento às famílias de acolhimento aliviando a sua carga e tranquilizando a família, proporcionando um suporte e respostas adequadas ao nível emocional e instrumental. Frequentemente são sugeridas soluções para algumas dificuldades que vão sentindo, como a sensibilização

da sociedade para o AF, reembolso das despesas mensais, avaliação cuidada e sistemática no terreno, benefícios fiscais e sociais (ex. licença parental) e o acompanhamento mais próximo às crianças no caso das famílias acompanhadas pelo ISS, IP. Apesar do acolhimento implicar custos e esforço, as famílias de acolhimento tentam dar o melhor e evitar impactos negativos para a criança.

“- (as técnicas) Deviam chamá-los (às crianças)! Nós dizemos as coisas e eles não aceitam bem. Se fossem elas (técnicas). Ele pensa que dizemos as coisas... só porque não deixamos ir, somos maus.

- Mesmo com o H (criança acolhida), a Dra. disse que quando os dias começassem a crescer, que à semana, ao fim-de-semana não dá, não é. Durante a semana vão para a escola, vêm às cinco e meia, mas ela (técnica) vai para casa dela. Que (a técnica) viria nas férias da Páscoa. Mas que elas (técnicas) venham muitas vezes, não vêm! Aqui a minha casa, vêm raras as vezes, elas confiam muito em mim, e podem! Mas se viesse mais vezes era bom, porque falavam mais vezes com eles. (entrevista conjunta aos cuidadores FASS2, doméstica, 62 anos, reformado, 66 anos).

### ***Aceitação vs Desagrado dos Filhos***

Nas famílias de acolhimento cujos filhos estão em idades correspondentes ao 1º ciclo escolar, acolher uma criança representa para estes um novo membro em casa, imaginado com alguém que fica numa posição entre os irmãos e os colegas. Têm a expectativa que será alguém com quem poderão brincar.

“O (filho) mais novo foi uma empolgação, queria um irmão, - *Quero um irmão, vou ter, vai ser um rapaz!*” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar com 42 anos).

Os filhos tendem a ficar satisfeitos com a presença da criança acolhida e a colaborar na prestação dos cuidados básicos, na supervisão e brincadeiras. Na adultez participam inclusivamente na relação com a escola e na orientação do futuro profissional, oferecem presentes, como numa relação de irmãos. Frequentemente, os participantes admitem ciúmes dos filhos em relação à criança e vice-versa, sem problemas de maior. Sentem que perdem alguma atenção da parte dos pais em detrimento do novo membro. Dependendo da abordagem dos adultos, a criança pode desenvolver os valores da solidariedade, partilha e fraternidade ou apenas sofrer e revoltar-se:

“Das semanadas dela ainda quer comprar presentinhos para eles” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

O AF também pode ser cansativo para os filhos, pela colaboração na prestação dos cuidados básicos, mas essencialmente pelo ambiente familiar. Há mais confusão em casa, gritos e conflitos. O comportamento da criança e as competências educativas dos adultos são determinantes para a manutenção da harmonia familiar.

“O X está um bocadinho cansado e criou uma ilusão, uma perspetiva diferente. Às vezes tenho lá o meu afilhado, outros meninos que me pedem, outros colegas dele, meninos de famílias mais... sem problemas. O X pensou "-Vou ter aqui um amiguinho para brincar, para me divertir", nunca pensou que fosse tão complicado.” (cuidadora FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

Verificam-se alguns casos em que os filhos não aceitam a criança, experienciam ciúme e sofrimento, podendo acontecer alguns conflitos. Nas situações de recusa, a família de acolhimento tende a equacionar desistir do acolhimento (exFAMV) e a adiar novos acolhimentos (exFACPCJ). A exFAMV propôs a cessação do acolhimento de uma das crianças, com vista ao alívio do cansaço e a mitigar o comportamento verificado no filho mais novo:

“o X não aceitava, tinha ciúmes. (...) queria dar-lhes banho e ele não deixava, eles queriam colo e ele queria colo. Foi complicado para nós. - O X começou a não querer ir para a escola, começou a sentir... a não querer fazer determinadas coisas, acho que era tudo derivado à presença deles. (...). Foi mais a pensar neles.” (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

Os cuidadores admitem a diminuição do tempo e atenção dedicada aos filhos, devido aos cuidados requeridos pelas crianças acolhidas, mormente as mais pequenas,

“Esqueci-me um bocado da minha filha. Eu talvez nesse período não tivesse sido uma mãe tão afetuosa como deveria ser.” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha com 38 e 39 anos).

Querem dar à criança o que não teve, no esforço de recompensar o tempo perdido. Tentam compensar os impactos negativos nos filhos, recorrendo a estratégias como auscultação da motivação para o AF; sensibilização para as características e percurso de vida da criança; planeamento de momentos a sós,

“só mãe e filha” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

### ***Solidariedade com a Família de Origem***

O relacionamento com as famílias de origem é geralmente descrito como positivo. Apenas se verificaram conflitos em um dos acolhimentos da FASS2, tendo sido orientada relativamente ao procedimento a ter, pela equipa de acompanhamento.

No início do processo, a família de acolhimento pode sentir alguns receios em relação ao comportamento dos pais da criança que irão receber. Receiam que não aceitem que o filho fique na casa da FA, que sejam conflituosos,

“Sim, sim, tínhamos algum receio que a família não aceitasse muito bem e há casos em que a família biológica pelo menos numa fase inicial não aceita muito bem. Em relação à família era mais apreensiva porque não sabia até que ponto iam reagir bem, iriam interferir, iriam respeitar as regras. As regras que nós pomos aqui em casa, são as regras que qualquer família normal aplica às crianças e que não tem nada a ver, muitas vezes, com as regras das famílias de onde eles vêm. Isso pode ser mal aceite da parte a família deles.” (cuidadora da FAMV3, desempregada com 48 anos).

Algumas famílias de acolhimento excluem a possibilidade de acolher crianças oriundas da comunidade cigana, subentendendo-se que o argumento seja a possibilidade de a gestão do acolhimento, nomeadamente na relação coma família biológica, se revele mais complexo e difícil.

No início do acolhimento, no primeiro contacto entre famílias, a fragilidade dos pais da criança pode gerar desconfiança e medo de perder o/a filho/a para pessoas ainda estranhas, os novos cuidadores. Por seu lado, a família de acolhimento tende a tranquilizar os pais, mencionando que têm os próprios filhos e que não pretendem ficar com a criança, apenas ajudá-la até que os pais estejam preparados para a receber de volta,

“Tentei dar-lhe a perceber que o A vinha para nossa casa, não porque eu queria o A, via-se que ela estava apavorada, levantei-me e mostrei a carteira: *-Estes sim, são os meus filhos, nós só estamos aqui para o ajudar e a si pela perção que eu tinha, ela estava muito cansada. Eu não quero o A para nós, para ficar connosco. Ao ver que foi para uma família e quando lhe disse -Eu sou mãe, tenho dois filhos, não quero o seu filho para mim Parece que ela ficou mais tranquila.*” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

“A miúda ficou mais aliviada, porque o medo dela era que ficassem com o filho. Eu estou aqui para ajudar o teu filho e estou aqui para te ajudar, se é como a Dra. diz, que é enquanto vocês vão organizar a vossa vida, eu estou aqui para vos ajudar. Porque filhos, eu tenho três, eu só te vou ajudar neste ponto”. (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

A família de acolhimento entende que o seu papel é ajudar a criança, porém complementarmente a sua família. Investir em ambos tem um duplo efeito no bem-estar da criança. Se a família mudar, proporcionará à criança um crescimento mais adequado. Para tal sugerem estratégias educativas que têm resultados com a criança, prestam algum apoio a nível alimentar (casos das FAMV1; FASS1), permitem alguma flexibilidade, encaminham a família para os recursos da comunidade, entre outras atitudes que visam promover a relação triangular,

“íamos sempre dizendo *-Faz isto... em casa fazemos assim, fazemos assado*. As famílias têm esse feedback da minha parte, o que resulta bem, o que não resulta. Se eles aplicam isso ou não, é outra história.” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

“O meu marido dava-lhe 20, 40€ para ele ir almoçar com o pai. Eu é que ajudava a família. Pedia massa, fui à Caritas, pedi para me darem, levava cada sacão para os pais, punha mercearia, carne, o que eu podia.” (cuidadora da FASS1, reformada).

“Eu e a B pedimos ao pai para ele ir fazer o tratamento da droga, ele foi fazer, e está a correr tudo bem, está a trabalhar, ela adora-o.” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

Reconhecem deste modo carências económicas e limitações ao nível das capacidades parentais na família origem, razões porque procuraram prestar algum suporte às famílias das crianças acolhidas. Não obstante, reportam e lamentam os retrocessos na evolução da criança quando está com a família de origem,

“Quando voltou para a mãe, ao fim de um mês já tinha perdido tudo o que tinha criado aqui. A maneira de falar já era outra, a maneira de estar já era outra...” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

“O menino andou aquela semana bem, chega o fim de semana, notamos mais quando é a visita, aqueles três dias lá vai o que nós conseguimos.” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, anos).

As famílias de acolhimento consideram importante para a criança a conservação de uma boa relação com a família de origem, esforçando-se para que a criança mantenha o contacto com os seus consanguíneos, pais, irmãos, avós, entre outros,

“O meu marido dava-lhe 20, 40€ para ele ir almoçar com o pai. O pai era muito amigo do menino, para o menino estar sempre com a família biológica. Por vezes pago-lhe o comboio. O meu filho liga-lhe, para não ser a família a pagar.” (cuidadora da FASS1, reformada).

“Não queríamos que a A se sentisse sozinha, tínhamos a preocupação que os irmãos fossem lá a casa, faziam parte da família. Da irmã mais pequena ela sentia falta, porque era como a mãe dela. Chegámos a ir visitar a irmã ao final do dia. Fomos dois anos aos anos do irmão e sempre que havia anos íamos sempre.” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

Tendem a desculpar os comportamentos e incumprimentos dos pais, de modo a que a criança preserve uma imagem positiva dos pais enquanto estão afastados,

“Quando a mãe não vinha, eu tinha que arranjar solução para o menino não ficar triste e então qual era a minha solução, era o comboio, como a mãe vinha de comboio, -*O senhor não esperou pela mãe. Quando a Z estiver com o senhor vai ralhar-lhe.* Eu não queria que o menino tivesse a percepção que a mãe não o queria ver.” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, anos).

Uma boa relação com família de origem significará manutenção contacto com a criança após a cessação do AF, sendo este um dos maiores desejos da família de acolhimento,

“O A foi, fala comigo por *Skype, WhatsApp, Facebook*, a mãe igual. O A chegou ontem de França, porque eu sei que ele foi para França, e vai muitas vezes a minha casa. A mãe já teve outro bebé, eu sempre mesmo de cá a ajudar a mãe no que posso.” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

“Mantemos contacto, porque a mãe, apesar de ser uma pessoa, digamos, com alguma ignorância, consegue perceber que eles têm ligação afetiva connosco e que nós também gostamos deles e portanto a senhora diz - *Quando quiser*.” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

### ***Relevância da Gratidão e Reconhecimento Social***

A gratidão e reconhecimento social pelo papel social que desenvolvem é um fator importante para a motivação e satisfação da família de acolhimento, sendo avaliado quer pelos sentimentos expressos pela criança, quer pela família alargada e amigos, quer ainda pelos serviços, enquanto expressão do reconhecimento social.

As pessoas mais próximas, a família alargada e os amigos da família de acolhimento têm uma participação neste processo de satisfação pessoal no agir solidário, reconhecendo o valor social que a FA representa, elogiando a sua disponibilidade e sublinhando a sua audácia e coragem,

"Parabéns, Z, soube que acolheste uma criança, é preciso ter muita coragem" (cuidadora da FAMV2, assistente operacional em escolas com 41 anos).

As famílias de acolhimento poderão sentir-se especiais, conseguiram ter a iniciativa de fazer algo que poucos outros arriscaram fazer. Sentem que têm mais valor na e para a sociedade, o que se traduz em satisfação e recompensa.

A família alargada tende a incentivar e apoiar a FA, embora casos raros, como a exFAMV que sofreu com a posição da família alargada, chegando ao rompimento dos laços, sem os conseguir recuperar após a cessação. A família considerou que seria um grande acréscimo de trabalho, que não fazia sentido acolher crianças estranhas quando a família de acolhimento tinha filhos biológicos. De modo a não perturbar a família alargada, a FA evita deixar as crianças acolhidas ao cuidado dos pais e sogros,

“parecia que éramos uns criminosos”. (cuidador da exFAMV, profissional de tinturaria). (...) Ela (cuidadora) chegou a ter os meninos na mãe e eles (cunhada, irmão e sobrinhos da cuidadora) fugiam dos meninos (acolhidos), faziam de conta que eram bichos” (cuidador da exFAMV, profissional de tinturaria).

A felicidade que a criança mostra ao estar com a família de acolhimento, o sentimento de pertença àquela família e a evolução que vai tendo, representa para a FA uma compensação e reconhecimento pelo “esforço” ou contributo que fazem quotidianamente. Quando a criança evolui no crescimento, demonstra carinho e que gostaria de pertencer efetivamente à nova família, a FA sente que os esforços quotidianos têm valor, reforçando a satisfação com o acolhimento e a autoestima.

“Do A (rapaz acolhido) foi ele dizer - *Eu nunca te vou esquecer*. Da B (rapariga acolhida) apesar de fazer o que ela fez, eu chorei porque não estava a contar que ela fugisse, foi e é, as mensagens que ela me manda -*Tu és sempre a minha mãe e serás a minha mãe*” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos).

“quando me disse "-Eu gostava que tu fosses a minha mãe, na casa de banho... porque no fundo isso faz-nos sentir bem, dá-nos a perceber que ele realmente está bem, se sente bem. (...) Basta um sorriso do A (criança acolhida)! Lá se foi tudo (aspetos negativos)...” (cuidadora da FAMV5, ajudante familiar, 42 anos).

Não obstante, sentem embaraço, constrangimento e vergonha quando são expostos e fragilizados na presença de outras pessoas (ex. quando criança agride o cuidador num hipermercado; a criança verbaliza a pessoas conhecidas que está farta da FA; ou a criança corrige drasticamente o comportamento disruptivo na presença de técnicos). A desvalorização que a criança transmite à FA conduz à vontade de cessar o acolhimento, como no caso das FASS3 e exFACPCJ.

“Fiquei magoada, ainda estou. Não me arrependi de nada do que fiz, mas estou magoada, nunca esperei que ela dissesse "Estou farta de estar aqui"... não havia

motivo, simplesmente nós queríamos fazer dela uma mulher para o amanhã.”  
(cuidadora da exFACPCJ, professora de cozinha, 38 anos).

O reconhecimento do trabalho que desenvolvem parece ser um fator muito importante para a motivação da família de acolhimento, nomeadamente quando vindo dos técnicos que os acompanham. O respeito, reforço e valorização dos técnicos especializados, “os doutores”, também se revelam como fundamentais ao indicarem que confiam no desempenho dos cuidadores.

“elas (técnicas) confiam muito em mim, e podem!” (cuidadora da FASS2, doméstica, 62 anos).

Por outro lado, nos casos (exFACPCJ e FASS3) em que não foi sentido profissionalismo e acompanhamento adequado da parte dos técnicos, a família de acolhimento desmotiva-se. Em situações de conflito entre a FA e a criança, quando aquela entende que os técnicos advogam a criança em detrimento da FA, sentem-se acusados, desacreditados, desnecessários, inúteis. O seu desempenho é colocado em causa apesar do esforço que possam estar a fazer. Referem que sentem da parte dos técnicos um “apontar o dedo”, expressando desapontamento por alguém não acreditar no que reportam. Querem que lhe deem razão, que não ponham em dúvida o que dizem, que legitimem o seu papel e estatuto.

“Puxou o cabelo ao sr e à sra que foram buscá-la, deu pontapés e eu liguei para a escola, eu dizia -*Alguém tem que acreditar o que está a acontecer*, muitas vezes punham em dúvida o que nós estávamos a passar.” (Cuidadores da FAMV3, desempregada com 41 anos e optometrista, 39 anos).

Estes aspetos indicam que a legitimação do papel de cuidadores parece ser essencial para a manutenção e sucesso do AF.

### ***A Gestão da Perda na Cessação***

Um dos maiores receios enfatizados pelas família de acolhimento é o da fase de cessação do acolhimento. Na realidade, a perda de contacto com a criança com quem partilharam a intimidade, que ajudaram a evoluir e por que nutrem afeto mútuo, indica ser o mais difícil,

“O medo que mais tenho, é perder o contacto definitivo” (cuidadora da FAMV4, doméstica, 44 anos).

O destino da criança causa preocupação e angústia, pois em alguns casos as famílias de acolhimento discordam da avaliação dos técnicos e entendem que a criança não deveria regressar à família de origem atendendo quer às condições habitacionais, quer a outros motivos, sentindo que a criança não ficará bem, e que a progressão que fez com a família de acolhimento retrocederá. Discordam também quando a criança é integrada em acolhimento residencial, considerando mais uma vez que o AF é a medida de colocação mais adequada para as crianças crescerem.

A despedida pode implicar tristeza, insónias, choro.

“um aperto no coração” (cuidadora da FAMV1, cabeleireira, 51 anos)

“viver um inferno” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

As famílias de acolhimento mais experientes criam estratégias para facilitar a desvinculação, como acolher duas crianças, tendencialmente irmãs, em simultâneo para que recebam apoio uma da outra ou criar uma forte rede de relações familiares e de amizade para preencher o vazio.

Muitas famílias de acolhimento mantêm contacto com a criança após a cessação, preservam as memórias vivas através de fotografias, vídeos, e outras recordações. A relação criança-FA é alimentada por conversas telefónicas, com visitas da criança à FA, e com visitas da FA à casa da família de origem ou à unidade de acolhimento de crianças, nas situações de residencialização. Algumas crianças convivem com a FA nas épocas festivas e/ou nas férias. O Natal é a quadra eleita para reforçar os laços e ofertar presentes, mostrando às crianças que continuam a ter o seu espaço no coração dos cuidadores. O contacto apenas acaba na totalidade nos casos em que as crianças são adotadas e a nova família impede o contacto, o que causa mágoa à FA (ex. FAMV3). As primeiras crianças parecem marcar mais e são lembradas com frequência no quotidiano das famílias de acolhimento,

“Lembramo-nos muito deles, no dia-a-dia, vamos às compras e vemos qualquer coisa, - *O B ia adorar isto*. Há coisas que nos fazem lembrar as características de um ou de outro. Ele adorava as camisinhas, as gravatinhas, era um menino muito...” (cuidadora da FAMV3, desempregada, 48 anos).

Não obstante, as famílias de acolhimento associam a desvinculação a sofrimento, que pode ser atenuado com a condução de um processo preparatório progressivo e com a manutenção do contacto com a criança, sendo referido como fundamental manter uma

relação cordial com a família de origem, nos casos em que a criança retorna ao contexto biológico. As FA que vivenciam o primeiro acolhimento evitam falar da cessação, na tentativa de adiar o sofrimento,

“Nós não queremos pensar nisso, estamos conscientes, tivemos a formação. Mas como ainda estamos há pouco tempo, estamos com ela há um mês, vamos estar a sofrer antecipadamente?” (cuidadora da FAMV2, assistente operacional em escolas, 41 anos).

Contudo conhecem algumas situações que deixaram marcas ainda visíveis, reportam depressões profundas. As famílias de acolhimento experientes mostram mais tranquilidade, entendem que irão manter o contacto com as crianças e que o lugar vazio será ocupado por outra criança que também as preencherá.

### ***O Balanço da Experiência: Compensadora***

As famílias de acolhimento refletem sobre o processo e a experiência de ser AF e todas entendem que o balanço é positivo e que voltariam a repetir todos os passos. A confusão em casa, o comportamento disruptivo da criança, a vergonha que sentiram em alguns momentos, a destabilização e o cansaço são tópicos focados que podem ser qualificados como negativos. Não obstante, tendencialmente as FA considerarem que não há aspetos negativos a focar, os momentos menos bons fazem parte do processo. Contrariamente ao que poderia supor-se, mesmo nas situações em que o acolhimento familiar se revela um processo desafiante para a FA, e que em alguns momentos desejou que este cessasse, o balanço continua a ser positivo. Os casos mais relevantes do ponto de vista do desafio e sofrimento reportam-se às experiências das famílias FASS3, FAMV5, exFAMV, exFACPCJ.

“- Teria feito tudo outra vez. - Não há arrependimentos.” (cuidadora da exFAMV, técnica de contabilidade, idade não observada).

“Eu não estou arrependido de nada do que fizemos por ela. Já passou, mas não voltava atrás. Não me arrependi de nada do que fiz, mas estou magoada.” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

“O pior acontece, mas a gente esquece.” (cuidadora da FAMV4, doméstica com 44 anos).

“Não estou arrependido (sorriso).

- Eu também, nada!” (Cuidadores da FAMV3, desempregada, 41 anos e optometrista, 39 anos).

Os aspetos negativos parecem ser compensados com as memórias do afeto, da evolução, do reconhecimento.

O desenvolvimento pessoal e familiar é um dos pontos mais focados para contribuir para o AF compensar, nomeadamente para a união familiar, sentimento de pertença, sensibilidade à fragilidade, espírito de equipa, transmissão de valores, efeito pedagógico nos filhos,

“- Nós crescemos imenso. - Estamos sempre a aprender. Há muitas crianças que precisam de ajuda, de uma família que não têm.” (cuidadores da exFACPCJ, professores de cozinha, 38 e 39 anos).

A evolução, o afeto e o reconhecimento da criança mostram à família de acolhimento que fazem a diferença, que devem continuar em frente, que cumpriram a missão a que se propuseram: ajudar uma criança em perigo a crescer adequadamente. Os cuidadores reportam o valor da experiência,

“disse que o A tinha chegado à escola como um selvagem e saiu como um homem. É um orgulho para mim!” (cuidadora da FAMV4, doméstica com 44 anos).

### ***A Reconstrução da Disponibilidade para Acolher Novamente***

Do ponto de vista da perspetiva futura da disponibilidade para acolher uma nova criança, podem enquadrar-se as FA em três grupos distintos: as “incondicionais” no AF, as “hesitantes” e as “jubiladas”.

As famílias de acolhimento com mais experiência, FAMV1, FAMV3, FAMV4, sentem o AF como um vício, não se imaginam sem crianças, estão disponíveis para acolher duas ou mais em simultâneo e querem ser FA até que algo as impeça. Os amigos e familiares incentivam e apoiam, recebendo as crianças como se pertencessem efetivamente à família de acolhimento.

“Sinto-me capaz, tenho energia para ter mais crianças”. (cuidadora da FAMV1, cabeleireira de 51 anos).

“isto agora é viciante.” (cuidadora da FAMV3, desempregada com 48 anos).

As famílias de acolhimento hesitantes (FAMV2, FAMV5 e ainda as que deixaram de acolher, exFACPCJ e exFAMV) encontram-se no primeiro acolhimento, vivenciando alguns desafios que as fazem oscilar, mas conscientes que estão a desempenhar um papel fundamental para a criança que acolhem. O incentivo das pessoas próximas é frágil, tendencialmente os filhos ou o marido aparentam ter a posição de não receber mais crianças (principalmente no caso das ex FA). As famílias de acolhimento hesitantes refletem sobre um hipotético novo acolhimento, mostrando algumas preferências, nomeadamente por crianças mais novas ou dois irmãos que se apoiem.

I: Imaginam acolher outra criança?

C: Depende, de quando fizermos a despedida da A, como vamos reagir.

I: E antes de ela sair? Imagine que recebe um contato agora para acolher outra criança?

C: Era capaz!” (cuidadora da FAMV2, assistente operacional em escolas, 41 anos).

A designação de famílias de acolhimento “jubiladas” pode aplicar-se às FA que não pretendem acolher mais nenhuma criança, pela idade, sendo já avós e sofrendo perda de capacidades, desejam dedicar-se apenas à própria família, filhos e netos, nomeadamente FASS1 e FASS2, Não são apoiadas a receber novas crianças.

“- Não, é a idade, tenho 62.

- Ela está a ficar cansada.

- E também tenho os netos.” (cuidadores da FASS2, doméstica de 62 anos e reformado com 66 anos).

As cuidadoras que se auto-caracterizam como “viciadas”, são acolhedores “incondicionais” no AF têm já uma longa experiência e não têm trabalho fora de casa, dedicam-se integralmente ao cuidado das crianças como se de um emprego se tratasse, é uma ocupação positiva e gratificante.

No Diagrama 2, abaixo, procura-se captar e integrar as dimensões que melhor ilustram o processo de reconstrução da disposição para a ser família de acolhimento. Os impactos, o sistema de recompensas e a gestão da desvinculação mostram ser os fatores promotores da renovação da disposição para ser família de acolhimento.

Os impactos verificam-se grossomodo ao nível da gestão das expectativas, do quotidiano, o impacto nos filhos biológicos/adotivos e a gestão do comportamento da criança. O sistema de recompensas é alimentado pela valorização e reconhecimento

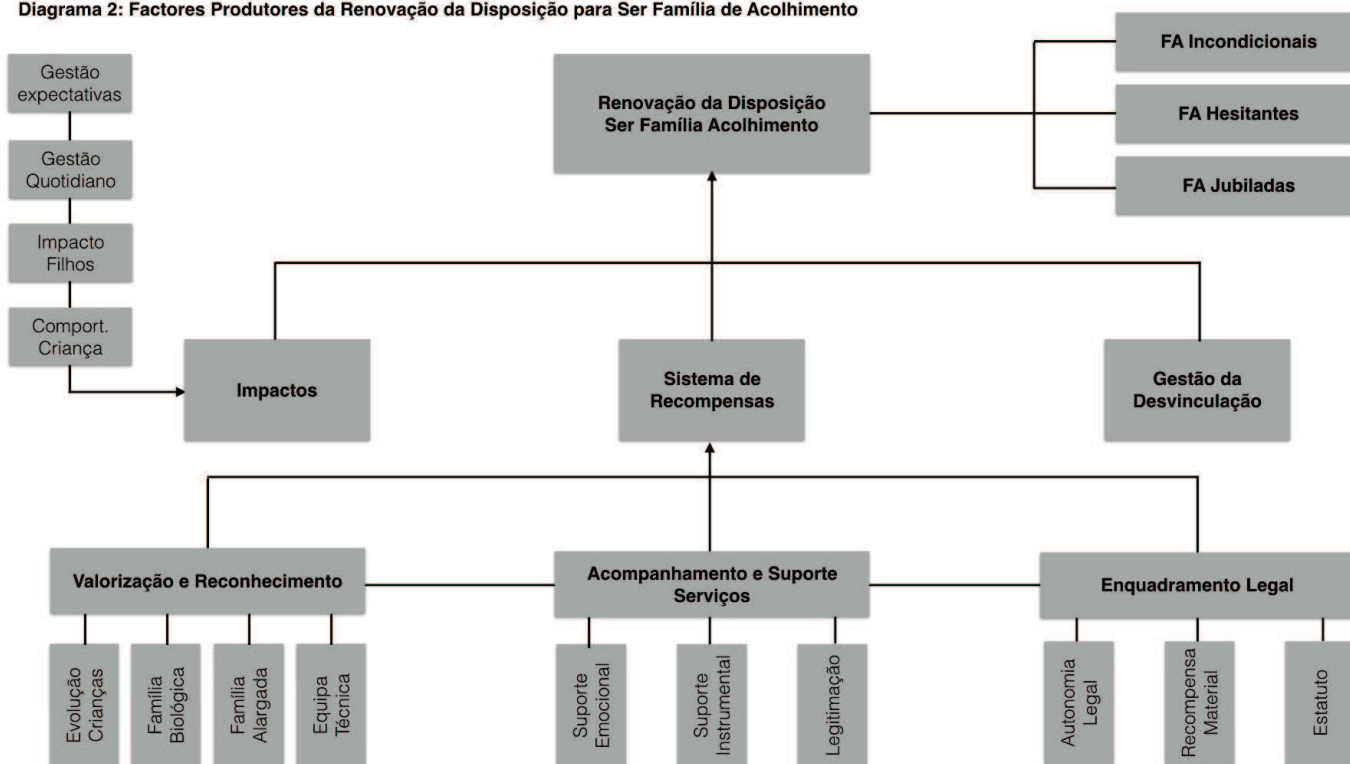
(advindo da parte da criança, da família biológica, da família alargada e da equipa técnica); pelo acompanhamento e suporte dos serviços (grau de suporte emocional, suporte instrumental e legitimação atribuída ao seu papel) e ainda pelo enquadramento legal (autonomia legal, recompensa material e o estatuto). Por último, a gestão da desvinculação, nomeadamente a qualidade da preparação e do acompanhamento da transição da criança no momento da cessação do acolhimento.

Considerando a renovação da disponibilidade para acolher novamente, neste estudo, percebem-se 3 perfis distintos de famílias de acolhimento, as “incondicionais” que se dizem *viciadas* no acolhimento, não se imaginando sem crianças; as “hesitantes” que experienciam o primeiro acolhimento, não tendo ainda uma opinião consolidada, pois não vivenciaram ainda todas as etapas do acolhimento e finalmente, as “jubiladas” que em razão das limitações pessoais como a idade e a saúde, entendem que já deram o seu contributo social e que não têm condições de continuar a ser família de acolhimento.

Figura 10

Diagrama: Fatores Produtores da Renovação da Disposição para Ser Família de Acolhimento

Diagrama 2: Factores Produtores da Renovação da Disposição para Ser Família de Acolhimento



#### 6.4 – Famílias de Acolhimento e Serviços de Acompanhamento

O parecer dos elementos das equipas das instituições de enquadramento que no terreno acompanham a medida e concretamente as famílias de acolhimento revela-se de especial pertinência para este estudo. Assim, após a caracterização dos participantes entrevistados, apresenta-se a sua visão sobre o sistema e a legislação de enquadramento, bem como a sua visão sobre as FA. As entrevistas semiestruturadas realizadas procuraram, numa lógica de triangulação, conhecer as dinâmicas dos serviços e a sua relação com as famílias de acolhimento.

Foram seleccionadas duas entidades. Uma pública e uma privada de modo a ter maior variação quanto ao tipo de enquadramento institucional, respetivamente um Centro Distrital do ISS, I.P. e a Fundação Mundos de Vida.

No que se refere à equipa do Equipa do ISS, I.P. a entrevista foi realizada a duas técnicas superiores que integram as equipas de Acolhimento Familiar do Núcleo de Infância e Juventude. Efetuou-se em dezembro de 2015, nas instalações da entidade, permitindo observar o funcionamento do serviço e alguma documentação relevante.

O serviço acompanhava, à data, 14 crianças integradas em 11 famílias de acolhimento. Uma das FA acolhe 3 crianças em simultâneo, o limite máximo legalmente estabelecido. A entidade não tem recebido novas candidaturas, pelo que o número de FA acompanhadas vem registando um decréscimo acentuado. Os interessados são encaminhados para a instituição particular com a qual o ISS estabeleceu para o efeito um acordo de cooperação. Nos termos da lei, as instituições beneficiárias de acordos de cooperação são objeto de acompanhamento e inspeção técnica pelo ISS, razão pela qual as profissionais entrevistadas detêm conhecimento do desempenho e da dinâmica daquela instituição, motivo pelo qual em vários momentos ao longo da entrevista se basearam em informações e situações das FA acompanhadas pela instituição, em detrimento das FA acompanhadas pelo próprio serviço.

No que respeita à equipa da Instituição Particular de Solidariedade Social, a entrevista foi realizada com a coordenadora das duas equipas da Associação Mundos de

Vida que acompanham as FA. Realizou-se em novembro de 2015, nas instalações da entidade, possibilitando visualizar o enquadramento do serviço que existe desde 2009.

As equipas acompanhavam à data 48 crianças e respetivas FA, num total de 30. No serviço, verificava-se a existência de uma FA a acolher 3 crianças. Em bolsa existiam 50 famílias, a acolher e disponíveis. De acordo com a entrevistada, 95% a 95% das FA têm filhos biológicos.

A análise das entrevistas realizadas aos técnicos traduz algumas divergências nos discursos, denotando uma génese, evolução e dinâmica do serviço distintas. A Fundação Mundos de Vida é tutelada pelo ISS, I.P., cuja experiência de acolhimento se verifica de há 10 anos a esta parte.

A Equipa A apresenta uma visão mais negativa do acolhimento familiar por analogia à Equipa B. Retrata casos de acolhimento mais atípicos e de insucesso que sustentam as preocupações que expressa em relação ao alargamento da aplicação da medida.

#### **6.4.1 – A Motivação das Famílias de Acolhimento: A Visão dos Serviços**

No entendimento dos técnicos, a tomada de conhecimento da existência do acolhimento familiar advém principalmente das redes sociais digitais, e das campanhas realizadas pela Fundação Mundos de Vida, com a distribuição de folhetos em estabelecimentos escolares e cartazes nas ruas,

“mais comum é a internet, as redes sociais, os folhetos que colocamos nas escolas e os outdoors” (Equipa B).

Antes de iniciar o processo, as famílias poderão ter fraca informação sobre o acolhimento familiar, considerando mesmo que têm uma perspectiva algo fantasiada da medida, desconhecendo as implicações e exigências do processo de acolhimento. As exigências do acolhimento são multidimensionais, os desafios centram-se nomeadamente o contacto com a família de origem da criança e na relação com os serviços, inclusivamente jurídicos.

“Eu acho que as famílias têm uma visão um bocado romanceada, poética (...) não estão conscientes de que de facto isto tem muitas implicações, - *Tenho que ir a tribunal, receber na minha casa o pai que bateu na Joana* (nome fictício), e ser capaz de dizer à Joana que o teu pai está a melhorar, ele gosta de ti, vamos trabalhar com ele, até vai almoçar connosco, há coisas que já mudaram. Isto é exigente. (...) Isto é de um nível de exigência e complexidade que as famílias, algumas, não estão conscientes disto.” (Equipa A).

Com vista à tomada de conhecimento e preparação para a execução do acolhimento, as equipas desenvolvem ações de formação dos novos candidatos a cuidadores. Não obstante, as famílias tendem a desconhecer os impactos que o acolhimento terá nas suas vidas pessoais, familiares e nos seus filhos.

“por muita formação e informação que a equipa dê, as famílias nem sempre estão disponíveis ou nem sempre estão conscientes do impacto que o acolhimento vai criar nas suas famílias. Na sua dinâmica familiar, nos seus filhos” (Equipa B).

No ponto de vista dos técnicos a motivação das famílias de acolhimento aparenta estar focada nos valores do altruísmo e solidariedade, disponibilizam-se as famílias para ajudar uma criança. Outro motivo para o envolvimento no AF, será o pedagógico, visando a transmissão de valores aos próprios filhos.

“têm essencialmente uma motivação solidária, o sentimento de ajuda e de ajuda a uma criança e também uma ajuda temporária (...) E também o motivo pedagógico, querem ensinar aos filhos biológicos os valores.  
” (Equipa B)

Admitem que poderá haver candidatos com interesses económicos, nomeadamente como substituição de um emprego,

“Quando esta crise económica rebentou, há uns quatro anos atrás, era frequente nos balcões da Segurança Social, era frequente virem pessoas para se inscreverem como FA ou ama. A motivação era económica, estavam numa situação de desemprego e isto poderia ser uma vida (...). As amas que vão ficar desempregadas, e perguntaram, eu encaminhei para a Associação Mundos de Vida, mas a motivação era económica.” (Equipa A).

As famílias de acolhimento acompanhadas, ainda à data, pelo ISS, I.P. iniciaram o processo por outras vias, com um diferente enquadramento legal. A iniciativa partia de um profissional da área social, como um convite, face à emergência de uma necessidade de colocação. A emergência poderia ser oriunda de uma situação de desproteção infantil ou não se verificando qualquer fragilidade familiar, decorrer da necessidade de acolher crianças portadoras de deficiência oriundas de zonas geográficas distantes que frequentavam estabelecimentos de ensino de referência na localidade.

“foi espancado pelo companheiro da mãe. Na altura os serviços disseram *-Ele fica aí esta noite, não se importa?* e depois tornou-se FA” (Equipa A).

“começou por ter miúdos que vinham de Viana, surdos-mudos e ela está localizada próxima dessa escola, estavam lá, mas iam ao fim-de-semana para casa, os pais não eram maus-pais” (Equipa A).

A motivação dos candidatos para receber crianças pode prender-se com critérios predefinidos, nomeadamente relacionados com as características da criança, como a idade. As FA preferem receber crianças mais pequenas com a perspectiva que seja mais fácil gerir o seu comportamento e integrá-los na sua família,

“mais fácil haver famílias a candidatarem-se e a estarem motivadas para esta faixa etária<sup>10</sup> (dos 0 aos 6 anos).” (Equipa A).

No que se refere às expectativas iniciais, os medos dos candidatos centram-se no corte absoluto dos vínculos com a criança, e de a criança não se adaptar à família, parecendo por vezes recear pelo próprio desempenho,

“medo da despedida, ou melhor de não contactarem mais com a criança (...) medo que a criança não se adapte à família, mais do que o contrário.” (Equipa B).

O carácter transitório da medida e a relação com a família de origem não aparentam preocupar os candidatos, na visão da Equipa B,

“estão disponíveis para a família de origem e para aceitarem que é uma situação temporária” (Equipa B).

As FA esperarão ser recompensados com gratidão pela tarefa que desenvolvem, considerando que é socialmente expectável que sejam os progenitores a cuidar adequadamente dos próprios filhos biológicos,

“algumas famílias partilhavam *-São uns ingratos, demos tanto, os sacrifícios que fiz por ele. (...)* espera da gratidão, recompensa, de alguém que esta a fazer o que os outros não fizeram e tinham obrigação que eram os pais” (Equipa A).

#### 6.4.2 – A Experiência das Famílias de Acolhimento: A Visão dos Serviços

---

<sup>10</sup> A segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, portanto, a Lei n.º 142/2015, de 08 de Setembro indica que as crianças dos 0 aos 6 anos sejam integradas preferencialmente em acolhimento familiar, em detrimento do acolhimento residencial.

A experiência do acolhimento para as famílias, na perspectiva dos técnicos de acompanhamento revela-se positiva,

“É muito satisfatório. Elas sentem que recebem mais do que dão” (Equipa B).

Contudo, é considerada uma tarefa muito exigente, quer pelo envolvimento emocional que implica, nomeadamente a vinculação à criança que acolhem, quer pela necessidade de desempenhar diversas e complexas ações no âmbito processual do acolhimento,

“É muito exigente ser FA, mesmo que seja temporário, que é isso que se perspetiva, é muito exigente do ponto de vista até emocional, das próprias famílias, inevitavelmente as pessoas se vão ligar, mas tem de haver uma consciência que há uma linha entre aquilo que sou eu que me entrego, afetivamente, emocionalmente, mas também todo o trabalho que tenho que fazer” (Equipa A).

No que concerne aos impactos da experiência do AF, os profissionais percebem que os cuidadores nem sempre os conseguem antecipar na globalidade.

“tenho que ter a noção que a minha vida vai mudar” (Equipa A).

A criança que acolhem no espaço íntimo causa impacto quer no casal quer nos filhos,

“o acolhimento e aquela criança interfere na dinâmica da família e interfere com o filho obviamente e claro que depois essas circunstâncias (filhos pequenos e dinâmicas familiar exigentes) são difíceis de gerir pela família.” (Equipa B)

Os impactos incidem sob todos os intervenientes, a família de acolhimento, a criança e a família de origem. A FA tem de lidar com a criança no seu todo, inclusivamente com o contexto do seu percurso de vida prévio ao acolhimento familiar.

“(…) não sou só eu, a minha família que já tenho, uma criança e a família daquela criança. Aquela criança quando entra na minha casa não deixa para traz a história dela” (Equipa A).

À família de acolhimento é solicitado que tenha abertura para receber a criança, a sua família de origem e os técnicos dos diversos serviços no âmbito da proteção infantil.

“Tem de ser muito aberta à família biológica, à equipa da Mundos de Vida, da Segurança Social, da CPCJ, ao tribunal, tem de ter as portas abertas para este acompanhamento” (Equipa A).

Os aspetos económicos e fiscais são colocados em segundo plano, nunca sendo referidos à Equipa B. As FA entendem que devem assumir as despesas inerentes à criança que acolhem.

“assumem todas as despesas e nunca referem esse aspeto (...) nem fiscal, nunca referem” (Equipa B).

Contudo as entrevistadas admitem a necessidade de maior apoio às FA, no âmbito económico, fiscal, laboral, com um conjunto de incentivos e valorização pelo trabalho que desenvolvem. Sublinham que uma criança implica muitas despesas.

“melhorar muito o sistema de apoio às famílias de acolhimento desde o sistema remuneratório, portanto o valor que é pago, o sistema fiscal. A valorização mesmo em termos dos direitos laborais que não têm, porque a família falta, não pode apresentar justificação, porque a criança não lhe é reconhecida, e portanto logo por maior incentivo a vários níveis para as famílias de acolhimento” (Equipa B).

“uma das questões importantes que pesará, é a componente económica, é muito pouco aquilo que é pago, (...) nós sabemos que um filho, uma criança, custa dinheiro.” (Equipa A).

Os momentos mais positivos da experiência dizem respeito ao afeto, reconhecimento e evolução da criança após a integração na família de acolhimento. Para a FA é importante perceber a diferença que provocou na vida da criança e receber afeto da parte da criança.

“o reconhecimento do que fazem por ela (...) o desenvolvimento da criança, a evolução que vai fazendo. As palavras e os atos de afeto, a demonstração de gratidão” (Equipa B).

“é a relação, sentem-nos como filhos (...) Quando há uma entrega de parte a parte, quando ultrapassam os constrangimentos.” (Equipa A).

As crianças são tratadas como da família, quer pelos cuidadores, quer pelos filhos que vêm nelas um novo irmão,

“Tratavam-se por *pai, mãe, filho* (exemplificando uma FA com o enquadramento legal já revogado) apesar de ser um acolhimento (...) fazem parte da família e até mais tarde, quando se autonomizam, continuam a ver aquela família como sendo a própria, a família deles” (Equipa A).

“dizem: - *São como dois irmãos*” (Equipa B).

O desenvolvimento dos próprios filhos, complementarmente, revelam progressos positivos despoletados pela interação com a criança acolhida que é muitas vezes mais autónoma, devido ao contexto onde cresceram,

“ficam mais autónomos, perdem medos, ficam mais responsáveis, porque brincam em conjunto e aprendem, desenvolvem-se muito mais. Porque normalmente estas crianças são mais desenrascadas “(Equipa B).

Porém, admitem que em alguns casos, há lugar a ciúme entre os filhos e a criança acolhida, recusando a criança. O mal-estar familiar pode levar o casal à disruptura do acolhimento,

“o filho recusou a criança, por ciúmes, tinha três anos. Mas só um, em que a família desistiu (...) não estão disponíveis, quando o acolhimento interfere com os filhos e quando há alguma incompatibilidade com um filho ou um dos filhos e o acolhido.” (Equipa B).

Entre os pontos mais negativos da experiência do acolhimento, é referenciado pelos profissionais a dificuldade em lidar com os comportamentos da criança que pode levar ao desgaste ou ao cansaço dos cuidadores. São crianças com características desafiantes, frequentemente mais resistentes e revoltados, sendo mais difícil gerir a relação. A maior preocupação parece estar relacionada com o sucesso escolar,

“miúdos na faixa etária dos dezasseis anos ou dos quinze, depende das experiências de vida, do percurso de vida, (...) Sejam muito resistentes, toda a carga emotiva, revolta que trazem, depois disparem no sentido de quem está ali com eles, este processo é muito mais exigente para a família, sem dúvida.” (Equipa A).

“A maior dificuldade é gerir os conflitos entre as crianças, as regras. Mas um dos maiores problemas é a escola, a realização dos TPC (trabalhos para casa), porque são crianças com insucesso, desmotivação e os pais querem que corra bem. E depois as férias.” (Equipa B).

A referência às férias deixa nas entrelinhas duas possibilidades. Por um lado, a preocupação de se centrar no cuidado direto à criança, por conseguinte, a necessidade de um acompanhamento mais intensivo, por outro lado, o período de férias que poderão partilhar com a família biológica e portanto retroceder na evolução conseguida pelos cuidadores.

No que se refere ao contacto com as famílias de origem, as equipas têm opiniões distintas, variando entre a disponibilidade da FA para a relação com a família de origem e a dificuldade/incapacidade para lidar com elas.

“a FA tem um papel muito importante junto da família biológica. Da experiência que tenho isso não existe ou coloca-se quando as famílias biológicas não são assim tão complexas, não colocam tantos problemas e é mais fácil de lidar. As FA não estão preparadas para lidar com, nos momentos de visita, as famílias biológicas daquelas crianças.” (Equipa A).

Não obstante, tendencialmente as famílias de acolhimento não desistem,

“Destas, que tenha conhecimento não” (Equipa A).

Percebe-se essa preocupação, pois a família de acolhimento não tem plena obrigação de manutenção do acolhimento, constituiu-se enquanto um recurso difícil de controlar pelos serviços, podendo provocar instabilidade e incerteza no sistema.

“A instituição está obrigada a ter a criança, a família de acolhimento não” (Equipa A).

Ao longo da entrevista realizada à Equipa A foram sendo tecidas algumas comparações entre o acolhimento familiar e o acolhimento residencial, validando a necessidade de conhecer com maior profundidade as famílias de acolhimento com vista a superar a necessidade de existência de mais vagas e naturalmente de mais famílias candidatas.

#### **6.4.3 – A Renovação da Disposição para o Acolhimento: A Visão dos Serviços**

Sem prejuízo da existência de exceções associadas à experiência / percepção de insucesso no acolhimento, tendencialmente as famílias de acolhimento estão dispostas a acolher novas crianças, uma vez iniciada a experiência.

Verifica-se, complementarmente, a existência de famílias de acolhimento disponíveis para acolhimentos prolongados, pretendendo cuidar da criança até à adultez,

“temos famílias que estão dispostas a acolhimento mais prolongados, também temos isso: - *Não, eu posso ajudar até à sua autonomização.* (Equipa B).

Do ponto de vista dos técnicos, a disponibilidade familiar para receber novas crianças em acolhimento, pode estar correlacionada com a qualidade da cessação anterior, com a sensação de dever cumprido, ou com a concretização/frustração das expectativas iniciais. No primeiro aspeto, focam a forma como é conduzido o processo de transição e desvinculação da criança, pois se a vontade da FA não é respeitada, pode entrar num estado de sofrimento. No segundo, percebe-se que algumas famílias pretendem dar o seu contributo para a sociedade, cuidam de uma criança desprotegida, e com a cessação do acolhimento, fecha-se o ciclo, conclui-se também o seu dever social.

E por último, a imagem social do acolhimento poderá estar distorcida e “romanceada”, afastada do impacto real que provoca.

“por vezes tenha que ver com a circunstância, pelo motivo pelo qual a criança saiu” (Equipa B).

“por via da própria legislação, da conceção e do que está subjacente à própria legislação, tem que ver com o sentido de missão e de missão cumprida (...) uma família propôs-se a acolher uma criança, acolheu, o acolhimento terminou ou porque a criança concretizou o seu projeto de vida e a família achou que cumpriu o seu dever, ajudou uma criança” (idem).

“há famílias que foram uma vez e desistiram de ser, porque a experiência não foi tão positiva, o que imaginaram.” (Equipa A).

Percebem que quando o insucesso do acolhimento está ligado à incapacidade dos cuidadores, estes tencionam fazer uma nova tentativa,

“quando a família sente que as maiores dificuldades foram na sua gestão, na gestão do seu tempo, as famílias ainda podem ponderar um outro acolhimento: - *E aquele não correu bem porque era um adolescente e eu se calhar não estava preparada, e porque não fui assertiva o suficiente, e porque aquela criança era muito manipuladora, e eu não soube gerir a situação, etc. etc.* E até podem dizer: - *Não, estou disponível para outro, este não correu tão bem, mas eu estou disponível para outro.* (Equipa B).

Quando a disruptura se fundamenta em conflitos entre os filhos e a criança acolhida, os cuidadores poderão desistir totalmente do projeto do acolhimento familiar.

“Ao contrário, já não estão disponíveis, quando o acolhimento interfere com os filhos e quando há alguma incompatibilidade com um filho ou um dos filhos e o acolhido.” (Equipa B).

Ambas as equipas referem a necessidade de maior investimento no âmbito das políticas sociais para aumentar a motivação dos possíveis candidatos e a manutenção das famílias de acolhimento experientes, com vista ao bem-estar as crianças em colocação extra-familiar.

## **CAPÍTULO 7 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

## Cap. 7 - Discussão dos resultados

Procede-se neste capítulo à discussão dos resultados do estudo empírico sobre as famílias de acolhimento em Portugal apresentados no capítulo anterior. Considerando os objetivos do estudo e a revisão de literatura elegeram-se quatro dimensões principais, a saber: motivação para o acolhimento; experiência enquanto família de acolhimento; renovação da disponibilidade para ser família de acolhimento e sistema de acompanhamento técnico às famílias de acolhimento familiar de crianças.

Este estudo sustenta que a **motivação das famílias**, para acolher uma criança em situação de desproteção, está enraizada nos valores do altruísmo, e é suportada pelo afeto por crianças e pela sensibilidade à desproteção que afeta muitas crianças no nosso país. Percebe-se que o altruísmo não é incondicional, considerando a importância do bem-estar da própria família. A valorização da família, como contexto indicado para a socialização das crianças conferindo-lhes assim o direito a crescer em família, está igualmente na base da disposição para ser família de acolhimento, e ao mesmo tempo estabelece os seus limites, ao tornar visível que a disposição para o acolhimento familiar é reavaliada quando o acolhimento de crianças afeta de forma sensível o equilíbrio familiar estabelecido. Estes resultados, observados no estudo qualitativo sobre as famílias de acolhimento em Portugal, estão em linha com outros estudos nacionais e internacionais, designadamente de Schofield, Beek, Sargent e Thoburn (2000), Delgado et al. (2013), Howell-Moroney, (2014), Leschied et al. (2014) que destacam igualmente os valores altruístas focados na criança ou no contributo para a sociedade; o desejo de promover uma boa casa para a criança; providenciar amor para uma criança e um lar a quem se encontra acolhido numa instituição; ajudar uma criança com problemas especiais e ajudar a comunidade/sociedade na tarefa de proporcionar níveis adequados de proteção e desenvolvimento às crianças.

Estes aspetos, associados à biografia pessoal e profissional, e ao contacto direto ou indireto com o acolhimento residencial ou outros contextos de desproteção, são segundo o presente estudo fatores que concorrem para a predisposição para famílias, de diferentes tipos, se tornarem família de acolhimento. Este é um aspeto pouco focado

pela literatura internacional e nacional sobre famílias de acolhimento realçando a contribuição da pesquisa para o estudo do acolhimento familiar e particularmente para o processo de construção da motivação. Para além da componente biográfica, que se pode apresentar como mais evidente no estudo de processos atitudinais, o contacto com experiências de desproteção surge-nos como um elemento explicativo sugestivo, nomeadamente para famílias de acolhimento-não-profissionais. De facto, alguns estudos evidenciam a influência da trajetória profissional de cuidadores, enquanto enfermeiros, professores ou outros profissionais na área social com trabalho com crianças ou famílias carenciadas no passado, nomeadamente as famílias com características-quase-profissionais (cf. Schofield, Beek, Sargent e Thoburn, 2000). Outros estudos assinalam ainda, como fatores geradores da motivação, a importância do conhecimento de famílias de acolhimento, ou das novas famílias de acolhimento serem integradas por filhos de cuidadores (cf. Nutt, 2006; Del Valle et. al., 2008 e Delgado, 2007). No presente estudo, apenas uma cuidadora tinha conhecido uma família de acolhimento, no seu contexto profissional, projetando o desejo de futuramente ajudar uma criança de forma mais intensiva, uma vez que no seu quotidiano observava muitas crianças com grandes necessidades do ponto de vista emocional e da satisfação dos cuidados básicos.

A advocacia da causa do acolhimento familiar, como o que é desenvolvido de forma particularmente ativa pela Fundação Mundos de Vida, no entanto só terá impacto quando a predisposição para ser família de acolhimento já se encontra ancorada nas potenciais candidatas. Este estudo mostra que os participantes aquando do processo de sensibilização e recrutamento que esta organização realiza, estavam já previamente predispostos a participar no apoio a crianças em situação de carência, de forma mais ou menos consciente. Os *outdoors* e folhetos que encontram, com imagens apelativas de crianças, funcionam como um catalisador que desperta o desejo, por vezes, já latente, de acolherem uma criança, ou poderão induzir a vontade de se tornar família de acolhimento, expresso nomeadamente pelos(as) filhos(as). Os relatos positivos de experiências de crianças acolhidas e de famílias acolhedoras em vídeos que a Mundos de Vida vai divulgado alimentam e reforçam a predisposição, conduzindo à decisão final de candidatura. Os relatos recolhidos mostram a importância da diversidade de abordagens e de instrumentos utilizados na difusão e advocacia da figura da família de acolhimento de crianças e jovens em perigo.

Os dados empíricos mostram também motivações autocentradas, pois acolher uma criança pode satisfazer a ambição de realizar desejos pessoais (“A menina... a menina que eu nunca tive, não sei se me está a entender... Tenho um menino, nunca quis ter mais” – cuidadora), proporciona relações fraternas ao filho unigénito. Confere bem-estar familiar, alegria, autoestima, sentido de utilidade social, e inclusivamente pode evitar estados depressivos, dando sentido à vida quotidiana, como uma ocupação e uma companhia. Nutt (2006) percebeu no seu estudo que uma participante, cuja mãe cometeu suicídio, erige as crianças acolhidas como o seu fundamental significado de vida. Sem eles, estaria deprimida. O acolhimento familiar deu-lhe um sentido de vida.

As motivações podem ser centradas na criança (*child-centered reasons*), no próprio (*self-oriented reasons*) e na sociedade (*society-oriented reasons*), sendo que a maioria das famílias se envolve no acolhimento familiar por razões centradas na criança (cf. Maeyer et al., 2014; Rhodes et al., 2006). Howell-Moroney (2014) observou motivações autocentradas, como o desejo de ser amado por uma criança, em quase metade dos participantes do seu estudo. De salientar que encontrou mais motivos autocentrados em pessoas que não apresentavam motivações religiosas. Acolher pode ser ainda uma forma de ganhar autoestima, obter uma recompensa emocional, curar as feridas do passado ou uma forma de emprego competente (Schofield, Beek, Sargent e Thoburn, 2000). Satisfazer o desejo de “preencher o ninho vazio” quando os filhos biológicos são mais velhos, a falta de esperança de adotar uma criança ou o desejo de providenciar companhia para o filho (Leschied et al, 2014) são outras das motivações assinaladas na literatura.

Do ponto de vista da conveniência económica, não raras vezes associada à representação social dominante das famílias de acolhimento, o nosso estudo é consistente com os resultados de outras pesquisas internacionais (Nutt, 2006; Doyle e Melville, 2013). Como os resultados evidenciam, os cuidadores não manifestam em primeira instância interesses económicos, afirmando que o dinheiro não conta, e considerando que as crianças acolhidas merecem amor incondicional e estão para além do valor que recebem. Ainda que se observe, como é referido no depoimento de uma equipa de acompanhamento técnico, que poderá haver candidatos com interesses económicos, nomeadamente ao encararem o acolhimento familiar como substituição de um emprego. Os cuidadores, nos seus depoimentos, parecem não encarar o acolhimento familiar como via da profissionalização da mulher, centrando-se mais no domínio da

realização pessoal e familiar e / ou como uma ocupação saudável. De qualquer forma, como foi assinalado pelos profissionais de uma das equipas de acompanhamento, não é o facto de receber um valor compatível com o seu desempenho, e com as despesas inerentes à criança acolhida “que torna a medida menos afetuosa”. Esta dimensão ganha uma acrescida significação quando se levam em linha de conta os limitados valores que as famílias de acolhimento em Portugal recebem do sistema de segurança social como recompensa do serviço à comunidade e reembolso pelo acréscimo de despesas familiares com a criança acolhida. As famílias de acolhimento acabam por fazer sacrifícios pessoais que não deveriam ter de fazer, ainda que os participantes entendam que tal faz parte do compromisso que assumiram. Delgado (2007: 45) baseando-se na literatura, assinala, no entanto, que a tendência que se verifica a nível internacional mostra seguir no sentido da profissionalização, apesar das apreensões que possam ser verificadas no que diz respeito ao desaparecimento da informalidade e do altruísmo que caracterizam o acolhimento familiar de crianças.

Do ponto de vista da **experiência do acolhimento**, esta é vivenciada pelos acolhedores com desafios e recompensas. Para os participantes do estudo, ser família de acolhimento constitui uma experiência compensadora considerando o reconhecimento da criança, da família, da comunidade e dos técnicos. Inclusivamente nas situações em que os acolhedores ponderaram desistir e / ou que o acolhimento se reveste de aspetos negativos, continuam a referir que “valeu a pena” e que repetiriam todos os passos. O desenvolvimento pessoal e familiar, bem como o impacto positivo no desenvolvimento da criança (cf. também Amorós e Palacios, 2004; Nutt, 2006; Delgado et al., 2013), são dos pontos mais valorizados na experiência. Aspetos assinalados também pelos técnicos entrevistados.

A chegada da criança é um momento de alegria e emoção. A criança é desejada e integrada como se se tratasse de mais um familiar, à semelhança do referido pelos técnicos e pelos estudos de Oliveira (2012) e Blythe (2013a). As relações assumem características de parentalidade e fraternidade, inclusivamente no seio da família alargada e do grupo de amigos dos cuidadores. A dinâmica pessoal e familiar altera-se, contudo, as mudanças são tidas com naturalidade no processo. Verificam-se ajustes no espaço físico, nos horários e nas rotinas. Numa posição mais contrastada, Nutt (2006) assinala que o acolhimento pode mudar “completamente” as vidas das famílias, pois o sistema espera que sejam muito mais do que apenas cuidadores. Os técnicos de uma das

equipas recordam que à família de acolhimento é solicitado que tenha abertura para receber a criança, a sua família de origem e os técnicos dos diversos serviços no âmbito da proteção infantil, nomeadamente a comparência em tribunal (cf. Nutt 2006). Tribuna e Relvas (2007) admitem que a conciliação entre os diversos subsistemas do acolhimento familiar (pais biológicos; crianças; família de acolhimento e serviços) pode complexificar a experiência para os acolhedores, admitindo que comunicações e relações claras entre eles poder trazer estabilidade à triangulação que se estabelece. Entre os participantes do estudo os procedimentos e articulações são entendidos como fazendo parte do processo, cientes que estão das exigências da função que assumiram. Mostram disponibilidade para receber os técnicos de acolhimento e serem supervisionados, bem como para providenciar as visitas com a família biológica. Os dados recolhidos indiciam que para os cuidadores poderá ser complexo ter crianças acolhidas em simultâneo cujos progenitores são distintos. O agendamento com uma ou duas progenitoras e paralelamente com um ou mais progenitores acarreta uma sobrecarga familiar, do ponto de vista da despesa e de tempo nomeadamente com as deslocações. Aspeto que indicia que para as famílias de acolhimento quando se prevê a manutenção do contacto com a família biológica facilitará acolher crianças germanas.

Apenas duas das famílias assumem o desgaste e o cansaço provocado pela experiência, admitindo, conseqüentemente, ponderar cessar o acolhimento. O cansaço está diretamente relacionado com o comportamento da criança que acolhem, podendo viver momentos de instabilidade, no entanto, ver a satisfação da criança acaba por mitigá-lo e por recompensar a experiência. Não obstante, no estudo de Triseliotis et al. (2000), alguns acolhedores admitem a necessidade de fazer uma pausa para descansar entre acolhimentos. Este estudo não evidencia essa necessidade, podendo mesmo considerar-se que contraria essa tese, pois as famílias mais experientes são inclusivamente as mais disponíveis para continuar a acolher ininterruptamente. Denota-se uma maior sobrecarga nas cuidadoras cujos maridos são menos ativos e envolvidos no acolhimento, por força do horário, local de trabalho ou da motivação para o acolhimento familiar. Philip (2016) defende que os cuidadores, homens, são subestimados e estereotipados, entendendo que têm grandes capacidades ao nível da educação, cuidado e disciplina das crianças acolhidas, sugerindo que os técnicos ajudem o homem enquanto cuidador a negociar papéis no âmbito do acolhimento.

Deste ponto de vista se percebe a importância do suporte intrafamiliar e da cooperação entre os seus membros familiares. As cuidadoras são as principais prestadoras de cuidados quer à própria família quer à criança acolhida. A sobrecarga é diminuída e a satisfação familiar aumenta quando se verifica a existência de uma equitativa distribuição de tarefas (entre os cuidadores e inclusivamente com os filhos). Ambas as equipas entrevistadas desconhecem, no serviço em que estão inseridas, a existência de famílias de acolhimento que tenham efetivamente cessado o acolhimento por iniciativa própria.

Os filhos tendem a ficar satisfeitos com a presença da criança acolhida e a colaborar na prestação dos cuidados básicos, na supervisão, brincadeiras e no percurso escolar. Constroem uma relação fraterna. Admitem ter ciúmes em algumas situações, considerando que repartem a atenção dos pais com a criança acolhida. Alguns cuidadores afirmam dar mais atenção e tempo à criança em detrimento dos filhos, na tentativa de compensar o que não tiveram no passado. Tentam compensar os impactos negativos do acolhimento nos filhos, recorrendo a estratégias como auscultação da motivação para o acolhimento familiar; sensibilização para as características e percurso de vida da criança; e planeamento de momentos a sós (pais-filhos) sem a presença da criança acolhida. A literatura internacional (Höjer et. al., 2013) sugere ainda que envolver os filhos na decisão de acolher; informá-los sobre o acolhimento familiar e sobre cada criança em particular; identificar momentos protegidos para os seus filhos; limitar a informação; permitir discutir os problemas; e prepará-los para a cessação do acolhimento suaviza o impacto. Experimentando o acolhimento de outra criança, os filhos podem desenvolver valores de solidariedade, partilha e fraternidade ou apenas sofrer e revoltar-se, criando conflitos. Nas situações de recusa, de modo a proteger a unidade familiar, os cuidadores tendem a equacionar desistir do acolhimento e a adiar novos acolhimentos. Nutt (2006) obteve resultados significativos, de filhos de cuidadores marginalizados pelas vidas dos seus pais, enquanto acolhedores, evocando o papel das autoridades na proteção também dessas crianças. Sendo esta uma questão sem dúvida relevante, a evidência recolhida parece não ser suficiente para confirmar a marginalização ou a necessidade da intervenção dos serviços na proteção dos filhos dos cuidadores. Contudo, é possível admitir que os filhos de menor idade podem sofrer mais com o acolhimento do que os mais velhos, considerando que requerem mais atenção da parte dos pais. As famílias de acolhimento que no presente estudo deixaram de acolher

são as que cujos filhos parecem ter sofrido com o acolhimento de outra criança, e que afirmam que no futuro, quando os filhos forem mais velhos e eventualmente autónomos do agregado, tencionam voltar a ser família de acolhimento.

O relacionamento com as famílias de origem é geralmente descrito como positivo. Apenas se verificaram conflitos em um dos acolhimentos. A família de acolhimento tende a criar empatia com os pais, tranquilizá-los e partilhar estratégias educativas. Não raras vezes percebem a escassez económica e material, concedendo ajuda, como exemplo, apoio alimentar. Ajudando a família biológica, ajudam a criança. A família de origem, em alguns casos, passa a fazer parte da família de acolhimento, dado o contacto frequente e as partilhas do quotidiano, nomeadamente da tarefa de cuidar e educar a mesma criança, aspeto confirmado por Cleaver (2000) e Nutt (2006). Uma boa relação com família de origem significará manutenção do contacto com a criança após a cessação do acolhimento, sendo este um dos maiores desejos da família de acolhimento. Muitos participantes compreendem que têm ambas que respeitar o direito ao convívio com a criança e *partilhar a parentalidade* como é assinalado por Riggs (2015). Tribuna e Relvas (2007: 65) consideram o conceito de *dupla parentalidade paradoxal*, entendendo que se “sujeita a criança a uma comunicação com dois níveis lógicos [entre a família biológica e a família de acolhimento] inconciliáveis”. Por um lado, uma *parentalidade de lealdade* do subsistema dos pais, expressa tendencialmente de forma não-verbal (passando diretamente ao ato), com passividade e inadaptação social e por outro lado, uma *parentalidade funcional* do subsistema da família de acolhimento, que se expressa verbalmente e valoriza a adaptação aos valores sociais normativos. Curiosamente, no que se refere ao contacto com as famílias de origem, as equipas entrevistadas têm opiniões distintas, variando entre uma visão que sublinha a disponibilidade da família de acolhimento para a relação com a família de origem, e a que assinala a dificuldade / incapacidade para lidar com elas. Quer Riggs (2015), quer Nutt (2006) nos seus estudos admitem que as famílias de acolhimento têm um papel frágil e ambíguo quando se comparam à família de origem e aos técnicos, do ponto de vista do poder legal e autoridade.

Em linha com estudos nacionais e internacionais (nomeadamente Amorós e Palacios, 2004; Martins, 2004) e com o referido pelas equipas de acompanhamento, o maior desafio parece estar relacionado com a gestão do comportamento desafiante da criança que acolhem no seu espaço de intimidade. Percebem e respeitam as

características e história de vida da criança. Recorrem a estratégias que utilizaram no passado, com os próprios filhos, mostrando que a experiência com crianças lhes confere mais competências. Delgado et al. (2013: 27) recorda que os acolhedores não dispõem de uma liberdade na tomada de decisões equivalente à que caracteriza a relação com os seus filhos, nem o comportamento das crianças acolhidas se pode comparar, na maioria das situações, aos comportamentos daqueles últimos. Roubar, mentir, destruir, bater, tomar drogas, fugir são alguns desses comportamentos.” Para estas famílias acolher significa formar, mas acima de tudo ressocializar, admitindo que se trata de uma tarefa complexa. Os resultados deste estudo são semelhantes ao estudo de Nutt (2006) no sentido em que revela que os cuidadores tentam compreender e obter explicações para o comportamento da criança, contudo a dificuldade está também em perceber o “que estava realmente a passar-se na mente da criança” (Gilligan, 1996). “Importar-se verdadeiramente” com a criança é uma expressão utilizada por diferentes famílias, reforçando que a motivação altruísta e o afeto parecem ser fundamentais para o sucesso da colocação. A capacidade de resiliência para gerir o *stress* será uma característica familiar fundamental para o sucesso.

A capacidade de resiliência familiar revela-se de especial importância, ainda porque as famílias de acolhimento experienciam *stress* com a ansiedade causada pela espera da criança, que não sabem quanto vai demorar, os procedimentos, e o medo que não corra bem. Muitas vezes o *stress* continua ao longo do acolhimento e após a cessação. No mesmo sentido do apontado por Delgado et al. (2013), a par dos desafios, as famílias de acolhimento recebem diversas recompensas, associadas às mudanças que provocam no desenvolvimento da criança e do reconhecimento e afeto que ela vai transmitindo. Alguns participantes referem que basta um sorriso da criança para reforçar a resiliência.

O apoio técnico adequado constitui uma necessidade premente, nomeadamente do ponto de vista da gestão comportamental, carecendo muitas vezes de intervenção técnica especializada. Os cuidadores apreciam a relação, a disponibilidade e a valorização dos técnicos. O suporte, familiar e dos amigos, revela-se também fundamental para o sucesso da experiência, sendo o suporte social, apontado também por Ciarrochi, et al. (2012).

Um dos receios mais enfatizado pelos participantes é o da fase de cessação do acolhimento, nomeadamente da perda de contacto com a criança com quem criaram vínculos. Schofield e Beek (2005a) afirmam a importância da vinculação para o sucesso da colocação. Os cuidadores não raras vezes discordam da inserção futura das crianças acolhidas, entendendo que o superior interesse da criança seria melhor acutelado mantendo-se na família de acolhimento. A família que acolhe pode sentir um duplo sofrimento no encerramento do acolhimento, primeiro por perceber o desejo da criança continuar na família e depois por sentir a ausência da criança com quem partilhou a intimidade. As famílias mais experientes criam estratégias para facilitar a desvinculação, que devem merecer a atenção dos serviços, nomeadamente acolher duas crianças, tendencialmente irmãs, em simultâneo para se apoiarem mutuamente aquando da cessação e criar uma forte rede primária, assente em relações familiares e de amizade de elevado suporte emocional, de modo a preencher o sentimento de vazio aquando da saída das crianças.

A manutenção do contacto com a criança após a cessação; a preservação das memórias através de fotografias, vídeos, e outras recordações; o acolhimento de novas crianças e ainda um processo de transição preparatório realizado de modo progressivo mitigam a angústia. Percebe-se uma diferenciação na opinião dos profissionais entrevistados, pois enquanto num dos casos se sublinha a aceitação do carácter transitório da medida, da parte das famílias de acolhimento, noutra esta disposição é considerada crítica. Este estudo evidencia que as famílias quando contactam com o serviço para se candidatarem a acolhedores, comportam uma imagem social de que poderão manter a criança no seu agregado até à idade adulta, admitindo alguma desilusão logo que recebem mais informação. Mostra ainda que as famílias aceitam o carácter transitório da medida do acolhimento familiar e que estão conscientes que a cessação ocorrerá. Não obstante ser um momento em relação ao qual antecipam algum sofrimento, ficam satisfeitas por poderem continuar a contactar com a criança e a vê-la bem após o fim da estadia. O apoio técnico e familiar, nesta fase, não deverá ser descurado. Delgado (2007: 262), fundamentado em estudos e projetos de investigação, sugere que as entidades competentes possam “admitir a possibilidade de adoção pelos acolhedores, cumpridos determinados requisitos e de acordo com critérios bem definidos.” Possibilidade que a maioria das famílias participantes anuiria

indiscutivelmente, e que na qualidade de investigadores, admitimos, em muitas situações, ser a resposta que mais se adequa ao superior interesse da criança.

A desvinculação difere de situação para situação. Recorde-se que Biehal (2014) identificou 4 tipos de perceção da pertença no AF: “*como se*” (quase adoção), “*tal como*” (fossem outros pais), *qualificado* (com sentimento de mágoa e ambivalência face aos pais biológicos) e *provisional* (no caso de uma colocação em fase de cessação). Essencialmente, como assinala Palacios (2015) importa preparar a transição, pois observa-se uma situação de ambiguidade uma vez que, por um lado pede-se à família de acolhimento que se envolva ativamente, crie uma relação de afeto com a criança e que satisfaça as suas necessidades e, por outro lado, se se vinca o carácter transitório da medida (cf. Delgado, et al. 2013).

Como referido, a manutenção do contacto com a criança após a cessação tranquiliza a família de acolhimento, sendo este um aspeto previsto no Manual dos processos-chave do AF e no artigo 34.º do DL 11/2008 de 17 de janeiro, considerando o parecer favorável dos profissionais e a concordância da família biológica. Delgado (2003; 2007) justifica-o com os laços afetivos que foram criados ao longo do acolhimento, podendo recordar a história comum, distanciando-se gradual e naturalmente. O desejo das famílias de acolhimento preservarem a relação com as crianças, mostra que não foi uma vinculação utilitária, mas emocional e está para além do carácter imediato do processo. A vinculação constrói-se e mantem-se após a cessação. Alguns participantes mostram-se emocionados ao falar de crianças com que não contactam há anos a esta parte. Estes aspetos indiciam que as famílias de acolhimento aceitam o carácter transitório da medida (“não ficar com criança para sempre”), considerando a possibilidade de manutenção de contactos futuros e convívio pontual.

Quanto à terceira dimensão, o nosso estudo evidencia que a resiliência familiar para acolher crianças com vivências traumáticas e comportamentos desafiantes, a qualidade do acompanhamento técnico e a manutenção do contacto com a criança após a cessação, contribuem para **renovar a disposição para ser família de acolhimento**. Os impactos, o sistema de recompensas e a gestão da desvinculação revelam também ter clara influência. Os impactos ao nível da gestão das expectativas, do quotidiano, o impacto nos filhos biológicos / adotivos e a gestão do comportamento da criança. O sistema de recompensas pela experiência, alimentado pela valorização e reconhecimento

(advindo da parte da criança, da família biológica, da família alargada e da equipa técnica); pelo acompanhamento e suporte dos serviços (grau de suporte emocional, suporte instrumental e legitimação atribuída ao seu papel) e ainda pelo enquadramento legal (autonomia legal, recompensa material e o estatuto). Por último, a gestão da desvinculação, nomeadamente a qualidade da preparação e do acompanhamento da transição da criança no momento da cessação do acolhimento.

A felicidade que a criança mostra ao estar com a família de acolhimento, o sentimento de pertença àquela família e a evolução que vai tendo, representam para a família de acolhimento uma compensação e reconhecimento pelo “esforço” ou contributo que fazem quotidianamente.

A família alargada e os amigos da família de acolhimento, contribuem para o processo de satisfação pessoal no agir solidário, quando reconhecem valor social aos cuidadores, elogiando a disponibilidade e incentivando a continuidade. No presente estudo apenas uma família não foi apoiada pela família alargada nem pelos amigos, tendo conseqüentemente entrado em conflito com alguns familiares, tendo posteriormente o acolhimento sido cessado, e adiada a possibilidade de voltar a ser família de acolhimento.

O respeito, reforço, apoio e valorização dos técnicos e serviços, também se revelam como fundamentais ao indicarem que confiam nas capacidades e no desempenho dos cuidadores. Em sentido contrário, nas situações em que não é sentido profissionalismo e acompanhamento adequado da parte dos técnicos, os cuidadores desmotivam-se. Ocorrendo conflito entre a família de acolhimento e a criança, quando aquela entende que os técnicos tomam o partido da criança em detrimento da família de acolhimento, sentem-se acusados, desacreditados, desnecessários, inúteis. O seu desempenho é colocado em causa apesar do esforço que possam estar a fazer, revelando-se, pelo contrário, ser importante que seja legitimado o seu papel e estatuto para o sucesso da colocação e manutenção das famílias de acolhimento experientes no sistema de proteção da criança.

Do ponto de vista da perspetiva futura da disponibilidade para acolher uma nova criança considera-se, tendo por base os resultados do presente estudo, que se podem enquadrar as famílias de acolhimento em três grupos distintos: as “incondicionais”, as

“hesitantes” e as “jubiladas”. As famílias de acolhimento com mais experiência sentem o AF como se tratasse de um “vício”, não se imaginam sem crianças, estão disponíveis para acolher duas ou mais em simultâneo e querem ser família de acolhimento até que algo as impeça. Os amigos e familiares incentivam e apoiam-nas. As famílias de acolhimento “hesitantes” (e ainda as que deixaram de acolher) encontram-se no primeiro acolhimento, vivenciando alguns desafios que as fazem oscilar. O incentivo das pessoas próximas é frágil, tendencialmente os filhos ou o marido aparentam ter a posição de não desejarem acolher mais crianças (principalmente no caso das famílias que deixaram de acolher, designadas neste estudo por ex-FA). A designação de “jubiladas” pode aplicar-se às famílias de acolhimento que não pretendem acolher mais crianças devido à sua idade, sendo os cuidadores já avós e sofrendo perda de capacidades, desejam dedicar-se apenas à própria família, e não são apoiadas a receber novas crianças.

No entender de uma das equipas de acompanhamento entrevistadas é expresso que as famílias de acolhimento esperarão ser recompensados com gratidão pela tarefa que desenvolvem, considerando que é socialmente expectável que sejam os progenitores a cuidar adequadamente dos próprios filhos biológicos.

Os técnicos consideram que a disponibilidade familiar para receber novas crianças em acolhimento, pode estar correlacionada com a qualidade da cessação anterior, com a sensação de dever cumprido, ou com a concretização/frustração das expectativas iniciais. Na verdade, o estudo revelou que uma das FA participantes entendeu desistir do acolhimento, após uma dolorosa, e entendida como tecnicamente desadequada cessação, contudo, com a intervenção dos técnicos voltaram a receber outras crianças, mantendo-se como acolhedores “incondicionais”.

Esforços para aumentar colocações em acolhimento familiar através do recrutamento de famílias não é suficiente. O apoio, formação e a consideração profissional atribuídos aos cuidadores depois de começarem a tarefa do acolhimento constitui uma grande necessidade. Delgado (2007: 45) defende ainda que a margem financeira permite proporcionar uma liberdade de escolha que contribui para a retenção no sistema dos acolhedores existentes e para a atração de novas famílias de acolhimento. Existe uma diversidade de estudos com resultados, implicações para a prática, programação e análises políticas (cf. Denby et al., 1999) que os técnicos

necessitam ter em consideração na intervenção com estas famílias de modo a garantir a satisfação e o sucesso da colocação. Os resultados que os autores obtiveram, leva-os a reforçar a necessidade de as organizações tomarem decisões em tempo útil (nomeadamente em termos de burocracia) refletindo um compromisso partilhado com os cuidadores para o bem-estar das crianças acolhidas; devem lidar de forma consistente com os cuidadores cujas motivações devem ser respeitadas, os papéis mantidos claros e devem ser tratados como membros da equipa. Concluem ainda que as famílias de acolhimento devem ter acesso fácil aos seus técnicos de acompanhamento e ter períodos de descanso entre os acolhimentos e que os profissionais devem abordar de forma consistente a necessidade das famílias de acolhimento, as necessidades de informações fundamentais e a necessidade de partilha de experiências com outras famílias de acolhimento. Uma outra conclusão refere que, as famílias de acolhimento parecem querer utilizar as competências, solidariedade e capacidades, quanto mais experiência eles têm, mais provável é a continuidade, tal como evidenciado no presente estudo, com o perfil de família de acolhimento designado de *incondicionais* em que se caracterizam como “viciadas no acolhimento de crianças”.

Por fim, considere-se a dimensão do **sistema / intervenção técnica**. A experiência positiva das famílias de acolhimento deste estudo evidencia a importância do alargamento e reforço do acolhimento familiar no sistema português, como resposta privilegiada na colocação de crianças. A qualidade dos serviços e o desempenho dos profissionais constituem um elemento-chave para o sucesso do acolhimento. Neste sentido a presente pesquisa constitui um contributo para as políticas de proteção, e para a intervenção das equipas técnicas de acompanhamento.

Os cuidadores e os profissionais consideram que o contexto familiar é o mais adequado para o saudável crescimento das crianças em situação de desproteção, tal como advogado pela recente revisão do enquadramento legal<sup>11</sup> verificada no decurso da presente investigação. Não obstante, os técnicos identificam alguns constrangimentos do acolhimento familiar em termos de execução, compreendendo que o acolhimento residencial está mais enraizado e é mais facilmente controlado pelo sistema. Confirmaram a necessidade de conhecer com maior profundidade as famílias de

---

<sup>11</sup> Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei 142/15, de 8 de setembro.

acolhimento com vista a superar a necessidade de existência de mais vagas e naturalmente de mais famílias candidatas.

A génese e a execução da medida de acolhimento familiar no passado apresentam significativas disparidades face à atual legislação e acompanhamento efetuado pela Instituição Particular de Solidariedade Social. Reflete-se, naturalmente nas diferenças entre as famílias de acolhimento enquadradas pelo ISS, IP e pela Fundação Mundos de Vida, do ponto de vista do acompanhamento e do discurso.

Na tentativa de identificar os fatores explicativos para a baixa expressão do AF em Portugal, os técnicos entrevistados remetem para o âmbito político, entendendo que deveria existir um maior investimento nesta matéria. Paralelamente, consideram que as instituições sociais com acolhimento residencial têm um significativo peso, um poder instalado, bem como o enquadramento histórico e cultural da sociedade portuguesa. As entrevistadas são concordantes em julgar que a génese e desenvolvimento do acolhimento familiar terão também contribuído para as atuais características. A conceção e execução técnica do acolhimento familiar são mais complexas do que a do acolhimento residencial, nomeadamente do ponto de vista da disponibilidade, da flexibilidade e do desafio do recrutamento de famílias de acolhimento. O *matching*<sup>12</sup> (que em português poder-se-á designar por “correspondência”) entre a família adequada para cada criança / situação dificultam a gestão da bolsa de famílias de acolhimento, e o sucesso do acolhimento, acrescentando que, tendencialmente, os candidatos preferem as crianças de menor idade. Delgado (2007: 58) constata que “uma motivação incorreta não identificada conduz, muito provavelmente, a maus resultados.”, cabendo aos técnicos apurar as reais intenções dos cuidadores. Cirillo (1993) alerta para os jogos familiares típicos relacionados com a inclusão de uma criança, que as famílias vão construindo, com vista à substituição de um filho não nascido, morto ou perdido; a modificação dos limites com a família alargada; ou a vinculação de um membro do agregado através de um compromisso comum. Se a intenção da família candidata é a adoção, então há elevado risco de a família tender a apropriar-se da criança e a desqualificar a família biológica; se o objetivo é substituir um membro da família, a capacidade para resistir às dificuldades e aos desafios será menor; a procura de uma

---

<sup>12</sup> Traduzido por Delgado (2007) como “encontro entre a criança e a família de acolhimento”.

companhia para os filhos pode traduzir-se em relações de ciúme e de conflito (Delgado, 2007). Acolher deve ter, singularmente, o significado que lhe está conferido.

Paralelamente, a escassez de divulgação e a imagem distorcida do acolhimento familiar poderão afastar alguns sujeitos do envolvimento na medida. Quando os candidatos começam a tomar um conhecimento mais profundo, podem desiludir-se face às expectativas iniciais, desmotivar e desistir, nomeadamente quando percebem que não será possível ficar com a criança “para sempre”. O reduzido número de candidatos e de famílias disponíveis para acolher conduz à insuficiência de vagas em acolhimento familiar para receber as crianças afastadas da sua família biológica, questão que remete para a colocação tendencialmente residencial no nosso país. Os técnicos e os juízes não têm possibilidade de deliberar a medida de acolhimento familiar se não há capacidade de resposta na nossa sociedade. Percebe-se um longo caminho ainda por percorrer, para que haja mais famílias de acolhimento, desde logo com campanhas de *marketing social* e incentivos familiares ao nível da compensação económica e dos benefícios fiscais.

Entre os cuidadores, percebe-se o desejo de que a relação com os técnicos e os serviços fosse de verdadeira parceria, à semelhança dos resultados observados por Mundford e Sanders (2016), mostrando-se disponíveis para colaborar perante qualquer necessidade. Demostram satisfação quando respeitados e reconhecidos pelo seu desempenho enquanto cuidadores. Elogiam a disponibilidade, a qualidade do apoio, e a relação estabelecida com as equipas de acompanhamento da Mundos de Vida. Quinton e Treseder (1993, citados por Amorós e Palacios, 2004) referem a importância do acompanhamento técnico continuado, da ajuda a pensar nos problemas e a procura conjunta das melhores soluções e alternativas.

As famílias, por outro lado, imputam responsabilidade aos profissionais e aos serviços quando o acolhimento é mal sucedido. Evidenciam indignação e revolta havendo mesmo situações de queixa formal ao Ministério Público, considerando que o procedimento da equipa de adoção do ISS, IP foi desadequado e prejudicial às crianças. Riggs (2015) alerta que, não obstante a excecionalidade, há exemplos de situações em que os cuidadores relatam a incapacidade dos técnicos no desenho de fronteiras entre a sua vida privada e as relações profissional que estabelecem com as famílias de acolhimento, à semelhança do verificado com uma família participante.

Os serviços podem, portanto, exercer um significativo papel no acompanhamento às famílias de acolhimento, aliviando a sua carga e tranquilizando a família, proporcionando um suporte e respostas adequadas ao nível emocional e instrumental. Amorós e Palacios (2004) refletem sobre as necessidades do sistema espanhol do ponto de vista do desenvolvimento dos programas de acolhimento familiar, focando-se na organização e planificação, diversificação, coordenação e eficácia para uma resposta adequada à variedade de hipóteses da realidade. Sugerem que os profissionais sejam dotados de boa formação inicial e contínua, de supervisão de outros profissionais com mais experiência e conhecimentos, e que sejam ouvidos também ao nível político-administrativo.

Ao longo das narrativas das famílias de acolhimento, surgem contributos para as dificuldades que vão sentindo, destacando-se a importância da sensibilização da sociedade para o AF; o reembolso das despesas mensais; a implementação de benefícios fiscais e sociais (ex. licença parental); a avaliação cuidada e sistemática no terreno; e o acompanhamento mais próximo às crianças no caso das famílias acompanhadas pelo ISS, IP. As profissionais entrevistadas são unânimes em admitir a necessidade de maior apoio às FA, no âmbito económico, fiscal, laboral, com um conjunto de incentivos e valorização pelo trabalho que desenvolvem. Sublinham que uma criança implica muitas despesas. Delgado (2007) sugere que o sistema de remuneração deve distinguir e premiar a responsabilidade, o tempo empregue e as competências das famílias acolhedoras e deve ainda possibilitar a escolha quanto ao tipo de pagamento, dando como exemplo esquema existente em Glasgow, na Escócia, em que se investe no incentivo à progressão dos cuidadores. Em Portugal, esta linha de pensamento poderia também ser aplicada de modo a garantir vagas para situações mais complexas e desafiantes, mas também para tornar algumas famílias mais capacitadas para dar essas respostas mais diferenciadas.

A experiência e o conhecimento da realidade permitem também aos técnicos tecer algumas sugestões e recomendações para que as políticas, o sistema e a medida se desenvolvam em favor das crianças e dos cuidadores. As recomendações assumem um carácter multinível. Por um lado, a existência de movimentos da parte do ISS, I.P. para protocolar com instituições privadas que promovam e acompanhem a medida mediante a devida dotação orçamental. Por outro lado, promover a sensibilização e informação clara à população portuguesa, num âmbito geográfico nacional e uniformizado. E por

último, investir nas FA valorizando-as, na rigorosa seleção, adequada preparação e formação, apoio socioeconómico, bem como em benefícios laborais e fiscais.

Na entrevista a uma das equipas, os técnicos mostraram algumas reservas em relação à preparação das famílias de acolhimento, contudo nas narrativas recolhidas não existe evidência que o confirme, não ensombrando o que há de mais positivo das experiências, nem o comprometimento com a proteção das crianças. Não obstante, Denby et al. (1999: 301) ressaltam a importância de apostar na formação das famílias de acolhimento, devendo o *curriculum* estar focado em duas áreas: a melhor preparação dos cuidadores para lidar com comportamentos cada vez mais difíceis das crianças acolhidas e uma infraestrutura de apoio para e entre os cuidadores. Nessa linha, Amorós e Palacios (2004) sugerem que se incorporem os acolhedores na planificação e na tomada de decisões, fazendo que a família de acolhimento se converta numa parte não só do processo, senão também da equipa de intervenção.

Concluindo, há necessidade de conexão e familiaridade com as famílias de acolhimento que permita aos técnicos identificar e monitorizar as situações potencialmente stressantes (cf. Gilligan, 1996), pois Delgado (2007: 133) alerta que “por vezes com a passagem do tempo, a família pode ser tentada a desistir, o que justifica a necessidade de manter um contacto regular e estabelecer vínculos de proximidade que mantenham as famílias no sistema e interessadas no acolhimento.” A possibilidade de insucesso e disrupção é maior em acolhimentos com crianças mais velhas (cf. Oosterman, 2007), fator que as equipas devem considerar quando fazem o *matching* entre a criança e a família de acolhimento, (cf. também Brown e Campbell, 2007), indo ao encontro das expectativas iniciais e critérios predefinidos pelas famílias de acolhimento de modo a garantir o sucesso da estadia. A supervisão no terreno é essencial e sentida como uma necessidade nos participantes deste estudo. As equipas técnicas, tomando em conta os preditores de satisfação dos cuidadores poderão compreender melhor as famílias de acolhimento e colmatar as necessidades e preocupações de quem acolhe. A satisfação e conseqüente manutenção estão relacionadas com a qualidade da relação com os técnicos da entidade de acompanhamento e outros profissionais, sendo caracterizada pela partilha de informação, respeito e consideração positiva. Denby et al. (1999) sugerem um esforço concertado através da reconceptualização da imagem das famílias de acolhimento de “ajuda assistencialista” para “para-profissionais”, sendo que este oferece um nível mais

elevado de confiança, consideração e respeito. Percebe-se que muitas vezes os cuidadores são subvalorizados (Nutt, 2006), quando na verdade representam um importante recurso para as nossas crianças e para o serviço público.

A discussão trazida ao longo deste capítulo mostra claramente que motivação das famílias de acolhimento se funda essencialmente em valores como o altruísmo, o afeto por crianças e pela sensibilidade à desproteção, associados às vivências pessoais e profissionais com contacto direto ou indireto com o acolhimento residencial ou outros contextos de desproteção de crianças. As famílias estão disponíveis para acolher crianças, e o fator económico é subvalorizado, estando dispostas a realizar esforços pessoais e familiares. Consideram que a experiência do acolhimento é positiva e enriquecedora para a própria família de acolhimento, não obstante os desafios que lhes são colocados no quotidiano. A recompensa chega pela satisfação com a evolução da criança, o reconhecimento da rede primária e societária.

Aqui se defendeu que os técnicos desempenham um papel privilegiado no que concerne a esta medida. Desde logo na sua promoção, na criação de vagas (novos candidatos e manutenção das famílias experientes), na avaliação das reais motivações das famílias e acompanhamento de proximidade para garantir a satisfação das necessidades e conduzir ao sucesso dos acolhimentos. Os desafios que estas famílias enfrentam devem ser antecipados e intervencionados adequadamente pelas equipas de profissionais envolvidos em cada caso. O sistema de retribuições e reconhecimento deve ser investido e consciente, permitindo a satisfação e a renovação da disponibilidade para continuar a ser família de acolhimento.

Este estudo contribui para um maior conhecimento das famílias de acolhimento portuguesas, enfatizando a urgência do alargamento e reforço do acolhimento familiar no sistema português, como resposta privilegiada na colocação de crianças, para que o direito, legal e constitucionalmente consagrado, de crescer em família seja, em fim, garantido no nosso quadro de proteção da criança.

**DESAFIOS, LIMITES E PISTAS DA INVESTIGAÇÃO**

## **Desafios, Limites e Pistas da Investigação**

Concluído o presente estudo sobre as famílias de acolhimento de crianças em Portugal é tempo para uma autoavaliação sobre o percurso trilhado procurando identificar alguns dos desafios enfrentados, os principais limites que a pesquisa apresenta e ainda algumas das pistas de investigação que sobre esta matéria se foram perspetivando ao longo do trabalho.

Numa fase inicial, de delimitação do tema e definição dos objetivos da pesquisa e de revisão de literatura, constatou-se a escassez de estudos portugueses sobre o acolhimento familiar de crianças. Nesse sentido, procurou-se pesquisar livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e ensaios sobre o tema, num âmbito internacional. A esse nível, os constrangimentos mais evidentes foram, em primeira instância, o domínio de línguas estrangeiras. Afortunadamente, vários estudos oriundos nomeadamente de países do norte da Europa, mas também da Europa de Leste e naturalmente de países anglosaxónicos, como os Estados Unidos da América, Austrália, Irlanda, Inglaterra, estão disponíveis em língua inglesa. No que se refere aos estudos em língua italiana encontrou-se, felizmente, a tradução de algumas obras para castelhano. Deste modo se clarifica que a literatura utilizada neste estudo se baseou nas três línguas dominadas, a portuguesa, inglesa e o castelhano. Refira-se que as traduções das transcrições e citações, apresentadas na tese, foram efetuados pela própria investigadora. Outro constrangimento verificado relativo à literatura foi o do acesso à bibliografia em formato digital uma vez que várias revistas da especialidade requerem a subscrição colocando igualmente dificuldades. Acresce que os fundos bibliográficos da Biblioteca da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, nomeadamente relativos ao acolhimento familiar de crianças são limitados, implicando um esforço suplementar com a aquisição e obtenção de obras por empréstimo.

No que se refere ao acesso ao campo, o acesso aos dados empíricos, foi dificultado na sua fase inicial, considerando a morosidade na autorização e partilha de informação do Instituto da Segurança Social, I.P. (fonte privilegiada), conduzindo consequentemente a um atraso nos trabalhos. Como estratégia para contornar este

importante constrangimento, optou-se por uma delimitação da amostra e avançou-se com o contacto direto dirigido às equipas técnicas, nomeadamente à Fundação Mundos de Vida, no sentido de averiguar a possibilidade de proceder à seleção de alguns sujeitos para integrarem a amostra, conseguindo-se posteriormente a autorização do ISS.IP para abranger também famílias de acolhimento acompanhadas pelas equipas dos Centros Distritais da Segurança Social. Considerando a inexistência de bases de dados acessíveis, atualizadas e detalhadas para consulta de dados oriundos do ISS, IP, algumas informações não foram observadas, nomeadamente no âmbito da caracterização dos sujeitos da amostra.

A realização das entrevistas e a consulta de documentação pertinente para a realização da tese implicou um esforço ao nível da mobilidade, considerando que quer as equipas, quer as famílias de acolhimento estão mais concentradas na região norte do país. Não se verificou a existência de qualquer apoio material ou financeiro para a realização do estudo. Contudo, este constrangimento foi compensado com a disponibilidade e acolhimento da parte dos entrevistados quer das famílias de acolhimento, quer dos técnicos.

A investigação que agora se apresenta encerra alguns limites que importa assinalar. No que se refere à amostra, os casos selecionados ainda que orientados por uma lógica de amostragem teórica, apresentam necessariamente limitações pois não puderam, pelas razões já aduzidas, ser extraídos a partir de uma base de recenseamento do seu universo e por isso face ao conhecimento da totalidade das suas características e diversidade. Não se pretendendo em qualquer circunstância realizar um estudo baseado na representatividade estatística das famílias de acolhimento de crianças em Portugal, o presente estudo cobre, em termos estatísticos, apenas uma parcela desse universo, pelo que poderá haver vantagem em que a investigação sobre as motivações e experiência destas famílias seja mais alargada.

A entrevista narrativa enquanto técnica de recolha de dados, comporta alguns constrangimentos identificados pela literatura (cf. Flick, 2005), nomeadamente a competência do entrevistado, ao nível da reflexão e da comunicação para fazer o relato da sua experiência, e a diversidade dos aspetos de âmbito cultural envolvidos, pois estes podem divergir significativamente de pessoa para pessoa. De modo a diminuir estes constrangimentos, na fase da seleção dos participantes, considerando os objetivos do

estudo, foram tidas em conta características pessoais das famílias de acolhimento, como a capacidade de comunicação.

Parte dos sujeitos entrevistados trataram a investigadora por “doutora”, podendo esta forma de nomeação remeter para a sua identificação como uma profissional dos serviços que os acompanham, pois é a forma como designam os técnicos das equipas de acompanhamento. Não obstante verificou-se uma partilha espontânea, refletida e profunda sobre a experiência do acolhimento familiar, ficando, no entanto, em aberto a possibilidade de as famílias poderem ter agido com zelo, não obviando, portanto, completamente ao designado efeito de “desejabilidade social” e apresentado uma imagem da experiência e do seu desempenho, ao longo do discurso narrativo, menos matizada pela sua complexidade.

A análise dos dados empíricos seguiu a lógica analítica da *Grounded Theory*, preconizada nomeadamente por Kathy Charmaz (2006), elaborada com recurso à codificação teórica feita exclusivamente pela investigadora, que imersa nos dados, percorreu as diferentes fases do processo de codificação e geração da teoria enraizada. Naturalmente, tratando-se de uma pesquisa de doutoramento, e para além do diálogo e supervisão do orientador de tese, o processo de codificação não passou por um processo de validação por outros investigadores.

Os estudos sobre o acolhimento familiar de crianças, em Portugal, continuam a ser limitados face à necessidade de analisar e potenciar esta medida de promoção e proteção da criança, pelo que se podem apontar algumas pistas para futuras investigações neste âmbito. Seguindo o trilha da tese que aqui se apresenta, seria interessante avançar com o estudo profundo da relação entre o desempenho das equipas de acompanhamento e a qualidade, satisfação e manutenção da disponibilidade das famílias de acolhimento para acolher crianças. Revela-se ainda particularmente pertinente conhecer a imagem social das famílias de acolhimento, sabendo-se que a valorização pela sociedade pode ter impacto na autoestima e na renovação da disponibilidade para o acolhimento de crianças, bem como em futuros candidatos a família de acolhimento.

As relações criadas com os participantes no estudo constituem-se como portas abertas para futuros contactos com vista à exploração de outras dimensões e problemáticas relacionadas com o acolhimento familiar e a proteção da criança em

Portugal. A ação política e a intervenção profissional carecem de fundamentação científica, nomeadamente num tema delicado e que ainda não reúne consensos no nosso país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## Considerações Finais

O presente estudo sobre as famílias de acolhimento de crianças e jovens em perigo evidencia, claramente, que a motivação das famílias de acolhimento se funda essencialmente em valores como o altruísmo, no afeto por crianças e na sensibilidade à desproteção, associados às vivências pessoais e profissionais, como o contacto direto ou indireto com o acolhimento residencial ou outros contextos de desproteção de crianças. As famílias estão disponíveis para acolher crianças, e os aspetos de natureza económica são subvalorizados, estando dispostas a realizar esforços pessoais e familiares. Consideram que a experiência do acolhimento é positiva e enriquecedora para a própria família de acolhimento, não obstante os desafios que lhes são colocados no quotidiano. A recompensa chega pela satisfação com a evolução da criança e o reconhecimento da rede familiar primária e da própria sociedade.

Este estudo partilha com a sociedade e com os participantes os resultados da análise e discussão das vivências das famílias de acolhimento, tal como descrito, cabendo ao investigador recriar os textos empíricos de modo a que o leitor possa “experimentar” as vidas ou acontecimentos narrados (cf. Bolivar, 2002). Permitiu aos participantes refletir sobre a experiência, as forças que possuem, as suas preocupações e desafios.

Esta pesquisa constitui um contributo para o desenho e recalibragem das **políticas de proteção da criança**, e para a prática das equipas das entidades de enquadramento, constituídas por assistentes sociais e profissionais de outras áreas disciplinares. Possibilita um maior conhecimento sobre a experiência das famílias de acolhimento e, portanto, alcançar legisladores e pessoas com poder de decisão, incluindo juizes e profissões sociais com capacidade de mobilização para a mudança individual e social. A experiência positiva das famílias de acolhimento participantes neste estudo evidencia a importância do alargamento e reforço do acolhimento familiar no sistema português, como resposta privilegiada na colocação de crianças em situação de desproteção. Considerando a evidência científica sobre a integração de crianças em acolhimento

residencial, importa apostar no alargamento substancial no acolhimento familiar, o qual, na maioria das situações se apresentará como o enquadramento mais adequado.

Neste sentido é necessário investir na sensibilização e informação da sociedade e no recrutamento de novos cuidadores, e igualmente no que se refere à política de incentivos e apoios, visando a motivação e a manutenção das famílias experientes. Os participantes deste estudo evidenciam necessidades que devem ser colmatadas com benefícios fiscais, laborais, económicos e de saúde, nomeadamente isenção de IRS, comparticipação das despesas da criança acolhida, acesso gratuito a consultas de especialidades médicas, abono de família a crianças e jovens situado no primeiro escalão, licenças para acompanhamento das crianças acolhidas (especialmente na fase da integração), entre outras.

Os resultados apurados neste estudo são igualmente importantes para a implementação do acolhimento familiar, nomeadamente nas campanhas de sensibilização e na captação de famílias de acolhimento das entidades de enquadramento, os entrevistados consideraram que há necessidade de divulgação de experiências positivas nos meios de comunicação social, em anúncios, programas de entretenimento e noticiários.

Sebba (2012), ao realizar uma revisão de literatura sobre a motivação das famílias de acolhimento, conclui que muitas famílias nunca consideraram acolher uma criança porque nunca tinham sido interpelados e que grande parte da população não sabia nada sobre o acolhimento familiar de crianças.

Há um longo caminho a percorrer, como sustenta Delgado et al. (2013:171)

“A mudança de paradigma na proteção da infância está por concretizar e dificilmente poderá ocorrer sem o desenvolvimento de uma política de promoção do acolhimento familiar que divulgue, recrute, selecione e acompanhe novos acolhedores, profissionais, dedicados e competentes.”

O sistema de proteção das crianças, em Portugal, comporta algumas incoerências, que importa resolver. Verifica-se o interesse das Instituições Particulares de Solidariedade Social em prestar serviços de acolhimento familiar ao mesmo tempo que se regista a não formalização de novos protocolos pelo ISS, I.P. Existem no país famílias com vontade de se candidatarem a família de acolhimento face a profissionais que não sabem o que responder aos potenciais candidatos. Há famílias em espera para

acolher face a um universo muito amplo de crianças em acolhimento residencial ou em perigo na família de origem. Observa-se negligência e desproteção por parte de pais biológicos face a famílias de acolhimento esforçadas, protetoras, mas subvalorizadas. Os cuidadores são sensíveis aos constrangimentos que vão surgindo e procuram proteger e defender as crianças dos incumprimentos e fragilidades dos pais. Temos crianças que aspiram ter numa família, juízes que gostariam de decretar o acolhimento familiar face a um sistema de proteção que não dispõe de uma bolsa de famílias de acolhimento. Por tudo isto, se recomenda a realização de protocolos entre o ISS, IP e as IPSS que têm manifestado interesse na implementação da medida, cientes que terá de ser um processo gradual e com incentivos do ponto de vista da capacitação dos profissionais e das tesourarias das entidades. O acolhimento residencial carece de reorganização com vista à desinstitucionalização do sistema de proteção da criança.

Urge uma política de ação em conformidade com a legislação nacional e as recomendações internacionais de modo a coordenar eficazmente a planificação e a implementação da medida, sem olhar para os *lobbies* mas sim para o superior interesse da criança.

As políticas de família revelam-se uma área de forte retórica, mas de escassa ação política, sendo que um traço interessante desta tendência é a convergência entre governos de esquerda e de direita (Portugal, 2000). Percebe-se um discurso de intenções políticas e legislativas, contudo não se assiste a um avançar de medidas efetivas.

As políticas nacionais devem traduzir-se em práticas positivas ao nível local, como a escola proporcionando o adequado suporte às crianças e cuidadores. Há necessidade de políticas da família e da infância que deem a devida importância ao acolhimento familiar no panorama dos sistemas, nomeadamente judiciário e social.

Neste cenário é genericamente recomendado que as entidades responsáveis pela administração do sistema de proteção desenvolvam um sistema de recolha de dados e opiniões das crianças, famílias de origem, cuidadores e técnicos sobre a experiência que detém (Wilson, et al., 2004) considerando os valiosos contributos que podem dar ao alargamento da medida. Recorram a estudos realizados e encomendam os que estão por realizar, articulando com as universidades e centros de investigação disponíveis para o efeito. Adotem medidas que possibilitem a formação de novas famílias de acolhimento e a manutenção das experientes, permitindo a escolha de colocações com respostas

flexíveis. Informem e formem os técnicos dos diversos serviços que intervêm no sistema de proteção da criança, passando a imagem do acolhimento familiar que se pretende, pois não raras vezes são os próprios profissionais a apontar aspetos dúbios e a colocar entraves ao desenvolvimento do acolhimento familiar no nosso país. Proporcionem aos profissionais que intervêm no acolhimento familiar boa formação inicial e contínua (cf. Amorós e Palacios, 2004).

Sugere-se a criação de uma linha de apoio nacional, direcionada à população em geral e às famílias de acolhimento, visando informar, esclarecer, apoiar, aconselhar e motivar. Blackburn (2016) avaliando o impacto da linha nacional de apoio ao acolhimento familiar, do Reino Unido, percebeu que esta providência aconselhamento independente e imparcial num série de preocupações apresentadas pelos cuidadores, encontrando resultados que sugerem que a linha de apoio influencia a motivação dos cuidadores quer a entrar quer a manter-se no acolhimento.

Conforme se apurou, **os técnicos** desempenham um papel privilegiado no âmbito desta medida. A qualidade dos serviços e o desempenho dos profissionais constituem um elemento-chave para o sucesso do acolhimento. Desde logo na sua promoção, na criação de vagas (novos candidatos e manutenção das famílias experientes), na avaliação das reais motivações das famílias e o acompanhamento de proximidade para garantir a satisfação das necessidades e conduzir ao sucesso dos acolhimentos.

Tendo por base as dimensões nucleares desta investigação, do ponto de vista da motivação para o acolhimento familiar, a evidência aponta para a promoção da realização e divulgação de reportagens com experiências positivas e depoimentos de famílias de acolhimento. O mesmo é constatado por Sebba (2012) que refere ainda a existência de cuidadores que atuam como embaixadores do acolhimento familiar ao nível do recrutamento de novas famílias de acolhimento, sugerindo que sejam envolvidos e remunerados nessa tarefa.

Dada a importância da formação inicial e contínua dos candidatos / famílias de acolhimento, Amorós e Palacios (2004) sugerem que se incorporem os acolhedores na planificação e na tomada de decisões, fazendo que a família de acolhimento se converta numa parte não só do processo, senão também da equipa de intervenção.

Para garantir a qualidade do acompanhamento técnico recomenda-se que os desafios que estas famílias enfrentam devam ser antecipados e intervencionados adequadamente pelas equipas de profissionais envolvidos em cada caso. O sistema de retribuições e reconhecimento deve ser investido e consciente, permitindo a satisfação e a renovação da disponibilidade para continuar a ser família de acolhimento. É sugestivo que os técnicos das equipas de acompanhamento intervenham junto das famílias, no terreno, recorrendo à intervenção no domicílio e não apenas quando solicitada, dada a importância do acompanhamento próximo durante o acolhimento. A proximidade do suporte técnico permite dar à família de acolhimento o sentimento de disponibilidade, presença e de parceria.

Os serviços devem ser desenvolvidos no sentido da capacidade de proporcionar um adequado suporte à criança e a toda a família de acolhimento, sem descurar os filhos dos acolhedores.

As transições da criança deverão ser preparadas, ocorrendo de modo gradual e abrangendo todos os intervenientes no acolhimento, inclusivamente os filhos dos cuidadores para mitigar o sofrimento associado à separação ou à chegada de um novo membro.

Sugere-se **às direções das entidades de acompanhamento** que estejam atentas à necessidade dos técnicos usufruírem de um horário laboral flexível, precisando de estar contactáveis e disponíveis para as famílias de acolhimento no decorrer das 24 do dia, todos os dias da semana, inclusivamente aos fins de semana. Atribuem o merecido reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem, motivando-os e cuidando de quem cuida. Possibilitem a supervisão dos profissionais em equipas multidisciplinares, e que as equipas recolham dados empíricos e desenvolvam estudos com vista ao desenvolvimento da execução da medida.

No respeitante **às famílias de acolhimento**, sugere-se a criação de uma associação de famílias de acolhimento, para legitimação do seu papel e para o suporte interpares, à semelhança do que acontece em outros países.

Recorda-se que as políticas devem investir na proteção da criança, primeira e naturalmente no sentido preventivo, dando o necessário suporte à família biológica e promovendo a articulação entre níveis e serviços de intervenção social. É imperativo

que as crianças tenham o direito a crescer em família, dado o seu incontornável valor socializador, reforçado pela Convenção dos Direitos da Criança (1989) e pela Constituição da República Portuguesa (1976), sendo uma tendência internacional. E que quando não seja possível na família biológica, que as famílias de acolhimento sejam socialmente reconhecidas em Portugal e lhes seja outorgado o direito a um adequado suporte e supervisão.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Alarcão, Madalena (2002), *(Des)equilíbrios Familiares*, Coimbra: Quarteto.
- Alasuutari, Pertti; Bickman, Leonard e Brannen, Julia (2008), *The SAGE Handbook of Social Research Method*, London: Sage.
- Almeida, João Ferreira de; Machado, F.; Capucha, L. e Torres, Anália (1995), *Metodologia da pesquisa empírica* in Almeida, João Ferreira de (coord.), *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Armstrong, Mary; Birnie-Lefcovitch, Shelly e Ungar, Michael (2005), *Pathways Between Social Support, Family Well Being, Quality of Parenting, and Child Resilience: What we know*, *Journal of Child and Family Studies*, Vol. 14, No. 2, p. 269–281.
- Bálsamo, Pilar (2005), *Substituindo famílias – continuidades e ruturas na prática do acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre 1946-2003*, dissertação de mestrado em Antropologia Social da UFRGS, Brasil.
- Batalhas, Vanessa (2008), *Acolhimento familiar - práticas e representações das famílias de acolhimento*, dissertação de mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa.
- Benzies, Karen e Mychasiuk, Richelle (2009), *Fostering family resiliency: a review of the key protective factors*, *Child and Family Social Work*, 14, 103–114.
- Biehal, Nina (2014), *A Sense of Belonging: Meanings of family and home in long-term foster care*, *British Journal of Social Work*, 44, 955–971.
- Blackburn, Carolyn (2016), *The role of a national fostering helpline in the recruitment and retention of foster carers: implications for policy and fostering practice*, *Adoption & Fostering*, Vol. 40(2) 167–178, SAGE.
- Blatt, Susan (2000), *A Guidebook for Raising Foster Children*, London: Bergin & Garvey.
- Blythe, Stacy et al. (2013a), *Perceptions of Long-Term Female Foster-Carers: I'm Not a Carer, I'm a Mother*, *British Journal of Social Work* (2013) 43, 1056–1072.

- Blythe, Stacy et al. (2013b), *Caring for vulnerable children: Challenges of mothering in the Australian foster care system*, Contemporary Nurse (2013) 44(1): 87–98.
- Bolívar, A. (2002), “¿De nobis ipsis silemus?”: *Epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación*. Revista Electrónica de Investigación Educativa, 4. Em <http://redie.uabc.mx/vol4no1/contenido-bolivar.html>.
- Bolívar, Antonio e Domingo, Jesús (2006), *La investigación biográfica y narrativa en Iberoamérica: Campos de desarrollo y estado actual*, Forum: Qualitative Social Research, Volumen 7, No. 4, Art. 12.
- Bowlby, John (1952), *Maternal care and mental health*. World Health Organization, Geneva.
- Bowlby, John (1998), *Loss – Sadness and Depression*. Attachment and Loss, vol. 3. Pimlico, London.
- Bradford, N. (2014), *The role of social service workforce development in care reform*. Better Care Network and Global Social Service Workforce Alliance. Washington, DC: IntraHealth International.
- Branco, Francisco (2009), «*The sun and the clouds*»: *Meaning, potential and limits of the primary solidarity in Portugal in the context of Southern European welfare systems*, 7th ESPAnet conference, Urbino.
- Bronfenbrenner, Urie (1977), *Toward an Experimental Ecology of Human Development*, American Psychologist p. 513-531.
- Bronfenbrenner, Urie (1979), *The ecology of human development: experiments by nature and design*, Harvard University Press.
- Brown, Helen; Sebba, Judy e Luke, Nikki (2014). *The role of the supervising social worker in foster care - An international literature review*, Rees Center, University of Oxford.
- Brown, John e Bednar, Lisa (2006), *Foster Parent Perceptions of Placement Breakdown*, Children and Youth Services Review, 28, 1497–1511.
- Brown, Jason e Campbell, Melissa (2007), *Foster Parent Perceptions of Placement Success*, Children and Youth Services Review, 29, 1010–1020.

- Calheiros, Manuela (2015), “A Vinculação e o Acolhimento Familiar”, *Acolhimento Familiar de Crianças – Pelo direito de crescer numa família*, Mundos de Vida, p.33-35.
- Campanini, Annamaria e Luppi, Francesco (1996), *Servicio Social Y Modelo Sistémico – Una nueva perspectiva para la práctica cotidiana*, Paidós Terapia Familiar. (Edição original: (1988) *Servizio sociale e modello sistémico. Una nuova prospettiva per la pratica quotidiana*, La Nuova Italia Scientifica, Roma).
- *CASA 2015 - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* (2016), Instituto da Segurança Social, IP.
- Charmaz, Kathy (2006), *Constructing Grounded Theory A Practical Guide Through Qualitative Analysis*. London, SAGE Publications.
- Ciarrochi, Joseph; Randle, Melanie; Miller, Leonie and Dolnicar, Sara (2012), *Hope for the Future: Identifying the Individual Difference Characteristics of People Who Are Interested In and Intend To Foster-Care*, *British Journal of Social Work* (2012) 42, 7–25.
- Cirillo, Stefano (1993) *Familias en crisis y Acogimiento familiar – Guia para los trabajadores sociales*, Ministerio de Asuntos Sociales, Centro de Publicaciones. (Edição original: (1986) *Famiglie in Crisi e Affido Familiare. Guida per gli operatori*, La Nuova Italia Scientifica, Roma).
- Colton, Matthew; Roberts, Susan and Williams, Margaret (2008), *The Recruitment and Retention of Family Foster-Carers: An International and Cross-Cultural Analysis*, *British Journal of Social Work* (2008) 38, 865–884.
- Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa (2005), *Casa Pia de Lisboa, Um Projeto de Esperança – As estratégias de acolhimento das crianças em risco*, Principia, Publicações Universitárias e Científicas; Cascais.
- Constituição da República Portuguesa, 1976.
- Costa, Nina e Rossetti-Ferreira, Maria (2009), *Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes*, *Psicol. Reflex. Crit.* vol.22 no.1 Porto Alegre, Brasil.
- *Convenção sobre os Direitos da Criança* (1989), Nações Unidas, Unicef.
- Cox, Mary, Buehler, Cheryl e Orme, John (2002), *Recruitment and Foster Family Service*, *Journal of Sociology and Social Welfare*, September, 2002, Volume XXIX, Number 3.

- Cruz, Orlanda (2013), *Parentalidade*. Porto: Livpsic.
- Cruz, Orlanda (2005), *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos filhos – Ideais, práticas e significados*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Cunha, Vanessa (2010), “Projectos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal”, *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa.
- Darling, Nancy (2007), *Ecological Systems Theory: The Person in the Center of the Circles*, *Research in Human Development*, 4(3–4), 203–217.
- De Maeyer, Skrallaan (2014), *Motivation for Foster Care*, *Children and Youth Services Review* 36, 143-149.
- Decreto-Lei 190/92, de 3 de Setembro.
- Decreto-Lei 11/08, de 17 de janeiro.
- Del Valle, Jorge et al. (2008), *El Acohimiento Familiar en España. Una evaluación de resultados*, Ministerio de Trabajo y Assuntos Sociales, Madrid.
- Del Valle, Jorge; López, Mónica; Montserrat, Carme and Brave, Amaia (2009), *Twenty Years of foster Care in Spain: Profiles, patterns and outcomes*, *Children and Youth Services Review* 31, 847-853.
- Delgado, Paulo (2007), *Acolhimento Familiar – Conceitos, práticas e (in)definições*, Porto: Profedições, Lda.
- Delgado, Paulo (2008), *Crianças e Acolhedores – Histórias de Vida e Famílias*, Porto: Profedições, Lda.
- Delgado, Paulo (2010a), *A reforma do acolhimento familiar de crianças: conteúdo, alcance e fins do novo regime jurídico*, *Análise Social*, vol. XLV (196), 2010, 555-58.
- Delgado, Paulo (2010b), *A experiência da Vinculação e o Acolhimento Familiar: reflexões, mitos e desafios*, *Temas em Psicologia - 2010*, Vol. 18, no 2, 457 – 467.
- Delgado, Paulo and Pinto, Vânia (2011), *Criteria for the Selection of Foster Families and Monitoring of Placements. Comparative study of the application of the Casey Foster Applicant Inventory – Applicant Version (CFAI-A)*; *Children and Youth Services Review* 33, 1031-1038.

- Delgado, Paulo (2011), *O Acolhimento Familiar de Crianças, Uma perspetiva ecológica*, Porto: Profedições, Lda.
- Delgado, Paulo (coord.) (2013), *Acolhimento Familiar de Crianças, Evidências do presente, desafios para o futuro*, Porto: Mais Leituras Editora.
- Delgado, Paulo; Carvalho, João e Pinto, Vânia (2014), *Crescer em Família: a permanência no acolhimento familiar*, *Pedagogia Social – Revista Interuniversitária*, 2014, 23, pp. 123-150 in [http://www.upo.es/revistas/index.php/pedagogia\\_social/](http://www.upo.es/revistas/index.php/pedagogia_social/).
- Delgado, Paulo (coord.) (2016), *O Contacto no Acolhimento Familiar – O que pensam as crianças, as famílias e os profissionais*, Mais Leitura.
- Denby, Ramona; Rindfleisch, Nolan e Bean, Gerald (1999), *Predictors of foster parents' satisfaction and intent to continue to foster*, *Child Abuse & Neglect*, Vol. 23, No. 3, pp. 287–303.
- Dias, Maria (2011), *Um Olhar sobre a Família na Perspectiva Sistémica - O Processo de comunicação no sistema familiar*, *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156.
- Dolto, Françoise (1999), *A Criança e a Família – Desenvolvimento emocional e ambiente familiar*. Pergaminho: Lisboa.
- Doyle, Jennifer and Rose Melville (2013), *Good caring and vocabularies of motive among foster carers*, *Journal of Comparative Research in Anthropology and Sociology*, <http://compaso.eu>.
- Duis, Sandra; Summers, Marcia e Summers, Carl (1997), *Parent Versus Child Stress in Diverse Family Types - An ecological approach*, *TECSE* 17(1), 53-73.
- Fallowfield, John (2009), *Attachment theory and social work with 'looked after' children and their families*. in <http://www.goodenoughcaring.com/journal/article98.htm>.
- Ferreira, Jorge (2009), *S.S. e Modelos de Bem-estar para a Infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Proteção à Crianças e à Família*, Universidade Lusófona de Lisboa.
- Ferreira, Jorge (2011), *Contributos para o Debate da Epistemologia em S.S. in Global Social Work Journal of Social Intervention Research - Trabajo Social Global Revista de investigaciones en intervención social; Vol 2, No 3 (2):*

Trabajo Social Global. Volúmen 2. Número 3. Artículo revisado por pares. Hipatia Editorial. Barcelona (Spain).

- Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa: Monitor – Projetos e Edições, Lda.
- Flick, Uwe (2014), *An Introduction to Qualitative Research*, London: Sage.
- Forder, Anthony, *Social Work and System Theory*. The British Journal of Social Work, Oxford University Press.
- Garbarino, James; Vorrasi, Joseph e Kostelny, Kathleen (2002), “Parenting and Public Policy”, *Handbook of Parenting*, National Institute of Child Health and Human Development, Lawrence Erlbaum Associates v.5, 487-540.
- Garcia e Kazepov (2002), “Why some people are more likely to be on social assistance than others”, in Saraceno, C., *Social Assistance Dynamics in Europe*, p. 127-172, Bristol: The Policy Press.
- Gilbert, Neil; Parton, Nigel e Skivenes, Marit (2011), *Child Protection Systems: International Trends and Orientations*, Oxford University Press, Nova Iorque.
- Gilligan, R. (1996), *The Foster Carer Experience in Ireland: Findings from a postal survey*, Child: care, health and development, Volume 22, Number 2, 85-98.
- Guerreiro, Maria das Dores; Torres, Anália e Lobo, Cristina (2007), "Famílias em mudança: configurações, valores e processos de recomposição", *Portugal no Contexto Europeu*, vol. III, Quotidiano e Qualidade de Vida. Lisboa: Celta Editora.
- Guerreiro, Maria das Dores (2011), “Estruturas Familiares e Contextos Sociais”, *A Família em Medicina Geral e Familiar*, Verlag Dashofer.
- Guerrero, Teresa e Naldini, Manuela (1996), *Is the South so Different? Italian and Spanish Families in Comparative Perspective*. Mannheim Center of European Social Research.
- Hayden, Paula and Mulrone, Louise (2003), *Reality fostering - The impact of fostering on carers and their families – Real Kids, Real Carers*, The Association of Childrens Welfare Agencies, In [www.acwa.asn.au/realkidsrealcarers/](http://www.acwa.asn.au/realkidsrealcarers/).

- Heslop, Philip (2016), *How I care: foster fathers recount their experiences of caring for children*, Adoption & Fostering, Vol. 40(1) 36–48, SAGE.
- Höjer, Ingrid; Sebba, Judy and Luke, Nikki (2013), *The impact of fostering on foster carers' children - An international literature review*, Rees Centre for Research in Fostering and Education University of Oxford.
- Howe, David (1995), *Attachment Theory for Social Work Practice*, London: Macmillan Press.
- Howell-Moroney, Michael, *The Empirical Ties between Religious Motivation and Altruism in Foster Parents: Implications for Faith-Based Initiatives in Foster Care and Adoption*, Religions 2014, 5, 720–737; doi:10.3390/rel5030720.
- Iphofen, Ron (2011), *Ethical Decision-Making in Social Research - A Practical Guide*, Palgrave Macmillan.
- Kalil, Ariel (2003), *Family Resilience and Good Child Outcomes - A Review of the Literature*, Centre for Social Research and Evaluation, Ministry of Social Development, New Zealand.
- Kellerhals, Jean; Troutot, Pierre-Yves, e Lazega, Emmanuel (1989), *Microsociologia da família*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Knuiman, Sandra et al. (2015), *Children without parental care in Poland: Foster care, institutionalization and adoption*, International Social Work, Vol. 58(1) 142–152, SAGE.
- Lamont, Alister; Price-Robertson, Rhys; Bromfield, Leah (2010), *Intake, investigation and assessment - Background Paper*, Australian Institute of Family Studies, Melbourne.
- Landwerlin, Gerardo (2006), *Padres e Hijos en la España Actual*, Fundación La Caixa.
- Leber, Cristina e LeCroy, Craig (2012), *Public Perception of the Foster Care System: A National Study*, Children and Youth Services Review 34, 1633-1638, Estados Unidos da América.
- Lei 147/99, de 1 de setembro.
- Leschied, Alan, et al. (2014), *Rescuing a Critical Resource: A Review of the Foster Care Retention and Recruitment Literature and its Relevance in the*

*Canadian Child Welfare Context*, University of Western + University of Ottawa, Canadian Foster Family Association.

- Lewis-Beck, Michael S.; Bryman, Alan e Liao, Tim (2004), *Encyclopedia of Social Science Research Methods*.
- Lopez, Mónica et al. (2011), *Factors Affecting Foster Care Breakdown in Spain*, *The Spanish Journal of Psychology* 2011, Vol. 14 No. 1, 111-122.
- *Manual de Processos-chave – Acolhimento Familiar*, Instituto da Segurança Social, IP.
- Martins, Paula (2005), *O acolhimento familiar como resposta de proteção à criança sem suporte familiar adequado*, Instituto de Estudos da Criança — Universidade do Minho, Braga.
- Martins, Paula (2004), *Proteção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco, Representações sociais, modos e espaços*, Instituto de Estudos da Criança; Universidade do Minho.
- Mateus, Gabriela e Relvas, Ana Paula (2007), “Adoção e Parentalidade”, Relvas e Alarcão (coord.), *Novas Formas de Família*, Coimbra: Quarteto, pp. 121-187.
- Minuchin, Patricia; Colapinto, Jorge e Minuchin, Salvador (1999), *Trabalhando com Famílias Pobres*, Artmed, Porto Alegre.
- Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Celta Editora: Oeiras.
- Mundford, Robyn e Sanders, Jackie (2016), *Foster parents: an enduring presence for vulnerable youth*, *Adoption & Fostering*, Vol. 40(3) 264–278, SAGE.
- Nunes, Maria (2011), “Tempo e Família: Ciclos ou percursos familiares”, *A Família em Medicina Geral e Familiar*, Verlag Dashofer.
- Nutt, Linda (2006), *The Lives of Foster Carers, Private sacrifices, public restrictions*, Routledge, Taylor & Francis e-Library, <http://www.ebookstore.tandf.co.uk/>.
- OCDE (2009), “Comparative Child Well-being across the OECD”, *Doing Better for Children*, p.21-63.
- Octoman, Olivia e McLean, Sara (2014), *Challenging behaviour in foster care: what supports do foster carers want?*, in *Adoption & Fostering* 2014, Vol. 38(2) 149–158, SAGE; <http://aaf.sagepub.com/content/38/2/149>.

- Oliveira, Clara (2011), *Representações dos decisores de adoção sobre a parentalidade biológica e a parentalidade socioafectiva*, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-IUL, e-Working Paper N.º 102/2011.
- Oliveira, Sara (2012), *O Direito a uma Família – significados, discursos e práticas do acolhimento familiar*, Universidade do Minho, Instituto de Educação.
- O’Loughlin, Maureen e O’Loughlin, Steve (2009), *Social Work with Children & Families*, Learning Matters Ltd, Exeter.
- Oosterman, Mirjam et al. (2007), *Disruptions in Foster Care: A review and meta-analysis*, Children and Youth Services Review, 29, 53–76.
- Pain, Helen (2011), *Practice research: what it is and its place in the social work profession*, European Journal of Social Work, 14:4, 545-562, London.
- Pais, Machado (coord.), (1999), *Traços e Riscos de Vida, Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*, Coleção Trajetórias, Ambar, Porto.
- Palacios, Jesus (2015), “A importância das transições no Acolhimento Familiar”, *Acolhimento Familiar de Crianças – Pelo direito de crescer numa família*, Mundos de Vida, p.36-40.
- Patterson, Joan (2002), *Understanding family resilience*. Journal of Clinical Psychology, 58, 233-246.
- Payne, Malcolm (2002), *Teoria do Trabalho Social Moderno*, Coimbra: Quarteto.
- Price-Robertson, Rhys; Bromfeld, Leah e Lamont, Alister (2014), *International approaches to child protection - What can Australia learn?*, Australian Institute of Family Studies, Australian Government Department of Social Services.
- Portugal, Silvia (2000), *Retórica e Ação Governativa na Área das Políticas da Família desde 1974*, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 56.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Rees, Alyson (2013), *Inner world of foster care: an in-depth exploration*, United States of America: ProQuest LLC.
- Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – 2012.

- Relvas, Ana Paula (1996), *O Ciclo Vital da Família – Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, Ana Paula (1998), *Família e Indivíduo – Já alguém apertou a mão à família?*, *Interações*, 7, pp. 83-92.
- Relvas, Ana Paula (1999). *Conversas com Famílias – Discursos e perspectivas em terapia familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 6/2014/M, Proposta de Lei Assembleia da República: Plano Nacional de Ação para os Direitos da Criança, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 124 — 1 de julho de 2014.
- Rhodes, Katrin et. al. (2006), *Foster Parents' Reasons for Fostering and Foster Family Utilization*, *Journal of Sociology & Social Welfare*, December 2006, Volume XXXIII, Number 4.
- Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde et al. (2010), *Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas*, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 390-399; Brasil. In [www.scielo.br/prc](http://www.scielo.br/prc).
- Riggs, Damien (2015), *Australian foster carers' negotiations of intimacy with agency workers, birth families and children*. *Families, Relationships and Societies*, vol.4 nº, 433-48, Policy Press.
- Sampaio, Daniel e Gameiro, José (1998), *Terapia Familiar*, Edições Afrontamento.
- Saraceno, Chiara (1992), *Sociologia da Família*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa.
- Schofield, Gillian; Beek, Mary (2005), *Providing a secure base: Parenting children in long-term foster family care*, *Attachment & Human Development*, March 2005; 7(1): 3–25.
- Schofield, Gillian; Beek, Mary; Sargent, Kay e Thoburn, June (2000), *Growing Up in Foster Care*, British Agencies for Adoption and Fostering, London.
- Schofield, Gillian; Beek, Mary (2005a), *Risk and Resilience in Long-Term Foster-Care*, *British Journal of Social Work*, 35, 1–19.
- Schofield, Gillian; Beek, Mary (2005b), *Risk and Resilience in Long-Term Foster-Care Providing a secure base: Parenting children in long-term foster family care*, *Attachment & Human Development*, 7, 3 – 25.

- Schofield, Gillian; Beek, Mary and Ward, Emma (2011), *Part of the family: Planning for permanence in long-term family foster care*, Children and Youth Services Review 34 (2012) 244-253.
- Sebba, Judy (2012) *Why do people become foster carers? An International Literature Review on the Motivation to Foster*, Rees Centre for Research in Fostering and Education, University of Oxford.
- Segalen, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa: Terramar.
- Sherbanov, Veliko et al. (2012), *Evaluation of the project "Expansion of Foster Care Model in Bulgária"*, Bulgária.
- Silva, Pedro (2002), *O Modelo de Welfare da Europa do Sul, Reflexões sobre a utilidade do conceito*, Sociologia, Problemas e Práticas, nº38, pp. 25-59.
- Silva, Sofia (2009), *Famílias de risco, Crianças de risco? Representações das crianças acerca da família e do risco*, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Sinclair, I., Wilson, K., e Gibbs, I. (2004) *Foster Carers: Why they stay and why they leave*, London: Jessica Kingsley Publishers.
- Sinclair, I., Wilson, K., & Gibbs, I. (2005). *Foster Placements: why they succeed and why they fail*, London: Jessica Kingsley Publishers.
- Song, Minkyung (2007), *Termination of Parental Rights and Adoption in Foster Care*, Berlin: VDM Verlag Dr. Müller.
- Sposati, Aldaíza (2007). *Assistência Social: De Ação Individual a Direito Social*. Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 10.
- Stott, Tonia and Gustavsson, Nora (2009), *Balancing Permanency and Stability for Youth in Foster Care*, Children and Youth Services Review 32 (2010) 619-625.
- Torres, Anália (2010), *Relatório da Unidade Curricular Sociologia da Família, Teorias e Debates*, ISCTE-IUL, Lisboa.
- Tribuna, Fátima e Relvas, Ana Paula (2007), "Famílias de Acolhimento e Vinculação na Adolescência", Relvas e Alarcão (coord.), *Novas Formas de Família*, Coimbra: Quarteto, pp. 53-119.
- Triseliotis, John; Borland, Moira and Hill, Malcolm (2000), *Delivering Foster Care British*, Agencies for Adoption and Fostering, London.

- Ussel, Julio e Landwerlin, Gerardo (2001), *La Política Familiar en España*, Edições Ariel.
- Vass, Antony (1996), *Social Work Competences – Core Knowledge, Values and Skills*, London: SAGE Publications.
- Vaz, Carlota e Relvas, Ana Paula (2007), “Uma Família à Parte ou Parte de uma Família? – Estudo Psicossociológico sobre a Família de Educador Único”, Relvas e Alarcão (coord.) (2007), *Novas Formas de Família*, Coimbra: Quarteto, pp. 245-298.
- Velentza – Karouzaki, Sofia (2005), *The Institution of Foster Care in Greece - Legislation, Experiences and Reality*, Athens: Roots Research Centre.
- Von Bertalanffy, Ludwig (1973), *Teoria geral dos sistemas*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Wall, Karin (1993), *Elementos sobre a sociologia da família em Portugal*, *Análise Social*, vol. Xxviii (123-124), 1993 (4.º-5.º), 999-1009.
- Wall, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Wall, Karin; Aboim, Sofia; Cunha, Vanessa e Vasconcelos, Pedro (2001), *Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality*, *Journal of European Social Policy*.
- Wall, Karin (2010), “Os homens e a política de família”, *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa.
- Wall, Karin; Aboim, Sofia e Marinho, Sofia (2010), “Perfis de paternidade no Portugal contemporâneo”, *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa.
- Walsh, Froma (1996), “The Concept of Family Resilience - Crisis and challenge”, *Special section, Family Resilience: A concept and its application*, 35, 261-281.
- Walsh, Froma (2002), *A Family Resilience Framework: Innovative Practice Applications*. *Family Relations*, 51, 130-137.
- Williams, Fiona (2010), *Repensar as Famílias*, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Wilson, Kate et. Al (2004), *Fostering success An exploration of the research literature in foster care*, Social Care Institute for Excellence (SCIE), The Policy Press.
- Younes, Maha e Harp, Michele (2007), *Addressing the Impact of Foster Care on Biological Children and Their Families*, Child Welfare League of America.
- Zimmer, Sérgio e Corona, Hieda (s.d.), *Aspetos da Política de Acolhimento Familiar de Crianças e Adolescentes no Sudoeste do Paraná*, [http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Artigo\\_Aspectos\\_da\\_Pol\\_de\\_Acolhimento\\_Familiar-Sudoeste-PR.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Artigo_Aspectos_da_Pol_de_Acolhimento_Familiar-Sudoeste-PR.pdf)

**ANEXOS**

## **LISTA DE ANEXOS**

- Anexo 1: Declaração de Consentimento
- Anexo 2: Exemplo de codificação focalizada da análise de dados empíricos (consultar mais exemplos no CD-ROM anexo)
- Anexo 3: Exemplo de codificação linha-a-linha da análise de dados empíricos (consultar mais exemplos no CD-ROM anexo)
- Anexo 4: Exemplos de memos iniciais / sinopse das entrevistas
- Anexo 5: Protocolo: Entrevista a Equipas
- Anexo 6: Transcrição das entrevistas aos técnicos (consultar CD-ROM anexo)

Anexo 1: Declaração de Consentimento

# “Famílias de Acolhimento de Crianças Motivações e Impactos”



Universidade Católica Portuguesa

Doutoramento em Serviço Social

Elisete Simões Diogo

Enquanto doutoranda de serviço social na Universidade Católica Portuguesa, encontro-me a realizar uma investigação de âmbito nacional na área do Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo. Pretende-se obter a perspetiva das famílias de acolhimento, as motivações e impactos na vida pessoal e familiar, com vista à maior compreensão e ajuda à adesão de famílias envolvidas e de crianças beneficiárias desta medida de proteção. Os dados recolhidos, em áudio e através de anotações, serão tratados com confidencialidade. Grata pela colaboração.

---

## DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, (nome) \_\_\_\_\_ declaro que conheço os objetivos do estudo “**Famílias de Acolhimento de Crianças - Motivações e Impactos**” e aceito colaborar com a investigadora **Elisete Diogo**. Tomei conhecimento que os meus dados pessoais não serão divulgados, nem a entrevista será utilizada para outro fim. Sei igualmente que tenho o direito de colocar, agora ou durante o desenvolvimento do estudo, qualquer questão acerca do mesmo e que sou livre a qualquer momento interromper a minha participação nesta entrevista. Informaram-me e permito que a entrevista será gravada em áudio, que serão retiradas algumas anotações.

Data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Assinatura do entrevistado

\_\_\_\_\_

Assinatura da investigadora

\_\_\_\_\_

Anexo 2: Exemplo de codificação focalizada na análise de dados empíricos no programa MaxQDA 12 (consultar mais exemplos no CD-ROM anexo)

## Codificação focalizada: Códigos – Subcódigos – Segmentos

### (Uso do programa MaxQDA)

Motivação pessoal	<b>AF como forma de satisfazer sonhos pessoais-uma filha</b>	FAMV4: A menina... a menina que eu nunca tive, não sei se me está a entender... tenho um menino, nunca quis ter mais FAMV5
Motivação familiar	<b>Discutem a decisão de acolher em família, obtendo aceitação de todos</b>	FAMV1: Debatermos essa situação à mesa. FAMV2: o meu marido adora crianças, então disse "-Realmente, é uma ideia", "-Estavas preparado para isso?", "-Estava!" O meu Y disse "-Ó pai, vamos, vamos ajudar uma criança". Todos entrámos em acordo. Aqui em casa eu pus a ideia, todos aceitaram, acharam interessante. acabámos por decidir aceitar. FAMV3: O primeiro caso que eu recusei logo porque não havia consenso a nível familiar para receber. Não aceitámos porque a minha filha teria uns catorze anitos, achava que não conseguia criar uma relação com um menino de seis anos. Não iria sentir... não ia conseguir. Como havia esse receio da parte dela, nós não aceitámos. FAMV1: Eles ficaram todos contentes. Ficaram logos todos em euforia, estavam os meus filhos FAMV2: O meu marido adora crianças, fazia tudo pelos sobrinhos, trocava as fraldas, o meu marido adora crianças, então disse "-Realmente, é uma ideia", "-Estavas preparado para isso?", "-Estava!" O meu Y disse "-Ó pai, vamos, vamos ajudar uma criança". Todos entrámos em acordo. Foi uma noite sem dormir, todos de volta dela. Quando soubemos que vinhamos buscá-la preparámos logo a cama, tínhamos a cama do meu filho, preparámos logo tudo o que havia para preparar. A experiência é ótima. FAMV3: Aqui em casa eu pus a ideia, todos aceitaram, acharam interessante. acabámos por decidir aceitar.
Motivação, solidariedade	<b>Decide ser FA por empatizar com sofrimento das crianças (vê risco no contexto profissional; fracas condições de conforto da instituição; precisam de "mãe" pq tb sentiu falta dela; não querem separar irmãs)</b>	FASS1: Fui visitar um colégio, uma menina da minha aldeia, com umas tarimbas, aquilo era muito frio... e vi este menino muito lindo, muito lindo. Eu olhei para ele e depois ouvi dizer... as condições ali, não havia... era tudo muito frio para os meninos. "- Fui ver a filha da D, a um colégio, achei que o menino não estava bem." FASS2: Fiquem sem mãe com um ano, fui criada num berço de ouro, estudei num colégio, não me faltou nada, mas faltou-me o melhor que poderia haver, o amor de mãe! A minha tia era tia de sangue, é, mas não era minha mãe, era minha amiga mas não era minha mãe. A minha vocação vem de eu nunca ter mãe. Nunca sentir o que era um amor de mãe. (...) Naquela altura prometi a mim mesma... É um compromisso. Eu prometi a mim mesma, se algum dia pudesse fazer bem a alguém, ia fazer! A minha promessa, estou a cumpri-la. de todos fiz gente. Quem gostar gosta, quem não gostar não gosta. Primeiramente estão eles. Hoje assumi, cumpro! FASS3: No primeiro impacto, ficámos assim... "-E agora?!" Íamos separar duas irmãs? E também pela A, fazia-me imensa confusão separar duas irmãs. que nos fazia confusão separar duas crianças. FAMV2: trabalho em escolas, sou coordenadora de assistentes operacionais de seis escolas, então eu ando nas escolas todas e vejo várias situações de crianças e há certas situações que me incomodam muito, mesmo muito. Há crianças muito carenciadas. exFACPCJ: Nós damos formação a jovens e identificamo-nos com eles, mexe um bocado... cá dentro. (...) Nós damos formação a jovens e identificamo-nos com eles, mexe um bocado... Tenho uma miúda que me está a preocupar imenso... Y: Se pudesses já a tinhas levado lá para casa! (risos) Z: Não, não. Mas gostava de a ajudar. Lidamos com jovens de 16, 15 anos. Ainda agora uma miúda, veio "Preciso de ajuda". O que faço? Ajudo, vou ao supermercado! Dou formação a jovens e fez-me uma abertura maior, eles vêm-me como uma pessoa que está ali para os ajudar.
Motivação ocupacional	<b>Vê no AF uma ocupação</b>	FAMV1: Eu tinha um salão de cabeleireira e era só ao fim-de-semana, "-Porque não?". Este menino para mim foi uma coisa tão boa porque eu já estava numa fase que disse à minha mãe "-Tenho que arranjar um part-time" porque desde que a minha partiu... Estava a sentir-me muito fechada, sem nada para fazer. Quando o D veio para mim foi um ar, livre, um ar fresco. Eu estava a dizer "-Tenho sair de casa, porque estou a prejudicar os meus, os meus

		<p>filhos chegavam a casa "-Mãe, tu hoje estás doente? Estás com uma cara" Era de eu estar sufocada dentro de casa, só ali. O D foi um ar fresco. As minhas amigas disseram "Já não é a Z de há oito dias". Eu animo pessoas a serem famílias de acolhimento.</p> <p>FAMV4: Em casa vimos, e ele disse "-Como estás sozinha em casa, para além de teres uma companhia, teres um trabalho..." que à partida dá muito trabalho, a gente vê pelos nossos, eu tenho um filho de vinte anos, está lá em casa. Eu disse "-Está bem, até é interessante". (...)</p> <p>Cansada, nós sentimos sempre, se formos trabalhar para outro sítio também sentimos cansadas.</p> <p>FAMV3: Comecei porque não estava a trabalhar, tive essa brecha. (...)Tenho de ver que disponibilidade é preciso, para depois organizar outras coisas da minha vida, há este compasso de espera.</p>
<p>Motivação, solidariedade</p>	<p><b>Gosta de crianças e sente-se realizada por as ajudar, solidária, reforçando o altruísmo para o sucesso da experiência</b></p>	<p>FAMV4: Sinto-me realizada e gosto, não me estou a ver sem crianças.</p> <p>FAMV5: Gosto muito de crianças, gosto muito de dar carinho, gosto de ajudar.</p> <p>FASS2: Sabem que eu gosto das crianças</p> <p>FAMV3: Há amigas da minha filha, é engraçado, do jardim-de-infância, que me cumprimentam a mim, e quase não convivem com ela. É gostar! (...)Tenho só uma filha, mas a casa ao fim-de-semana e nas férias estava sempre cheia, porque as amigas vinham para aqui e pernoitavam cá. Gosto muito de crianças.</p> <p>FASS2: As crianças são a melhor coisa do mundo.</p> <p>exFAMV: sempre gostei de ajudar e tenho sempre muita pena das crianças. Gosto sempre muito de ajudar. Sempre tive essa iniciativa com as crianças, de as ajudar".</p> <p>FAMV2: eu ando nas escolas todas e vejo várias situações de crianças e há certas situações que me incomodam muito, mesmo muito. Há crianças muito carenciadas.</p> <p>FAMV4: Mas o facto de saber que estou a fazer bem a crianças que poderiam estar... vê-se tanta coisa na televisão. Eu sinto-me realizada ao poder ajudar e o trabalho não interessa.</p> <p>Sinto-me realizada e gosto, não me estou a ver sem crianças. Estes quando forem, é sinal que vão bem, mas há muitas crianças que precisam de nós.</p> <p>FASS1: Eu fazia que era mais amiga deste menino, eu tinha muita pena. Eu dava-lhe muito carinho, muito carinho, sem abandonar os meus filhos. (...) Começava a pensar... "-Estou feliz, fiz uma pessoa feliz!"</p> <p>FAMV1: eu consigo e para mim a família de acolhimento é uma benção que eu estou a fazer." Para a criança, e a mim só me interessa.. o que me interessa é o bem-estar da criança neste momento, depois para a frente se verá. Ao acolher uma criança, só nos enriquece a nós, é uma experiência inesquecível. Enquanto puder ser FA, vou ser. (...) Não sinto como uma dificuldade, "-Quem Deus ama, Deus abençoa".</p> <p>FAMV5: Ou nós nos importamos muito com os miúdos, ou então...</p> <p>FASS1: Chamei a atenção, ficava muito triste porque... isto não é para ganhar dinheiro, é uma ajuda, mas tem que haver um carinho muito especial. Acho muito bem que haja FA. É melhor FA mas que tenha carinho mesmo de família, sentido, do que os colégios. vamos os dois, às vezes vai com a mão em cima de mim, ou com o chapéu a tapar-me. Foi sempre tudo bom.</p> <p>FASS2: Para ser FA tem de haver vocação. Como qualquer profissão. Implica gostar-se de crianças. Quem não goste de crianças, de conviver com elas.</p> <p>FAMV4: Acho que as famílias são egoístas, não querem ter trabalho. Uma FA, não é só ser FA, é uma grande responsabilidade, ter muito amor, carinho para dar. Sentir quais as necessidade de cada criança, cada uma é diferente da outra. Ser FA é um grande louvor, uma grande força para uma família, família de verdade. Tem de se ter muito amor, carinho, paciência.</p>
<p>Motivação para AF, Âmbito económico</p>	<p><b>Não tem interesse económico com AF</b></p>	<p>FASS2: Z: Não é pelo dinheiro, porque daqui a pouco não chega para o pão que comem. Mas não é pelo dinheiro que tomo conta deles. Y: A avaliar, ela faz isto por gosto.</p> <p>FAMV3: No nosso caso, não queremos tirar lucro. O nosso objetivo não é ganhar dinheiro com o acolhimento, mas claro que o ideal era evitar prejuízos, evitar que isso influenciasse o orçamento familiar, que nós temos para gerir.</p> <p>exFAMV: Eu notei que há muita gente que vai para acolhimento por outros motivos, não para ajudar. Ou seja, acho que há pessoas mais interessadas em receber o subsídio que a Segurança Social dá do que em ajudar a criança. Inicialmente é muita gente a querer ser FA, quando chegámos à fase final éramos 11 famílias, de 500 ou 600 famílias no final éramos 11.</p>

Anexo 3: Exemplo de codificação linha-a-linha na análise de dados empíricos no programa MaxQDA 12 (consultar mais exemplos no CD-ROM anexo)

FAMV3	Mostra que tem já grande experiência como FA	Eu vou resumir porque poderíamos estar a falar até amanhã.
FAMV3	Iniciativa para AF da cuidadora	A ideia do acolhimento, na família, partiu de mim.
FAMV3	Gosta muito de conviver com crianças	. Tenho só uma filha, mas a casa ao fim de semana e nas férias estava sempre cheia, porque as amigas vinham para aqui e pernoitavam cá. Gosto muito de crianças.
FAMV3	cuidadora toma iniciativa de contactar EA para ser FA	eu contactei a Mundos de Vida e pedi informações sobre o processo e lá me foram dando, acerca da formação...
FAMV3	Satisfação de todos o membros familiares com o FA	Aqui em casa eu pus a ideia, todos aceitaram, acharam interessante.
FAMV3	Discutem a decisão de acolher em família	Aqui em casa eu pus a ideia, todos aceitaram, acharam interessante.
FAMV3	Morosidade e indefinição na resposta p inicia execução como FA	Fomos fazer a formação e depois por final a avaliação foi feita e ficámos aptos como família de acolhimento e ficámos a aguardar. O primeiro acolhimento ainda demorou um bocado
FAMV3	Morosidade e indefinição na resposta p inicia execução como FA	Eu comecei em 2009, ficou quando surgiu a ideia, quando contactamos a Mundos de Vida. O acolhimento, o primeiro, só se realizou em 2011.
FAMV3	Morosidade e indefinição na resposta p inicia execução como FA	é difícil gerir o tempo de espera e às vezes expectativas saem frustradas, aquelas situações em que por vezes nos contactavam "-Temos aqui um caso para acolher", nós disponibilizávamo-nos, começávamos a preparar tudo e "-Ah, já não é preciso acolher porque surgiu outra oportunidade e a criança vai ser tratada de outra forma, a situação."
FAMV3	Abre a família/casa a várias pessoas	. Tenho só uma filha, mas a casa ao fim de semana e nas férias estava sempre cheia, porque as amigas vinham para aqui e pernoitavam cá. Gosto muito de crianças.
FAMV3	Adapta os quartos à chegada da nova criança	m termos de logística é um bocado exigente porque o primeiro acolhimento eram irmãos, um deles era bebé. Como cá em casa já há algum tempo não havia bebés foi necessário arranjar todas as comodidades, desde o berço... essas coisas todas.
FAMV3	Constata a falta de regras e estímulos adequados da criança	O mais velho tinha cinco anos, mas era um menino com uma vida já muito... tinha tido uma vida bastante difícil e isso era evidente na forma de ele estar, na aprendizagem, no relacionamento com os outros. Era um menino muito difícil, foi um menino muito difícil de se levar a cumprir regras e por aí fora.
FAMV3	Constata acréscimo de trabalho com AF, adaptando-se	um bocado mais de trabalho, depois tudo se resolve, tudo se arranja e começa-se a entrar na normalidade.
FAMV3	Constata acréscimo de trabalho com AF, adaptando-se	em termos de logística dava um certo trabalho porque havia muitas visitas, era a visita da mãe, depois a visita do pai de um, a visita do pai do outro, era na Segurança Social do Porto. Era difícil gerir as visitas todas, perturbava um bocado o nosso quotidiano, mas foi-se fazendo, foi-se levando.
FAMV3	Percebe progressão da criança c modelo educativo da FA	Foi uma evolução bastante boa em termos de acolhimento
FAMV3	Percebe progressão da criança c modelo educativo da FA	Recuperou muito facilmente, foi muito fácil.
FAMV3	Ficam traumatizados com processo de saída das crianças da FA	Relativamente à saída não correu nada bem, mas mesmo nada bem. Realmente em termos de nós família, ficámos extremamente traumatizados ao ponto de dizermos "-Não queremos acolher mais ninguém" Porque o processo não foi bem conduzido.
FAMV3	Critica procedimento de saída brusca p adoção-segurança social	Fizeram um programa de preparação dos meninos para a saída que depois foi tudo atabalhado pelas técnicas da Segurança Social. Foi muito próximo do Natal e foi muito estranho porque realmente havia um trabalho conjunto dos Mundos de Vida com as técnicas da Segurança Social que não foi tido em conta, não foi seguido à regra.

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

FAMV3	Ponderaram desistir de ser FA pelo mau serviço da equipa adoção	ficámos extremamente traumatizados ao ponto de dizermos "-Não queremos acolher mais ninguém"
FAMV3	Cria empatia com o sofrimento da criança por sair da FA	o desespero do menino mais velho
FAMV3	Cria empatia com o sofrimento da criança por sair da FA	O mais pequenino não sentiu nada, ia muito bem, mas o mais velho não. E mostrou isso. Houve choro e houve indignação e houve revolta.
FAMV3	Protege a FA de assistir ao sofrimento criança pela saída da FA	E a minha família nesse caso, e felizmente eu consegui preservá-los e eles não viram praticamente o desespero do menino mais velho
FAMV3	Protege a FA de assistir ao sofrimento criança pela saída da FA	Felizmente que a minha família não presenciou isso, mas eu presenciei e fiquei muito... custou-me imenso
FAMV3	Sofre com a saída das crianças da FA	Felizmente que a minha família não presenciou isso, mas eu presenciei e fiquei muito... custou-me imenso. Custou-me imenso e agi porque fiz inclusivamente, no Ministério Público, queixa contra essas senhoras da Segurança Social
FAMV3	Sofre com a saída das crianças da FA	Realmente em termos de nós família, ficámos extremamente traumatizados ao ponto de dizermos "-Não queremos acolher mais ninguém" Porque o processo não foi bem conduzido.
FAMV3	Apresenta queixa ao MP pelo mau serviço da equipa adoção	Custou-me imenso e agi porque fiz inclusivamente, no Ministério Público, queixa contra essas senhoras da Segurança Social,
FAMV3	Cria empatia com o sofrimento da criança por sair da FA	porque não respeitaram as indicações médicas e porque de um dia para o outro disseram aos meninos "-Tu vais viver para aqui, para esta casa, é para aqui que tu vens". Destabilizaram completamente. O menino foi apanhado assim.
FAMV3	Protege a FA de assistir ao sofrimento criança pela saída da FA	aqui em casa consegui criar uma ligação de afeto e chegou ao ponto de dizer "- Eu não quero ir, eu vou mas eu não quero ir. Eu vou para a casa da senhora mas eu não quero ir".
FAMV3	Critica procedimento de saída brusca p adoção-segurança social	Isso indignou-me profundamente a maneira como eles trataram do assunto
FAMV3	Apresenta queixa ao MP pelo mau serviço da equipa adoção	Fiz queixa no Ministério Público porque queria que ficasse registado que os procedimentos não foram seguidos conforme devia e que se alguma coisa corresse mal que essas senhoras fossem responsabilizadas pelo que fizeram.
FAMV3	Sofre com a saída das crianças da FA	Apesar de tudo, custou-nos imenso, sem dúvida, a nós. Nós sabíamos desde junho que eles iam para adoção, ainda assim, desde o dia 19 de junho que nós soubemos, eles estiveram até ao dia 3 de dezembro. Nós sabíamos que eles iam, mas estávamos sempre a ver quando... enfim, sabíamos mas não era uma realidade muito presente. Era uma realidade um pouco longínqua. Custou-nos imenso, precisamente por não haver essa transição porque se houvesse uma transição gradual, "-Os meninos hoje vão lá passar o dia, depois regressam, depois vão no fim de semana, depois regressam". Dava-nos tempo a nós enquanto FA nos familiarizarmos com a ideia de eles não estarem cá, porque estavam de saída e para eles também porque certamente que poderiam criar alguma amizade mais profunda com a outra família e da nossa parte iríamos ficar também mais tranquilos, saber que realmente os meninos já estavam ambientados,
FAMV3	Sofre com a saída das crianças da FA	Isso iria tranquilizar-nos e iria realmente dar-nos o tempo que nós precisávamos para nos habituarmos à separação.
FAMV3	Sofre com a saída das crianças da FA	Como isso não aconteceu e foi realmente eles foram praticamente de um dia para o outro, foi realmente traumatizante e eu fiz a denúncia no Ministério Público sem o conhecimento da Mundos de Vida.

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

FAMV3	Critica procedimento de saída brusca p adoção-segurança social	Como isso não aconteceu e foi realmente eles foram praticamente de um dia para o outro, foi realmente traumatizante e eu fiz a denúncia no Ministério Público sem o conhecimento da Mundos de Vida.
FAMV3	Ficam traumatizados com processo de saída das crianças da FA	Como isso não aconteceu e foi realmente eles foram praticamente de um dia para o outro, foi realmente traumatizante e eu fiz a denúncia no Ministério Público sem o conhecimento da Mundos de Vida.
FAMV3	Cria empatia com o sofrimento da criança por sair da FA	aquilo foi de um sábado até uma terça-feira, foi naqueles dias, de sábado até terça que o comportamento descambou completamente
FAMV3	Cria empatia com o sofrimento da criança por sair da FA	Depois houve um menino que começou logo nesse dia a ter um comportamento completamente anormal e eu fiz logo saber no domingo à Mundos de Vida ao Dr. o que tinha sido dito ao miúdo e o comportamento que ele estava a manifestar, o choque.
FAMV3	Critica procedimento de saída brusca p adoção-segurança social	Enfim, que todo o processo que estava a ser organizado em termos de transição foi tudo por água a baixo. Eles foram num sábado que era suposto estarem algumas horas com a futura família, com a família adotiva e nesse sábado o que é que fizeram? Aproveitaram a deslocação para adiantar as coisas todas e dizer aos meninos. O trabalho que a Dra ia fazer durante a semana, de preparação, eles passaram por cima, e disseram "-Vens para cá".
FAMV3	Têm memória das crianças presente muito tempo após saída	como eles foram os primeiros, marcaram de uma forma muito diferente, ainda estão muito presentes na nossa cabeça. A gente lembra-se do aniversário, hoje de manhã estava a lembrar-me que amanhã vou fazer um postal de Boas Festas,
FAMV3	Faz postais festivos e envia às crianças, msm sem resposta	faço sempre, mando um postal no aniversário de um e de outro, na Páscoa e no Natal.
FAMV3	Sente-se bem por enviar postais mesmo sem resposta	vou mandando, faz-me bem.
FAMV3	Sente-se bem por enviar postais mesmo sem resposta	mas a mim faz-me bem, enquanto não me disserem para não mandar, vou mandando.
FAMV3	Não mantem contacto pq família adotiva não responde às tentativ	Não conseguimos manter o contacto porque a família não manifestou esse interesse e nós temos que respeitar como é óbvio
FAMV3	Critica procedimento de saída brusca p adoção-segurança social	Se o processo fosse feito de uma forma mais tranquila, mais serena, o processo de transição para a família, se calhar as coisas tinham sido muito mais fáceis para eles e para nós.
FAMV3	Têm memória das crianças presente muito tempo após saída	Nestas alturas iria sempre lembrar-me deles, porque marcaram de uma forma diferente, para já porque estiveram algum tempo connosco, e depois talvez por serem os primeiros.
FAMV3	FA mais marcada pelo primeiro AF/crianças	porque marcaram de uma forma diferente, para já porque estiveram algum tempo connosco, e depois talvez por serem os primeiros.
FAMV3	Ponderaram desistir de ser FA pelo mau serviço da equipa adoçã	Disse-o literalmente, "-Tão cedo está fora de questão",
FAMV3	Cria empatia com o sofrimento da criança por sair da FA	porque vivi o sofrimento do miúdo mais velho e marcou-me.
FAMV3	Sofre com a saída das crianças da FA	Cá em casa isso foi umas duas semanas que nós vivemos aqui um inferno, de noites quase sem dormir...
FAMV3	Ficam traumatizados com processo de saída das crianças da FA	Cá em casa isso foi umas duas semanas que nós vivemos aqui um inferno, de noites quase sem dormir...
FAMV3	Recebe apoio dos serviços EA para minorar o stress do AF	Foram compreensivos nesses aspetos e apoiaram, e apoiaram sempre em tudo, mesmo em termos de apoio psicológico, se precisássemos estavam sempre disponíveis.

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

FAMV3	Sente concordância/apoio da parte da equipa de acompanhamento	equipa dos Mundos de Vida disse "-Tudo bem, nós vamos respeitar, quando acharem que estão preparados para receber..." Mas também concordaram comigo, que as coisas não tinham corrido bem, e não era esse o procedimento normal, eles sabiam que não era esse o procedimento normal da separação dos miúdos
FAMV3	Sente concordância/apoio da parte da equipa de acompanhamento	foram compreensivos nesses aspetos e apoiaram, e apoiaram sempre em tudo, mesmo em termos de apoio psicológico, se precisássemos estavam sempre disponíveis. Entretanto disseram que quando estivéssemos preparados que falássemos.
FAMV3	Satisfação de todos os membros familiares com o FA	acabámos por decidir aceitar
FAMV3	Discutem a decisão de acolher em família	acabámos por decidir aceitar
FAMV3	Discutem a decisão de acolher em família	o primeiro caso que eu recusei logo porque não havia consenso a nível familiar para receber,
FAMV3	Sente culpa por recusar crianças para AF, por ter capacidade	ficou sempre um peso na consciência por não ter aceite aquele menino, por poder ajudar e não ter ajudado.
FAMV3	Sente culpa por recusar crianças para AF, por ter capacidade	Mas estes agora é que precisam e acabámos por decidir aceitar
FAMV3	Redefinem critérios p crianças a acolher, protegendo-se despedida	Como eram mais velhinhos, possivelmente não iam correr o risco de ir para adoção por serem crianças mais velhas, não íamos se calhar passar pelo mesmo que passámos com os primeiros, então decidimos arriscar.
FAMV3	Sente culpa por recusar crianças para AF, por ter capacidade	Era um menino com seis anos, ficou-me gravada a idade e o nome.
FAMV3	Discutem a decisão de acolher em família	Não aceitámos porque a minha filha teria uns catorze anitos, achava que não conseguia criar uma relação com um menino de seis anos. Não iria sentir... não ia conseguir.
FAMV3	Discutem a decisão de acolher em família	Como havia esse receio da parte dela, nós não aceitámos.
FAMV3	Antecipa problemas, ponderando bem as decisões de AF	Não aceitámos porque a minha filha teria uns catorze anitos, achava que não conseguia criar uma relação com um menino de seis anos. Não iria sentir... não ia conseguir. Se fosse menina... um menino com seis anitos achava que não. Como havia esse receio da parte dela, nós não aceitámos. No segundo acolhimento quando propuseram o caso destes, acabámos por decidir que sim. Como eram mais velhinhos, possivelmente não iam correr o risco de ir para adoção por serem crianças mais velhas, não íamos se calhar passar pelo mesmo que passámos com os primeiros, então decidimos arriscar.
FAMV3	Redefinem critérios p crianças a acolher, protegendo-se despedida	Depois do primeiro acolhimento é que formulei a ideia de que realmente é muito mais fácil acolher dois irmãos do que acolher só um. Precisamente por causa do momento da saída. Quando foram os primeiros embora, o mais velhinho foi com dificuldade, mas o pequenino foi muito bem.
FAMV3	Redefinem critérios p crianças a acolher, protegendo-se despedida	Ficámos com ideia que pode haver um que vá mais debilitado e temos sempre a sensação que o outro o vai apoiar, que não vai estar sozinho, isso deixa-nos um pouco tranquilos. Agora vou querer sempre irmãos.
FAMV3	Fica mais tranquila c ida p família biológica e menos p adotiva	É muito mais fácil. Porque ficamos tranquilos porque é a família deles e sabemos que eles têm ligação afetiva à família deles
FAMV3	Fica mais tranquila c ida p família biológica e menos p adotiva	Isso deixa-nos um bocadinho mais tranquilos, sabemos que eles têm uma ligação.
FAMV3	Cria empatia com o sofrimento da criança por sair	eles choraram por ter que sair daqui, mas também estavam contentes porque iam para a mãe.

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

	da FA	
FAMV3	Fica mais tranquila c ida p família biológica e menos p adotiva	A verdade é que nós sabemos que há uma ligação afetiva com a mãe, sabemos que eles não vão estar... não vai haver aquele processo de criação de laços, de estar um bocado mais inseguros porque já existe um relacionamento anterior. Desde que a família tenha as condições para os ter, sabemos que eles vão estar bem.
FAMV3	Mantem contacto com criança após cessação	Mantemos contacto, porque a mãe, apesar de ser uma pessoa, digamos, com alguma ignorância, consegue perceber que eles têm ligação afetiva connosco e que nós também gostamos deles e portanto a senhora diz "-Quando quiser"
FAMV3	Têm memória das crianças presente muito tempo após saída	lembramo-nos muito deles, no dia-a-dia, vamos às compras e vemos qualquer coisa, "-O B ia adorar isto". há coisas que nos fazem lembrar as características de um ou de outro. Ele adorava as camisinhas, as gravatinhas, era um menino muito... "Olha uma camisinha gira para o B". Está presente, no dia-a-dia lembramo-nos dele.
FAMV3	Satisfaz necessidades/saudades da criança após cessação	mas a menina estava com saudades nossas. Soubemos que estava com saudades nossas e fomos logo no fim de semana seguinte. Fomos estar com eles, buscá-los a casa, passamos o dia, almoçamos, demos uma voltinha e voltamos para casa.
FAMV3	Comunica/boa relação com família biológica após cessação	A senhora diz sempre "-No meu fim de semana pode vir buscá-los quando quiser, não há problema nenhum, eu sei que gosta deles, pode vir."
FAMV3	Recebe contacto urgente e imprevisto para AF	Eu estava de férias quando falaram na possibilidade de acolher estes meninos, entretanto o tempo foi passando, depois ligaram-me a dizer "-Os meninos vão hoje para o acolhimento e estão aqui às três e meia para os vir buscar". Fiquei assim... "-Okay. O mal de gerir isto tudo é que não se pode preparar antecipadamente as coisas porque se calhar, a preparar, a comprar, e depois não se concretizou o acolhimento. É desperdício não só de recursos financeiros, e também de energia, são expectativas. Dizem, nós sabemos. Se dissermos que sim, sabemos que há aquele compromisso, mas é sempre hipotético. Quando nos dizem, "-Eles vêm e é hoje" e porque realmente não tinha nada preparado. Não tinha roupas, não tinha nada e vinham doentes.
FAMV3	Tem início difícil: crianças débeis, falta disponibilidade p compras	Foi muito difícil, aqueles primeiros dias foi muito difícil, porque com dois eu nem sequer conseguia ir comprar nada. Em termos de recursos foi muito difícil e também porque como vinham doentes,
FAMV3	Fica mais tranquila c ida p família biológica e menos p adotiva	A expectativa é que eles vão para a família biológica. Ainda ontem comentava com os técnicos "-Nota-se que há da parte da família uma grande ligação afetiva, e eles também gostam muito dos progenitores". Tenho essa expectativa.
FAMV3	Protege a FA de assistir ao sofrimento criança pela saída da FA	Eu tenho alertado cá em casa
FAMV3	Percebe características da criança diferentes das pré-definidas	Logo no primeiro acolhimento, acolhemos com dez meses, abrimos logo uma exceção.
FAMV3	Apesar da disparidade, acaba por aceitar o novo AF	Logo no primeiro acolhimento, acolhemos com dez meses, abrimos logo uma exceção.
FAMV3	Percebe progressão da criança c modelo educativo da FA	mas conseguiu-se moldar muito bem esse menino, mudou, em dois meses mudou radicalmente. Chegou ao ponto que nós queríamos que ele estivesse, em termos de escola, de comportamento, tudo, mudou radicalmente!
FAMV3	Definem objetivos e metas para o percurso da criança	Chegou ao ponto que nós queríamos que ele estivesse, em termos de escola, de comportamento, tudo, mudou radicalmente!
FAMV3	Tem incentivos do marido e filha p receber crianças difíceis	mas depois incentivaram-me, a minha filha, o meu marido "-Nós ajudamos", "- Não há nada como os pequeninos, são tão bonitos, tão engraçadinhos".

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

FAMV3	Receia aceitar acolhimento pelas características das crianças	quando propuseram o acolhimento destes, eu fiquei um bocado receosa e pensei "-Dois...?" Pela idade e por serem dois... fiquei receosa "-Vai ser muito complicado",
FAMV3	Cuidador prefere crianças pequenas, pela interação	O meu marido acaba por dizer, "-Os mais pequeninos são mais engraçadinhos". Quando vieram estes ficou logo muito contente
FAMV3	Cuidador prefere crianças pequenas, pela interação	"-Nós ajudamos", "-Não há nada como os pequeninos, são tão bonitos, tão engraçadinhos"
FAMV3	Receia a despedida, receia sofrer	Eu recomendo "-Tenham cuidado porque já sabem qual é o final da história".
FAMV3	Tenta distinguir os diferentes acolhimentos	Há que separar, vamos ver como é que se lida com isso.
FAMV3	Filha desvaloriza antecipação do sofrimento c despedida	A minha filha disse "-Deixa lá, eles vão, se forem bem, não faz mal, vêm outros".
FAMV3	Receia a despedida, receia sofrer	custa sempre um bocadinho
FAMV3	Traumatizada com 1ª despedida, situação limite de sofrimento	Já tivemos aquela experiência negativa, pior do que aquilo vai ser difícil.
FAMV3	Gostaria que a resposta pós AF fosse diferente, mais adequada	A segunda separação, foram para a família biológica, mas também não vou dizer que estamos totalmente tranquilos relativamente à saída deles, porque eles foram para a família biológica, sabemos que é a família deles, que eles tinham carinho pela mãe, que se notava. Mas sabemos que ainda falta muito naquela família. Sabemos que na família deles há muita coisa que está mal, muita coisa em falta. Se fosse eu, sabendo tudo o que sei, se fosse técnica de acompanhamento não permitia o regresso à família naquele momento
FAMV3	Tem opinião diferente dos técnicos sobre o risco/perigo	Se fosse eu, sabendo tudo o que sei, se fosse técnica de acompanhamento não permitia o regresso à família naquele momento.
FAMV3	Preocupada com crianças mesmo após a cessação-riscos	Há muita coisa ali em falta, e há muita coisa que me preocupa
FAMV3	Dá parecer sobre situação familiar e social das crianças	Fui dizendo isso ao Mundos de Vida
FAMV3	Tem opinião diferente dos técnicos sobre o risco/perigo	Há muita coisa que falta. Há essa preocupação de saber que eles foram, estão com a mãe, mas havia algumas coisas que deveriam ser trabalhadas naquela altura.
FAMV3	Gostaria que a resposta pós AF fosse diferente, mais adequada	Há muita coisa que falta. Há essa preocupação de saber que eles foram, estão com a mãe, mas havia algumas coisas que deveriam ser trabalhadas naquela altura.
FAMV3	Cria empatia com crianças e percebe problema mesmo sem verbalizarem	Apesar de serem maiores escondem tudo, não é por serem maiores que vão dizer "-Falta isto e aquilo". Como são maiores, escondem, nós vamos nos apercebendo, ligamos uma coisa e outra, vamos nos apercebendo das lacunas que há em casa.
FAMV3	Tem boa relação com famílias de origem	Eu tenho tido uma boa relação com todos
FAMV3	Aconselha ajudando a família de origem	mas consegui ter uma relação cordial com ele, e fazia-o ver muitas coisas e ele aceitava e era mais velho do que eu,
FAMV3	Receou inicialmente a relação c família de origem, q n aceitasse	Sim, sim, tínhamos algum receio que a família não aceitasse muito bem e há casos em que a família biológica pelo menos numa fase inicial não aceita muito bem.
FAMV3	Receou inicialmente a relação c família de origem, q n aceitasse	Em relação à família era mais apreensiva porque não sabia até que ponto iam reagir bem, iriam interferir, iriam respeitar as regras. As regras que nós pomos aqui em casa, são as regras que qualquer família normal aplica às crianças e que não tem nada a ver, muitas vezes, com as regras das famílias de onde eles vêm. Isso pode ser mal aceite da parte a família deles.

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

FAMV3	Tem boa relação com famílias de origem	Nunca tive esse problema,
FAMV3	Aconselha ajudando a família de origem	Íamos sempre dizendo "-Faz isto... em casa fazemos assim, fazemos assado". As famílias têm esse feedback da minha parte, o que resulta bem, o que não resulta. Se eles aplicam isso ou não, é outra história.
FAMV3	Percebe progressão da criança c modelo educativo da FA	Mudaram, mais o menino, mudou radicalmente no espaço de dois meses e estava impecável.
FAMV3	Consciente do retrocesso do progresso da criança qd volta família	Quando voltou para a mãe, ao fim de um mês já tinha perdido tudo o que tinha criado aqui. A maneira de falar já era outra, a maneira de estar já era outra...
FAMV3	Não receou caract/comportamento da criança	Não havia grandes receios, eu estou muito habituada a lidar com crianças, não me assustava muito. Claro, há sempre alguns comportamentos que depois tem de ser trabalhados, mas não é que me provocasse muito receio.
FAMV3	Frustrados com o retrocesso da evolução após regresso à família	Eu lido bem, mas a minha filha é que comentou "-Tanto trabalho, tanta coisa, andaste a gastar no apoio com ele". Em termos escolares, ele estava muito mal, e como eu não podia acompanhar os dois, tinha que pagar o apoio para um e trabalhar com o outro para eles evoluírem. Ela mostrava mais aquele sentimento de frustração. Ela e o meu marido "Tanto trabalho e tanta exigência, fizemos tudo por eles, para eles serem uns meninos exemplares e chega-se ao fim, perderam tudo. Não valeu a pena, tanto trabalho, tanto sacrifício, não valeu a pena".
FAMV3	Valorizam e tentam promover o sucesso escolar e comportamental	Sim, nós valorizamos, mas também lhes fazemos ver que é importante para o futuro deles. Este segundo menino, não gostava de escola, de estudar, queria ser polícia, e tínhamos sempre o cuidado de dizer "-Para seres polícia, há que saber ler e escrever muito bem, tens que saber estudar, tens que aprender muitas coisas, tens muitas regras, por isso tens que estar bem na escola". Valorizamos o rendimento escolar e o comportamento acima de tudo
FAMV3	Gosta e tem boa relação com crianças	Há amigas da minha filha, é engraçado, do jardim-de-infância, que me cumprimentam a mim, e quase não convivem com ela. É gostar!
FAMV3	Conviveu sempre com crianças, catequista e c amigos da filhos	Tive sempre crianças aqui em casa, amigos da minha filha. Eu quando muito, dou catequese. Tem a ver com... a minha filha sempre teve muitas crianças cá em casa, muitas amigas, desde pequenina, desde os três anitos.
FAMV3	Começa a ser FA por estar desempregada: disponibilidade	Comecei porque não estava a trabalhar, tive essa brecha.
FAMV3	Declara ser muito difícil conciliar um emprego com o AF	às vezes não é fácil conciliar, por exemplo agora com estes tive que recusar alguns projetos porque realmente não conseguia. Não sabia até que ponto iria conseguir ou não, tive que me precaver um bocadinho.
FAMV3	Declara ser muito difícil conciliar um emprego com o AF	impossível ter uma carreira profissional e ter uma criança com tantas necessidades em casa, é impossível! Dar o apoio que eles precisam, é impossível conciliar...
FAMV3	Declara ser muito difícil conciliar um emprego com o AF	segundo acolhimento confesso que tive que recusar um projeto profissional porque não conseguia mesmo conciliar com o apoio que tinha que dar aos miúdos.
FAMV3	Fica sem trabalho, acolhe também por desejo de a família a ter em casa	o sonho da minha família é ter sempre a mãe ou a esposa em casa
FAMV3	Fica sem trabalho, acolhe também por desejo de a família a ter em casa	Apoiam-me e incentivam-me.
FAMV3	Fica sem trabalho, acolhe também por desejo de a família a ter em casa	Claro que é juntar o útil ao agradável.
FAMV3	Fica sem trabalho, acolhe também por desejo de a	Juntar as duas coisas é uma maravilha.

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

	família a ter em casa	
FAMV3	Denota o apoio do marido e filha fundamentais se trabalhasse	A minha filha teve um problema de saúde e aí acabei por ter que deixar, aí já não conseguia, porque a minha filha também me dava algum apoio, em termos de visitas, conciliar consultas, visitas, com apoio diário é complicado.
FAMV3	Recebe apoio da filha e marido que tb gostam mt crianças	O meu marido adora crianças e a minha filha também.
FAMV3	Querem continuar a acolher, "isto agora é viciante"	Acredito que sim, isto agora é viciante.
FAMV3	Assume que o acolhimento é cansativo	É, é cansativo, é desgastante.
FAMV3	Refere que há muitas alterações nas rotinas, "completamente"	Em termos de rotina há muita instabilidade, da rotina da família. Alteramos completamente, há muita instabilidade.
FAMV3	Gostam de mudanças, flexíveis	Nós não somos pessoas monótonas que querem sempre aquilo, a aquela hora
FAMV3	Sente maior stress c acompanhamento escolar do q cuidados básicos	era ajudar a fazer os trabalhos de casa, "-Põe a cabeça a trabalhar, B, olha o castigo..." Era mais desgastante.
FAMV3	Usufrui quando brinca com crianças, aliviando o cansaço	porque estes temos que dar o banhito, vesti-los, etc. Temos que perder esse tempo, porque eles não têm autonomia, suamos a camisola. Mas depois estamos a brincar com eles, etc.
FAMV3	Sente mau ambiente familiar c stress do, mas desvaloriza	Criava mais mau ambiente em casa,
FAMV3	Usufrui quando brinca com crianças, aliviando o cansaço	E ela reconhece, há horas que é muito agradável estar com eles, estar a brincar com eles,
FAMV3	Assume que o acolhimento é cansativo	há outras horas que dava jeito que eles se sentassem no sofá tranquilos, para nos também estarmos a fazer qualquer coisa tranquilos.
FAMV3	Sente mau ambiente familiar c stress do, mas desvaloriza	Todos compreendem e colaboram. Não cria mau ambiente em casa de forma alguma, se não já não tínhamos feito mais nenhum acolhimento.
FAMV3	Filha ajuda a cuidar mas sente falta de tempo para outras coisa	Às vezes ela quer um bocadinho isto e aquilo, quer tempo. Às vezes tem que colaborar às vezes temos que lhe dizer "-Como é que é, estamos todos para ajudar ou não?" E ela reconhece, há horas que é muito agradável estar com eles, estar a brincar com eles, há outras horas que dava jeito que eles se sentassem no sofá tranquilos, para nos também estarmos a fazer qualquer coisa tranquilos. Todos compreendem e colaboram.
FAMV3	Sente mau ambiente familiar c stress do, mas desvaloriza	Normalmente é sempre assim, a conversar com a minha filha. Podemos estar em desacordo em relação a alguma situação, mas logo falamos sobre isso. Na hora falamos, está falado. Depois vamos ajustando. A minha filha, às vezes também me chateio com ela... estes pequeninos mexem em tudo, partem tudo, não se sentam no sofá a ver os bonecos. Às vezes ela quer um bocadinho isto e aquilo, quer tempo. Às vezes tem que colaborar às vezes temos que lhe dizer "-Como é que é, estamos todos para ajudar ou não?" E ela reconhece, há horas que é muito agradável estar com eles, estar a brincar com eles, há outras horas que dava jeito que eles se sentassem no sofá tranquilos, para nos também estarmos a fazer qualquer coisa tranquilos.
FAMV3	FA é como equipa	Todos compreendem e colaboram
FAMV3	FA é como equipa	às vezes temos que lhe dizer "-Como é que é, estamos todos para ajudar ou não?"
FAMV3	Reconhece escassez de tempo para a filha	Não tenho tempo para ela, é um facto.
FAMV3	Reconhece escassez de tempo para a filha	Mas noutros acolhimentos anteriores não tinha tanto tempo para ela, mas de vez em quando tirávamos um dia para nós e vamos ou à noite,

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

FAMV3	Faz programas "mãe e filha" para dar atenção à filha biológica	mas de vez em quando tirávamos um dia para nós e vamos ou à noite, o meu marido fica com eles, vamos ao cinema, ou ao shopping. Ela gosta desse dia, "-Só mãe e filha", também gosta desses momentos.
FAMV3	Considera q filha n é privada de bens, é solidária c crianças	Em termos de lhe tirar qualquer coisa para dar aos outros, nunca foi nada disso, pelo contrário. Das semanadas dela ainda quer comprar presentinhos para eles, eu é que não permito.
FAMV3	AF não compensa economicamente, há meses com prejuízo	É um facto que em termos financeiros não compensa minimamente. Há meses que dá prejuízo, sem dúvida alguma. Há meses que o que nós recebemos não chega minimamente para aquilo que gastamos, outros meses deve andar ali. Não posso dizer que uma família que tenha um orçamento resvés que consiga...
FAMV3	Sugere para a medida: reembolso das despesas c crianças	Já houve um encontro em que estiveram várias famílias de acolhimento e que se partilhou uma ideia de uma família que fazia todo o sentido que era mudar o sistema de compensação das famílias, em vez de dar o subsídio de manutenção e o subsídio para a prestação de serviço, que não faz sentido nenhum porque o que nos dão é tudo para os miúdos. Era realmente haver um sistema em que as despesas que temos com eles fossem reembolsadas. Realmente, faz algum sentido se nos dão trezentos euros se nós naquele mês gastamos quatrocentos, outro quinhentos, se tivermos que pôr um aparelho dentário, comprar uns óculos como eu tive, não faz sentido nenhum. Se vêm como estes meninos vieram, eu no dia tenho que gastar duzentos euros para comprar o mínimo de roupas e uns pares de sapatos. Não faz sentido. O ideal seria, as despesas deles são reembolsadas e depois se quisessem considerar alguma coisa de prestação de serviços, muito bem. Isso é que fazia sentido. Estávamos sempre tranquilos.
FAMV3	Não tem interesse económico com AF	No nosso caso, não queremos tirar lucro. O nosso objetivo não é ganhar dinheiro com o acolhimento, mas claro que o ideal era evitar prejuízos, evitar que isso influenciasse o orçamento familiar, que nós temos para gerir.
FAMV3	Considera que fracos benefícios fiscais reduzem nº candidatos F	Não temos direito a colocar as despesas, as creches, estes que estão em creche não se pode deduzir nada. Não será esse o fator para as famílias não acolherem, mas esse também será um motivo para as famílias pensarem duas vezes.
FAMV3	Pensa que a transitoriedade/cessação desmotiva candidatos a FA	Um dos fatores será mesmo a separação, é o que mais assusta. As potenciais famílias de acolhimento, é a separação dos miúdos. E não é só dos ignorantes, que não estão ligados à máquina da Segurança Social, mas também que está ligado.
FAMV3	Refere q cessação tem sempre sofrimento, atenuado c boa condução	Não deixa de ser... Sim... Doloroso se calhar deixa de ser, custa um bocadinho.
FAMV3	Refere q cessação tem sempre sofrimento, atenuado c boa condução	Acredito que se houvesse uma ideia generalizada que há uma separação, mas que é muito lenta, com processo de adaptação, corre tudo naturalmente, seria amenizada.
FAMV3	Pensa que a transitoriedade/cessação desmotiva candidatos a FA	Logo à partida dizem "-Mas se eles depois vão embora? Depois vão tirar-tos?", "-Claro!" Quando falo que sou FA, "-Então não ficam para sempre consigo? Vão tirá-los?", "-Claro, o objetivo é sempre esse, nunca é ficar comigo, vou para a família ou para adoção", "-Mas isso depois custa muito", "-Há uma transição, vão devagarinho, vão um dia, depois um fim de semana..." As pessoas ficam... mas quando falam deste caso e daquele, porque se sabe que tiraram uma criança de um dia para o outro. Eu conheci uma FA que a senhora teve uma depressão, porque lhe tiraram uma menina de um dia para o outro, uma bebé que acolheu de dias ou semanas, ao fim de dois anos tiraram de um dia para o outro. Não é para menos, teve uma depressão profunda. Esses casos vão se sabendo
FAMV3	Refere q cessação tem sempre sofrimento, atenuado c boa condução	Eu conheci uma FA que a senhora teve uma depressão, porque lhe tiraram uma menina de um dia para o outro, uma bebé que acolheu de dias ou semanas, ao fim de dois anos tiraram de um dia para o outro. Não é para menos, teve uma depressão profunda.

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

FAMV3	Ouve pessoas comentar q transitoriedade/cessação é dolorosa	Logo à partida dizem "-Mas se eles depois vão embora? Depois vão tirar-tos?", "-Claro!" Quando falo que sou FA, "-Então não ficam para sempre consigo? Vão tirá-los?", "-Claro, o objetivo é sempre esse, nunca é ficar comigo, vou para a família ou para adoção", "-Mas isso depois custa muito", "-Há uma transição, vão devagarinho, vão um dia, depois um fim de semana..."
FAMV3	Quando se envolve no AF desconhecia procedimento da adoção	A opinião generalizada é que a adoção não funciona muito bem, isso vai-se sabendo, as pessoas ficam receosas. Quando me meti no acolhimento não sabia, ia com olhos fechados.
FAMV3	Sente n foi globalmente informada sobre cessação do AF	o que não nos falaram era das vantagens e das desvantagens de cada uma delas e da forma como se processava cada uma delas.
FAMV3	Critica procedimento de saída brusca p adoção-segurança social	Quando vai para Segurança Social para adoção, fica um bocadinho... eles fogem um bocadinho... dá mal o processo. Não há tanto essa preocupação. Aconteceu igual com outra família que é acompanhada pela Mundos de Vida, levaram-na de um dia para o outro. Quando vão para adoção eles da Mundos de Vida perdem um bocadinho... as técnicas da adoção é que realmente... Pegam aquilo "-Ora vamos lá, para onde é que vai? Já foi!".
FAMV3	Critica procedimento de saída brusca p adoção-segurança social	Foi mesmo a saída, quando percebi que os técnicos da Segurança Social tinham atropelado o processo todo e sem preparação prévia dos meninos...
FAMV3	Pior momento: saída atribulada das crianças para adoção	Foi mesmo a saída, quando percebi que os técnicos da Segurança Social tinham atropelado o processo todo e sem preparação prévia dos meninos...
FAMV3	Melhor do AF: reconhecimento da criança que FA fez a diferença	Talvez, com os miúdos maiores, conseguem ter a perceção da mudança que nós causamos na vida deles e talvez seja essa a melhor recordação que tenho.
FAMV3	Melhor do AF: sentir afeto da criança pela AF apesar da exigência	o menino foi muito difícil, havia um monte de regras e castigos que ele teve até conseguir, e depois no final eu percebi que apesar de todas as regras impostas ele tinha criado muito afeto connosco.
FAMV3	Melhor do AF: sentir afeto da criança pela AF apesar da exigência	A menina que não fala muito, guarda para ela, mas acabou por fazer um desenho que tenho guardado, guardo tudo, "-Obrigado, espero que nunca te esqueças de mim". Eu exigi muito dela
FAMV3	Melhor: orgulho na evolução da criança com apoio da FA	Eu exigi muito dela, ela veio para o terceiro ano, mas a professora disse "-Isto nem para um segundo!" Nós exigimos muito dela, estive numa explicadora, e em casa também exigia dela, trabalhava... ela melhorou muito, mas reconheceu que realmente era para o bem dela. Isso deixa-nos um bocadinho orgulhosos, pela coragem.
FAMV3	Sente que sociedade/pais são pouco exigentes c crianças	Às vezes digo, vemos na nossa sociedade, os meninos não tem educação, há um padrão de mau comportamento generalizado e que os pais nem querem saber, e por mais que se diga... Os pais nem exigem mas também não têm para dar. Deve ser isso que faz com que eles deixem os miúdos andar, se vão exigir também tem que se dar alguma coisa em troca. Eu exijo, mas tenho de dar alguma coisa em troca, estou ali com eles a fazer as coisas da escola, a explicar. Não exigem porque não querem dar.
FAMV3	Melhor: orgulho na evolução da criança com apoio da FA	O que vejo nestes meninos mais velhos, faz-me um certo motivo de orgulho e satisfação saber que exigimos, pressionamos muito, mas que eles reconhecem que realmente foi bom para eles.
FAMV3	Melhor do AF: sentir afeto da criança pela AF apesar da exigência	O pequenino diz "-Quero ir lá a casa dormir, outra vez", é motivo de satisfação, apesar de toda a exigência, consegue-se criar carinho, que é objetivo do acolhimento.

Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal - Motivações e Experiências

FAMV3	Família alargada/amigos tratam crianças como da família	Ajudam a cuidar, no Natal há troca de presentes, os meninos que estiverem são considerados membros da família, da parte dos nossos amigos também há troca de presentes, é normal. Há um bom convívio, com amigos e família.
FAMV3	Recebe incentivos de algumas pessoas e desincentivos de outras	Há de tudo, uns dizem "-Tens coragem, depois como é que vai ser?" No primeiro quando correu mal: "-Eu não te disse para não te meteres nisso, agora estás a chorar, eu disse logo!"
FAMV3	Família alargada apoia em momentos de sofrimentos FA	Temos apoio no geral, somos apoiados pela família. Quando eles foram embora, a minha família disse "-Venham, saiam de casa". Tivemos que sair e mudar a rotina, estar ocupados, ao máximo, distraídos com tudo para não sentir a solidão cá de casa, as crianças enchem a casa, como se costuma dizer. Foi prioridade sair de casa, conviver ao máximo com amigos, tivemos esse apoio.
FAMV3	Considera que há pessoas que não conseguiriam lidar com separação	Alguns não conseguiriam lidar com isso, com a separação.
FAMV3	É cobrada pela escassez de tempo para estar com os outros	As vezes dizem "-Agora estás a queixar-te que não tens tempo para nada".
FAMV3	Prefere abdicar de viagens para poder acolher	Tenho uma almofada financeira que me permite trabalhar se quiser, o que entra em casa permite isso, não vou viajar para fora, faço umas férias diferentes mas conseguimos ter um nível de vida bom. É uma questão de opção.
FAMV3	Sugere para a medida: reembolso das despesas com crianças	: Rever o apoio financeiro às famílias, um fundo que as famílias pudessem ser reembolsadas, pela saúde e vestuário. Um financiamento efetivo pelas despesas reais com as crianças acolhidas, uma salvaguarda, não há riscos, não vou por dinheiro do meu bolso.
FAMV3	Sugere: mais respeito pela FA no procedimento de cessação	A outra seria ter em conta o sentimento da família de acolhimento, o bem-estar no momento da separação. O objetivo principal é o bem-estar da criança, entendemos isso, mas que houvesse muito cuidado na hora da separação. Que houvesse uma lei: "-A criança não pode ser tirada da família de um dia para o outro." Que vá ao encontro às necessidades das FA, da criança e da família adotiva. O que eles querem é receber, até no próprio dia. Mas que respeitasse as famílias de acolhimento. As FA são FA não para ter um segundo rendimento, mas por gosto, pela criança e pela situação, vontade fazer algo pelos outros. Se gostamos, claro que nos vamos dedicar, dar o máximo à criança, convinha respeitar a hora da saída e que as coisas não fossem traumatizantes para ninguém. Mesmo para as potenciais famílias "-Podem tirar de um dia para o outro, Deus me livre!"
FAMV3	Satisfeita com equipa acompanhamento	Em termos da Mundos de Vida, é fantástico, confesso que se não fosse pela Mundos de Vida, pela Segurança Social nunca seria FA, estava fora de questão, porque não existe apoio. Em termos de acompanhamento, na Mundos de Vida, temos tudo, não podemos pedir absolutamente mais nada, mesmo em termos financeiros, eles vão ajudando. No segundo acolhimento tive alguns gastos com a menina, e ajudaram nas despesas extra que vamos tendo. Ali temos tido todo o tipo de acompanhamento, o problema é que nem sempre conseguem...
FAMV3	Refere que há muitas alterações nas rotinas, "completamente"	Não sei se a ELI trabalha na creche ou se tenho que me deslocar para isto e aquilo. Tenho de ver que disponibilidade é preciso, para depois organizar outras coisas da minha vida, há este compasso de espera.
FAMV3	Dá prioridade ao AF em relação à carreira ou a outras rotinas	Tenho de ver que disponibilidade é preciso, para depois organizar outras coisas da minha vida, há este compasso de espera.
FAMV3	Apesar do trabalho, mostra-se positiva face ao futuro e progresso	Não estou apreensiva, vão dar mais algum trabalho a nível de acompanhamento. Mas nota-se que são espertos, têm muita capacidade de aprendizagem, já estão a evoluir, com o pouco que fazemos em casa, eu acredito sinceramente que eles vão evoluir rapidamente nesta fase.

Anexo 4: Exemplo de memos iniciais / sinopse das entrevistas (consultar CD-ROM anexo)

Anexo 5: Protocolo: Entrevista a Equipas

## **Protocolo: Entrevista a Equipas**

Enquanto doutoranda de serviço social na Universidade Católica Portuguesa, encontro-me a realizar uma investigação de âmbito nacional na área do Acolhimento Familiar (AF) de Crianças e Jovens em Perigo. Pretende-se obter a perspetiva das famílias de acolhimento (FA), as motivações e impactos na vida pessoal e familiar, com vista à maior compreensão e adesão de famílias envolvidas e de crianças beneficiárias da medida. Os dados recolhidos serão tratados com confidencialidade, solicita-se sinceridade máxima. A duração prevista desta entrevista é de uma hora e meia.

0: Explicitação dos objetivos da entrevista

### **I: Identificação do(a) entrevistado(a) e experiência no âmbito do AF**

#### **II: Expressão do Acolhimento Familiar:**

- Número de crianças em AF
- Número de FA
- Distribuição geográfica
- Por família: número de crianças acolhidas por família, idade, existência de filhos biológicos, duração prevista dos acolhimentos, duração efetiva
- Número de famílias no primeiro acolhimento, número que vivenciaram a despedida

#### **III: Famílias de Acolhimento**

- Motivações das famílias para o AF
- Forma como tomam conhecimento da medida
- Expectativas que apresentam
- Impacto: satisfação pessoal e familiar (ao nível formativo, económico, fiscal, etc.)
- Dificuldades/aspectos negativos que vão surgindo
- Mudanças nos filhos biológicos
- Aspectos positivos/benefícios que identificam
- Motivos para as FA desistem do AF. Exaustão?

#### **IV: Acolhimento Familiar - Perspetivas**

- Fatores para a fraca expressão da medida
- Sugestões de melhoria para a medida.

Grata pela colaboração!

Anexo 6: Transcrição das entrevistas aos técnicos (consultar CD-ROM anexo)